

**CADERNOS  
CANDIDO MENDES**

A Política Externa Brasileira dos Anos 50—70

O Modo de Produção Burocrático na China

Dilemas Políticos nas Relações Brasil—África

As Desigualdades Regionais na Guiné-Bissau

Penetração Brasileira na África Austral

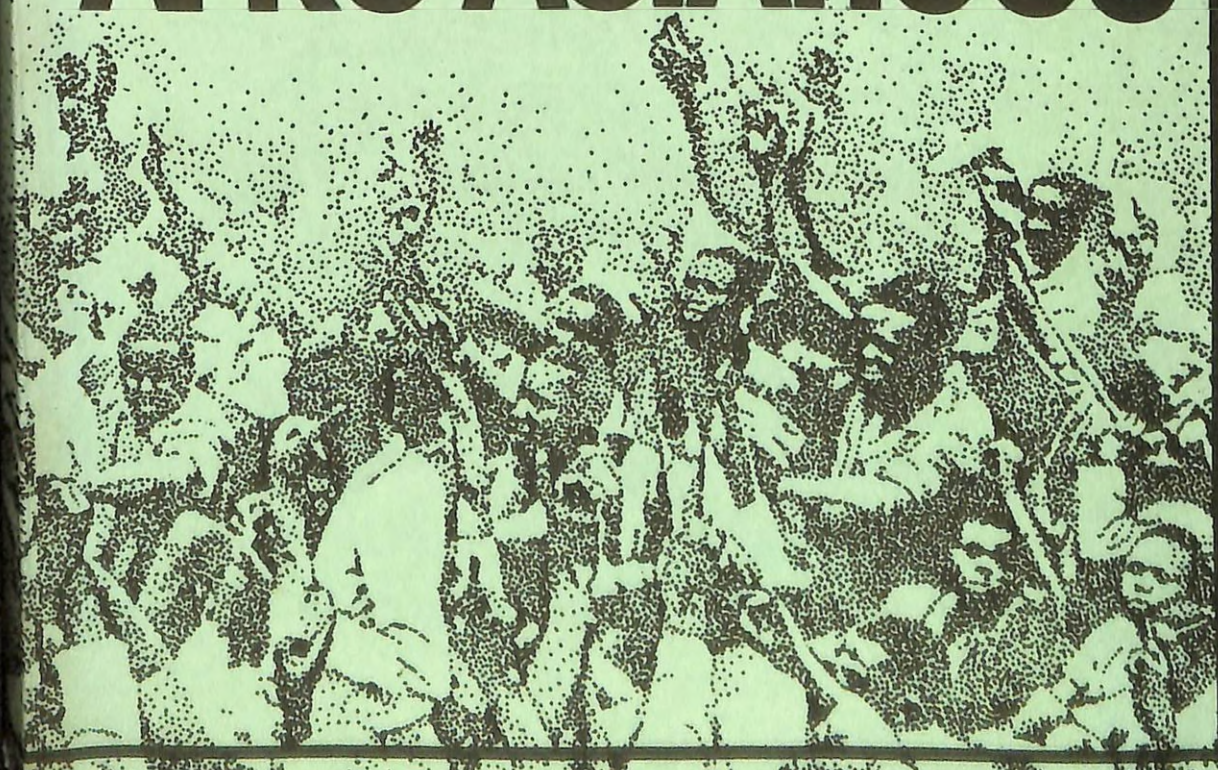
A Pintura Chinesa e a Arte do Bon-Sai

Documento: Cooperação Industrial América Latina—África

estudos

**AFRO-ASIÁTICOS**

**10**





CADERNOS  
CANDIDO MENDES



estudos **10**  
**AFRO-ASIÁTICOS**

**Centro de Estudos Afro-Asiáticos**

*Diretor*  
**Candido Mendes**

*Vice-Diretor Acadêmico*  
**José Maria Nunes Pereira**

*Vice-Diretor Administrativo*  
**Jacques d'Adesky**

estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS**

N.º 10 – Junho de 1984

ISSN 0101-546x

Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
do Conjunto Universitário Candido Mendes

*Diretor*

Candido Mendes

*Editor*

José Maria Nunes Pereira

*Editores executivos*

Carlos Augusto de Oliveira Lima  
Hamilton Magalhães Neto

*Secretaria de redação e revisão*

Hamilton Magalhães Neto

*Supervisão e produção gráficas*

Carlos Augusto de Oliveira Lima

*Fotolito e impressão*

Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.  
Rua Santana, 136/138 – Rio de Janeiro – RJ

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Solicita-se permuta.

*We ask for exchange.*

Preço no Brasil (até dezembro de 1984):

N.º avulso: Cr\$ 3.000,00

N.º duplo: Cr\$ 6.000,00

Assinatura: Cr\$ 15.000,00 (cinco números)

*Price:*

*Single copies : US\$6.00*

*Double copies: US\$12.00*

*Subscription : US\$30.00 (five issues)*

*Assinaturas, correspondência e pedidos de números atrasados devem ser encaminhados para:  
(Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to):*

Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos  
Rua da Assembléia, 10 – conjunto 501  
20011 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

# SUMÁRIO

<b>Notas sobre a Política Externa Brasileira dos Anos 50—70</b> . . . . .	<b>5</b>
<i>João Luís Ribeiro Fragoso</i>	

Os obstáculos ao crescimento da economia brasileira no final dos anos 60 e as desigualdades presentes nas relações Norte—Sul levaram o governo brasileiro a procurar diversificar os seus mercados e as fontes financeiras e de tecnologia, através dos países da Comunidade Económica Europeia, do Japão e de países do Terceiro Mundo, dando prioridade às relações Sul—Sul mas deixando entrever sua intenção de ocupar um novo patamar em sua relação com os países do Norte.

<b>O Modo de Produção Burocrático na China</b> . . . . .	<b>31</b>
<i>José Carlos Avelino</i>	

Na China Popular, hoje, o modo de produção existente não é nem o capitalismo (definido por Marx em suas obras), nem o capitalismo de Estado (segundo a interpretação de Charles Bettelheim), nem o socialismo (ou a transição ao socialismo, segundo a versão oficial).

<b>Dilemas Políticos nas Relações Brasil—África: Comentário sobre Alguns Obstáculos Políticos nas Relações Sul—Sul</b> . . . . .	<b>55</b>
<i>Wayne A. Selcher</i>	

Sem rejeitar os laços com o Norte, o Brasil parece estar fazendo uso das componentes terceiro-mundistas de sua mista identidade para avançar seus projetos de desenvolvimento, e mais como um Líder do Terceiro Mundo que como um aspirante a posições formais no seio do Ocidente industrializado.

<b>As Desigualdades Regionais na Guiné-Bissau</b> . . . . .	<b>73</b>
<i>Milton Santos</i>	

O processo de modernização rural em desenvolvimento na Guiné-Bissau supõe uma aplicação copiosa de capitais em infra-estrutura e no processo produtivo. Isso poderá levar a uma diferenciação das diversas áreas do país, conforme a importância investida de capital, e ainda permitir que a contradição entre centro e periferia avulte e se imponha, caso não se tome paralelamente outras medidas.

<b>Penetração Brasileira na África Austral: Perspectivas Políticas e Entraves Econômicos</b> . . . . .	<b>95</b>
<i>Jacques d'Adesky</i>	

Na África Austral, bem como no Cone Sul da América, os objetivos sul-africanos constituem um potencial obstáculo para os interesses económicos do Brasil nas duas regiões. E os recentes acordos da África do Sul com Angola e Moçambique podem ser decisivos para as aspirações económicas do Brasil.

**A Pintura Chinesa e a Arte do "Bon-Sai": Possíveis Convergências . . . . 107**  
*Ricardo Joppert*

Procura estabelecer uma possível influência da pintura chinesa no período Song (960—1279) sobre a arte dos *bon-sai* (árvores submetidas a um processo de nanismo) na China e no Japão.

**Documento: Promoção da Cooperação Industrial entre Países e Organizações Latino-Americanas e Africanas (Relatório e Recomendações) . . . 115**  
*Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi)*

**Livros . . . . . 125**

# NOTAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DOS ANOS 50—70\*

*João Luiz Ribeiro Fragoso\*\**

Os anos 70 presenciaram uma série de fenômenos nas relações do Brasil com os países industrializados normalmente qualificados de "diversificação da dependência".<sup>1</sup> Essa "diversificação da dependência", acompanhando o crescimento que a economia brasileira teve a partir do final dos anos 60, traduzia o empenho do governo brasileiro em diversificar os seus mercados, as fontes financeiras e as fontes de tecnologia. A consequência disso é que a antiga posição hegemônica dos Estados Unidos no comércio com o Brasil cedeu lugar, gradativamente, ao avanço dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) — em especial a Alemanha — e do Japão.

De fato, no seu comércio externo com os países industrializados, em 1980, o Brasil vendia, do total de suas exportações, 17,42% para os Estados Unidos, enquanto a CEE participava da aquisição de 26,55%, quando, em 1968, os Estados Unidos, ao contrário, eram o principal parceiro comercial do Brasil, comprando 33,32% das exportações brasileiras, e a CEE o segundo, importando 31,35%.<sup>2</sup>

Da mesma forma, o movimento de investimentos estrangeiros no Brasil, no período de 1973 a 1975, registra uma queda da participação norte-americana e um avanço de países como a Alemanha e o Japão (ver tabela 1). E enquanto os investimentos norte-americanos se dirigiram para setores hoje considerados tradicionais — indústria de alimentos, eletrodomésticos etc., segundo o atual perfil da economia brasileira —, os investimentos da CEE e do Japão se encaminharam principalmente para setores de maior envergadura, como petroquímica, siderurgia, transportes pesados etc.<sup>3</sup>

Acompanhando esse processo de diversificação, a atuação da diplomacia brasileira pautou-se por uma contínua crítica à estrutura da economia internacional. Criticou constantemente a deterioração das trocas internacionais (produtos primários x pro-

\* Este trabalho contou com a colaboração de José Roberto Goes no levantamento e na organização do material de pesquisa.

\*\* Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA).



duos manufaturados), o monopólio dos países industrializados sobre a tecnologia, e as medidas protecionistas adotadas por esses países nos diversos fóruns internacionais.<sup>4</sup>

Na III Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em Santiago do Chile (abril—maio de 1972), por exemplo, a delegação brasileira, através do Embaixador George A. Maciel, reafirmou a posição brasileira de que o monopólio de tecnologias avançadas pelos países desenvolvidos vinha sendo “um fator fundamental das diferenças ou níveis de riqueza entre os países”. Razão porque, acrescentava o embaixador brasileiro, era “preciso rever os procedimentos tradicionais com relação aos *royalties* por uso de patentes e aluguel de serviços de assistência técnica”, dois dos “principais itens deficitários que pesam sobre a balança de pagamento dos países em desenvolvimento”.<sup>5</sup>

Três anos mais tarde, o ministro das Relações Exteriores do Governo Geisel, Azeredo da Silveira, em seu discurso na VII Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas (1.º de setembro de 1975), retomou criticamente o tema da estrutura econômica internacional, detendo-se na crítica do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Com o subtítulo “GATT e FMI, remédios dos desenvolvidos”, o ministro considerava que, apesar de essas instituições terem sido criadas, no pós-guerra, com o objetivo de regulamentar as relações internacionais, na prática as suas normas apenas refletiam “os interesses e peculiaridades das economias avançadas” e que, “em contraste, as relações econômicas entre os países em desenvolvimento jamais” haviam sido “objeto de uma regulamentação específica que refletisse as suas condições sócio-econômicas

particulares”. Segundo o ministro, tais relações se submetiam, “formalmente, ao mesmo tipo de normas que regem as relações entre países industrializados”.<sup>6</sup>

Mais recentemente, o Ministro Saraiva Guerreiro, do Governo Figueiredo, em conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), em 13.7.79, ao se referir aos esforços da UNCTAD em propor soluções para diminuir as tensões entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, concluía que se tem observado, “por parte dos países desenvolvidos, um comportamento insensível ao que se preconizava desde a década passada. As tendências protecionistas, a instabilidade cambial, a oligarquização dos foros decisórios são a antítese da doutrina do Grupo dos 77 e das fórmulas da UNCTAD”.<sup>7</sup>

Por último, a reunião de Cancún (México, 1981), que deveria dar início às negociações globais entre o Norte e o Sul, foi percebida pelo Itamaraty como um fracasso marcado pela intransigência, particularmente dos Estados Unidos. Na opinião dos diplomatas brasileiros, o único resultado positivo dessa reunião foi que “ninguém quebrou a cabeça de ninguém”.<sup>8</sup>

Ao lado da maior diversificação do Brasil na obtenção de financiamentos, aquisição de tecnologia e trocas comerciais junto aos parceiros industrializados, nota-se também uma maior aproximação do Brasil ao hemisfério Sul. Comparando-se a distribuição das exportações brasileiras para o Norte e para o Sul, no período 1970 a 1980, observa-se que os Estados Unidos têm sua participação diminuída de 24,68 para 17,42%, assim como a CEE, que passa de 34,92 para 26,55%, em contrapartida ao aumento da participação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e da África, que de 11,06 e 2,14%, respectivamente, passam para 17,17 e 5,73% (ver tabela 2).<sup>9</sup>

Entretanto, esse movimento das exportações brasileiras em direção ao Sul não deve ser percebido unicamente como alternativa às exportações para o mercado dos países industrializados. Deve ser entendido também como um movimento que visa responder às necessidades do desenvolvimento da acumulação de capital implementada internamente no Brasil, de realizar a mais-valia das indústrias nele localizadas. De fato, no período 1975—80, os Estados Unidos e a CEE, juntos, continuam a ser o principal mercado para os produtos brasileiros dos setores de atividades denominados “Reino animal” e “Reino vegetal”, enquanto os países do Sul se apresentam principalmente como mercado para outros tipos de produtos. A ALALC, por exemplo, passou a ser o maior mercado para o item “Máquinas e aparelhos” e, com a África, para o item “Transportes” (ver tabela 3).

Portanto, os contatos bilaterais brasileiros com os países do hemisfério Sul gradativamente assumem formas em que o Brasil aparece como fornecedor de produtos manufaturados e semimanufaturados, recebendo em troca produtos primários. O exemplo desse tipo de relação é o acordo assinado entre o Brasil e a Bolívia (1974), pelo qual os bolivianos forneceriam gás natural e o Brasil, maquinaria.<sup>10</sup>

Ao lado da exportação de manufaturados para os países do Terceiro Mundo no decorrer da segunda metade dos anos 70, progressivamente ganha destaque a venda de tecnologia e serviços, em particular nas áreas de engenharia civil, projetos de ferrovias, usinas de açúcar e álcool e engenharia de detalhe de unidades industriais,<sup>11</sup> de que são exemplos o protocolo comercial assinado entre o Brasil e a Maurítânia, em 10 de março de 1976, no qual se previa a participação da engenharia brasileira na construção da rodovia Nouakchott—Kiffa<sup>12</sup>, ou ainda o plano de ação

estabelecido entre o Brasil e o Senegal, no mesmo ano, pelo qual os brasileiros se comprometiam a participar, através de uma linha de crédito e de cooperação técnica, na implantação do distrito industrial de Kaolack.<sup>13</sup>

Num seminário sobre a exportação de serviços organizado pelo Itamaraty, em 19.10.76, com a presença de empresários, o Ministro Azeredo da Silveira afirmava, em seu discurso de abertura, que “a exportação de serviços é consequência natural da evolução do país” e que esse esforço exportador se “intensificará normalmente em função de cada novo avanço no desenvolvimento nacional, longe de ser, pois, atividade vaga e provisória, mero fruto de esforços individuais e isolados”. Adiantava ainda que a venda de serviços poderia ser veículo para a “exportação de produtos, inclusive equipamentos”, e que os serviços brasileiros teriam condições de concorrer com os países industrializados, na medida que teriam a seu favor uma tecnologia adaptada às necessidades ambientais e sociais dos países do Sul.<sup>14</sup>

Ainda no âmbito da tecnologia de serviços, o Itamaraty vem se empenhando em demonstrar aos países do hemisfério Sul “o risco que representa a importação de tecnologia demasiadamente sofisticada, portanto inadequada ao estágio de desenvolvimento [desses países], uma vez que esse tipo de tecnologia resulta na acentuação das relações de dependência”. Em contrapartida, propõe que o Sul absorva “a tecnologia das economias que lhes são mais semelhantes”, da qual o Brasil seria possuidor de experiência superior à média dos países do Sul e forte candidato à substituição dos países industrializados em certos setores.<sup>15</sup> Em outros termos, o Itamaraty passa a considerar as relações Sul—Sul como uma possível alternativa (em certas áreas) às relações Norte—Sul.



A título de ilustração, é importante comparar a composição das relações econômicas do Brasil com dois de seus mais importantes parceiros: Alemanha Ocidental e Nigéria. A Alemanha, país do Norte industrializado com o qual o Brasil incrementou o intercâmbio comercial e a captação de investimentos na década passada, aparece, dentro da chamada "diversificação da dependência", como o principal parceiro do Brasil. O outro país, a Nigéria, com o qual o Brasil possui o maior volume de negócios na África, é representativo do novo tipo de relações que a práxis externa brasileira busca empreender nas relações Sul-Sul.

Segundo o periódico *Informação Semanal*, de 15.2.82, da Cacex, "na composição produtos básicos x industrializados, se resume a equação das trocas entre Brasil e Alemanha".<sup>16</sup> No período entre 1975 a 1980, as exportações brasileiras para esse país foram marcadas pelo predomínio absoluto de produtos básicos (56 a 71%). Em contrapartida, no mesmo período, as exportações alemãs se pautaram pelo predomínio de manufaturados (de 91 a 96%).<sup>17</sup>

Por sua vez, o comércio com a Nigéria se apresentou de forma diametralmente diferente: 84% das exportações brasileiras (em 1977) foram compostas de manufaturados, sendo desse total 38% referentes a veículos, tratores e autopeças, 7,2% a produtos siderúrgicos e 6,6% a máquinas e aparelhos mecânicos.<sup>18</sup> O Brasil, por sua vez, tem importado principalmente petróleo.

Esse cotejo sumário das trocas comerciais do Brasil com um país industrializado do Norte e com um país do Sul, respectivamente, nos leva a pensar que as relações Sul-Sul levadas a cabo pelo Brasil, pelo menos no que se refere às relações econômicas, tendem a adquirir um caráter que se aproxima do das relações Norte-Sul. Quando nada — à parte o fato óbvio de as relações Sul-Sul pressuporem também a

existência de diferenças entre seus parceiros — porque o intercâmbio comercial se fundamenta na existência de uma divisão internacional do trabalho. Ademais, não se pode esquecer, as relações econômicas brasileiras com o hemisfério Sul são o resultado de necessidades decorrentes da forma de acumulação do capital implementada internamente, que possui um grau de desenvolvimento que diferencia o Brasil dos demais países do Sul.

Por conseguinte, a forma como o Brasil procura desenvolver sua relação com os países do Sul tem motivado críticas áspeas de estudiosos da questão. Para o Prof. R. A. Akindede, do Nigerian Institute of International Affairs, uma das fontes de irritação da Nigéria para com o Brasil "está no fato de que o Brasil dá atenção, bastante atenção, ao comércio, aos investimentos bancários nas relações com muitos países da África". Para esse especialista africano, "tem-se a impressão de que o Brasil vê a África, em primeiro lugar, como um mercado para seus produtos manufaturados e, somente secundariamente, como uma economia ou uma série de economias a serem assistidas no desenvolvimento, através do investimento e da transferência de tecnologia".<sup>19</sup>

Mas para o Embaixador Carlos Augusto Proença Rosa, em conferência realizada na ESG, em 12.11.81, a aproximação econômica brasileira aos países em desenvolvimento não podia ser vista como sendo "exclusivamente do ponto-de-vista comercial, isto é, para ganhar mais dinheiro, para vender mais aqui e mais ali. É" — nas palavras do embaixador brasileiro — "dentro de um contexto maior, que a economia brasileira já não suporta mais o relacionamento apenas com determinadas áreas desenvolvidas, ela se extravasa. E na medida em que a economia brasileira cresce, e chega a ser a oitava economia mundial, ela não pode, como não poderia a economia francesa, in-

glesa, americana ou canadense, se circunscrever a determinados países”, concluiu.<sup>20</sup>

Dá que a diplomacia brasileira não apenas se limitou, nos anos 70, a denunciar o caráter desigual das trocas internacionais, o monopólio sobre a tecnologia detido pelos países industrializados etc. Ao contrário do que ocorria em períodos anteriores, esses fenômenos de ordem econômica passaram a ser ligados à estrutura política vigente nas relações internacionais, procurando-se dar-lhes assim um conteúdo político.

Para o Itamaraty, essas questões, ou melhor, a insensibilidade dos países industrializados com relação a elas tem demonstrado que eles tentam unicamente manter o *status quo* do poder mundial.<sup>21</sup> Essa tentativa de congelamento do poder mundial se traduziu na participação exclusiva de alguns países industrializados no processo decisório de problemas que dizem respeito à evolução da vida internacional, marginalizando países cuja “projeção no cenário internacional tem aumentado”. É importante notar que, desde pelo menos o final dos anos 60, os porta-vozes do Ministério das Relações Exteriores vinham insistindo nas questões atinentes ao poder mundial — ou mais precisamente nos intentos que se fazem para congelá-lo.

Já no início dos anos 70, em conferência proferida na ESG, Araújo Castro (então embaixador em Washington) afirmava que existia uma tendência para o congelamento do poder mundial nas mãos de poucos Estados e que esse processo já tinha marcos históricos bem delineados, que seriam: 1945, formação da ONU, com a qual se pretendia imobilizar o quadro político-estratégico do imediato pós-guerra (o Conselho de Segurança, com o direito de veto de seus membros permanentes, demonstra isso); e 1967, Tratado de Não Proliferação Nuclear, ponto mais alto da *détente* entre a União Soviética e os Estados Unidos e “data-limite para que os países

se habilitassem como potências militarmente nucleares”, cujo efeito prático era não apenas limitar a um certo número de países o poder militar, mas também a ciência e a tecnologia, na medida em que a energia nuclear (por esse tratado) passou a ser monopólio de poucos países.<sup>22</sup>

Nessa mesma conferência, Araújo Castro procura demonstrar que o processo de congelamento do poder mundial progressivamente tenderia a consubstanciar-se num regime de co-presidência, em que, em última análise, apenas as duas superpotências — Estados Unidos e União Soviética — teriam o privilégio de decidir sobre os rumos da vida internacional. Portanto, segundo Araújo Castro, esses dois países, enquanto superpotências, eram os mais interessados em manter o *status quo* das relações internacionais, em manter um tipo de estrutura que afasta e impede os países em desenvolvimento de dela participarem ativamente.<sup>23</sup>

É importante ainda observar que o embaixador brasileiro procura descaracterizar o conflito Leste-Oeste, colocando num primeiro plano as contradições Norte-Sul:

“Cumprir observar que tem sido extremamente negativa a atitude adotada pela URSS e pelos demais países socialistas, em matéria de programas multilaterais de desenvolvimento econômico. Nesta matéria, os socialistas se apegam a princípios superados de liberalismo econômico e se revelam fidelíssimos discípulos de *laissez faire*, *laissez passer*, de Jean Baptiste Say. Já se disse que, ao se prepararem para assistir a qualquer sessão do Conselho Econômico e Social da Segunda Comissão da Assembléia Geral da ONU, os delegados socialistas tomam a precaução elementar de deixar no vestiário todos os seus livros de Karl Marx.”<sup>24</sup>

Essa preocupação da diplomacia brasileira com a estrutura internacional de poder se transformou, se assim podemos cha-



mar, num dos carros-chefes da práxis externa brasileira. Em discurso pronunciado na Escola Superior de Guerra, em 5.12.80, o atual ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, afirmava que a estrutura internacional cristalizava "estratificações indesejadas" e se perpetuava em termos de poder, repelindo "os projetos de transformação não medidos pelo próprio poder. A esse respeito, não poderia ser mais ilustrativa a nossa experiência no diálogo Norte-Sul." Dizia ainda que a evolução da vida internacional estava "bloqueada pela consagração estrutural da desigualdade, no que diz respeito tanto à substância dos problemas políticos e sociais, quanto à restrição à participação no processo decisório".<sup>25</sup>

O que essas afirmações oficiais deixam entrever, portanto, é que a diplomacia brasileira, no decorrer da última década, ao criticar a estrutura das relações internacionais, ao denunciar o processo de congelamento do poder mundial, procurou também abrir para o Brasil espaços no interior dessa mesma estrutura. Comentando o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha o então Ministro das Relações Exteriores do Governo Geisel, Azeredo da Silveira, entendia que o acordo teria como resultados políticos o aumento das possibilidades de o Brasil ter "acesso ao fechado Clube onde se tomam as decisões importantes que afetam a vida dos povos" e considerava parecer "lícito afirmar que o Brasil já tem hoje uma posição basicamente diferente da que ocupava até há pouco tempo".<sup>26</sup>

Ao lado das interpretações dadas pelo Ministério das Relações Exteriores ao acordo nuclear em termos de ganhos políticos, poderíamos igualmente citar a importância dada aos mecanismos de consulta política estabelecidos com a Alemanha, Reino Unido, França e Estados Unidos, durante o período do Governo Geisel. Tais mecanismos foram na época entendidos como uma me-

lhoria da posição do Brasil no contexto internacional.<sup>27</sup>

### A "vontade de potência"

O crescimento da economia brasileira, a crítica à estratificação das relações internacionais etc. têm levado alguns especialistas internacionais a interpretarem as iniciativas diplomáticas do Brasil como atos que traduziriam uma "vontade de potência", isto é, de procura de um papel hegemônico pelo menos no âmbito regional.<sup>28</sup> Alguns autores consideraram que o crescimento industrial brasileiro daria ao país a condição de "quase industrial", em que os tradicionais vínculos de dependência seriam substituídos por relações de interdependência (o que esmaece, a nosso ver, a dependência brasileira das matrizes do capitalismo mundial, em termos de financiamento e tecnologia).

Antonio Carlos Peixoto, em trabalho produzido no final dos anos 70, embora não avalizando a idéia de interdependência, afirma, contudo, que o Brasil teria certos trunfos na concretização de uma política de hegemonia, seja pelo tipo de política de desenvolvimento econômico, que continua no pós-64 sem grandes modificações; seja pelo fato de os diplomatas brasileiros constituírem o único corpo profissional específico civil no interior do aparelho de Estado, a isso se acrescentando que "as normas de funcionamento e os critérios de escolha desse corpo são relativamente autônomos em relação ao poder central"; seja devido "à visão das forças armadas, de dar ao Brasil uma condição de potência no comércio internacional".<sup>29</sup>

Aliás, a idéia de Brasil-potência não é totalmente fora de sentido em termos internos: já nos anos 50 ela podia ser encontrada entre alguns autores brasileiros, como o Embaixador Adolpho Justo Bezerra de

Menezes — que via na África uma área primordial para a concretização desse objetivo<sup>30</sup> —, ou ainda no interior da ESG.<sup>31</sup>

Seja como for, é certo que, desde pelo menos o início dos anos 70, vamos encontrar no Itamaraty uma figura do porte intelectual de Araújo Castro a falar sobre a necessidade de o Brasil explicitar uma política internacional. Para ele, “nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos: por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento social-econômico, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. As soluções medíocres e pequenas não convêm nem interessam ao Brasil. Temos de pensar grande e planejar em grande escala, com audácia de planejamento, e isto simplesmente porque o Brasil, ainda que a isso nos conformássemos, não seria viável como país pequeno ou mesmo como país médio (...) a Política Internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar o seu Poder Nacional.”<sup>32</sup>

Esses fatores externos, para Araújo Castro, se resumiriam à política de congelamento do poder mundial: “No limiar de um pleno desenvolvimento econômico, o Brasil seria, dentre todos os países do mundo, mais acentuadamente do que, por exemplo, a Índia, o México, a Argentina e a República Árabe Unida, aquele que mais seria prejudicado pela afirmação de uma Política de Contenção, ou, em outras palavras, de uma Política de Congelamento do Poder Mundial.”<sup>33</sup> E por poder mundial, na visão do próprio autor, entenda-se não apenas “Poder Militar”, mas também poder político, poder econômico, poder científico e tecnológico.

Segundo ainda Araújo Castro, o alcance de uma política internacional do Brasil se-

ria facilitada pelo fato de, “como massa territorial, massa geográfica, sociedade multirracial, cultural, e até mesmo como atitude psicológica de interesses e de participação”, o Brasil ter “pontes naturais e uma linguagem natural para todos os continentes”. Para ele, o que havia até então “era a vontade de utilizar essas pontes e essa linguagem”.<sup>34</sup> Na implementação de uma política internacional, cujo objetivo seria neutralizar todos os elementos externos que impedissem o desenvolvimento do “Poder Nacional”, o Brasil deveria empregar “todos os meios e com o concurso de todos os países” que quisessem colaborar “no equacionamento e solução dos problemas mundiais”.

Pelas palavras do Embaixador Araújo Castro e pela própria atuação da diplomacia brasileira nos últimos tempos, observa-se que se sedimenta uma orientação de política externa em que se faz uma estreita ligação entre desenvolvimento econômico interno e práxis externa. Em outras palavras, ao mesmo tempo que a práxis externa teria por objetivo superar os problemas externos que vinham impedindo o pleno desenvolvimento capitalista no Brasil, a consecução gradativa do desenvolvimento econômico permitiria que a práxis externa reivindicasse para o Brasil uma nova situação política, um novo patamar na esfera das relações internacionais. O que se conclui dessa prática conjugada é uma “instrumentalização” política do nível atingido pela acumulação de capital no Brasil, obedecendo a uma “vontade” política de inserir o Brasil de modo diferente no mundo, de realizar historicamente o Brasil como potência emergente. E aí a iniciativa política ganha primeiro plano, ou, como disse Araújo Castro em outro texto — ao se referir ao papel a ser desempenhado por uma política internacional do Brasil (e conseqüentemente, o seu agente, o Itamaraty) —, “já não podemos permitir-nos o luxo de uma indiferen-



ça e de um alheamento". Daí a necessidade de "planejar grande e planejar em grande escala, com audácia de planejamento".<sup>35</sup>

E, por consequência, se explica a crítica ao caráter desigual das trocas internacionais, às barreiras à concessão de financiamentos e ao monopólio sobre a tecnologia por parte dos países industrializados. Afinal, esses fatores externos consistiam em obstáculos ao desenvolvimento do "Poder Nacional", à emergência política do Brasil nas relações internacionais. O Brasil, na visão do pensamento a que fizemos referência, era, entre os países de desenvolvimento médio, o mais prejudicado pela estratificação das relações internacionais. No final dos anos 70, o Ministro Saraiva Guerreiro afirmava que o Brasil estava entre aqueles países que se encontravam numa situação aparentemente paradoxal, pois, "embora descritos como afluentes ou em processo de industrialização, permanecem efetivamente subdesenvolvidos, sem que possam alterar seu modo de inserção internacional".<sup>36</sup>

E à identificação dos problemas nas relações internacionais que criam obstáculos ao "Poder Nacional", junta-se a percepção das possibilidades de conquista de um novo papel para o Brasil, criadas pelas transformações da situação internacional. O diplomata José Viegas Filho, em seu texto "A nova configuração do Ocidente", considera que alguns fenômenos ocorridos nas duas últimas décadas — como a crise da economia contemporânea (inflação, estagnação e desemprego etc.), a organização dos países do Sul em grandes blocos negociadores (o Grupo dos 77, na ONU, e o Movimento dos Não-Alinhados) e a reorganização das relações políticas dentro do Ocidente industrializado (com os países da Europa Ocidental buscando desempenhar um papel internacional diferenciado) — contribuam para a modificação das relações internacionais e, conseqüentemente, para dar um ou-

tro *status* ao Brasil. Essa mudança permitiria ao Brasil, inclusive, redefinir suas relações com o Ocidente industrializado.<sup>37</sup>

Para redefinir essas relações e viabilizar uma política internacional brasileira, necessariamente o Brasil tinha que se aproximar dos países do hemisfério Sul. No nível econômico, como já dissemos, a forma de desenvolvimento tardia do capitalismo no Brasil põe crescentemente a África e a América Latina como áreas receptoras de manufaturados não tradicionais, de tecnologia e de serviços brasileiros. Entretanto, essas relações Sul-Sul não podiam ser apenas percebidas como relações econômicas. Na visão do diplomata Ronaldo Mota Sardenberg, uma das dicotomias que a diplomacia brasileira teve que superar nos últimos tempos foi a separação entre as questões políticas e as econômicas.<sup>38</sup> Portanto, elas tinham também de ser tratadas politicamente, na medida que poderiam aumentar a "projeção do Brasil" no hemisfério Sul e, assim, criar as condições favoráveis para o desenvolvimento de uma política internacional.

E a evolução da conjuntura internacional, "conjugada com a alteração da situação econômica do Brasil, cujo volume cresce e cujas vinculações internacionais se diversificam não só dentro do Ocidente mas, sobretudo, em direção aos demais países do Terceiro Mundo", abria a possibilidade de, pela primeira vez, se "promover ativamente o reordenamento das relações internacionais" do Brasil "com o Ocidente industrializado em particular".<sup>39</sup>

Em resumo, uma de nossas hipóteses é de que estaria em curso no Itamaraty, na última década, a idéia de desenvolver uma política internacional cujo objetivo seria implementar o "Poder Nacional" e, assim, modificar a situação do Brasil no interior do capitalismo mundial, dando-lhe um lugar no processo de decisões da vida internacional. Daí o empenho do Itamaraty em

denunciar a tendência do congelamento do poder mundial, enfatizando as contradições Norte-Sul em detrimento das clivagens Leste-Oeste. Ao condenar a estratificação internacional (que perpassa o conflito Leste-Oeste), que se traduziria em relações Norte-Sul, e, ao mesmo tempo, ao colocar o Brasil como país integrante do bloco dos países em "desenvolvimento", o Itamaraty procura criar um espaço político-diplomático entre os países do hemisfério Sul, apresentando-se como um dos protagonistas dos interesses desses países. Além disso, ao promover a aproximação brasileira a esses países (especialmente os da América Latina e África), procura incentivar o desenvolvimento das relações Sul-Sul, como opção às Norte-Sul. A consequência disso então seria que, nas relações Sul-Sul, o Brasil, devido ao seu próprio perfil econômico, que lhe deixaria numa situação favorável, apareceria como vendedor alternativo de certos tipos de manufaturados, serviços e tecnologia. O desenvolvimento dessas relações, por conseguinte, ao possibilitar um papel preponderante ao Brasil no hemisfério Sul, ao permitir ao Brasil "mudar de patamar" como país<sup>40</sup>, viabilizaria a modificação das relações do Brasil com os países industrializados e, com isso, lhe daria "acesso ao fecho do Clube onde se tomam as decisões importantes que afetam a vida dos povos".<sup>41</sup>

### Capitalismo e política externa do Brasil

Na forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, diferentemente daquele que se convencionou chamar de "burguês clássico"<sup>42</sup>, as velhas forças sociais não são extirpadas mediante amplos movimentos populares sob a hegemonia da burguesia (revolução política comandada por essa classe). Ao contrário, a fragilidade da burguesia faz com que as transformações sejam implementadas, no nível político, no

interior das classes dominantes.<sup>43</sup> Basta recordar, por exemplo, que no período visto como o da "moderna industrialização" (1932-62), em que a produção industrial multiplicou-se por dez, a estrutura agrária permaneceu intocável; essa industrialização, essa implementação da acumulação de capital se fez, pois, sem grandes atritos entre a classe dominante rural e a burguesia industrial e sem a participação das classes subalternas.

Por outro lado, nessa forma de desenvolvimento do capitalismo, devido à fragilidade da burguesia, o Estado adquire um papel fundamental na viabilização da industrialização. E sem a participação das classes subalternas, essas transformações traduzem o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou seja, o aparelho de Estado e seus organismos adquirem uma relativa autonomia perante a sociedade civil.

A partir do quadro que expusemos é possível retomar nossas reflexões sobre a política externa brasileira, procurando agora entendê-la tendo como referência a forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. E verificamos ainda que, se é claro que o modo de produção capitalista no Brasil se realizou, é perceptível que esse desenvolvimento se deu, no tempo, tardiamente. Isto é, num momento em que outros países já tinham completado esse processo e exerciam um papel preponderante no cenário internacional, determinando as suas regras políticas e econômicas. É no interior desse mundo que é realizado o processo capitalista no Brasil, para cuja aceleração necessitava-se de tecnologia e financiamentos, que, em razão da fragilidade das fontes internas, só o exterior possuía.

Nessa medida, era inevitável que a política externa do Brasil (particularmente, a partir da segunda metade dos anos 50) viesse a assumir um papel no processo capitalista brasileiro, que desde o seu início



estava intrinsecamente ligado ao *mundo* e, por conseguinte, necessitava de que fosse formulada uma ação externa. Daí se explica a reestruturação do Itamaraty, iniciada a partir do final dos anos 50, e a continuidade, independentemente dos diferentes governos, de sua postura crítica perante temas como deteriorização dos termos de troca entre produtos industrializados e de base, financiamentos para industrialização dos países "em desenvolvimento", ou a defesa da necessidade de participação das empresas estatais na industrialização desses países. Mais ainda: posteriormente, explicaria o papel do Itamaraty no processo de diversificação de mercados e financiamentos, em relação às matrizes do capitalismo mundial, e a crítica constante ao congelamento do poder mundial. Isso revelaria a intenção do Itamaraty em aumentar a "projeção" do Brasil no hemisfério Sul e, assim, mudar a posição brasileira no interior do capitalismo mundial. Por outro lado, essa preocupação de mudança de patamar nos remete a um momento subjetivo, isto é, àquele em que a cristalização do modo de produção capitalista no Brasil permite que a práxis externa, representando os interesses da classe dominante, dele se utilize politicamente como "fonte de poder", para realizar a "vontade" do Brasil-potência.

Em outras palavras, é nossa intenção demonstrar até que ponto a práxis da política externa brasileira imprimida pelo Itamaraty contribui ou não para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, ainda, perceber a relação entre esse desenvolvimento e a "vontade" política protagonizada pelo Itamaraty de mudar a situação do Brasil no contexto do capitalismo mundial.

Outro ponto que procuraremos demonstrar, através do levantamento empírico, diz respeito à larga autonomia que o Itamaraty possuía na elaboração e execução dos tra-

ços fundamentais da política externa. Em outras palavras, se na atuação do Itamaraty deve-se ter em mente as necessidades políticas e econômicas da forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, por outro lado, essa mesma forma histórica do capitalismo no Brasil tem como traço fundamental a dominância do político. E o Itamaraty se encontra na esfera política.

A ação do Itamaraty se dá num contexto em que o aparelho de Estado possui papel proeminente e em que diversos segmentos da sociedade civil se apresentam marginalizados da política. A isso se junta o fato de que o Itamaraty é não apenas mais um ministério civil, ele é igualmente uma "escola" (assim como os ministérios militares), em que os seus "funcionários", para exercer as suas tarefas funcionais, são antes cuidadosamente preparados, permitindo que haja um certo grau de homogeneização nas reflexões e práticas itamaratianas. A combinação dessas circunstâncias faz que o Itamaraty desempenhe o papel de "corpo de intelectuais" responsável pela formulação e pela práxis externa brasileira, respondendo aos interesses gerais da burguesia. Em resumo, do mesmo modo que o capitalismo no Brasil foi implementado pelo alto, sem a participação das classes subalternas, da mesma maneira é formulada a política externa.

Parece-nos ainda que, no próprio interior do aparelho de Estado, o Itamaraty possuía um certo grau de autonomia. É importante notar que ele foi um dos organismos do aparelho de Estado cujos quadros foram menos afetados pelo golpe militar de 1964, o que, no mínimo, traduz uma certa continuidade de quadros, de pensamento e de linhas de ação perpassando diferentes regimes. O caso de Araújo Castro, autor do discurso "Desarmamento, descolonização e desenvolvimento" e último ministro das Relações Exteriores do governo Goulart, é sintomático. Apesar do golpe de

64, ele permaneceu ocupando um lugar de destaque na política externa brasileira e suas idéias receberam depois o estatuto de pensamento.<sup>44</sup>

#### *Aceleração da acumulação de capital e política externa brasileira (1955-63)*

O Governo Kubitschek (1955-60) corresponde a um período significativo da aceleração da acumulação capitalista no Brasil. Através de um programa que se propunha avançar "cinquenta anos em cinco", pretendia-se converter definitivamente o setor industrial no elemento motriz da economia brasileira, implantando-se indústrias mais sofisticadas — como a automobilística, construção naval, mecânica pesada — e, ao mesmo tempo, triplicando-se a capacidade da siderurgia.<sup>45</sup>

A industrialização realizada durante o período Kubitschek implicou uma alteração da estrutura produtiva da indústria, iniciando-se um processo de substituição das importações centrado principalmente na área de bens de consumo duráveis. Por conseguinte, se em 1949 as indústrias de alimentos e têxteis respondiam por mais de 50% do valor da produção total das indústrias de transformação, já em 1958 a participação conjunta dessas duas indústrias havia se reduzido para 36%. De sua vez, as indústrias mecânicas, metalúrgicas, de material de transporte, de material elétrico e químico aumentaram a sua participação de 22% (1949) para 38% (1958).<sup>46</sup>

No interior desse processo, percebe-se o papel fundamental do Estado, através da elaboração de uma política econômica (Plano de Metas)<sup>47</sup> voltada para incentivar os investimentos diretos e maciços na infraestrutura imprescindível para o tipo de industrialização desejada. Esse investimento era dirigido particularmente para áreas como siderurgia, setor hidrelétrico, rodovias

e petróleo. Entretanto, por ser essa política econômica dirigida por uma administração paralela, constituída por grupos de trabalho e grupos executivos incrustados no aparelho de Estado, fez que largos setores da sociedade civil permanecessem marginalizados do processo decisório, contribuindo para o aumento da preponderância do Estado sobre a sociedade civil.<sup>48</sup> Por outro lado, essa política econômica, por ser implementada por um governo cujas forças de sustentação política eram constituídas por um partido urbano e populista (o PTB) e por outro agrário e conservador (o PSD), considerava que os interesses rurais deveriam ser resguardados — "a política de dominação no campo teria que permanecer intocável".<sup>49</sup> E isso, em nível econômico, se traduziu no fato de que o processo de industrialização, nesse período, foi feito sem qualquer modificação da estrutura agrária. Enquanto a indústria, de certo modo, se beneficiava da absorção do progresso tecnológico, a agricultura de um modo geral continuava presa a uma mentalidade conservadora, que relegava a segundo plano a preocupação com produtividade, e apoiava seu crescimento na abundância relativa de mão-de-obra e de terras. Assim, é a fronteira móvel que permitirá o crescimento da agricultura, respondendo às demandas do movimento de industrialização.<sup>50</sup> Por sua vez, essa situação no campo repercutiria na definição do mercado desenvolvido com a industrialização, voltado principalmente para os setores médios e urbanos.

Ao contrário do que se acredita, a expansão capitalista no Brasil foi feita numa conjuntura internacional desfavorável. Segundo Francisco de Oliveira<sup>51</sup>, nesse período a decisão sobre a industrialização foi concebida internamente, não sendo assim mero reflexo de fatores externos. A resistência externa à industrialização pode ser vista no fato de que, na execução do Plano de Metas, "a participação inicial de empre-

sas do país hegemônico — os Estados Unidos — era irrisória”.<sup>52</sup> Não se verifica a participação de grandes empresas norte-americanas na indústria de construção naval, na indústria metalúrgica — que se realizou com capitais japoneses, holandeses e brasileiros —, na indústria siderúrgica — fundamentalmente de capitais nacionais estatais (BNDE, hoje, BNDES) e japoneses — e nem significativamente na indústria automobilística, montada por capitais alemães (Volkswagen), franceses (Simca) e nacionais. (As empresas norte-americanas General Motors e Ford, que se encontravam aqui há muito tempo, só se interessaram pela fabricação de automóveis de passeio após 64. A Willys-Overland, outra empresa norte-americana que veio para o Brasil, era uma empresa marginal no mercado dos Estados Unidos.<sup>53</sup>)

Em outras palavras, a industrialização do Brasil no período Kubitschek foi feita aproveitando-se as brechas existentes no interior do imperialismo. Como as principais empresas norte-americanas não se mostrassem muito interessadas em investir na produção dentro do país, Kubitschek foi capaz de atrair empresas européias e algumas companhias marginais norte-americanas.<sup>54</sup> Ultrapassada a fase de substituição das importações de bens de consumo leves e, conseqüentemente, da implantação dessas indústrias no Brasil, a continuidade do processo de industrialização teria que passar pela produção de bens de consumo duráveis e bens de capitais, indústrias que necessitavam de mais capital e de uma tecnologia mais sofisticada do que aquela até então utilizada. Na ótica do Estado, a continuidade do processo capitalista passava pela aquisição externa de capitais e tecnologia.<sup>55</sup>

Entretanto, apesar de a aceleração da industrialização se fazer mediante a associação com o capital estrangeiro, essa aceleração se dará principalmente pelo forneci-

mento de tecnologia. Em termos de financiamento, manifesta-se significativa resistência dos países industrializados, do que resultou quase nenhum financiamento de governo a governo, forçando o Brasil a lançar mão do endividamento externo privado de curto prazo, pressionando a balança de pagamento.<sup>56</sup> Por outro lado, a poupança externa nunca ultrapassará, neste governo, a cifra de 5% da poupança total.<sup>57</sup> No final das contas, foi a agricultura de exportação (cujos produtos dominavam ainda marcadamente as exportações brasileiras) que, até 1959 pelo menos, supriu de recursos por via indireta (mecanismo cambial) o desenvolvimento capitalista brasileiro, dirigindo-os tanto para o setor público quanto para a indústria.<sup>58</sup>

Por último, quanto ao papel do Estado frente às pressões externas, o exemplo do Fundo Monetário Internacional pode nos ajudar. Contrário naquele momento ao processo de industrialização ocorrido no Brasil, o FMI insistia numa espécie de crescimento equilibrado e cuidadoso, com uma redução nos gastos governamentais. Caso essas medidas fossem aplicadas pelo governo brasileiro, isso implicaria a redução do ritmo de industrialização<sup>59</sup> e particularmente atingiria o crescimento das empresas estatais. Mas o Estado resistiu a essas pressões, mantendo sua política econômica. Em junho de 1959, rompe com o FMI.<sup>60</sup>

#### *Traços da política externa no período Kubitschek*

A aceleração da acumulação capitalista no Brasil e as condições internacionais em que ela se dá levaram, progressivamente, a partir do Governo Kubitschek, a política externa brasileira a assumir novos contornos. O periódico *Desenvolvimento e Conjuntura*, publicação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), se referia à ne-



cessidade premente de a política externa brasileira se adequar aos interesses do desenvolvimento econômico do país, mediante uma prática que visasse ao comércio externo, a financiamentos e tecnologia. Caso isto não ocorresse, segundo a publicação do CNI, o Itamaraty correria o risco de se ver transformado em mero "Bureau de Cerimonial".<sup>61</sup>

É do período Kubitscheck a iniciativa de formar a Operação Pan-Americana (OPA), em 1956, pela qual o governo brasileiro procurava associar o item "segurança" — preocupação constante do governo norte-americano, na época do refluxo da Guerra-fria — ao item "desenvolvimento". Na visão de Kubitscheck, até aquele momento a unidade política da América Latina em torno dos Estados Unidos não estava sendo contrabalançada por uma ajuda econômica efetiva, que continuava sendo dirigida prioritariamente para a Europa. Através da OPA, procurava-se modificar essa situação. Para Kubitscheck, a cooperação econômica era indispensável; a fidelidade ao regime democrático no campo exclusivamente político era francamente insatisfatória.<sup>62</sup>

O editorial do mesmo número *Desenvolvimento e Conjuntura* via na proposta da OPA a "reafirmação, ante os Estados Unidos, da decisão do Brasil de se desenvolver economicamente". E completava essa visão com uma análise da conjuntura internacional, segundo a qual, "na tessitura da política internacional do pós-guerra, permaneceu a América Latina — e, dentro desta, o Brasil — em posição secundária, refletida tanto no divórcio em relação às decisões políticas internacionais como no abandono a que ambos foram relegados pelo amparo econômico que as nações do Mundo Ocidente se concederam reciprocamente".<sup>63</sup>

Quatro anos após ter sido lançada a idéia da OPA, o ministro das Relações Ex-

teriores, Horácio Lafer, na VII Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior da OEA (23.8.60), mostrava sinais de descontentamento com a situação da América Latina. Para ele, a "América continuou marchando sobre um pé só, a solidariedade política, enquanto o outro, o da cooperação econômica", se atrofiava "cada vez mais".<sup>64</sup>

Para a Prof.<sup>a</sup> Maria Victoria Benevides, a recusa dos Estados Unidos em responder às solicitações da OPA teria contribuído para que Kubitscheck rompesse com o FMI.<sup>65</sup> Contrariamente, apesar do fracasso da Operação Pan-Americana, o diplomata Ronaldo Sardenberg vê nela "verdadeiro marco inicial da diplomacia brasileira contemporânea".<sup>66</sup>

Ainda no período Kubitscheck, o Itamaraty cria a Divisão de Cooperação Econômica e Técnica, em 1958, com a função de acompanhar, de "forma orgânica e metódica, a intensificação havida nas atividades de cooperação econômica e técnica internacional"<sup>67</sup>, resultante de acordos e convênios bilaterais. Dois anos antes, a Divisão Econômica do Itamaraty já destacava alguns temas como merecedores de maior atenção, devido à estreita correlação que apresentavam para os interesses de curto e longo prazo do país: o problema da instabilidade do mercado dos produtos primários, a industrialização dos países subdesenvolvidos e a renegociação das obrigações do Brasil no GATT para aplicação de uma nova tarifa alfandegária brasileira<sup>68</sup>, que afetavam diretamente os interesses da industrialização brasileira, na medida mesma em que essa se fazia pela substituição das importações.

No final da administração Kubitscheck, o Secretariado Técnico de Análise e Planejamento da Comissão de Coordenação da Política Exterior realizou um estudo sobre a tendência do comércio mundial, em que examinou as atuais condições e as tendên-

cias futuras do comércio internacional de países e territórios autônomos e não autônomos. Ao mesmo tempo, organizou-se um modelo da economia brasileira, destinada à formulação da política econômica externa do Brasil, e um estudo completo dos parâmetros básicos da Europa Ocidental, da América e da área socialista.<sup>69</sup> Por outro lado, já se aventava a necessidade de uma reestruturação administrativa do Itamaraty —, concluída no governo Quadros —, no sentido de adequá-lo às novas necessidades de política externa.<sup>70</sup>

Quanto à atuação brasileira nos fóruns internacionais no período 1955–60, esta seria marcada por duas posições nítidas: o apoio às potências ocidentais em todas as questões políticas Leste–Oeste, inclusive às posições colonialistas (gradativamente, perpassado por reivindicações econômicas), e a atenção dada às questões atinentes, principalmente, à industrialização dos países subdesenvolvidos e à deteriorização das trocas internacionais, em que se percebe claramente uma crítica da estratificação da economia internacional, entrando em confrontação com a posição dos países industrializados.

Por último, a OPA e o apoio brasileiro às posições colonialistas indicam os limites da política externa do Governo Kubitscheck, para quem o mundo se restringia às Américas e à Europa. A África, para não falar da Ásia, pouco aparecem, apesar de esses continentes já estarem passando por um processo político cujo resultado implicaria mais tarde a própria modificação das relações internacionais.

O período que sucedeu ao do Governo Kubitscheck (1961–63) continha como proposta “reformular” a política externa — e a essa proposta se deu o nome de “política externa independente”.

### *Traços da “política externa independente”*

A chamada política externa independente tem o seu início no Governo Jânio Quadros (1961), quando era ministro das Relações Exteriores o Embaixador Afonso Arinos, mas só vem a adquirir consistência nas mãos de San Thiago Dantas, ministro das Relações Exteriores do primeiro ministério parlamentarista, chefiado por Tancredo Neves. Apesar de ter sobrevivido, de 1961 a 1963, a diferentes ministérios, essa política manteria os mesmos pontos básicos expostos por Jânio Quadros. O último ministro da política externa independente, Araújo Castro (1963, Governo João Goulart), a definiria como a política dos três *d*: desenvolvimento, descolonização, desenvolvimento.

A política externa desse período — autoproclamada independente — revela a preocupação de tentar mudar o comportamento do Brasil no contexto das relações internacionais. Mesmo tendo claro que “a posição ideológica do Brasil é ocidental”<sup>71</sup>, pretendia-se manter uma equidistância entre os “blocos ideológicos” do Oeste e do Leste, reconhecendo que além dessa divisão existia uma outra que perpassava o mundo — a que divide o Norte, do Sul; países desenvolvidos, de subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, tentando dar conta dos interesses nacionais, consubstanciados no desenvolvimento econômico e social implementado internamente, e das mudanças ocorridas na conjuntura internacional, pretendia-se romper o regionalismo do Brasil nas relações internacionais — circunscrito até então à América Latina e voltado quase que exclusivamente para os Estados Unidos e Europa Ocidental —, procurando se aproximar do Leste Europeu, da Ásia e da África. Não obstante, pelo menos em sua formulação, não apenas deixava claro

as suas vinculações preferenciais com o Ocidente, mas também o respeito aos compromissos internacionais assumidos anteriormente, entre os quais o Tratado de Amizade e Consulta, estabelecido com Portugal em 1953.

Mesmo assim, a questão do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e a luta contra o colonialismo constituíram momentos definidores da política externa independente. Por isso, era de se esperar que a política brasileira, no período de 1961—63, passasse quando nada a apoiar contínua e coerentemente as propostas anticolonialistas levadas à ONU. Mas nada disso aconteceu, embora vários pronunciamentos de autoridades governamentais insistissem em afirmar que o Brasil era “contra toda forma de colonialismo político, econômico e social”.<sup>72</sup>

Mas, não obstante, que se faça justiça: no período Quadros e depois no de Goulart, tiveram continuidade as transformações iniciadas no Itamaraty durante o Governo Kubitschek. Em 14 de julho de 1961, a Lei 3.917 reestruturava o Itamaraty, adequando-o às novas necessidades do Brasil nas relações internacionais. Por essa lei, eram criadas, entre outras, a Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, formada pela Divisão da Europa Oriental e a Divisão da Ásia e Oceania, e a Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Ocidental e África.<sup>73</sup> A criação dessas secretarias são sintomas de que o Itamaraty tinha pelo menos a intenção de alargar a sua visão de mundo, incluindo nela a Europa Oriental e a África. Inclusive, durante essa mesma época, as relações comerciais com a Europa Oriental seriam intensificadas, com o envio e o acolhimento de missões diplomáticas e comerciais (Em 1961, a missão brasileira chefiada pelo embaixador João Dantas visitou oito países do Leste Europeu, ao mesmo tempo que eram formados grupos de trabalho mis-

tos para o estudo da ativação das relações comerciais.).<sup>74</sup>

### *A atuação brasileira nos fóruns internacionais frente a algumas questões econômicas*

No tratamento que o Itamaraty dava às questões do desenvolvimento econômico, percebe-se os contornos que iriam, progressivamente, marcar a política externa brasileira nestas últimas décadas. Por um lado, como face externa da forma de acumulação de capital implementada no Brasil, a política externa brasileira criticou a estratificação da economia internacional, que dificultava o desenvolvimento econômico dos “países subdesenvolvidos”. Com isso, o Brasil aparecia, externamente, como um dos protagonistas da aspiração de uma nova ordem econômica internacional, mais democrática e descentralizada, em que os interesses dos “países subdesenvolvidos” fossem escutados e levados em conta. Desse modo, nos fóruns internacionais, a política externa brasileira, para aqueles menos avisados, transparecia plena de “idéias democráticas”.

Por outro lado, elaborada no interior de um processo capitalista modernizante-conservador, em que as transformações sociais eram feitas superficialmente, a política externa era elaborada sem a participação ativa da sociedade civil. Ou seja, ao denunciar as desigualdades existentes na estrutura econômica internacional, a política externa brasileira — estando respondendo às necessidades da aceleração capitalista no Brasil e às de uma pequena fração social, cujos interesses dominavam o aparelho de Estado — não estava sendo, necessariamente, portavoz dos largos segmentos da sociedade civil marginalizados das transformações econômico-sociais. Em resumo, a atuação da política externa brasileira nessa época



(1955-63) explicitava as necessidades e dificuldades da forma de desenvolvimento capitalista pela qual o Brasil passava. Desenvolvimento esse que em seu percurso encontrava obstáculos numa estrutura econômica internacional que lhe impedia o acesso direto a uma tecnologia mais avançada, dificultava a obtenção de financiamentos, restringia a participação do Estado na economia, e impunha barreiras várias ao desenvolvimento do comércio exterior.

No período Kubitschek, quando da XXI Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em 1956, a delegação brasileira reafirmava a sua preocupação com as questões do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, expressando que a política econômica brasileira estaria assentada principalmente sobre dois princípios básicos: "instabilidade do mercado de produtos primários e industrialização dos países subdesenvolvidos (...), irradiando-se para as questões do financiamento econômico, problemas fiscais internacionais e assistência técnica às regiões subdesenvolvidas".<sup>75</sup>

Um ano mais tarde, na XII Assembléia Geral das Nações Unidas, o chefe da delegação brasileira, Oswaldo Aranha, ao analisar os dez anos de vida do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado em Bretton Woods com o objetivo de reconstruir as áreas assoladas pela guerra e auxiliar os países economicamente menos desenvolvidos, concluiu que "os países assolados pela guerra já se encontravam reconstruídos, alcançando níveis superiores ao anterior da guerra", enquanto que "quase todas as demais nações (...) tiveram reduzidas suas rendas, incluídas as individuais".<sup>76</sup> Para Oswaldo Aranha, teria chegado o momento de as Nações Unidas empreenderem de maneira mais ativa a solução dos problemas do desenvolvimento econômico.

Nesse mesmo ano, o Embaixador Souza Gomes, da delegação brasileira no Conselho Econômico Social das Nações Unidas, afirmava, "concisa e claramente", que o espírito com que a delegação brasileira assistia à sessão do ECOSOC era de profunda insatisfação com o funcionamento do órgão.<sup>77</sup> Após considerar que o grande mérito inicial do ECOSOC foi o de ter entendido que os problemas sociais e econômicos do mundo não poderiam ser apreendidos do estreito ângulo de visão de uma "pequena minoria de seres humanos que habitavam os países prósperos", e que os "países subdesenvolvidos já não mais concordavam em assumir o seu papel passivo de antes da Segunda Guerra", Souza Gomes arrematava que o ECOSOC tinha perdido esse papel pioneiro e que parecia ter nostalgia dos tempos em que o "Mundo era tranqüilo e organizado à custa da exclusão das colônias e dos países atrasados em geral".<sup>78</sup> Para o delegado brasileiro, depois de reconstruir os países "já industrializados", o ECOSOC evitou rever e readaptar os mecanismos pelos quais se facultariam aos países subdesenvolvidos os meios financeiros indispensáveis à manutenção de uma taxa de crescimento aceitável. Para ele, o ECOSOC, pela sua omissão, contribuiu para o aumento do abismo entre os países industrializados e os subdesenvolvidos.

Ainda nessa reunião do ECOSOC, a delegação brasileira criticou os mecanismos e a filosofia de ação do Fundo Monetário Internacional, e o papel do BIRD. Para a delegação brasileira, o FMI beneficiava apenas os países industrializados, enquanto o BIRD vinha agindo como se fosse um simples banco privado, não auxiliando efetivamente as economias em desenvolvimento.<sup>79</sup> Por último, referindo-se ao papel fundamental que o Estado deveria desempenhar nas economias subdesenvolvidas, afirmava que "os países subdesenvolvidos não podem se desenvolver segundo o receituá-

rio liberal de medidas e processos" aplicado para o "desenvolvimento dos países hoje industrializados".<sup>80</sup>

Em 1959, os assuntos referentes à industrialização e obtenção de financiamentos continuaram a constituir um dos temas centrais levantados pela representação brasileira na ONU. Seguindo essa orientação, ela propôs à Assembléia Geral a criação de uma comissão de desenvolvimento industrial, cuja tarefa seria dar um novo impulso aos estudos das políticas a serem seguidas pelos países subdesenvolvidos, a fim de acelerarem o ritmo de seu progresso industrial.<sup>81</sup>

Outro ponto levantado pela diplomacia brasileira na ONU dizia respeito ao comércio internacional. No ano de 1959, o Itamaraty voltou a se referir, na Comissão Consultiva Permanente sobre o Comércio Internacional, à instabilidade dos preços dos produtos primários e à deteriorização dos termos de troca dos países menos desenvolvidos com os países industrializados, afirmando a necessidade de se modificar essa situação, através de mecanismos que permitissem a distribuição mais justa dos lucros do comércio internacional.<sup>82</sup>

Além das questões de financiamento, trocas internacionais, o Itamaraty, mais uma vez, se preocupou em demonstrar que a forma pela qual os países industrializados implementaram a sua acumulação de capital era inviável nos países subdesenvolvidos e que o desenvolvimento do capitalismo nestes teria que passar pela intervenção do Estado na economia, tese a que os países industrializados e o FMI eram contrários. Na XXX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, realizada em 1960, os representantes brasileiros "voltaram a defender a tese de que o capital privado apenas acompanha o processo de desenvolvimento econômico, mas não contribui, satisfatoriamente, para criar a infraestrutura econômica sem a qual se torna

impossível o aceleração do progresso material, o que, por esse motivo, tem de ser confiado ao capital público".<sup>83</sup>

O tratamento dessas questões econômicas pelo Itamaraty seria aprofundado nos Governos Quadros e Goulart. Em outras palavras, um dos pontos da política externa independente dizia respeito, explicitamente, às questões do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, abordadas nas Nações Unidas sistematicamente pela diplomacia brasileira. Já na XVI Assembléia Geral da ONU, em 1961, o representante brasileiro, Afonso Arinos, afirmava que o mundo não estava "somente dividido em Leste e Oeste". Para ele, essa "separação ideológica", fazia esquecer a existência de outra divisão, não ideológica mas econômico-social", que distanciava o Norte do Sul.<sup>84</sup>

Ao se preocupar com esses problemas, a política externa brasileira foi progressivamente se envolvendo nas questões referentes às relações Norte-Sul, tomando atitudes que aproximavam o Brasil de países do bloco afro-asiático, como Índia e Egito, entrando em choque com a política dos países industrializados. Não se deve esquecer, inclusive, que algumas das posições assumidas no campo econômico se aproximavam daquelas defendidas pela conferência dos países "neutralistas" em Belgrado (1961)<sup>85</sup>, que entre outras coisas recomendava medidas para reduzir o hiato entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como, por exemplo, a eliminação das flutuações dos preços dos produtos primários.

O envolvimento da política externa brasileira nas questões pertinentes ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, no período 1961-1963, pode ser demonstrado pelo apoio dado pela delegação brasileira na ONU, em 1961, a projetos como o da criação do Fundo Especial das Nações Unidas para o Financiamento do Desenvolvimento Econômico; ao projeto sobre o co-

mércio internacional como instrumento principal do desenvolvimento; sobre a descentralização das atividades econômicas e sociais das Nações Unidas e o fortalecimento das comissões econômicas regionais; para o estabelecimento da Década do Desenvolvimento das Nações Unidas, com um programa para a cooperação econômica internacional; sobre as atividades das Nações Unidas no campo do desenvolvimento industrial; e sobre o papel das patentes na transferência da tecnologia para os países subdesenvolvidos (projeto este de autoria de um brasileiro).<sup>86</sup>

Em 1962 a delegação brasileira atuou de forma decisiva, no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e na Assembléia Geral, para a aprovação da Resolução 1.785, mediante a qual seria convocada uma conferência internacional de comércio. Da mesma forma, a diplomacia brasileira participou ativamente nas sessões preparatórias dessa conferência, convocada para 1964. Nessas sessões, chegou-se à conclusão de que a estrutura do comércio internacional tornava difícil o desenvolvimento econômico dos países produtores de matérias-primas, e denunciava-se a deteriorização dos termos de troca como a principal causa para a diminuição das receitas de exportação dos países subdesenvolvidos.<sup>87</sup> Em uma das sessões do comitê preparatório da conferência — a segunda, realizada em 20.5.63 —, a delegação brasileira afirmava, inclusive, que os mercados internacionais estavam organizados “de forma tal que a maioria dos esforços dos países subdesenvolvidos de resolverem seus problemas de balanço de pagamentos” tornavam-se “autofrustrantes (...)”. E rematava: “Se é verdade que não há hoje um problema econômico brasileiro que não estivesse automaticamente resolvido, ou em condições de sê-lo, se exportássemos três bilhões de dólares anuais, ao invés de menos de US\$1,5 bilhão, é também verdade que não podere-

mos atingir essa meta salvadora dentro do sistema mundial de comércio atualmente em vigor”.<sup>88</sup>

Ainda em 1963, na abertura da XVIII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas (19 de setembro), a diplomacia brasileira, através de seu ministro das Relações Exteriores, João Augusto de Araújo Castro<sup>89</sup>, voltaria a criticar as relações mantidas no interior da economia mundial, levantando problemas relativos ao subdesenvolvimento econômico.

Constatando que 2/3 da humanidade viviam em níveis de mera subsistência, enquanto uma minoria da população vivia em altos níveis de prosperidade econômica e de bem-estar social, o embaixador brasileiro afirmava que, no entender de seu governo, as atividades das Nações Unidas deviam atender a três áreas prioritárias: industrialização, mobilização de capital para o desenvolvimento e o comércio internacional.

Para Araújo Castro, a concepção que condenava os chamados países periféricos à posição imutável de fornecedores de produtos primários estava falida e era preciso estimular a industrialização por ser ela já o setor mais dinâmico da economia dos países subdesenvolvidos e porque, num curto período, poderia levá-los à diversificação e à emancipação econômica.

Sobre a transferência de capitais dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, o ministro das Relações Exteriores considerou que ela devia ser implementada de forma a não acarretar um aumento das dívidas externas dos países subdesenvolvidos, ressaltando a necessidade de criação de um fundo de capital das Nações Unidas para assistir financeiramente os países subdesenvolvidos.

Por fim, relativamente ao comércio internacional, Araújo Castro concluía que a sua estrutura não favorecia os países subdesenvolvidos, baseada que estava num con-



junto de regras operacionais e princípios que não raro atendiam apenas aos interesses e peculiaridades dos países industrializados. Para ele, "o alto estágio de desenvol-

vimento atingido por um pequeno número de países do mundo não deve necessariamente implicar a persistência do subdesenvolvimento dos outros países".

Tabela 1\*  
Investimentos estrangeiros no Brasil — principais países

(Em %)

Países	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Estados Unidos	37,5	33,5	32,8	32,2	30,4	27,8
Alemanha Ocidental	11,4	11,8	11,9	12,4	13,6	15,3
Japão	6,9	9,9	11,5	11,2	10,7	10,2
Suíça	7,8	9,3	10,1	10,9	10,7	11,8
Reino Unido	7,1	6,6	5,9	4,7	4,9	5,4
Canadá	7,9	6,6	5,6	5,3	4,6	5,1

\* Esta tabela e as seguintes possuem apenas um caráter aproximativo.

Fonte: Deutsch-Sudamerikanische Bank; citado por Wolf Grabendorff, "Brazil and West Germany: A model for first World-Third World Relations?", in Wayne A. Selcher (ed.), *Brazil in the international system: The rise of a widdle power* (Bolder, Col., 1981).

Tabela 2  
Participação dos Estados Unidos, CEE, ALALC e África nas exportações brasileiras — 1975 a 1980

(Em %)

Países	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Estados Unidos	15,42	18,19	17,72	22,66	19,29	17,42
CEE	27,81	30,42	32,06	29,50	29,55	26,55
ALALC	13,81	11,87	12,21	12,79	16,23	17,17
África	4,60	3,78	4,42	5,01	4,26	5,73

Fonte: Brasil, Banco do Brasil, Carteira de Comércio Exterior, *Comércio Exterior* — Séries Estatísticas (Rio de Janeiro: 1978 e 1980).

## Exportações brasileiras de 1975 a 1980

(Em %)

	1975					1976					1977					
	Estados Unidos	CEE	ALALC	África	Estados Unidos	CEE	ALALC	África	Estados Unidos	CEE	ALALC	África	Estados Unidos	CEE	ALALC	África
	Reino animal	47,82	30,17	1,13	0,96	43,44	30,51	1,13	2,74	36,32	34,19	1,56	2,74	36,32	34,19	1,56
Reino vegetal	12,48	33,89	4,60	4,76	18,19	34,94	3,72	3,43	18,26	37,46	3,46	3,43	18,26	37,46	3,46	3,71
Gorduras, óleo e ceras	12,98	19,47	11,66	12,47	9,50	22,80	14,14	4,31	9,86	18,11	11,33	4,31	9,86	18,11	11,33	3,56
Têxteis	9,29	31,92	14,71	3,21	14,06	39,94	15,13	2,96	12,12	39,16	13,78	2,96	12,12	39,16	13,78	3,88
Indústria química	19,43	19,74	42,51	2,06	20,13	20,13	42,40	0,88	16,44	22,82	42,68	0,88	16,44	22,82	42,68	2,68
Reino mineral	16,14	28,79	10,91	0,09	10,33	31,82	18,69	0,12	5,61	34,50	20,56	0,12	5,61	34,50	20,56	1,27
Metalurgia	16,99	12,58	50,54	4,50	22,71	32,14	26,46	3,11	24,30	20,82	32,53	3,11	24,30	20,82	32,53	3,77
Máquinas e aparelhos	17,22	4,46	46,23	3,67	23,97	10,82	39,89	3,33	27,08	15,92	36,16	3,33	27,08	15,92	36,16	3,93
Transportes	3,93	4,67	51,25	27,56	7,42	4,66	40,17	27,42	8,49	9,45	43,69	27,42	8,49	9,45	43,69	26,86

	1978					1979					1980					
	Estados Unidos	CEE	ALALC	África	Estados Unidos	CEE	ALALC	África	Estados Unidos	CEE	ALALC	África	Estados Unidos	CEE	ALALC	África
	Reino animal	41,34	31,00	1,37	3,60	39,56	29,82	2,05	2,23	36,06	25,67	3,98	2,23	36,06	25,67	3,98
Reino vegetal	24,69	38,23	3,75	1,96	21,58	39,75	5,35	1,42	20,28	35,71	4,91	1,42	20,28	35,71	4,91	3,21
Gorduras, óleos e ceras	8,69	23,43	7,56	1,16	8,10	25,61	4,04	2,46	7,94	24,85	3,18	2,46	7,94	24,85	3,18	3,40
Têxteis	14,97	33,01	16,61	6,84	11,39	36,77	21,05	5,72	10,26	35,44	18,10	5,72	10,26	35,44	18,10	5,28
Indústria química	17,46	18,22	42,08	2,07	15,50	16,24	46,68	3,07	13,09	15,32	44,53	3,07	13,09	15,32	44,53	5,39
Reino mineral	9,96	34,92	11,96	6,72	6,58	32,21	10,43	7,17	8,05	29,24	9,93	7,17	8,05	29,24	9,93	7,75
Metalurgia	34,67	12,38	20,81	3,11	25,69	13,47	30,26	3,91	26,07	15,25	31,23	3,91	26,07	15,25	31,23	5,41
Máquinas e aparelhos	29,79	15,87	35,69	5,07	22,83	17,19	41,67	2,59	15,11	13,64	49,96	2,59	15,11	13,64	49,96	5,24
Transportes	11,85	6,24	35,93	29,06	12,29	8,60	41,12	20,91	10,49	9,65	42,60	20,91	10,49	9,65	42,60	21,38

Fonte: Brasil, Banco do Brasil, Carteira de Comércio Exterior, Séries Estatísticas (Rio de Janeiro: 1978 e 1980).

## NOTAS

1. Ver Walter Góis, *O Brasil do General Geisel* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979), e Antonio Carlos Peixoto, *La Montée en Puissance du Brésil – Concepts et Réalités* (Centre d'Etudes et de Recherches Internationales, mimeo, s/d).
2. Brasil, Banco do Brasil, Cacex, *Intercâmbio Comercial (1953–1976)*, volume I, Balanço Comercial (Rio de Janeiro: 1977); Brasil, Banco do Brasil, Cacex, *Comércio Exterior, Série Estatística* (Rio de Janeiro: 1980).
3. Antonio Carlos Peixoto, *op. cit.*, p. 12.
4. Este tema já foi desenvolvido em artigo anterior; ver João Luís Ribeiro Fragoso, "As reformulações na política externa brasileira nos anos 70", in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 5 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1981), p. 41-53.
5. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.ºs 57-8, especial sobre a UNCTAD (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, jan–jun de 1972), p. 51.
6. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.º 6 (Brasília: 1975), p. 30.
7. *Idem*, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.º 22 (Brasília: 1979), p. 4.
8. Luiz Paulo Lindenbergh Sete, "Traços principais da conjuntura política internacional", conferência proferida na Escola Superior de Guerra em 3.11.81, p. 9.
9. Brasil, Banco do Brasil, Cacex, *Intercâmbio Comercial (1953–1976)*, volume I, Balança Comercial (Rio de Janeiro: 1977); Brasil, Banco do Brasil, Cacex, *Comércio Exterior, Série Estatística* (Rio de Janeiro: 1980).
10. Antonio Carlos Peixoto, *op. cit.*, p. 18.
11. Eustáquio Reis e José Tavares de Araújo Júnior, *Exportações de Bens de Capital: Desempenho Recente e Perspectivas* (Instituto de Planejamento Econômico e Social, s/data), p. 33.
12. Protocolo Comercial entre o Brasil e a República Islâmica da Mauritânia (10.3.76), in Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.º 8 (Brasília: 1976), p. 101.
13. Projeto de Programa de Ação para 1976 entre o Brasil e o Senegal (24.3.76), in *idem*, *Ibidem*, p. 102.
14. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.º 11 (Brasília: 1976), p. 74.
15. Ministro Sebastião do Rego Barro Netto, "Diplomacia da energia: novas fronteiras de negociação", conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 10.11.81.
16. Brasil, Banco do Brasil, Cacex, "RFA: o sabor do consumo", *Informe Semanal*, n.º 783, p. 8.
17. *Idem*, *Ibidem*, p. 8.
18. Cacex, citado por Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Promoção Comercial, Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, "Como exportar para a Nigéria" (Brasília: 1978), p. 61.
19. R. A. Akindede, alocação ao 1.º Seminário Internacional Brasil–África (realizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, de 4 a 7 de agosto de 1981, no Rio de Janeiro), em *Estudos Afro-Asiáticos* n.ºs 6-7 (Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1982), p. 205.
20. Embaixador Carlos Augusto Proença Rosa, "Relações Sul–Sul. A cooperação entre os países em desenvolvimento", conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 12.11.81.
21. J. A. Araújo Castro, "O congelamento do poder mundial", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 33 (Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1972), p. 12.
22. *Idem*, *Ibidem*, p. 12.
23. *Idem*, *Ibidem*, p. 13.
24. *Idem*, *Ibidem*, p. 16.
25. Ramiro Saraiva Guerreiro, conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 5.9.80, p. 7.
26. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.º 10 (Brasília: 1976), p. 63.
27. *Idem*, *Ibidem*, p. 62.
28. Antonio Carlos Peixoto, *op. cit.*, p. 4.
29. *Idem*, *Ibidem*, p. 14-5.

30. Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* (Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1956).
31. Shiguendi Miyamoto, "A geopolítica e o Brasil-potência", comunicação ao V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado em Friburgo, de 21 a 23 de outubro de 1981.
32. Araújo Castro, *op. cit.*, p. 30.
33. *Idem, Ibidem*, p. 22.
34. *Idem, Ibidem*, p. 9.
35. Araújo Castro, "O fim do pós-guerra", in Rodrigo Amado, *Araújo Castro* (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982), p. 224.
36. Ramiro Saraiva Guerreiro, *op. cit.*, p. 7.
37. Conselheiro José Viegas Filho, "A nova configuração do Ocidente", conferência realizada na Escola Superior de Guerra, em 4.11.81, p. 19.
38. Ronaldo Mota Sardenberg, *A política externa do Brasil e a América Latina* (Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Instituto de Relações Internacionais, 1980), p. 10.
39. Conselheiro José Viegas Filho, *op. cit.*, p. 19.
40. Expressão utilizada pelo Ministro Marcos Azambuja (Chefe do Departamento de África) em conferência realizada no dia 9.11.81, na Escola Superior de Guerra e citada por José Maria Nunes Pereira, "Relações Brasil-África: problemas e perspectivas", comunicação apresentada no seminário La Política Internacional a Comienzos de los Años 80, realizado em Quito, Equador, de 25 a 27 de novembro de 1981 (mimeo), p. 12.
41. Expressão retirada do discurso do Chanceler Azeredo da Silveira perante as Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados em 11 de agosto de 1976, in Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n.º 10 (Brasília: 1976), p. 63.
42. Sobre o assunto, ver Otávio Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (São Paulo: DIFEL, 1976), p. 158.
43. Carlos Néelson Coutinho, "O significado de Lima Barreto na literatura brasileira", in Carlos Néelson Coutinho *et alli*, *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira* (Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974), p. 3; ver também Otávio Velho, *op. cit.*, e Luiz Wernack Vianna, *Sindicato e Liberalismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976).
44. Nossa referência é a recente reunião dos textos de Araújo Castro na forma de livro, organizada por Rodrigo Amado e com apresentação do Ministro Ronaldo Mota Sardenberg, professor do Instituto Rio Branco; *Araújo Castro* (Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982).
45. Francisco de Oliveira, *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, 2.ª edição (São Paulo: Editora Brasiliense, 1976), p. 36.
46. *Idem, Ibidem*, p. 92.
47. Maria Victoria de Mesquita Benevides, *O Governo Kubitscheck — Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*, 2.ª edição (Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora, 1976), p. 210.
48. *Idem, Ibidem*, p. 226.
49. *Idem, Ibidem*, p. 219.
50. Maria da C. Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, p. 102-4.
51. Francisco de Oliveira, *op. cit.*, p. 38.
52. *Idem, Ibidem*, p. 39.
53. *Idem, Ibidem*, p. 39.
54. Otávio Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (São Paulo: DIFEL, 1976), p. 165.
55. *Idem, Ibidem*, p. 163.
56. Francisco de Oliveira, *op. cit.*, p. 36.
57. *Idem, Ibidem*, p. 37.
58. Maria da Conceição Tavares, *op. cit.*, p. 133.
59. Otávio Velho, *op. cit.*, p. 165.
60. Maria Vitória M. Benevides, *op. cit.*, p. 222.
61. *Desenvolvimento e Conjuntura*, n.º 9, ano II (Rio de Janeiro: Confederação Nacional de Indústria, setembro de 1958), p. 31.
62. Maria Vitória M. Benevides, *op. cit.*, p. 176.
63. *Desenvolvimento e Conjuntura, op. cit.*, "Editorial".



64. Maria Vitória M. Benevides, *op. cit.*, 176.
65. *Idem, ibidem*, p. 222.
66. Ronaldo Mota Sardenberg, "O pensamento de Araújo de Castro", in Rodrigo Amado, *op. cit.*
67. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Relatório de 1958* (Brasília: Seção de Publicações do Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional).
68. *Idem, ibidem*, p. 186.
69. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Relatório de 1960*, p. 18.
70. *Idem, ibidem*.
71. Jânio Quadros, "Mensagem ao Congresso Nacional", em 15.3.61, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º 14, ano IV (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1961), p. 125.
72. *Idem, ibidem*, p. 129, Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Relatório de 1961*, p. 3; Afonso Arinos, discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores, em 31 de janeiro de 1961, in *Revista Brasileira de Política Internacional, op. cit.*, p. 137; San Thiago Dantas, discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores, em 11 de setembro de 1961, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º 16, ano IV (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1961), p. 123-24; João Augusto de Araújo Castro, "Desarmamento, desenvolvimento e descolonização", discurso na abertura do debate geral da XVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19.9.63 (Ministério das Relações Exteriores, Seção de Publicações), p. 8 e 30.
73. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Relatório de 1961*, p. 39 e 49.
74. *Idem, ibidem*, p. 56 e 57.
75. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Relatório de 1956*, p. 195.
76. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º 1, ano I (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1958), p. 122.
77. *Idem, ibidem*, p. 130.
78. *Idem, ibidem*, p. 130.
79. *Idem, ibidem*, p. 134.
80. *Idem, ibidem*, p. 133.
81. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Relatório de 1959*, p. 16.
82. *Idem, ibidem*, p. 16.
83. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, *Relatório de 1960, op. cit.*, p. 175.
84. Afonso Arinos, "Discurso na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º 16, ano IV (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1961), p. 128.
85. "Diplomacia do Terceiro Mundo", in *Política Externa Independente*, n.º 2 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965), p. 299.
86. José Honório Rodrigues, *Brasil e África - Outro Horizonte*, 2.ª edição (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira), p. 429.
87. José Honório Rodrigues, "Nota preliminar", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º 28, ano VII (Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dezembro de 1964), p. 659.
88. *Idem, ibidem*, p. 660.
89. João Augusto de Araújo de Castro, "Desarmamento, desenvolvimento e descolonização", p. 8 e 30.

## SUMMARY

### Brazilian Foreign Policy in the Fifties & Seventies

The Seventies were marked by a series of phenomena in Brazil's relationships with the industrialized countries that have normally been referred to as "diversification of dependency". That "diversification of dependency", going along with the growth of the Brazilian economy

at the end of the Sixties, reflected the effort on the part of the Brazilian government at diversifying its markets and sources of financing and technology. Hence the criticisms levied constantly at the structure of the international economy, featured by deterioration in the terms of trade

(primary products being more and more devaluated in relation to the industrialized products), by the monopoly of the industrialized countries in technology, and by the protectionist measures adopted by them in the various international venues.

That new stance on the part of the Brazilian government had been making itself known since the Fifties, at the end of the Getúlio Vargas Administration, linked with a new internal economic policy that was aimed at endowing Brazilian capitalism with a new aspect, affording conditions for greater participation by the State in the economy, and for expansion and modernization of the Brazilian industrial sector. Brazilian diplomacy then proceeded to play a decisive rôle in overthrowing external barriers that prevented both the implementation of that internal economic policy and success on the part of Brazil's demands.

In somewhat timid and dubious terms at the outset, it claimed that the central countries were not taking into account the new international political and economic panorama, wherein former colonies were more and more emerging as independent nations. And giving progressively more political tones to its critiques, it inveighed against the structure of world political power, wherein the two superpowers — the USA and the USSR — made the decisions about the course of international life, leaving on the sidelines countries whose impact was beginning to loom larger, including Brazil. The latter country, seeking to take a stance equidistant between the two "ideological blocs", the East and the West, recognized the existence of a different division, an economic one, which set on the one side the developed countries and, on the other, the underdeveloped ones, the latter having no participation in decisions made. Ambassador Araújo Castro — one of the exponents of Brazilian foreign policy — whose major guidelines did not undergo alterations of significance, even in the face of sudden internal political and economic changes, such as those fostered by the military coup in 1964 — went further than that: he pointed out the urgency of overcoming those barriers imposed by the major powers, since Brazil's situation within

the international context permitted it to demand a new plateau in the field of international relationships.

The consequence has been that the former hegemonic position of the United States in its trade with Brazil has little by little given ground to the forward drive by the countries of the European Economic Community (Germany in particular) and Japan, while at the same time Brazil has drawn closer to the countries in the Southern Hemisphere, intensifying political, economic and cultural ties with them.

As a matter of fact, the Itamaraty — main theoretical and political agent of that transformation — worked hard to bring home to the countries in the South the hazards of importing technologies that are too sophisticated, not only because of their unsuitability to the stage of development of those countries but also on account of their accentuating the relationships of dependency. It proposed, to the contrary, absorption by the South of technologies from those economies that more closely resembled the respective countries, Brazil being the possessor of experience exceeding that of the general run of countries in a situation similar to hers besides being a strong candidate to substitution of the industrialized countries in a number of sectors of the economy. The way in which contacts with the Southern Hemisphere countries were being developed, however, gave rise to harsh criticism. Professor R. A. Akindele, of the Nigerian Institute of International Affairs, for instance, affirmed that one of the sources of Nigeria's irritation with Brazil lay in "the fact that Brazil" pays "a great deal of attention in trade to bank investments in the relationships with a number of countries in Africa," leaving the impression that Brazil sees Africa, "in the first place, as a market for its industrialized products and only to a secondary extent as an economy or a series of economies to be assisted in their development." In other words, this manner on Brazil's part of approaching the countries in question and of viewing South-South relationships leads to the belief that — at least as regards economic relationships — they tend to acquire a nature approaching that of North-South relations themselves.

## RÉSUMÉ

### La Politique Extérieure Brésilienne des Anées 50-70

Durant les années 70, on assiste à un certain nombre de phénomènes dans les relations du Brésil avec les pays industrialisés, normalement qualifiés de "diversification de la dépendance". Cette "diversification de la dépendance", accompagnée du croisement de l'économie brésilienne à la fin des années 60, traduisait l'effort du

gouvernement brésilien dans le sens de diversifier ses marchés et ses sources financières et de technologies. D'où la critique continue à la structure de l'économie internationale qui se caractérisait par la détérioration des termes de l'échange (produits primaires dévalorisés chaque fois davantage par rapport aux produits industrialisés), par

le monopole des pays industrialisés sur la technologie et par les mesures protectionnistes adoptées par ceux-ci dans les divers forums internationaux.

Cette nouvelle attitude du gouvernement brésilien se faisait déjà remarquer depuis les années 50, à la fin du gouvernement de Getúlio Vargas, conjuguée à une nouvelle politique économique qui tentait donner une autre forme au capitalisme brésilien, créant les conditions en vue d'une plus grande participation de l'Etat dans l'économie et de l'expansion et la modernisation du parc industriel brésilien. La diplomatie brésilienne, passa à jouer un rôle décisif dans le renversement des barrières externes qui empêchaient autant l'implantation de cette politique économique interne, comme le succès des revendications brésiennes.

Au début de façon timide et vague, elle réclamait que les pays centraux ne prenaient pas en considération la nouvelle réalité politique et économique internationale où, chaque fois davantage émergeaient des colonies comme pays indépendants. Et, progressivement, donnant des contours plus politiques à sa critique, combattait la structure du pouvoir mondial où les deux superpuissances — EUA et URSS — décidaient des voies de la vie internationale, marginalisant les pays dont la projection augmentait, entre autres le Brésil. Cherchant à maintenir une équidistance des "blocs idéologiques" Est et Ouest, elle reconnaissait l'existence d'une autre division, économique, qui mettait, d'un côté, les pays développés, et de l'autre, les pays sous-développés sans aucune participation dans les décisions. L'Embassadeur Araújo Castro, un des exposants de la formulation de la politique extérieure brésilienne — dont les points essentiels n'ont pas souffert d'altérations significatives malgré les changements politiques et économiques internes brusques, comme celui promu par le mouvement militaire de 64 —, allait plus loin signalant combien il était urgent que les barrières imposées par les principales puissances soient surmontées, parceque la situation du Brésil dans le contexte international lui permettait d'exiger un nouveau statut dans la sphère des relations internationales.

Ceci aura pour conséquence l'avancée progressive des pays de la Communauté Economique Européenne (l'Allemagne spécialement) et du Japon, au détriment de l'ancienne position hégémonique des Etats-Unis dans leur commerce avec le Brésil, et une approximation toujours plus grande entre le Brésil et des pays de l'hémisphère Sud, développant leurs rapports politiques, économiques et culturels.

D'ailleurs, à ce propos, l'ltamaraty, principal agent théorique et politique de cette transformation, s'engagea énormément à démontrer aux pays du Sud le risque de l'importation de technologies trop sophistiquées, non seulement parcequ'elles étaient inadéquates au niveau de développement de ces pays mais aussi parcequ'elles accentuaient les relations de dépendance. Et proposait en contrepartie, l'absorption par le Sud des technologies des économies qui lui étaient semblable — parmi lesquelles le Brésil bénéficierait d'une plus grande expérience que la moyenne des pays dans la même situation que lui, pouvant être, en outre, un très fort candidat pour remplacer les pays industrialisés dans différents secteurs de l'économie.

Cependant, la façon dont se développaient les contacts avec le Sud suscita de sévères critiques. Le professeur R. A. Akindole, du Nigerian Institute of International Affairs, affirma que l'un des motifs pour lesquels le Nigéria était irrité avec le Brésil, se trouvait dans "le fait que le Brésil" accordait "beaucoup d'attention au commerce, aux investissements bancaires dans ses relations avec de nombreux pays de l'Afrique" et que l'impression qui reste est que le Brésil voit l'Afrique "d'abord comme un marché pour ses produits industrialisés et seulement secondairement, comme une économie ou une série d'économies qui doivent être aidées en leur développement." En d'autres termes, cette façon dont le Brésil se rapproche de ces pays et envisage les relations Sud-Sud laisse entrevoir — du moins en ce qui touche les relations économiques — qu'elles tendent à acquérir un caractère qui rappelle les relations Nord-Sud.

Leia

# estudos **AFRO-ASIÁTICOS**

**você não vai saber antes, mas vai saber melhor**

- relações internacionais
- papel político-econômico do mundo afro-asiático
- política externa brasileira
- história do negro no brasil
- questão racial no brasil e no mundo
- modelos de desenvolvimento africanos
- cooperação técnico-cultural no terceiro mundo
- relações sul—sul e outros temas relevantes para a compreensão do mundo atual

**Estudos Afro-Asiáticos**, publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEEA (Conjunto Universitário Candido Mendes), é leitura indispensável a todos que se preocupam com o destino e os problemas comuns dos povos do Terceiro Mundo.

Adquira **Estudos Afro-Asiáticos** nas boas livrarias do País ou solicite já sua assinatura, mediante envio de Vale Postal ou Cheque pagável no Rio de Janeiro à

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO — CEEA  
Rua da Assembléia, 10 - Conjunto 501 — Centro  
20011 — Rio de Janeiro, RJ

#### **Assinatura**

5 números Cr\$ 15.000,00  
N.º atrasado Cr\$ 3.000,00-  
N.º duplo Cr\$ 6.000,00

**Preços até dezembro/84**

#### **Subscription**

5 copias US\$ 30.00  
Single copy US\$ 6.00  
Double issue US\$ 12.00

**Prices until december/84**



# O MODO DE PRODUÇÃO BUROCRÁTICO NA CHINA\*

José Carlos Avelino\*\*

Partindo do ponto de vista de que o estudo de uma sociedade deve basear-se nos dados objetivos da realidade, nas condições existentes, na base econômica e na estrutura real desta sociedade, nós nos despinimos, até onde nosso espírito franco de pesquisador social nos permitiu, de qualquer interpretação ideológica, fosse ela oficial ou não.

O objetivo deste artigo é o de alimentar o debate a respeito das profundas modificações a que se submeteu a estrutura da sociedade chinesa, como decorrência da tomada do poder pelos comunistas. Nosso esforço principal se orientará no sentido de contribuir para uma melhor compreensão do modo como os chineses se organizam para satisfazer a necessidade número um de toda sociedade: a produção.

Para a caracterização do principal modo de produção na China de hoje, será necessário examinarmos qual é a relação de produção determinante nesta formação social. É a procura desta relação que orientará o início deste capítulo. Tendo em mãos a relação de produção determinante, estaremos em condições de abordar a questão das classes sociais na China, da superestrutura da sociedade chinesa bem como a questão da reprodução das relações de produção.

## A relação de produção dominante

Os produtores diretos na China Popular não têm o controle sobre suas condições de existência. Os indicadores principais desta afirmativa são o Estado forte e em desenvolvimento, as desigualdades sociais e, mesmo, a existência de classes sociais, as hierarquias, os privilégios econômicos e as discrepâncias salariais, a corrupção interburocrática, os privilégios políticos, a sobrevivência da lei do valor e da mercadoria etc. Em uma palavra: não existe a livre associação dos trabalhadores. Vale dizer que os produtores diretos não têm a propriedade de seus meios de produção<sup>1</sup>, condição indissociável da afirmativa anterior. Nestas condições, eles estão submetidos às leis do mercado e ao trabalho assalariado, mesmo se conside-

\* Este artigo é baseado numa parte da tese de doutorado que o autor defendeu em 26 de novembro de 1980, na Universidade de Paris 1.

\*\* Professor da Universidade Católica de Goiás. Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade de Paris 1.

rarmos que, como veremos no decorrer deste artigo, estas leis vêm associadas a categorias inexistentes (ou, na melhor das hipóteses, irrelevantes) no modo de produção capitalista: a planificação e a estatização. Da mesma forma, este trabalho assalariado é realizado por uma força de trabalho que sendo uma mercadoria, tal como ocorre no modo de produção capitalista, ela o é de uma forma especial.

Aceitando o fato de que a massa dos meios de produção representa uma propriedade estrangeira para os produtores diretos, seremos obrigados a aceitar também que estes meios se apresentam como capital e que, decorrência inevitável, há uma *apropriação de sobretrabalho alheio*. Marx, referindo-se ao lucro, associa-o à simples apropriação de sobretrabalho alheio, "originando-se da circunstância de os meios de produção se converterem em capital, isto é, se tornarem estranhos aos produtores reais, de se oporem, como propriedade alheia, a todos os indivíduos efetivamente ocupados na produção, do dirigente até o último dos assalariados"<sup>2</sup>.

O primeiro fato então a ser destacado nesta primeira abordagem diz respeito à apropriação de uma fração do sobretrabalho por uma parte da população, a parte que ocupa o aparelho de Estado, a parte que tem privilégios especiais, a parte que se beneficia da separação entre os meios de produção e os produtores diretos. A esta parte da sociedade — a classe dominante —, passaremos a chamar de burocracia. Se esta apropriação não é privada, se a parte do sobretrabalho apropriada é pequena, isto não muda em nada o fato de que há uma *apropriação*. Se os indivíduos que compõem esta parte da sociedade são ou se consideram marxistas, comunistas, socialistas etc., isto não muda nada do que diz respeito à *função social* que eles exercem. As crenças e as opções políticas dizem respeito à consciência de cada um. Se eles querem ou pretendem representar a classe operária, também não muda nada. O que se passa na cabeça deles é muito mais um problema da *Psicologia* do que da Sociologia ou da Eco-

nomia. Se a maioria deles é bem intencionada e se esforça por fazer algo positivo, também não muda nada.

Em segundo lugar, realçaremos o fato de a estrutura econômica chinesa responder às necessidades materiais sempre crescentes do povo. A melhoria das condições de vida do povo desde a liberação e mesmo desde antes, nas regiões sob controle dos comunistas, é um fato inegável. Esta tendência é uma constante na República Popular. Constatamos assim que, a partir de 1949, houve uma liberação das forças produtivas.

Finalmente chamaremos a atenção para o fato de a estatização dos meios de produção estar à raiz do seguinte: o capital na China reveste-se diretamente de uma forma de capital social, em oposição ao capital privado. O capital, enquanto propriedade privada, está suprimido. O capital é reconvertido em propriedade diretamente social.

O objetivo então da produção nesta formação sócio-econômica (onde o capital está estatizado, onde se preserva a separação entre os produtores diretos e os meios de produção) é, em primeiro lugar, a *apropriação da mais-valia por intermédio da produção planificada* (mas a produção nesta sociedade deve atender também a outros objetivos, como veremos). A planificação da produção tem efeitos sociais (psicossociais) que vão muito mais além do que a simples organização e planejamento da produção. Vejamos por quê.

Na medida em que a parte mais importante da circulação (os meios de produção e, de certa maneira, os grãos) é realizada pelo plano (e não pelo mercado), podemos entender que a estatização (condição de realização do plano) enfraquece a fetichização da mercadoria. No sistema capitalista, as relações sociais tomam inevitavelmente a forma de relações entre as coisas e só podem ser expressas através das coisas. No sistema chinês, com a coexistência do mercado e do plano, as relações sociais começam a ser desvendadas, começam a aparecer como relações entre os homens. Isto vai explicar por que este sistema não tem a mesma materialidade<sup>3</sup> existente no modo de pro-

dução capitalista. O que não quer dizer, entretanto, que a materialidade desapareça neste sistema de produção. Ela continua existindo, pois a mercadoria é uma relação ainda viva na sociedade chinesa nesta segunda metade do século vinte. Contudo, o plano cria uma relação mais direta entre os homens, entre o que eles produzem e o que é necessário para a reprodução das forças produtivas (aí incluída a reprodução da força de trabalho); assim, o plano cria uma relação mais direta entre a burocracia (hierarquia superior do partido e do Estado) e o povo (a classe operária e o campesinato). Pode-se dizer que a relação existente entre a prática de produção e as necessidades assume um caráter muito mais imediato.

A apropriação coletiva dos meios de produção dá à burocracia o poder de decisão sobre a determinação da mais-valia; o Estado intervém permanentemente no processo de valorização do capital. A burocracia pode se apropriar do sobretrabalho durante o processo de produção.

Entretanto, *como as relações de produção são imediatamente políticas*, as possibilidades de apropriação e a utilização do sobretrabalho terão um limite; a burocracia não poderá se apropriar do sobretrabalho ao ponto de reduzir as condições de vida do povo aos limites da sobrevivência; da mesma forma, ela não poderá, por exemplo, utilizar todo o excedente na defesa nacional (A defesa nacional é um interesse do povo, mas ela está ligada também ao desejo da classe dominante de transformar a China em grande potência.).

A base econômica desta sociedade (a separação entre a força de trabalho e os meios de produção e a estatização da economia) é o fundamento objetivo que vai explicar que neste sistema as determinações políticas prevalecem. Daí, podemos avançar que o sistema chinês funciona na base da correlação de força entre a classe dominante e as classes dominadas. Isto obriga a classe dominante a manter um controle estreito sobre o povo (o tutelamento da população); porém, e isto é muito importante, obriga-a também a satisfazer

às necessidades materiais sempre crescentes dos explorados. A satisfação das necessidades sempre crescentes do povo é, portanto, uma relação social decorrente da estatização dos meios de produção.

Estamos agora em condições de dizer que, na China, *a apropriação do sobretrabalho pelos dirigentes está condicionada à satisfação das necessidades materiais sempre crescentes do povo*. É assim que se apresenta a relação entre os detentores dos meios de produção e os possuidores da simples força de trabalho. É assim que se apresenta a relação de produção determinante do principal modo de produção da China Popular. A fim de fixar idéias, passaremos a chamar este modo de produção de modo de produção burocrático. Por uma questão de coerência, a relação de produção correspondente será chamada de relação de produção burocrática.

"O modo de produção capitalista satisfaz às necessidades sociais, tais como estas são definidas pelo processo de valorização dos meios de produção. A exploração da força de trabalho é, por este fato, uma necessidade social, um elemento absolutamente necessário à reprodução das relações de produção capitalistas."<sup>4</sup> Diremos que, na China, a satisfação das necessidades materiais sempre crescentes do povo é uma necessidade social, vale dizer, um elemento absolutamente necessário à reprodução das relações de produção. Por necessidades materiais, compreendemos aquelas que se apresentam diretamente ao povo (bens de consumo), as que se apresentam indiretamente (bens de produção) e também aquelas que se apresentam à nação considerada no seu conjunto (o exemplo mais típico é a defesa nacional).

Com relação ao campo, diremos que a essência das relações estabelecidas hoje entre a classe dominante e o campesinato reside precisamente no açambarcamento, pela burocracia, do excedente do trabalho dos produtores diretos, por intermédio 1) da compra de grãos a preços definidos pelo Estado e 2) da diferença entre os preços dos produtos agrícolas e os preços das máquinas

agrícolas (e isto ocorre apesar da política governamental, que consegue manter sob controle a diferença entre os preços dos produtos industrializados, cuja tendência é aumentar, e os preços dos produtos agrícolas).

Uma outra necessidade social da formação econômica chinesa é o desenvolvimento das forças produtivas. Este desenvolvimento corresponde a três imperativos do sistema: 1) permitir a apropriação de uma parte do sobretrabalho, sem que com isto fique prejudicada a satisfação das necessidades populares; 2) permitir a satisfação das necessidades crescentes do povo; e 3) satisfazer as necessidades de crescimento do Estado e do capital social (contribuindo assim para a própria reprodução do sistema).

Em resumo:

1 — A estatização dos meios de produção (1956) não se acompanhou de um controle progressivo dos produtores imediatos sobre seus meios de produção.

2 — A impossibilidade histórica da supressão da separação entre a força de trabalho e os meios de produção se resolveu por uma apropriação coletiva destes meios pelos burocratas (assim, os meios de produção continuam sendo capital, e os burocratas açambarcam uma parte do sobretrabalho).

3 — A apropriação dos meios de produção pelos burocratas vem acompanhada de dois fenômenos que tendem a enfraquecer a materialidade do sistema: a) a regulação da produção pelo plano; e b) a regulação política da constituição da mais-valia.

4 — Do que acabamos de ver, resulta: a) o poder aplica um rigoroso sistema de controle político e ideológico às populações; e b) as necessidades materiais sempre crescentes das massas são satisfeitas.

Observemos agora quatro outros aspectos das relações de produção burocráticas:

1) O sistema de propriedade, expressão jurídica das relações de produção<sup>5</sup>, é constituído pela propriedade coletiva dos meios de produção. No modo de produção capitalista, um burguês é proprietário dos meios

de produção, pois: a) ele pode transformar o capital constante em capital-dinheiro, pela venda de sua fábrica ou de suas máquinas; e b) ele se apropria do sobretrabalho (pode consumi-lo individualmente ou transformá-lo em capital). A propriedade coletiva dos meios de produção torna impossível a primeira transformação no interior do sistema; a operação só é possível por intermédio do comércio exterior. No que diz respeito à segunda operação (apropriação de uma parte do sobretrabalho), é um fato cada vez mais visível na China. O capitalista privado consome uma parte da mais-valia e reinveste o que sobra. O mesmo acontece com a burocracia, com a diferença de que esta — ao contrário do que se passa com o capitalista privado — não pode consumir (individualmente e produtivamente) todo o sobretrabalho.

A burocracia é proprietária coletiva dos meios de produção. Nos setores secundário e terciário, as relações jurídicas asseguram um monopólio quase completo ao Estado (e, por aí, à burocracia). No setor primário, a propriedade coletiva é assegurada por uma complexa combinação das relações jurídicas (ausência de propriedade privada da terra e monopólio estatal da compra da produção coletivizada) com a estruturação orgânica da sociedade, realizada pelo Partido Comunista. Na indústria, o "setor de propriedade do povo inteiro<sup>6</sup> conta com 97% dos imóveis, 63% do número de trabalhadores e 86% do valor global da produção industrial". No que diz respeito ao comércio, no "volume global de rendas a varejo, o setor de Estado (...) conta com 92.5% (...)". A respeito da agricultura, o panorama é muito diferente: "Com relação aos meios de produção, a parte da propriedade coletiva é de cerca de 90% das terras cultivadas e do equipamento de drenagem e de imigração e de aproximadamente 80% dos tratores e do gado de grande porte. A parte da propriedade do povo inteiro<sup>6</sup> é mínima."<sup>7</sup>

É necessário acrescentar uma observação sobre o campo. Se é *mínima* a parte da propriedade que é juridicamente assegurada ao



Estado, a propriedade privada no campo é *inexistente*, do ponto de vista jurídico.<sup>8</sup> E não há nada de contraditório no fato de o Estado, na condição de instrumento social do desenvolvimento econômico, fazer figura de proprietário supremo. E não há nada de contraditório no fato de o Partido Comunista — o instrumento político encarregado da transformação e da organização da sociedade para a produção — se apresentar como o veículo viabilizador das relações sociais e de propriedade no campo.<sup>9</sup> Nestas condições, o indivíduo, isolado, não tem, de fato, nenhuma propriedade. E a relação de exploração estabelecida entre a burocracia e o campesinato se realiza pelo comércio: é o Estado que compra a produção e que detém o controle dos preços.

2) Com relação à divisão social do trabalho, podemos dizer que o modo burocrático de produção adapta todas as correlações herdadas das relações de produção capitalistas: "divisão por setores, entre indústria e agricultura; divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, tanto no seio da empresa — na oposição entre tarefa de concepção e tarefa de execução —, quanto de uma maneira mais geral na oposição entre a pesquisa e a produção; separação entre o laboratório e a oficina, separação entre a fábrica e a universidade"<sup>10</sup>. E, de uma maneira mais geral, o sistema preserva a divisão entre os políticos e os não políticos (partido/massas), a divisão entre o trabalho de direção da sociedade e o trabalho de transformação da natureza; em uma palavra, a divisão entre o trabalho de administração do capital e o trabalho diretamente produtivo.

3) A distribuição dos produtos se faz segundo a fórmula "a cada um segundo seu trabalho", e a avaliação do trabalho de cada um se faz pela produtividade. Uma boa produtividade ao nível de cada unidade de produção leva a um lucro; e a produtividade ao nível dos operários conduz aos prêmios (gratificação). O sistema de distribuição desigualitário constitui-se de oito escalões de salário<sup>11</sup> e de "cerca de trinta graduações da hierarquia de vencimentos dos

funcionários públicos"<sup>12</sup>. Um funcionário do Estado pode ganhar mais de dez vezes o salário de um operário principiante.<sup>13</sup>

Yao Wenyuan chegou à conclusão de que as normas de distribuição baseadas no trabalho de cada um, quer dizer, a organização da distribuição segundo critérios do Direito burguês, eram geradores de desigualdades. Estas desigualdades estariam à origem do aparecimento da "nova burguesia". "A existência da influência da burguesia e da influência do imperialismo e do revisionismo internacionais constitui a fonte política e ideológica do aparecimento dos novos elementos burgueses, e a *subsistência do direito burguês é a sua importante base econômica*."<sup>14</sup> Yao propõe, a partir desta análise, a diminuição do peso do Direito burguês. Esta análise, no nosso entender, não reflete a realidade abordada. Bettelheim a contesta também, porém com um raciocínio diferente do nosso. Voltaremos à questão mais adiante.

4) Não é necessário insistir demasiadamente: os meios de produção e a força de trabalho são separados no sistema chinês; se a burocracia pode lançar e realizar o processo de valorização do capital por intermédio da exploração do trabalho, isto se dá unicamente porque, proprietária das condições de trabalho, ela tem diante de si o trabalhador, que possui simplesmente sua força de trabalho.

Para terminar este capítulo, chamaremos a atenção do leitor para o seguinte: a apropriação dos meios de produção pela burocracia lhe dá o poder político, em detrimento do povo. Este poder não é, entretanto, absoluto: para mantê-lo é necessário que ela responda às necessidades materiais sempre crescentes do povo.

### O político é determinante

Os chineses foram os primeiros a colocar a questão da prioridade da política, do trabalho político, nas suas relações com as outras atividades. Eles formularam que a política deve estar no posto de comando durante o período de transição socialista. A revo-

lução cultural não pode ser compreendida fora deste quadro: a luta de classes, acirrada neste período, consiste na luta para colocar a política no posto de comando, em cada fábrica, em cada comuna popular, em cada escola, em resumo, no conjunto da sociedade.

É necessário, entretanto, fazer uma distinção entre colocar a política (a luta de classes e a disputa dos espaços de poder na sociedade) no posto de comando e o fato de que o político (o Estado, os homens do Estado, e a detenção do poder de Estado) está no posto de comando nesta sociedade pós-revolucionária. Isto equivale a dizer que este sistema pós-capitalista é organizado de tal forma que o político está no posto de comando, independentemente da política desenvolvida pelo governo. E é exatamente pelo fato de o político estar no posto de comando que Mao pôde definir que a prioridade deve ser consignada à luta de classes. Pela mesma razão (determinação do político em última instância), Deng Xiaoping pôde e pode estabelecer a prioridade para a produção.

Em um sistema social onde os meios de produção são estatizados, o excedente é apropriado pelo Estado, que o redistribui segundo critérios políticos, por intermédio da planificação feita pelo próprio Estado. Quando dissemos, logo acima, que o excedente é redistribuído, estamos fazendo uma abstração por demais livre do que acontece no sistema chinês: não tomamos em consideração a parte do excedente apropriada pelos membros (indivíduos) da burocracia.

Quando Istvan Meszaros analisa as sociedades do leste europeu, ele constata que "estamos doravante confrontados a um sistema de produção no qual a *mais-valia do trabalho é determinada politicamente* da maneira mais sumária, na base de critérios não econômicos (em definitivo, a sobrevivência do próprio Estado), que, em circunstâncias particulares, podem interromper ou reduzir o desenvolvimento das forças produtivas"<sup>15</sup>. É necessário acrescentar que este sistema pode, além do mais, acelerar até

um ponto máximo o desenvolvimento das forças produtivas (isto é o que, até certo ponto, está acontecendo na China das "quatro modernizações").

Se, em acréscimo ao que acabamos de expor, aditarmos o fato de que a sociedade chinesa tem um nível elevado de hierarquização, podemos ter uma idéia da importância da prioridade do político. As decisões não são tomadas no nível de cada unidade de produção<sup>16</sup>: referimo-nos às decisões econômicas e políticas que exercem uma influência no funcionamento global da sociedade (fixação da taxa de acumulação, repartição dos investimentos por setores; a apropriação e a redistribuição do excedente, em última instância). O Partido (e o Estado) controla o desenvolvimento (político, social e econômico) da sociedade em uma dimensão incomparavelmente maior do que na sociedade capitalista. Em resumo: no interior do sistema social chinês de produção prevalecem as determinações políticas.

A base econômica da China contemporânea vai explicar por que, neste sistema, a relação estabelecida entre as classes (dominante e dominadas) está marcada pela prevalência das determinações políticas. O elemento da base econômica diretamente ligado a esta característica da relação estabelecida entre as classes é, como vimos, a estatização da economia, nos quadros da separação entre a força de trabalho e os meios de produção.

O político representa o papel principal, repetimos resumidamente, na regulação da produção pela planificação e na regulação da constituição da *mais-valia*.

### As classes sociais

A partir da caracterização das relações de produção burocráticas, podemos delinear o perfil da composição de classes da sociedade chinesa contemporânea. A classe dominante é formada pela burocracia. Consideramos a burocracia uma classe, em primeiro lugar, pela posição bem definida que ela ocupa no aparelho de produção: ela de-

têm coletivamente os meios de produção; ela se apropria do sobretrabalho, ela decide sobre a aplicação do excedente. Encontramos, além disso, na burocracia as outras características de uma classe: unidade ideológica e comportamento político *grasso modo* homogêneo. A situação privilegiada da burocracia apóia-se sobre a propriedade coletiva dos meios de produção e sobre suas funções de dirigentes das atividades sociais, econômicas, militares e culturais.

Uma característica da burocracia que é necessário guardar, é que ela é nacional. Ela o é porque é proprietária coletiva do capital global nacional. Esta situação lhe permite privilegiar o equilíbrio global do desenvolvimento econômico, realizado no nível central. É evidente que o fortalecimento da centralização caminha junto com o fortalecimento da burocracia: toda a burocracia com uma só posição é uma burocracia mais forte. Mao preconizava um desdobramento diferente para a relação entre o centro e cada região: ele era partidário da autonomia e da iniciativa de cada província e de cada distrito. Liu Shaoqi se opunha à esta política por motivos pragmáticos de viabilização econômica. Ele defendia a centralização. Hoje, este privilégio dado à iniciativa central orienta as "quatro modernizações" e toda a política de desenvolvimento.

Engels, ao fim de sua obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico* é bem explícito sobre a inutilidade social da burguesia. Ele diz que todas as suas funções sociais são, desde então, executadas por empregados remunerados.<sup>17</sup>

Um aspecto progressista do sistema burocrático consiste precisamente no seguinte: a extinção de toda classe supérflua. Hoje em dia, todas as classes na China têm uma função social. A classe dominante (os proprietários coletivos dos meios de produção: a burocracia) se compõe, assim, de funcionários do capital social, e a função deste capital é a direção do trabalho social, que é coletivizado à escala nacional. A estatização dos meios de produção e a vinculação — direta ou indireta — de toda força de

trabalho ao Estado conformam um quadro de cooperação entre os trabalhadores no qual o comando do capital se apresenta como uma necessidade para a execução do trabalho. A função de direção e de fiscalização, exigido por todo trabalho coletivo executado em grande escala, torna-se uma função do capital responsável por este trabalho. No caso que estudamos aqui (trabalho coletivizado em escala nacional), a função de direção torna-se uma função do capital social (capital estatizado).<sup>18</sup>

Esta função de direção é explicada por Marx: a direção do trabalho social ou coletivo deve preencher "as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados"<sup>19</sup>. Em seguida ele acrescenta que esta "direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a este processo; além disso, ela se destina a explorar um processo de trabalho social e, por isso, tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria que ele explora"<sup>20</sup>.

Os funcionários do capital social, a burocracia, exercem uma dupla função: por um lado, direção do processo de produção coletiva, de onde tiram a legitimação de sua posição social; e, por outro lado, processo de extração da mais-valia.

A propriedade dos meios de produção, se ela continua sendo uma relação jurídica, ela encontra na China Popular uma justificação social<sup>21</sup> que ultrapassa o quadro de um simples valor ideológico (a propriedade privada ou, simplesmente, a propriedade): a propriedade destes meios vai para aqueles que o administram (na realidade, esta relação, que reflete a evolução histórica, é uma consequência — dialeticamente inevitável no quadro das relações burocráticas de produção — da relação inversa: o trabalho de administração do capital social vai para aqueles que detêm este capital).

No quadro que apresentamos acima (a classe dominante se compõe de funcionários do capital), torna-se mais fácil justifi-

car junto às massas a sujeição da força de trabalho. Sobre este problema, Marx registra o seguinte (no que concerne ao capitalismo, evidentemente): "O trabalho de direção e supervisão, quando não é função particular decorrente da natureza de todo trabalho social combinado, tem sua origem na oposição entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário da mera força de trabalho. (...) Aquela função oriunda da própria sujeição do produtor imediato, é muitas vezes apontada para justificar essa relação (de sujeição) (...)”<sup>22</sup>. Este paralelo entre os dois sistemas de produção (o capitalista e o burocrático), no que diz respeito à justificação da sujeição da força de trabalho, é válido na medida em que o capital mantém sua dominação na China pós-revolucionária. De igual modo, tendo sempre presente a função de gestão do capital, a extração da mais-valia é apresentada como um pagamento deste trabalho. O fato de "o proprietário do capital explorar trabalho alheio e apropriar-se dele é com freqüência apresentado como o salário que lhe é devido"<sup>23</sup>. No caso ora em estudo há, com efeito, um salário devido à classe dominante correspondente ao pagamento do trabalho de administração do capital e de organização da sociedade. A mais-valia corresponde ao que ultrapassa este salário. Os elevados salários dos funcionários bem colocados na hierarquia social chinesa, se tomamos como referência o salário de um operário comum, só pode repousar sobre a exploração do trabalho alheio.

A classe dominante tem uma demarcação institucional bastante nítida. Os funcionários do capital são, *grosso modo*, os membros do Partido (com exceção de seus membros de base)<sup>24</sup> e do Estado (até o nível aproximado de direção de fábrica). Considerando-se que a base do Partido não consome mais-valia nem tem o controle dos meios de produção, ela não pode ser colocada do lado dos privilegiados. Utilizando os mesmos critérios, não podemos deixar de reconhecer o caráter privilegiado dos diretores de fábrica, mesmo se eles não pertencem ao Partido. Não há, evidentemente,

uma demarcação precisa entre a classe privilegiada e os explorados. Este fenômeno não é, aliás, uma novidade. Marx já o havia notado no capitalismo. "É sem dúvida na Inglaterra que a divisão econômica da sociedade moderna conhece seu desenvolvimento mais avançado e mais clássico. Todavia, mesmo neste país, a divisão em classes não aparece sob uma forma pura. Aí também, os estados intermediários e transitórios atenuam as demarcações precisas (muito menos, todavia, no campo do que nas cidades)." <sup>25</sup>

Apesar de sua unidade e de sua coesão interna (conseqüência mesmo de sua posição social), a classe dominante não é homogênea: as funções de direção geral da sociedade (PCC) não podem ser confundidas com a administração das fábricas e empresas. E se, a despeito destas diferentes funções, a classe dominante é una, não se pode esquecer que é o Partido Comunista que está, só, no poder.

A outra fração da classe dominante é privilegiada por este sistema mas não está no poder. A história da China já nos forneceu exemplos concretos onde uma classe privilegiada, em desenvolvimento, não chegou ao poder por ter sido submetida a medidas políticas coercitivas de um aparelho estatal forte, controlado diretamente pela classe dominante. "A história atesta a existência, em muitas das sociedades hidráulicas, de uma propriedade privada ativa e produtiva; mas a história mostra também que o desenvolvimento de uma tal propriedade não constituía para os regimes despóticos uma ameaça, pois os proprietários latifundiários, enquanto tais, estavam deliberadamente excluídos de toda organização e do poder político."<sup>26</sup> A semelhança é flagrante. Os diretores de fábricas poderão aumentar o nível de seus privilégios, mas o poder lhes será sempre negado.

Outra hipótese pela qual esta fração poderia alcançar o poder é a seguinte: a transformação das relações de produção pelo nascimento de um capitalismo privado. Com efeito, há uma acumulação privada de dinheiro nas mãos deste setor (e ultima-



mente esta acumulação tem aumentado). A China tem, entretanto, uma longa tradição de repressão estatal, que sempre impediu o nascimento do capitalismo privado. Balazs vê "os germes do capitalismo [na China] em uma época tão recuada quanto a segunda metade do século VIII".<sup>27</sup> Ele precisa que, não podendo dar nenhuma data exata para o nascimento do capitalismo na China, é necessário procurá-la na dinastia Song (do século X ao XIII). Porém, acrescenta, o capitalismo chinês sempre foi estatal, o capitalismo privado era marginal e efêmero.<sup>28</sup>

Da mesma maneira que ontem, dois mecanismos asseguram hoje esta impossibilidade (a do nascimento do capitalismo privado): a) o Estado tem (e tinha) mecanismos que lhe permite (e lhe permitia) ter o controle e monopolizar toda inovação técnica; b) a coação estatal torna (e tornava) impossível a transformação da acumulação primitiva privada de dinheiro em capital produtivo. Balazs registra alguns exemplos da constituição de um capital industrial privado (do Médio Império até o fim dos Qing) no domínio da exploração do ferro, do cobre, do sal etc. Ele registra igualmente que, sob a pressão da classe dirigente, os lucros acumulados com o sal foram gastos no consumo individual ou no investimento latifundiário.<sup>29</sup> "Mas talvez o fator supremamente paralizante fosse o prestígio arrasador da burocracia do Estado, que mutilava desde o início toda tentativa, da parte da burguesia, de ser diferente, de tomar consciência dela mesma enquanto classe e de lutar por se assegurar uma posição autônoma na sociedade."<sup>30</sup> Eis as razões que nos obrigam a concluir que o Partido Comunista Chinês (sua hierarquia superior) está em condições de deter, sozinho, o poder.

Na medida em que há uma separação entre os meios de produção e os produtores diretos, estes últimos só possuem mesmo sua força de trabalho e são assim obrigados a vendê-la. Entretanto, quando a força de trabalho entra no mercado, ela é uma mercadoria especial, pois está submetida a certas imposições (ao passo que no modo capitalista de produção tanto o comprador

quanto o vendedor da força de trabalho agem livremente<sup>31</sup>). Em primeiro lugar, a mobilidade e o preço da força de trabalho não obedecem às leis da oferta e da procura, mas são condicionados pela planificação (que, evidentemente, é projetada levando-se em consideração aqueles fatores). O caráter especial desta mercadoria, porém, é, antes de mais nada, dado pelo fato de ela se valorizar constantemente, em consequência da necessidade que o sistema tem de melhorar continuamente o nível de vida das massas.

Em relação ao campesinato, deve ser destacado um fato notável no que diz respeito ao seu futuro. Como Poulain nota muito bem, o Estado sempre *comprou* o excedente agrícola em lugar de o confiscar. Este é o primeiro ponto a ser retido. Um segundo ponto importante é a ausência de propriedade privada da terra. Se associamos estes fatos à necessidade do sistema de aumentar o nível de vida do povo, podemos concluir que é inevitável a industrialização do campo, o que está sendo, aliás, confirmado pela realidade.<sup>32</sup> A importantíssima implicação da industrialização do campo é a transformação da classe camponesa em operários (agrícolas).

## A superestrutura

### O Partido

O Partido Comunista Chinês é a instituição mais importante da superestrutura chinesa, colocando-se acima do aparelho do Estado. Ele é a instituição que dá direção política à sociedade e que é responsável pela direção do aparelho de administração econômica.

A fração mais importante da classe dominante chinesa está estruturada organicamente pelo e no PCC. Este é, desta forma, o lugar privilegiado onde a burocracia se organiza. O Partido — transformado em um instrumento de dominação — dirige, organiza, controla e modela o Estado. As funções do Partido Comunista não se esgotam, entretanto, nos assuntos exclusivos do Es-

tado: ele organiza a sociedade (na estrutura do Estado) e, assim fazendo, "consome" os demais modos de produção. O Partido realiza esta transformação (organização da sociedade) e se encarrega de mantê-la organizada. O trabalho político aparece, pois, como um meio de realização das tarefas sociais (transformação e organização da sociedade para a produção), e o PCC é o instrumento, o agente que possibilita o cumprimento das tarefas acima indicadas. Nada impede que o Partido (o seu Comitê Central, em última instância) seja também, e simultaneamente, o idealizador e dirigente desta transformação. O Partido, reunindo as funções de idealizador, dirigente e executor das tarefas sociais, mantém com a sociedade uma relação equivalente à de sujeito para objeto.

Na qualidade de núcleo da coesão social, política, ideológica e econômica, o Partido garante a harmonia e a ordem social, condições da segurança pública, da produção, do comércio, de uma vida regrada e mesmo da vida de um modo geral. Os membros do Partido participam de todos os domínios da sociedade chinesa. O Partido Comunista está presente em todas as unidades de produção, no Exército Popular de Libertação, nos organismos de massa etc. Não há nenhuma expressão da vida pública que escape à intervenção oficial; a iniciativa privada é inibida e reprimida. Não se pode encontrar nenhum setor da população que conserve a sua independência pessoal e econômica.

O Partido tem o controle total das informações; o povo não é informado do que é discutido nas reuniões do Comitê Central; somente as informações que lhe dizem respeito enquanto peças da estrutura econômica lhe são dadas. É significativo que acontecimentos como a queda e morte de Lin Biao até hoje ainda são desconhecidos. Bettelheim observa com muita clareza que o "hermetismo mesmo de certas lutas traz o fato de que seus protagonistas não se interessam a que as massas realmente participem delas".<sup>33</sup> O segredo bem como uma linguagem codificada, que só os membros

do Partido compreendem, são práticas que deixam o povo na impossibilidade de ter uma visão de conjunto dos problemas da sociedade. Quando se tem a informação, tem-se a condição de tomar uma posição independente ou, pelo menos, de se opor a uma resolução. O Partido, guardando as informações, reserva a si as possibilidades de decidir.

O Partido Comunista Chinês pretende ser a vanguarda do proletariado armada do marxismo-leninismo: assim ele encontra uma legitimização ideológica de seu poder.<sup>34</sup> A auto-afirmação do Partido, enquanto vanguarda do proletariado, tira a sua legitimização de duas concepções destituídas de fundamento concreto. Em primeiro lugar, a existência de *uma só* vanguarda para a classe operária. Se o PCC fosse realmente uma vanguarda da classe operária (abordaremos esta questão no próximo parágrafo), faltaria provar que ele é a única vanguarda existente e/ou possível. Este princípio (a classe operária se dota de uma só vanguarda) é ideológico (uma representação idealista, abstrata) e carece de embasamento real, pois, tal como acontece com as outras classes, "a classe operária não é nem um todo, nem uma, nem homogênea, nem desprovida, não se sabe por qual milagre, de contradições internas. Ela tem em comum, é verdade, a exploração sofrida por todos os trabalhadores da indústria (que a distingue da exploração sofrida pelo campesinato e pela pequena burguesia), mas suas condições de trabalho e de vida variam, a resistência à hegemonia burguesa que a cerca, varia segundo a concentração da produção e os resultados históricos das lutas, o que explica a variedade das reações políticas e a desigualdade da consciência de classe."<sup>35</sup> Este dogma (a classe operária é uma, logo, ela se dota de um só destacamento de vanguarda) permite ao Partido se legitimar na qualidade de único representante do proletariado.

Entretanto, o que é mais importante ainda é que o Partido — esta elite política — não é uma parte (a parte mais consciente, a vanguarda) do proletariado: durante a

luta revolucionária, o proletariado — minoritário na China — estava desmobilizado (desde 1927) e não participou, de corpo presente, do processo revolucionário; depois da tomada do poder, a dinâmica da história chinesa, ao manter a separação entre os meios de produção e a força de trabalho, impediu a integração social dos comunistas, vale dizer, uma integração tal que uma só classe subsistisse: o proletariado (que comportaria também os comunistas, na qualidade de vanguarda).

A superestrutura comporta um só partido político. A existência de um só partido não é absolutamente devido a contingências históricas ou sociais que existiriam independentemente da base econômica da sociedade. Do mesmo modo que o Estado forte não é um acaso neste sistema, a presença na superestrutura chinesa de uma só formação política é uma imposição inevitável das atuais relações sociais de produção. A regulação política do plano e da mais-valia (e, em consequência, o estreito controle sobre o povo) situa-se na base do monolitismo político, caracterizado pelo partido único. Isto equivale a dizer que a onipresença da burocracia e a recusa desta última a aceitar uma oposição conformam um quadro político e social que deixa espaço para um só partido. O fato de o espaço político chinês só comportar uma organização partidária é devido também ao Partido se situar acima do Estado: numa estrutura social hierarquizada como a que estudamos, o vértice centralizador não pode deixar de ser único.<sup>36</sup>

Isto posto, é necessário ver que neste sistema social, onde prevalecem as determinações políticas, o consenso, tanto no interior da burocracia quanto nas suas relações com o povo deve ser preservado, sob pena de ser abalado o equilíbrio mesmo do sistema. A oposição radical não é permitida, nem do lado da burocracia (ver, entre outras, as onze "lutas entre as duas linhas"), nem do lado do povo (os exemplos são numerosos). A onipresença da burocracia e a recusa desta em aceitar uma oposição (consequências, já o vimos, da natureza política

das relações dominantes neste sistema) são fatores que vão impor à classe dominante a adoção de uma forma totalitária de governo. No mesmo sentido, podemos dizer que o regime político chinês tende a ser repressivo.<sup>37</sup> A autoridade do Partido é questionada quando o próprio sistema é questionado, como foi o caso durante a revolução cultural.

Outro exemplo bem ilustrativo do que acabamos de expor foi como o Partido enfrentou a onda de democracia que invadiu a China no final de 1978 e início de 1979. A fim de controlar a campanha de dazibaos sobre o "muro da democracia" e as manifestações na Praça Tiananmen, o *Diário do Povo* (órgão oficial do PCC), de 21 de dezembro de 1978, publicou um artigo no qual transparece de modo inequívoco o que acabamos de apresentar. Fica evidente também neste artigo a consciência que o Partido tem sobre este assunto. O *Diário do Povo* diz que "a luta pela democracia deve ser levada sob a direção do Partido. (...) Sem a direção única do Partido e sem a proteção do Estado, a luta espontânea das massas só dificilmente pode ser vitoriosa. A influência de idéias não proletárias existe no seio das massas e, na falta de uma direção do Partido (...), tendências à anarquia e ao ultrademocratismo aparecem facilmente. Reforçar a direção única do Partido constitui uma condição prévia à luta pela conquista e pela defesa da democracia."<sup>38</sup>

Dando continuidade à campanha contra a "primavera de Pequim", a imprensa oficial fez propaganda dos limites além dos quais não se poderia ir. Trata-se dos "quatro princípios fundamentais: o papel dirigente do Partido, a ditadura do proletariado, o apoio ao regime socialista, a fidelidade ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Mao Zedong". É bem visível a relação imediata entre o político e o social: o que é necessário impedir era um questionamento da estrutura social.

### O Estado

O Estado chinês contemporâneo é uma instituição edificada pelo Partido Comunis-

ta Chinês após a sua vitória sobre o Guomindang.

Por ocasião da tomada do poder, os comunistas já haviam vivenciado a experiência da guerra: o Exército Popular de Libertação tinha sido o instrumento social que havia organizado as massas revolucionárias e havia derrubado o antigo poder. Para a nova luta — o desenvolvimento econômico —, era necessário criar um novo instrumento; é o que indicava a experiência histórica. Este instrumento, o Estado, foi criado, e na sua edificação se utilizou muito o antigo instrumento — o Exército. Este último teve que se adaptar ao novo perfil da sociedade, cujo centro das preocupações tinha se deslocado do poder em direção aos imperativos materiais de existência.

A transformação social (com o objetivo de alcançar uma nova organização social) da China era uma tarefa que dependia, em primeiro lugar, do instrumento político, o PCC. Esta tarefa ia se realizando na medida em que o Estado se estruturava: *a nova organização social se edificava com o e no interior do Estado*. O Estado nasce, assim, como *o instrumento social do desenvolvimento econômico*.

A fusão do político (o Estado, os membros do Estado) e do econômico ou, o que vem a dar no mesmo, a não exterioridade do econômico em relação ao político é típico das relações burocráticas de produção. A não exterioridade do econômico em relação ao político significa que toda manifestação econômica da sociedade se faz no interior do político. A estrutura econômica se situa no interior do Estado.<sup>39</sup> O enfrentamento das tarefas sociais (trabalho de transformação e de organização da sociedade para a produção) toma assim uma *forma política* (estatal). A formação social chinesa atual é assim caracterizada pela oposição entre o Estado e o povo, e a classe dominante se confunde com o aparelho de Estado.

Uma segunda característica — e nisto vemos uma semelhança com o modo de produção asiático<sup>40</sup> — consiste no seguinte: o Estado tem funções econômicas e sociais

(a organização do trabalho, a administração das empresas, a posse das condições de trabalho etc.) que participam da definição do modo de produção, o que não o impede de ser também uma superestrutura. Na sua ação o Estado edifica e entretém a base necessária das forças produtivas, essencialmente barragens, aterros e organização do território de um modo geral; ele organiza o trabalho e instala grandes complexos produtivos. Este último ponto era especialmente importante antes da ruptura com os soviéticos; ultimamente, ele volta à cena com as "quatro modernizações". As grandes fábricas ocupam um lugar de destaque na estrutura econômica e social chinesa.

Chamaremos o Estado chinês de burocrático, porque sua política beneficia, em última instância, a burocracia. Vale dizer, as transformações sofridas pela sociedade, como consequência da intervenção deste Estado, reforçam a base (econômica) deste Estado. O Estado, na sua ação integradora e produtiva, reproduz diretamente as relações burocráticas de produção.

O Estado assimila, adaptando-as, certas características apresentadas acima e próprias da burocracia. O equivalente estatal da recusa burocrática à oposição e a transferência aos domínios estatais da onipresença da burocracia provocam consequências extremamente importantes e abrangedoras: nenhuma manifestação econômica (privada ou social) exterior à estrutura estatal passa despercebida ou é aceita sem maiores problemas.<sup>41</sup> Isto quer dizer em primeiro lugar que todas as outras formações econômicas e sociais devem ser destruídas pela incorporação de populações ao Estado, às funções econômicas do Estado (esta incorporação é, o leitor me desculpe a insistência, o resultado da ação política do Partido). Isto quer dizer também que a força de trabalho de toda a sociedade está incorporada ao Estado.<sup>42</sup> Assim, diga-se de passagem, o controle dos trabalhadores pela burocracia torna-se possível; assim, a burocracia pode debelar, desde a sua primeira manifestação, toda forma de oposição.



Do que acabamos de ver sobre a superestrutura, conclui-se que o Estado forte na China Popular não é obra do acaso, mas sim, sem nenhuma sombra de dúvida, o resultado inevitável das relações estabelecidas entre os chineses com vistas à produção. "É sempre na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto (...) que se deve procurar o segredo mais profundo, o fundamento escondido de todo edifício social e por conseguinte da forma política que toma a relação da soberania e de dependência, numa palavra, a base de forma específica que reveste o Estado em um período dado."<sup>43</sup> Na medida em que entendemos o Estado forte na China a partir da relação imediata que os proprietários das condições de produção mantêm com os produtores diretos, não é necessário apelar para as contingências históricas internas, mais ou menos favorecidas por uma certa conjuntura internacional agressiva (o que não impede que esta conjuntura tenha existido — e ainda exista, se bem que com outros ingredientes —, mas esta conjuntura por si só não pode explicar a existência do Estado forte).

#### *Uma sociedade monolítica*

O conjunto de fenômenos estruturais que acabamos de ver, vai explicar que a China contemporânea é uma sociedade organicamente integrada para a produção; o núcleo de coesão é o aparelho do Partido Comunista e a estrutura de integração é o Estado. O Estado não exerce, porém, a sua função integradora somente através da produção. O Estado integra secundariamente a sociedade através da organização da defesa nacional, as milícias populares.<sup>44</sup> Estas últimas são organizadas em função dos agrupamentos orgânicos da sociedade: a partir das comunas populares no campo, a partir das empresas ou dos bairros nas cidades e a partir das administrações.

A atividade política e ideológica do Partido, de um lado, e, do outro, a integração social realizada pelo Estado e orientada pa-

ra a produção fazem da China uma sociedade monolítica.

*Monolitismo político.* Caracteriza-se pelo partido único, em simbiose com o seu principal instrumento (o Estado). Se a sociedade é politicamente monolítica, isto não quer dizer que ela não apresenta contradições políticas. Mas, porque ela é monolítica, o aparecimento de uma contradição política no nível do Estado ou do Partido cria imediatamente uma crise; e a emergência pública de uma contradição exterior ao Estado ou ao Partido é resolvida pela persuasão, pela reforma ou pela reeducação.<sup>45</sup>

*Monolitismo econômico.* O Estado, na qualidade de instrumento econômico dominante (com um potencial de tornar-se exclusivo) integra toda a força de trabalho; ele faz a mão-de-obra (braçal e intelectual) entrar em um conjunto orquestrado por ele. A não exterioridade do econômico com respeito ao político impede o aparecimento de atividades econômicas que não estejam reguladas, conduzidas ou, pelo menos, controladas pelo Estado.

*Monolitismo dos aparelhos ideológicos de Estado.* Os AIE são organicamente integrados ao Estado, e toda iniciativa privada no sentido de ativar um AIE é imediatamente reprimida. Os AIE só difundem a ideologia oficial, a da burocracia: ao contrário do que se passa sob o capitalismo, os AIE da China Popular não são investidos pela luta de classe proletária, eles estão ao abrigo desta luta. A sociedade não é, contudo, ideologicamente monolítica; isto quer dizer que, mesmo que a ideologia dominante seja a da burocracia (e mesmo que esta ideologia seja a única a ser difundida pelos AIE), a sociedade tem em seu seio as ideologias correspondentes às suas classes, bem como as ideologias ainda sobreviventes das classes desaparecidas. Estes são, com efeito, os alvos privilegiados dos aparelhos ideológicos de Estado. E se no sistema capitalista é suficiente que o indivíduo tenha uma prática integrada ao sistema, no sistema chinês é necessário, além disso, que o indivíduo seja a favor do papel dirigente do Partido,

a favor da ditadura do proletariado, a favor do socialismo e a favor do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Zedong.

*Monolitismo social.* Este modo de produção tende a transformar todos os elementos sobreviventes das antigas relações de produção, de tal maneira que, mais cedo ou mais tarde, toda produção seja feita segundo o modo burocrático; o desdobramento deste modo de produção conduz à resolução da contradição operário x camponês, e então estaremos diante do que Lênin chamou de *trabalhadores*.<sup>46</sup> Nestas condições, as contradições sociais se reduzirão a uma só: burocracia x trabalhadores. Este modo de produção não admite que populações (historicamente pertencentes ao mesmo país) possam viver em autarquias. O Estado chega e integra-as. O monolitismo social não significa que a sociedade não guarde contradições sociais em seu seio. Ela as tem. Contudo, a sociedade chinesa se encontra em um estado onde o nível de agregação é bem elevado.<sup>47</sup>

#### A reprodução das relações de produção

“Em teoria, não há dúvida de que um certo período de transição se situa entre o capitalismo e o comunismo. Ele deve necessariamente reunir os traços ou particularidades próprios a estas duas estruturas econômicas da sociedade. Este período de transição não pode deixar de ser uma fase de luta entre a agonia do capitalismo e o nascimento do comunismo ...”<sup>48</sup> A transição é então caracterizada pela existência de duas relações de produção: uma que se enfraquece, e outra que desabrocha. Esta última ganha terreno sobre a outra no nível econômico, social, ideológico e político. Na China, em lugar de uma luta entre o capitalismo e o comunismo, da afirmação do modo comunista de produção, o que se vê é a reprodução, em todos os níveis, de relações estáveis de produção. Esta reprodução diz respeito ao econômico, ao social, ao ideológico e ao político.

Um modo de produção realiza uma produção tendo em conta as suas necessidades

sociais. Se ele não satisfaz as necessidades sociais, não pode viver nem um minuto; para se reproduzir, ele deve assegurar a sua própria reprodução e a reprodução material da sociedade. Althusser explica que “para existir, toda formação social deve, ao mesmo tempo que ela produz, e para poder produzir, reproduzir as condições de sua produção. Ela deve então reproduzir: 1) as forças produtivas; 2) as relações de produção existentes.”<sup>49</sup> As necessidades deste sistema são: a exploração da força de trabalho e a satisfação das necessidades materiais do povo. Esta formação sócio-econômica deve então atender estas duas condições, ao mesmo tempo em que desenvolve as forças produtivas.

Como a dominação econômica e a dominação política se sobrepõem, o Estado burocrático intervém sobre as relações de dominação (e sobre as relações de produção) de uma maneira imediata: isto quer dizer que esta intervenção é *decisiva* para a reprodução do sistema. Neste, a defrontação entre a força de trabalho e os meios de produção é então diretamente política, e o Estado deve sair sempre vencedor, sob pena de ver abaladas as relações de dominação (e de produção) com prejuízo para a própria dominação da burocracia. Assim, o Estado controla o proletariado a cada instante, tanto no local de trabalho, como no de moradia e lazer. Do outro lado, diante da onipresença do Partido, o proletariado defronta a classe dominante em todos os lugares de sua existência (Defrontar: se submeter ou lutar.).

Isto dito, passaremos aos outros mecanismos de reprodução das relações de produção. Para tal, tomaremos emprestada a excelente síntese de Meszaros, que diz que, mesmo limitada, a dominação do capital continua existindo “nas sociedades pós-revolucionárias por intermédio: 1) dos imperativos materiais, que condicionam a totalidade dos processos da existência; 2) da divisão social do trabalho herdada, que, a despeito de modificações justificadas, contradiz o desenvolvimento das livres individualidades; 3) da estrutura objetiva do

aparelho de produção disponível (inclusive tudo que é máquina) e da forma historicamente desenvolvida ou limitada do conhecimento científico: uma e outra outrora produzidas no quadro da produção capitalista e em circunstâncias ditadas pela divisão social do trabalho ...".<sup>50</sup> O autor completa a sua síntese chamando a atenção para as ligações e interconexões destas sociedades com o sistema global do capitalismo, fato que, a nosso ver, passa a ter importância na China somente após a morte de Mao e a conseqüente mudança de rumos na política de desenvolvimento.

É necessário enriquecer esta questão com pelo menos mais duas observações, que dizem respeito às condições gerais da reprodução concreta desta formação sócio-econômica. Referimo-nos à lei do valor (e suas vinculações com o direito burguês) e à ideologia.

A lei do valor continua existindo na China Popular. Mesmo se ela não se manifesta pela variação de preços, ela se apresenta sob a forma de penúria.<sup>51</sup> A lei do valor está ligada à sobrevivência das mercadorias e a seu corolário, o fetichismo da mercadoria (as relações sociais se exprimem através das coisas; a "coisificação" das relações entre os homens). Este fetichismo tende a reforçar a materialidade do sistema, o que contribui para a reprodução das relações de produção. Uma outra maneira de apresentar o mesmo problema é examiná-lo em termos de valor de uso e de valor de troca; o raciocínio de Zhang Chunqiao fazia prevalecer a lógica do valor de uso em relação ao valor de troca. Estamos de acordo com Zhang sobre a questão de princípios: durante o período de transição é necessário criar as condições objetivas e subjetivas, a fim de fazer prevalecer a lógica do valor de uso sobre o valor de troca e, assim, limitar a influência da lei do valor e diminuir o peso do direito burguês (onde as normas de distribuição se baseiam no trabalho de cada um.<sup>52</sup>) Entretanto, as condições econômicas e sociais da época — o recuo histórico nos permite dizê-lo — estavam longe de atrair

para a realidade concreta este problema, ainda teórico, da transição ao socialismo.

A proposta de Deng Xiaoping, hoje em aplicação, é oposta a de Zhang Chunqiao. A preocupação da equipe que hoje dirige o país é aumentar o peso da influência do direito burguês. Paralelamente a isto, a divisão social do trabalho é estimulada (assim, o fetichismo da produção aumenta), e o peso do valor de troca é reforçado (assim, o fetichismo da mercadoria se desenvolve). A conjunção destes fatores, que estão em permanente interligação, faz aumentar a materialidade do sistema, dando à burocracia uma maior margem de manobras nas suas relações com o povo. Esta situação mais favorável permite-lhe decidir mais livremente sobre o reinvestimento do excedente e também se apropriar de uma fração maior do sobre-trabalho.

Vejamos outro mecanismo usado pelo sistema, a fim de se reproduzir: a ideologia. Seu papel é muito importante: a fraca materialidade do sistema chinês e a importância das determinações políticas neste sistema dão um lugar todo especial à superestrutura ideológica desta sociedade, com o objetivo de assegurar a reprodução das relações de produção. A ideologia vem justamente para preencher o buraco deixado pela fraqueza da materialidade do sistema; ela visa também melhorar a situação da burocracia no seu permanente enfrentamento com o povo.

A propósito dos aparelhos ideológicos de Estado, faremos algumas observações sintéticas e provisórias. O principal aparelho ideológico é, sem sombra de dúvidas, o AIE político. Um sistema em que prevalecem as determinações políticas, em que o PCC se confunde com o aparelho de Estado, em que o Partido está presente em todos os domínios da vida etc. — este sistema tem, necessariamente, como principal aparelho de sujeição das massas o AIE político. É necessário destacar também o AIE escolar, o AIE da informação (imprensa e rádio etc.) e o AIE cultural. "Sabe-se que o sistema de reprodução do saber está à base da manutenção não somente dos conhe-

cimentos, mas também da cultura, do que os jovens aprendem a considerar como a norma."<sup>53</sup> Neste sentido, a estabilização da relação entre a burocracia e o povo se faz também por intermédio da detenção do saber político (como gerir a sociedade) e do saber técnico (como transformar a natureza).

Para terminar este ponto, é necessário acrescentar uma palavrinha sobre o aspecto jurídico da superestrutura social. Deliberadamente, ainda não nos referimos a esta questão. Na especificidade da sociedade chinesa, o papel jurídico da superestrutura é desprezível diante de seus aspectos político e ideológico. Melhor, o jurídico depende destes dois. Não há uma "legalidade socialista" na China que vá além da codificação das bases mesmas do sistema: o papel dirigente do Partido, a ditadura do proletariado, o apoio ao regime socialista, a fidelidade ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Mao Zedong. A centralização ideológica e política "implica que a China Popular prescinde quase tanto quanto a China clássica de leis e regulamentos. Como outrora, uma lei penal preventiva protege a ordem social, sancionando os crimes contra-revolucionários, cuja qualificação pode ser inclusive tão facilmente atribuída quanto aquelas dos antigos crimes ditos de impiedade, que eles substituem na ausência de nosso princípio *nulla poena sine lege*."<sup>54</sup>

### Capitalismo ou burocratismo?<sup>55</sup>

A estatização dos meios de produção concentra, em um nível absoluto, estes meios que estavam antes disseminados, sem que com isto seja ultrapassada a separação entre estes meios de produção e o trabalho. A estatização, ao contrário do que é dito oficialmente, assegura a continuidade desta separação em novas formas de exploração da força de trabalho. Assim, o trabalho conserva sua qualidade de trabalho assalariado, se bem que com outras características,<sup>56</sup> e os meios de produção conservam sua qualidade de capital. Nestas condições, a divisão social do trabalho no

sistema burocrático e no capitalismo não são muito diferentes entre si. O primeiro adapta a divisão social do trabalho historicamente desenvolvida pelo capitalismo.

O parágrafo acima resume, muito brevemente, as semelhanças entre o modo de produção capitalista e o modo burocrático de produção. O que se segue agora é o exame das diferenças. Inicialmente serão criticadas as análises de Yao Wenyuan, de Zhang Chungqiao e de Bettelheim, que se preocupam com as bases objetivas do desenvolvimento do capitalismo na China Popular. Em seguida apresentaremos nosso ponto de vista.

Yao Wenyuan, no seu artigo "Acerca da base social da camarilha antipartido de Lin Biao" considera que as normas de distribuição baseadas no trabalho de cada um são geradores de desigualdades. Estas desigualdades estariam na origem do aparecimento da "nova burguesia".

Bahro<sup>57</sup>, invertendo a ordem de apresentação dos fenômenos abordados, faz uma melhor análise. Seu estudo, propondo-se abordar o "socialismo realmente existente", abrange somente o bloco soviético. Além do mais, a análise de Bahro é, em muitos aspectos fundamentais, diferente da nossa; isto não impede de vermos nela uma contribuição valiosíssima para a compreensão dos países pós-capitalistas. Assim sendo, sua análise nos oferece uma abordagem que nos será extremamente útil. Ele diz, ao longo de seu livro, que não são os privilégios que produzem o monopólio, mas é o monopólio que produz os privilégios. "Aquele que possui o poder político possui automaticamente o poder de dispor de partes mais ou menos importantes do excedente."<sup>58</sup> É porque a burocracia tem o controle dos meios de produção que ela pode apropriar-se de privilégios materiais cada vez mais exorbitantes.

Enfim, não existe na China uma "nova burguesia", cujo aparecimento seria consequência das normas de distribuição burguesa. A distribuição, segundo as normas do direito burguês, cria, com efeito, uma acumulação que não tem, entretanto, relação



alguma com a acumulação primitiva capitalista. Esta nova edição da acumulação primitiva nunca chegou a criar um capital que fosse base econômica desta "nova burguesia". A classe dominante na China Popular apareceu como resultado de outros fenômenos históricos, antes que as consequências das normas de distribuição se manifestassem.

Examinemos a análise de Zhang Chunqiao. No seu texto publicado em 1975 e intitulado "A ditadura integral sobre a burguesia", ele aborda a problemática da transformação da propriedade na China e realça o fato de que se se diz correntemente que a transformação socialista da propriedade (a estatização) está, *no essencial*, realizada, isto quer dizer que ela não o está completamente. Ele considera que esta situação é favorável ao desenvolvimento capitalista; este desenvolvimento se situaria na pequena produção mercantil. E propõe, então, a extensão da propriedade de Estado.

Bettelheim reconhece muitas contribuições essenciais de Zhang, mas não se deve evidentemente esquecer, sempre segundo Bettelheim, os pontos fracos de suas análises. "Um destes pontos fracos é a incapacidade de colocar a perspectiva de uma verdadeira *apropriação social*, graças à transformação revolucionária das relações de produção. Em lugar desta perspectiva, é proposta a *generalização da propriedade de Estado* (chamada abusivamente 'propriedade do povo inteiro'), sendo que esta só faz reconduzir à separação dos produtores imediatos de seus meios de produção."<sup>59</sup> Consideramos pertinente esta crítica formulada por Bettelheim. Vejamos como este autor analisa *onde* se situa o desenvolvimento das relações burguesas e *de onde vem* a reprodução das relações capitalistas.

Ele diz que "a partir do momento em que a propriedade de Estado predomina, o risco *principal* de um desenvolvimento capitalista se situa no desenvolvimento das relações burguesas no seio do setor de Estado, e não mais na pequena produção mercantil"<sup>60</sup> Mais adiante, quando analisa as condições da vitória de uma linha revisio-

nista, diz que "a burguesia parece ser um produto da superestrutura, e não da base econômica".<sup>61</sup> Aproximando as análises do PCC sobre a natureza das relações sociais dominantes durante a transição (consideradas "socialistas" pelo Partido) e o fato de que o Partido chinês não questionou as concepções antimarxistas desenvolvidas pelo Partido bolchevique ao longo dos anos trinta, ele diz: "... a revolução asseguraria a existência de um poder repousando fundamentalmente sobre 'relações políticas proletárias', o que oculta a existência de um aparelho de Estado separado das massas e *reproduzindo, então*, relações políticas burguesas".<sup>62</sup>

Bettelheim retoma este tema, desta vez mais explicitamente: "A *separação* dos produtores imediatos de seus meios de produção só foi fracamente abalada, CAUSA DA reprodução das relações capitalistas e mercantis."<sup>63</sup>

Podemos resumir em dois pontos o raciocínio de Bettelheim sobre a origem e o desenvolvimento da nova burguesia:

1. A separação dos produtores imediatos dos meios de produção estaria na origem da reprodução das relações capitalistas.
2. A luta de classes que se segue no interior do Partido, explicaria o nascimento da nova burguesia.

Há, talvez, no raciocínio de Bettelheim sobre este assunto uma outra relação: a que se estabelece entre uma linha política burguesa e a existência de uma burguesia. Logo no início de seu livro, ele diz que "os textos atualmente [1978] publicados na China constituem a expressão de uma *linha política*, e (...) é a *existência desta linha* que conduziu-me às conclusões as quais eu cheguei".<sup>64</sup> Esta relação (linha política do partido—conteúdo de classe deste partido) não aparece explicitamente ao longo de seu livro. Eis porque nós a deixaremos de lado, lembrando apenas que o conteúdo de classe de um partido ou Estado só pode ser avaliado a partir das contradições concretas através das quais a *realidade social* se desenvolve; a linha política é um referencial subjetivo e nada mais.

Voltemos às causas do desenvolvimento da "nova burguesia". Falta provar que a separação dos produtores imediatos dos meios de produção só é possível no capitalismo. Em realidade, o que esta separação nos mostra é que as relações *não são proletárias*. A construção do socialismo avança, como Bettelheim insiste com toda razão, na medida em que os produtores diretos tornam-se cada vez mais mestres de suas condições de existência, na medida em que esta separação se enfraquece. Infelizmente Bettelheim só vê duas possibilidades: socialismo ou capitalismo, burguesia ou proletariado. Como não é, evidentemente, o socialismo, só resta para ele o capitalismo e a burguesia.

Nós nos situamos em um outro ponto de vista, apresentado ao longo deste artigo: a separação entre produtores e meios de produção está na origem da contradição entre proletariado e burocracia. Esta separação é *um dos aspectos* do capitalismo; isoladamente ela não pode caracterizar as relações de produção capitalistas. E, nós o veremos imediatamente, as outras características do capitalismo não aparecem na formação social chinesa. Mesmo esta separação, condição da formação da mais-valia, engendra uma mais-valia regulada politicamente.

O segundo ponto de nosso resumo sobre o raciocínio de Bettelheim a respeito deste assunto (o desenvolvimento da burguesia) deve ser repensado fora da oposição proletariado x burguesia: devemos acrescentar, na abordagem do problema, a burocracia. Além do mais, a luta de classes, que efetivamente se desenrola no seio do PCC existe desde o nascimento do Partido (e não somente a partir da estatização do grosso da economia nacional). A estatização apenas deu uma nova inflexão a esta luta.

O filósofo húngaro, Istvan Meszaros, examinando as sociedades pós-revolucionárias, sintetiza brilhantemente o que de uma forma ou de outra, em geral indiretamente, foi ventilado neste artigo, a respeito das razões pelas quais não se pode falar de capitalismo para a China contemporânea. "O ca-

pitalismo é a fase particular da produção do capital no decurso da qual: 1) a *produção para a troca* (e portanto a mediação e a dominação do valor de uso na qualidade de valor de troca) é dominante; 2) a própria *força de trabalho*, como qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria; 3) a aspiração ao *lucro* é a força de regulação fundamental da produção; 4) o mecanismo vital da formação de mais-valia (a separação radical meios de produção/produtores) reveste-se de uma forma econômica; 5) a mais-valia constituída é *apropriada a título privado* pelos membros da classe capitalista; e 6) consequência de seu *imperativo econômico* de crescimento e de expansão, ela tende a uma *integração global*, por intermédio do mercado mundial, a um sistema totalmente dependente de dominações e de subordinações econômicas. Falar de capitalismo nas sociedades pós-revolucionárias — quando só subsiste uma (a quarta) das características essenciais que o definem, e além do mais ela se encontra sob uma forma alterada (a constituição da mais-valia é *regulada politicamente* e não mais economicamente) — só é possível quando não se toma em consideração (ou quando se apresenta de maneira incompleta) as condições objetivas de desenvolvimento."<sup>65</sup> Mas não é só isto. O processo histórico de cada classe (burguesia e burocracia) e de cada modo de produção é outro elemento que serve para distinguir da sociedade burocrática o capitalismo. A formação da burguesia é completamente diferente da formação da classe dominante na China contemporânea.

"Na história da burguesia, devemos diferenciar duas fases: na primeira, a burguesia constitui-se como classe sob o regime do feudalismo e da monarquia absoluta; na segunda, a burguesia, já constituída como classe, derruba o feudalismo e a monarquia, para transformar a velha sociedade em uma sociedade burguesa."<sup>66</sup> Somos levados a dizer o contrário, para caracterizar a formação da classe dominante da China Popular: na história da burocracia, devemos diferenciar duas fases: na primeira, a burocracia derruba o poder imperialista, semifeudal e

semicolonial, para estabelecer as bases materiais da sociedade futura (a sociedade burocrática); na segunda, a burocracia se constitui em classe. Marx acrescenta, no seu texto, que a fase durante a qual a burguesia se constituiu em classe foi "a mais prolongada e requereu maiores esforços."<sup>67</sup> Já para a burocracia, a fase durante a qual ela derrubou o poder reacionário é que foi a mais prolongada e requereu maiores esforços.

Se constatamos todas estas diferenças históricas entre as duas classes dominantes, notamos, por outro lado, várias semelhanças entre a formação da burocracia e a formação do proletariado à época de sua constituição. "As condições econômicas transformaram primeiro a massa da população do país em trabalhadores. O domínio do capital criou para essa massa uma situação

comum, interesses comuns. Assim, pois, essa massa já é uma classe, relativamente ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta (...) essa massa se une, constituindo-se uma classe para si. Os interesses que defende convertem-se em interesse de classe."<sup>68</sup> No que diz respeito à burocracia, as condições econômicas transformaram-na primeiro em administradora do capital. A posse coletiva do capital criou uma situação comum, interesses comuns a estes funcionários do capital. Assim, estes dirigentes já são uma classe, relativamente ao capital, mas ainda não são uma classe para si. Na luta pela produção, pela valorização do capital, pelo fortalecimento do Estado e na luta contra as outras classes, estes dirigentes se unem, constituindo-se em uma classe para si.

Os interesses que eles defendem passam a ser interesses de classe.

## NOTAS

1. Neste início, abordaremos a questão da separação existente entre os produtores diretos e os meios de produção. No item "A reprodução das relações de produção" deste artigo, veremos que na China contemporânea não se configura nenhuma situação de transição (transição ao socialismo), na qual os trabalhadores estivessem se apossando progressivamente dos meios de produção (e, assim, de suas condições de existência).

2. K. Marx, *O capital* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, volume V), p. 505.

3. Com o termo "materialidade", referimo-nos ao potencial que um sistema tem para funcionar independentemente do que se pensa e do que se fala dele. Assim, o capitalismo, em que prevalecem as determinações econômicas, funciona mesmo se, por exemplo, membros de partido comunista têm acesso aos meios de comunicação e se comportam como "dissidentes": isto não caracteriza ou provoca uma crise política ou institucional (se pensarmos no capitalismo europeu, o exemplo toma todo o seu significado). Ao passo que, por exemplo, alguns milhares (cifra insignificante em relação ao bilhão de chineses) de exemplares de revistas contestatárias são um sério problema para a direção chinesa. A diferença de materialidade entre estes dois sistemas pode ser ilustrada pelo fato de que para o capitalismo é suficiente que, independentemente de suas crenças políticas, os indivíduos "andem, funcionem sozinhos" (e os "maus elementos provocam a intervenção de tal ou qual destacamento do aparelho repressivo de Estado". Althusser, os AIE), ao passo que na China é necessário que eles "andem, funcionem sozinhos" e além disso que eles sejam favoráveis ao sistema e ao partido, mesmo que a adesão se dê em um nível exclusivamente formal (a intervenção de tal ou qual destacamento do aparelho repressivo de Estado já é, e sempre é, uma crise).

São fatores de perda da materialidade: o plano (que desvenda a relação entre os homens, diminuindo o alcance dos efeitos psicossociais do mercado) e o caráter político dominante da relação entre as classes (a constituição da mais-valia, como veremos, é regulada politicamente).

4. E. Poulain, *Le mode d'industrialisation socialiste en Chine* (Paris: Maspero, 1977), p. 145. A tradução é nossa. Nós traduzimos todas as citações de livros estrangeiros, com o intuito de facilitar a compreensão do presente texto; mantivemos, porém, no original, as referências do livro utilizado.

5. Cf., entre outros, o riquíssimo porém breve prefácio que Marx escreveu em janeiro de 1859 à "Contribuição à crítica da Economia Política".

6. Leia-se: propriedade do Estado.

7. Zhang Chunqiao, *De la dictature intégrale sur la bourgeoisie* (Paquim: 1975), p. 6 e 7.

8. Isto não impede a existência de uma *produção* privada, constituída principalmente de hortaliças e porcos — a produção de grãos é proibida — e feita em pequenos lotes de terra, onde a família camponesa tem o direito ao uso mas não o de posse. Esta produção privada no campo é pequena, apesar de que com a aplicação do projeto político de Deng Xiaoping ela tenha aumentado. Estas questões, entretanto, estão mais diretamente ligadas aos problemas da acumulação privada do que aos do sistema de propriedade.
9. Quando tratarmos das classes sociais, voltaremos ao assunto.
10. E. Poulain, *op. cit.*, p. 107. A divisão a que Poulain se refere no início da citação — indústria/agricultura — tende a desaparecer com a capitalização do campo.
11. Cf. as declarações de Mao Zedong em 1975, in A. Bouc, *La rectification* (Lyon: Les Editions Fédéróp, 1977), p. 143-4.
12. C. Bettelheim, *Questions sur la Chine après la mort de Mao Tse-Toung* (Paris: Maspéro, 1978), p. 107. Existe uma edição brasileira deste livro.
13. *Ibid.*, nota 88, à p. 107.
14. Yao Wenyan, *Acerca de la base social de la camarilla antipartido de Lin Biao* (Pequim: 1975), p. 5. Nós sublinhamos.
15. I. Meszaros, "la question du pouvoir politique et la théorie marxiste", in *II manifesto, pouvoir et opposition dans les sociétés postrévolutionnaires* (Les éditions du Seuil: 1978), p. 133. Sublinhado pelo autor.
16. Eis porque não se pode falar de anarquia da produção nesta sociedade.
17. Cf. Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (São Paulo: Global Editora, sem data, Coleção Bases), p. 78.
18. O leitor bem informado sobre a realidade chinesa pode achar estranho este final de parágrafo, pois a coletivização do campo na China, no final dos anos 50, se deu sem a capitalização da agricultura (ainda hoje com uma débil presença de capital). O leitor, aparentemente, tem razão. Mas, se ele está realmente bem informado, vai se lembrar das divergências entre Mao Zedong e Liu Shaoqi (o mais lúcido defensor — consciente ou não — do modo burocrático de produção). Este último, compreendendo a necessidade de um capital cuja função seria a de dirigir o trabalho coletivo no campo, propunha o adiamento da reforma agrária para depois da capitalização do campo. Entretanto, a posição de Mao prevaleceu e o campo foi coletivizado: a função social de direção coube ao PCC, que, mantendo vínculos ideológicos e políticos suficientemente sólidos com as massas, pôde e continua podendo levar adiante tal função. As particularidades do momento (o prestígio do Partido Comunista, o maoísmo, a situação de transição social etc.) e os antecedentes históricos (modo de produção asiático) devem ser resgatados, para se entender as particularidades de tal coletivização. Para acalmar de vez o leitor bem informado, lembramos que este artigo é uma formulação teórica que busca interpretar a realidade chinesa em toda a sua potencialidade, vale dizer, em toda a potencialidade que o campo tem de se capitalizar. Além dos recuos verificados na coletivização da terra (lotes privados e mercado paralelo), sintomas de que o capital faz falta na função de direção do trabalho, os dados apontam no sentido da capitalização do campo. Isto é, por sinal, uma séria preocupação da equipe que, tendo nascido sob a liderança de Liu Shaoqi, tem sua continuidade com Deng Xiaoping.
19. Marx, *O capital*, *op. cit.*, volume I (sem data), p. 379-80.
20. *Ibid.*, p. 380. Modificamos ligeiramente o final da citação, tomando como referência o texto em francês, que foi inteiramente (livro 1) revisto por Marx. Assim procedemos por uma questão de fidelidade ao pensamento do autor.
21. Esta justificação, é preciso dizê-lo imediatamente, não é universal, na medida em que ela se situa dentro dos limites da divisão social do trabalho.
22. Marx, *O capital*, *op. cit.*, vol. V, p. 433-4.
23. *Ibid.*, vol. V, p. 444.
24. A função social dos comunistas mudou ao longo da história contemporânea da China. Inicialmente eles eram agitadores, mobilizavam e organizavam as massas na luta contra o poder reacionário; os comunistas mantinham relações políticas e ideológicas com as massas. Com a tomada do poder e a consequente estatização da economia, os comunistas passaram a ter novas funções. A questão central da sociedade deixou de ser o poder político e passou a ser a reconstrução econômica. A dinâmica do processo revolucionário (estatização) transformou os comunistas em administradores. Diante do capital, estes dirigentes passaram a ter interesses comuns. No processo de valorização do capital, na monopolização do poder e na luta contra as outras classes, estes dirigentes se constituíram em classe.
25. Marx, *Le capital* (Paris: Editions Sociales, 1974, tomo VIII), p. 259. Não nos foi possível conseguir o volume VI da edição brasileira de *O capital*, no breve espaço de tempo em que escrevemos este artigo. Por isso damos as referências das Editions Sociales.
26. K. A. Wittfogel, *Le despotisme oriental* (Paris: Editions de Minuit, Collection Arguments, 1977), p. 14.



27. E. Balazs, *La bureaucratie céleste* (Paris: Editions Gallimard, 1978), p. 301.
28. *Ibid.*, p. 311-2.
29. *Ibid.*, p. 301-10.
30. *Ibid.*, p. 311-2.
31. Marx, *O capital*, ob. cit., volume I, p. 196.
32. Além do exposto, devemos acrescentar a tendência inelutável de o capital social estender sua ação até o campo (pela sua industrialização), a fim de substituir a relação orgânica aí existente entre a classe dominante e o campesinato.
33. Bettelheim, ob. cit., p. 94. Sublinhado por ele.
34. A propósito da relação entre o marxismo e os "socialismos existentes", é interessante dar a palavra a Althusser, que nos diz que "seria uma forma de idealismo, infatigavelmente denunciado por Marx, considerar que a teoria marxista é, enquanto teoria, responsável pela história que foi feita em seu nome; pois não são 'as idéias', mesmo marxistas, que 'fazem a história', como não é a 'consciência de si' (*se declarar marxista*) que define um homem ou uma organização. Mas seria igualmente idealismo considerar que a teoria marxista não está engajada e comprometida na experiência de uma história, na qual a ação das organizações de luta de classe, se inspirando do marxismo ou se declarando marxistas, representou um papel importante ou determinante." ("Enfin, la crise du marxisme", *In II manifesto*, ob. cit., p. 244. Sublinhado pelo autor).
- Philippe Sollers, em 1974, se interrogava sobre a possibilidade de os chineses conseguirem impedir a modificação da função do marxismo. Ele se expressava sobre o marxismo contemporâneo nos seguintes termos: "Que o marxismo possa funcionar como um dogma vazio de seu conteúdo, como uma nova forma de conformismo fazendo o contrário do que diz, é doravante a experiência histórica." ("Mao contre Confucius", *in Le Monde*, 14-15 de julho de 1974).
35. Althusser, *Ce qui me peut plus durer dans le Parti Communiste* (Paris: Maspéro, 1978), p. 99. Existe uma tradução brasileira deste livro.
36. Inversamente, o fato de o Partido se situar acima do Estado é devido também ao fato de o partido ser único: é inconcebível uma estrutura social onde o partido único não seja onipresente nem seja incontestável (o partido deve, então, submeter o Estado, caso contrário ele deixaria de ser onipresente e incontestável). A primeira proposição (o partido se colocando acima do Estado implica no fato de ele ser o único) é, nos parece, consequência histórica e social da outra proposição (o partido único implica na submissão do Estado).
37. Se podemos dizer que este poder é totalitário, não pensamos que seja justo, por outro lado, dar-lhe o título de despótico no sentido em que o poder se dirige contra o povo, a fim de lhe sugar todo o seu sangue, a exemplo das ditaduras militares latino-americanas. Nós já deixamos bem claro, o sistema chinês tem necessidade de aumentar continuamente o nível de vida do povo; por esta razão não nos parece adequado falar de regime despótico ou tirânico.
38. Cf. o artigo de Allan Jacob (correspondente em Pequim) no *Le Monde* de 23 de dezembro de 1978.
39. As poucas manifestações econômicas que escapam à estrutura estatal são uma concessão provisória, que fica, de toda maneira, sob o controle do Estado e do Partido. O desenvolvimento das forças produtivas, em especial a mecanização da agricultura, constitui o elemento necessário para que estas concessões percam sentido.
40. Cf., a respeito do modo de produção asiático, Dhorois, "Les premières sociétés de classe", *in L'homme et la société*, nº 12 (1969), p. 152.
41. Cf. a nota 39. Manifestação econômica privada: pequena produção familiar. Manifestação econômica social: ou a sobrevivência de outros modos de produção, ou a existência de populações vivendo em autarquia.
42. A necessidade que o sistema tem de incorporar toda a força de trabalho nas funções econômicas do Estado, nos parece uma indicação preciosa do por que quase não há desemprego neste sistema.
43. Marx, *Le capital*, ob. cit., tomo VIII, p. 172.
44. Cf. Guillermez, *Le Parti Communiste au Pouvoir*, vol. 2 (Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1979), p. 651.
45. A violência só é utilizada em último caso, vale dizer, ela coexiste com as crises políticas e sociais ou então ela visa cumprir um papel de exemplo ideológico: as execuções de estupradores, de contra-revolucionários etc.
46. Cf. Lênin, *Oeuvres* (Paris: Editions Sociales, Moscou: Editions du Progrès, 1964), tomo 30, p. 108.
47. A agregação é o resultado social de uma integração política (o povo reconhece o partido único como sua vanguarda) e orgânica (a inserção dos produtores diretos no Estado).
48. Cf. Lênin, ob. cit., tomo 30, p. 103.
49. Althusser, *Idéologie et appareil idéologique d'Etat*, *In Positions* (Paris: Editions Sociales, 1976), p. 68. Nós nos servimos bastante aqui deste excelente artigo. Existe uma tradução deste livro.
50. Meszaros, art. cit., p. 136-7.

51. Cf. Poulain, ob. cit., p. 74.
52. O debate desenvolvido na China sobre a limitação do direito burguês foi muito rico. V. principalmente Yao Wenyuan, art. cit., e o artigo de Zhang Chunqiao, "Eliminer l'ideologie du droit bourgeois", publicado no *Diário do Povo* (13 de outubro de 1958), in Bouc, ob. cit., p. 222.
53. Gentelle, *La Chine* (P.U.F.:1974), p. 13.
54. Vandermeersch, "L'orient rouge", in *Esprit*, nº 358 (março de 1967), p. 424.
55. Com este ponto (as relações de produção da China contemporânea não são capitalistas), a nossa *démarche* metodológica encontra um fecho. O leitor com certeza notou que, com relação à caracterização do modo de produção dominante na China Popular, desenvolvemos este artigo em torno de quatro pontos (que poderiam, por sinal, ter sido abordados em outra ordem): 1) As relações de produção não são comunistas, no que os dirigentes chineses estão de acordo; vale dizer que sobrevive a separação entre os produtores diretos e os meios de produção (item "A relação de produção privado nem As relações de produção não são capitalistas, nem na sua forma tradicional de capitalismo privado nem na sua forma de capitalismo de Estado (Bettelheim) (item "Capitalismo ou burocratismo" deste artigo). 2) As relações de produção na China de hoje são estáveis, não se caracterizando nenhuma forma de transição social (o desenvolvimento econômico chinês não qualifica por si só uma transição) (item "A que o desenvolvimento econômico em si mesmo no capitalismo não caracteriza uma transição) (item "A reprodução das relações de produção" deste artigo). 3) Decorre imediatamente dos três itens anteriores que estamos diante de novas relações de produção (itens "A relação de produção dominante", "O político é determinante", "As classes sociais" e "A superestrutura").
- A contestação simultânea da explicação socialista (oficial) e da explicação capitalista (de Estado) faz nascer um espaço teórico (espaço aberto: os limites conceituais ainda não estão definidos) onde nossa proposição se situa. Se os limites deste artigo permitissem, a nossa interpretação da realidade chinesa deveria ser confrontada com as outras proposições que se situam no espaço teórico que acabamos de evocar. Nós nos referimos em primeiro lugar ao "modo de produção estatal" (Cf. Henri Lefebvre, *De l'Etat*, 4 volumes, 1018, [Paris: 1976]) e à "restauração asiática" (cf. Wittfogel, *Le despotisme oriental*, [Paris: Editions de Minuit, 1977]).
- A nossa gula intelectual nos levaria também, se aqui fosse o lugar apropriado, a buscar um confronto com as outras realidades historicamente próximas: o modo de produção asiático da China clássica e os sistemas sócio-econômicos da União Soviética, da Iugoslávia etc.
56. Lembremos que, quando a força de trabalho entra no mercado, ela é uma mercadoria especial. Cf. final do item "As classes sociais", neste artigo.
57. Rudolf Bahro, *L'Alternative* (Paris: Editions Stock, 1979). Já existe uma tradução brasileira deste livro, se bem que incompleta.
58. *Ibid.*, p. 362.
59. Bettelheim, ob. cit., nota 28, da página 54. O autor sublinhou.
60. *Ibid.*, p. 54. O autor sublinhou.
61. *Ibid.*, p. 84.
62. *Ibid.*, p. 104. Nós sublinhamos.
63. *Ibid.*, p. 106. O autor sublinhou. Nós colocamos as maiúsculas.
64. *Ibid.*, p. 9. O autor sublinhou.
65. Meszaros, art. cit., p. 136. Sublinhado pelo autor.
66. Marx, *Miséria da Filosofia* (São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda., 1976), p. 164.
67. *Ibid.*, p. 164.
68. *Ibid.*, p. 164.

## SUMMARY

### The Mode of Bureaucratic Production in China

The article is aimed at pointing out, in relation to the People's Republic of China, the existence of a mode of production that is neither capitalism (as defined by Marx in his works), state capitalism (according to Charles Bettelheim's interpretation), or socialism (or the transition to socialism according to the official interpretation). The article also criticizes certain concepts of Yao Wenyuan and Zhang Chunqiao.

It starts with the social differences existing in modern-day China and recognizes (in line with the thinking of Bettelheim, as above), that there is a cleavage between the workers and their means of production ("mp"). That cleavage characterizes the survival of capital (the "mp", after statization, still comprise capital), and makes it clear that we are not faced with socialism; on the one hand because the workers, being

constrained to sell their working activity, are not the owners (possessors) of their "mp", nor are on the way to being so, to the extent that the said cleavage is a stable one (which is tantamount to saying that the statism of the economy is not accompanied by increasing mastery by the workers over their living conditions); while on the other hand it seems that a part of the population appropriates to itself the surplus produced by society.

Notwithstanding that cleavage between the direct producers and the "mp", the other characteristics of capitalism are not in evidence. In China the bourgeoisie has been destroyed. No longer is there a superfluous class. Production for exchange no longer dominates the scene; there is a new dominant class that collectively appropriates to itself the "mp"; the work force is a kind of merchandise that is getting to be more and more valorized (the living standards of the producers are getting better all the time); maintenance of the system, reinforcement of the State and appropriation of the added value, which preside, through the plan, over the production process (there is no room for anarchy in production); political relationships within the system are the determinant factors (a fact which, in conjunction with the operation of the plan, attenuates the fetishism of merchandise *per se*); added value is determined politically and deployed on a collective basis; the State directly or indirectly absorbs the entire work performed by society.

Capital, after the process of statization, acquires a new guise: it becomes socialized capital on a nation-wide scale.

The Chinese revolution has given rise to a new configuration of the social classes. The annulment of the entrenched proprietors and the bourgeoisie (already enfeebled due to loss of power) has become completed by agrarian reform and the statization of the "mp".

The dominant class is composed of functionaries of social capital. That capital directs the social labor. In those areas of China where capital is in short supply (the rurals), the relationships of domination are organic rather than anything else and are based on the immense prestige of the Communist party amongst the rural masses. The dominant class is delineated institutionally in quite clear-cut terms, consisting of the C.C.P. and the State (excluding the basic cadres).

The Communist party is the main institution in post-revolutionary China. It runs things, controls matters, rules and models the State, economic, political and cultural life and organizes society in line with its designs. The C.C.P. devises, runs and implements the transformation and organization of society for purposes of production (within the structure of the State).

The privileged institution of the Party is the People's State and the State is the social instrument of economic development at the same time as the structure of the social organization.

## RÉSUMÉ

### Le Mode de Production Bureaucratique en Chine

L'article propose de reconnaître, pour la Chine populaire, l'existence d'un mode de production qui n'est ni le capitalisme (défini par Marx dans son œuvre), ni le capitalisme d'Etat (l'interprétation de Charles Bettelheim), ni le socialisme (ou la transition au socialisme, l'interprétation officielle). L'article critique aussi quelques conceptions de Yao Wenyuan et de Zhang Chunqiao.

L'article part des différences sociales existantes en Chine contemporaine pour reconnaître (là-dessus en accord avec Bettelheim) qu'il y a une séparation entre les travailleurs et ses moyens de production (mp). Cette séparation caractérise la survivance du capital (les mp, après l'étatisation, restent du capital) et montre que l'on n'est pas en face du socialisme: d'une part, parce que les travailleurs, contraints à vendre leurs forces de travail, ne sont pas propriétaires (possesseurs) de ses mp, ni ne sont en train de l'être dans la mesure où cette séparation est stable (cela équivaut à dire que l'étatisation de l'économle ne s'est pas

accompagné d'une maîtrise croissante des travailleurs sur leurs conditions d'existence); d'autre part, parce qu'une partie de la population s'approprie de l'excédent produit par la société.

En dépit de cette séparation entre les producteurs directs et les mp, les autres caractéristiques du capitalisme n'y sont pas. En Chine: la bourgeoisie est détruite; il n'y a plus de classe superflue; la production pour l'échange n'est pas dominante; il y a une nouvelle classe dominante qui s'approprie collectivement des mp; la force de travail est une marchandise qui se valorise toujours (le niveau de vie des producteurs est toujours en amélioration); le maintien du système, le renforcement de l'Etat et l'appropriation de la plus-value règlent, par l'entremise du plan, la production (il n'y a pas de place pour l'anarchie de la production); les rapports politiques à l'intérieur du système sont déterminants (fait qui, associé au fonctionnement du plan, affaiblit la fétichisation de la marchandise); la plus-value est réglée politiquement et dérobée à titre collectif;

l'Etat absorbe directement ou indirectement toute la force de travail de la société. Le capital, après son étatisation, prend une nouvelle forme: il s'agit d'un capital socialisé à l'échelle nationale.

La révolution chinoise a produit un nouvel arrangement des classes sociales. L'anéantissement des propriétaires fonciers et de la bourgeoisie (déjà affaiblis par la perte du pouvoir) s'est complété par la réforme agraire et par l'étatisation des mp.

La classe dominante se compose des fonctionnaires du capital social. Ce capital dirige le travail social. Dans les espaces chinois où le capital fait défaut (la campagne) les rapports de domination sont plutôt organiques et se basent sur l'immense prestige du Parti communiste auprès des masses paysannes. La classe dominante a une démarcation institutionnelle assez nette:

elle se compose des membres du P.C.C. et de l'Etat (à l'exclusion des cadres de base).

Les producteurs directs sont les ouvriers et les paysans. Avec la mécanisation de la campagne, la contradiction ouvrier/paysan sera dépassée.

Le Parti communiste est la principale institution de la Chine postrévolutionnaire. Il dirige, contrôle, règle et modère l'Etat, la vie économique, politique et culturelle et organise la société selon son projet. Le P.C.C. idéalise, dirige et exécute la transformation et l'organisation de la société pour la production (à l'intérieur de la structure de l'Etat).

L'institution privilégiée du Parti est l'Etat populaire. L'Etat est l'instrument social du développement économique en même temps que la structure de l'organisation sociale.



# DILEMAS POLÍTICOS NAS RELAÇÕES BRASIL—ÁFRICA: COMENTÁRIO SOBRE ALGUNS OBSTÁCULOS POLÍTICOS NAS RELAÇÕES SUL—SUL\*

Wayne A. Selcher\*\*

## A ascensão do Brasil no Terceiro Mundo

Durante os anos 70, o Brasil se firmou como uma potência média nascente nas relações internacionais, com aspirações a um eventual *status* de grande potência.<sup>1</sup> Frequentemente foi citado como um dos principais centros regionais de poder, ou país-chave em ascensão no Terceiro Mundo, propiciador de um amplo processo de multipolaridade, que vinha trazendo atores mais significativos para uma maior autonomia e relevância no sistema global.<sup>2</sup> Como resultado de uma vigorosa diversificação nas relações com a Europa Ocidental e o Japão e do desenvolvimento de uma base industrial nacional mais forte, a influência norte-americana no Brasil declinou.<sup>3</sup> A posição dos Estados Unidos nas relações exteriores do Brasil tornou-se menos conspícua, não obstante longe de ser marginal.<sup>4</sup>

Embora não tenha uma economia totalmente industrializada, o Brasil está, no entanto, adquirindo o perfil de um importador de matérias-primas e exportador de bens manufaturados e serviços. Sua conduta internacional durante a última década foi enormemente afetada pelos novos interesses e vulnerabilidades que está assumindo. Até mesmo maiores mudanças podem ser esperadas na década de 80, devido a um conjunto de problemas como o das fontes de energia, o ônus da dívida, tecnologia e problemas comerciais, que não podem ser adequadamente resolvidos pelos padrões de relacionamento existentes no final dos anos 70. Os especialistas brasileiros são, geralmente, pessimistas quanto a ganhos realmente substanciais provenientes do diálogo Norte—Sul, tanto para o próprio país quanto para o Terceiro Mundo como um todo. Também não esperam o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, em face da resistência dos países industrializados a maiores concessões

\* Texto produzido em 1982.

\*\* Do Department of Political Science, Elizabethtown College.

além de simples questões conceituais ou processuais.<sup>5</sup>

Durante o Governo Geisel (1974-79), as principais iniciativas diplomáticas do Brasil aconteceram com as nações industrializadas do Ocidente, até o ponto em que esses parceiros foram tomados como garantidos. Com o Presidente Figueiredo, deu-se uma decisiva concentração na América Latina, África e Oriente Médio, nessa ordem de prioridade. Embora a princípio essa virada para o Terceiro Mundo nas relações comerciais pudesse ser interpretada apenas como uma maior diversificação das relações, em diferentes direções, agora parece que o Brasil está adotando na política externa uma posição qualitativamente nova, bem como uma filosofia compatível com esta, ambas harmônicas às atuais mudanças na política global e entre os países menos desenvolvidos (LDC — *less developed countries*). Sem rejeitar seus laços com o Norte, e com um mínimo de estridência, o Brasil parece estar fazendo, sistematicamente, maior uso das componentes terceiro-mundistas de sua identidade variada para fazer avançar seu desenvolvimento e seus planos de grande potência, mais como um líder capitalista do Terceiro Mundo que como um aspirante a uma posição formal no seio do Ocidente industrializado.

A chave para essa estratégia está no avanço do conceito de cooperação Sul-Sul — um relacionamento "horizontal" entre países em desenvolvimento, para servir como uma alternativa, mas não uma completa substituição, às relações "verticais" de dependência com o Norte. A diplomacia brasileira não foi criadora desse conceito de cooperação Sul-Sul, mas lançou mão dele com imaginação e discrição, tornando-o símbolo sobre o qual projetar a afirmação de que, no seio do Terceiro Mundo, a cooperação do Brasil é de uma qualidade mais desejável — uma opção nova, a longo prazo mais útil, e de tipo menos explorador que

a do Leste ou do Ocidente. Dentro dessa estratégia, as críticas pelo desapontamento com o diálogo Norte-Sul podem ser usadas para promover o "imperativo" da cooperação Sul-Sul. Mais produtiva seria uma cooperação trilateral entre a OPEP, os países recém-industrializados (NIC — *newly industrializing countries*), e os países do "Quarto Mundo", mas, em qualquer esquema multilateral Sul-Sul que possa evoluir, a dimensão econômica do Brasil, o nível intermediário de desenvolvimento e as relativas vantagens de ser o maior dos países recém-industrializados lhe assegurariam um papel de importância global entre os países menos desenvolvidos (LDC), devido a uma ampla série de complementaridades possíveis.

Além das vantagens de relações bilaterais Sul-Sul específicas, o conceito proporciona oportunidade de iniciativa aos países menos desenvolvidos, dentro de uma visão mais ampla de mudança estrutural não dependente da generosidade do Norte. Alguns ideólogos do Terceiro Mundo falam em forjar uma "auto-suficiência coletiva" entre os países menos desenvolvidos que "desligaria" o Sul da exploração do Norte. O Brasil não compartilha dessa interpretação radical, mas vê suas relações Sul-Sul como uma estratégia para ganhar maior autonomia relativamente aos centros capitalistas, em sua própria formação de capital, expandindo mercados e fontes de suprimento para sua indústria, no Terceiro Mundo. Neste sentido, a investida terceiro-mundista do Brasil é uma continuação da diversificação de centros capitalistas, dos anos 70, ou seja, em direção à Europa Ocidental e Japão e mais longe dos Estados Unidos.<sup>6</sup> Resta ver se os mercados bastante inelásticos da maior parte do Terceiro Mundo serão economicamente dinâmicos o suficiente para servir às aspirações desenvolvimentistas do Brasil. Enquanto isso, benefícios mais imediatos e concretos já apareceram,

sob a forma de um comércio florescente e serviços prestados a alguns países menos desenvolvidos. Em 1980, 42,8% do movimento total de comércio do Brasil se dava com países do Terceiro Mundo, enquanto em 1975 era de 30,9%. A parte prática da ofensiva Sul-Sul foi assim descrita pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores: "Uma das jogadas decisivas da política externa brasileira foi o abandono do acompanhamento monótono do diálogo Norte-Sul — no fundo uma mera sucessão de queixas — e a virada para um diálogo Sul-Sul, que proporciona divisas e importância política para nós."<sup>7</sup>

A África Subsaariana tem sido a área das maiores iniciativas atuais do Brasil, fora do continente sul-americano. Essas transações, nas quais o Brasil é o principal parceiro, poderiam prenunciar algumas características da sua maior participação na posição de país terceiro-mundista e dar índices importantes da viabilidade de maiores relações entre Estados mais e menos desenvolvidos do Terceiro Mundo. O progresso nas relações Brasil-África tem sido extraordinário, no decorrer da última década, com um alargamento de áreas de cooperação e ajuda, podendo até mesmo ser considerado como o mais diversificado relacionamento transcontinental entre países menos desenvolvidos, embora continue acontecendo sem qualquer planejamento a longo prazo ou senso de coordenação. A maioria dos estudos sobre o assunto acredita que essa cooperação continuará crescendo. No entanto, como as relações desde 1975 passaram do estágio de declarações conjuntas ao de realização de projetos, ambas as partes necessitam de uma maior apreciação sobre o que o outro pode ou não contribuir. Escolhas terão que ser feitas e será necessário correr alguns riscos. Do ponto de vista africano, o Brasil deve trabalhar

para que os laços se fortaleçam; por parte do Brasil, a atenção dada à África também deve trazer um retorno palpável. Na medida em que as relações se tornam mais intensas, alguns desapontamentos e pontos de atrito já se tornaram transparentes. Conseqüências inesperadas podem surgir, uma vez que cada lado relaciona-se com o outro motivado por um diferente conjunto de circunstâncias nacionais, prioridade de interesses e perspectivas globais.

### Credenciais políticas do Terceiro Mundo e interesses econômicos capitalistas

Os dilemas e contradições da posição do Brasil entre o Primeiro e o Terceiro Mundo imprimem claramente aspectos vantajosos e desvantajosos nas relações com a África, havendo necessidade de consideráveis e deliberados esforços para se assegurar *bona fide* como membro do Terceiro Mundo, enquanto mantém favoráveis relações bilaterais com países-chaves do Primeiro Mundo. Os numerosos africanos que visitam, pela primeira vez, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo encontram um modelo marcadamente capitalista, vasto capital estrangeiro e um desenvolvimento tecnológico de nível tão superior ao de seu continente que duvidam ser o Brasil, de fato, tipicamente terceiro-mundista e até mesmo que pertença ao Terceiro Mundo. Uma visita à Bahia, com seus componentes culturais africanos, modifica, de alguma forma, essa percepção, da mesma maneira que o argumento de que o recente sucesso da modernização do Brasil, com uma série de condições tropicais, enquadrava-se melhor à experiência africana que o modelo dos Estados do hemisfério Norte. Mesmo após essa tentativa de comparação tecnológico-cultural, os africanos vêem o Brasil tão grande quanto poderoso, embora os brasileiros descrevam seu país como pobre, fraco e com um potencial

muito mais limitado para cooperar com a África que os principais países já envolvidos.

Ao mesmo tempo, ironicamente, em relação ao Norte, o Brasil tem resistido fortemente a sua formal institucionalização dentro da categoria de país em desenvolvimento e país recém-industrializado, com a convicção de que essa inclusão, em tão dividido agrupamento, traria maiores obstáculos que privilégios. Uma das prováveis consequências negativas de tal restritiva categorização ou suposta "promoção" para o Brasil seria a ameaça às suas credenciais terceiro-mundistas, a ponto de prejudicar sua vitoriosa política comercial. Além disso, seriam esperadas a concessão de doações e preferências em favor dos países da escala mais baixa de desenvolvimento, do Terceiro (ou Quarto) Mundo, incluindo quase toda a África, o que o Brasil não está preparado para fazer. (A atual política brasileira defende a validade da categoria de Terceiro Mundo, embora conhecendo a heterogeneidade dos países que formam esse grupo.)

O caráter conservador do governo do Brasil e seu *renascimento* anticolonialista, depois do forte apoio dado a Portugal, causou atritos com a África até o final dos anos 70. Brasília viu a necessidade de apagar essas dúvidas e ganhar a confiança dos africanos, para isso utilizando-se de diversas ações diplomáticas, tais como o rápido reconhecimento do MPLA (1975), a condenação do sionismo como "racismo" na Assembleia Geral das Nações Unidas (1975) e visitas ao Brasil de líderes revolucionários de estatura continental, como Kenneth Kaunda (1979), Luís Cabral (1980) e Sekou Touré (1980). De especial eficácia foi a oportuna e altamente política viagem feita em 1980 por Saraiva Guerreiro, ministro das Relações Exteriores, aos chefes de governo dos países da Linha de Frente — Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e

Angola. O teor dessa visita, na verdade, nada radical segundo os padrões africanos, foi profundamente diferente da feita pelo antigo Ministro Gibson Barboza, em 1972, a oito países do continente, no período dos mais severos do regime brasileiro, que apoiava o colonialismo português e que foi surpreendido em meio da euforia do "milagre brasileiro". Barboza tratou, com afinco, de assuntos comerciais e afinidades culturais, evitando discussões sobre os movimentos de liberação e anunciando, em Nairóbi, que o Brasil não reconhecia a existência de um Terceiro Mundo.

O sucesso de cada um desses movimentos foi interpretado pelo Ministério das Relações Exteriores como *signal verde* de aquiescência para maiores contatos com o continente. Contudo, a distância política comprometida na acomodação geralmente dá ensejo a algumas interessantes incongruências, como no caso do oferecimento, por parte do conservador governo brasileiro, de ajuda humanitária (mas não armas) aos movimentos negros de liberação ou de assistência a alguns setores da reforma agrária de Moçambique e a projetos estatais de coletivização de terras.

Onde quer que a política externa brasileira tenda a ser altamente política, simbólica e retórica, a postura do Brasil se caracteriza pela cautela, reserva, pragmatismo não ideológico e de não confrontação, com uma clara relutância na tomada de posições não ambíguas em assuntos controvertidos que não afetem diretamente o país. Mesmo quando os interesses políticos podem, eventualmente, concorrer para aumentar o envolvimento comercial com a África, o Brasil resiste a engajar-se em novas questões do Terceiro Mundo, agora que libertou-se do antigo sistema de compromissos políticos com Washington. A política com a África pode servir como prova da independência política brasileira, mas a imagem que a África tem do Brasil é a de um país



que ainda se encontra dentro da esfera de influência dos Estados Unidos, não tendo esta se extinguido totalmente.<sup>11</sup> Assim, para ganhar prestígio na África, o Brasil teve que se posicionar com firmeza a respeito de assuntos que afetam aquele continente, mais que com qualquer outro do Terceiro Mundo (com parcial exceção das questões árabe-israelenses). Essa postura evolui só gradualmente e sempre pressionada pelos africanos. Não sendo um membro do Movimento dos Não-Alinhados, mas querendo projetar uma adequada medida de independência para aqueles que o são, o Brasil, geralmente, adota a maior parte das principais idéias da Organização da Unidade Africana como suas, com o mínimo suficiente de diferenças às típicas posições ocidentais, para mais claramente incluir-se no meio do grupo moderado do Terceiro Mundo que no do liberal ocidental.

A maior parte dos governos africanos parece encarar o Brasil como um aliado de suas causas, embora preferissem maior militância e ação em assuntos referentes ao anticolonialismo e aos movimentos de libertação da África Austral. Até o momento, eles estiveram satisfeitos, embora não totalmente, com o simbolismo de uma mudança nos pronunciamentos, porque a fidelidade das declarações do Brasil tem sido vista como exemplar. Não estando ainda no estágio de decidir problemas na África, o Brasil é admitido como observador oficial nas assembleias da OUA. Os diplomatas africanos dão valor aos votos e à consideração do Brasil por seus pontos de vista na formação de políticas, mas reservam seus maiores esforços para mudar o comportamento daqueles países que têm algum impacto político no continente, notadamente as grandes potências e Cuba. No entanto, se o Brasil continuar a expandir seus interesses na África a passos largos, não é inadmissível que seja pressionado para que assuma ações mais positivas que as tomadas até agora. Os

países que servem de sustentáculo para as relações do Brasil com a África, como a Nigéria e Angola, estariam em melhor posição para exercer tal influência, de que o Brasil é suscetível por desejar causar boa impressão, muito mais que o inverso.

Tanto os governos africanos quanto os ocidentais estão começando a dar alguma importância às posições do Brasil sobre questões africanas. Por sua vez, o Brasil dá valor de imagem à sua política africana para seu emergente papel global, razão porque está concentrando maior atenção à articulação de posições sobre questões africanas, em conferências com diversos outros países, sem permitir, no entanto, que seja manipulada ou colocada em perigo a boa receptividade que, cuidadosamente, conseguiu construir na África. Tomemos um exemplo: alguns especialistas do governo americano que inicialmente não aprovaram a marcante presença do Brasil em Angola marxista, acabaram encarando essa presença como uma boa influência ocidental em prol da moderação; e consultas sobre assuntos africanos têm sido feitas, com alguma frequência, entre os dois países. Mas o Brasil, na realidade, não considera suas ações em Angola como tendo o peso político de uma presença ocidental. Tanto o Chanceler Helmut Schmidt, da Alemanha Ocidental, quanto um não especificado líder africano foram citados pela imprensa por ocasião da viagem de Saraiva Guerreiro, como tendo sugerido alguma forma de mediação do Brasil na disputa sobre a independência da Namíbia. O governo brasileiro declinou, argumentando com a insuficiência de diálogo político com o governo sul-africano e alegando a mesma falta de contato que o Ocidente tem com Pretória.

Acima da reconhecida fraqueza e vulnerabilidade política do país em relação à África e à percepção da contraproduzibilidade em envolvimento político para além do simbolismo em prol de seus próprios

objetivos, a política brasileira reflete o fato de que suas relações políticas são usadas, primordialmente, para abrir caminhos e estabelecer um clima de confiança visando estruturar as relações comerciais, razão primeira das iniciativas em direção à África. Assim, a receptividade africana em relação ao Brasil varia entre os pragmáticos — interessados principalmente nas contribuições econômicas — e os ideólogos ou militantes, que colocam os assuntos políticos em relevo e criticam o terceiro-mundismo brasileiro, qualificando-o de falso e oportunista. Enquanto as ações do Brasil estão talhadas para agradar ao primeiro grupo, que tem predominado nos círculos oficiais, um tipo de atenção de menor escala de importância é dada aos clamores dos puristas mais ferrenhos, principalmente intelectuais e líderes radicais, que permanecem geralmente insatisfeitos. Devido à sensibilidade do governo brasileiro diante desse ceticismo, o estado de relações com Angola, e principalmente com Moçambique, é considerado como teste indicador de aceitação por parte de regimes socialistas. O Brasil cortejou, persistentemente, ambos os países e a reaproximação com Angola foi alcançada com relativa facilidade e rapidez, mas somente com a bem sucedida visita do Primeiro-Ministro Chissano, de Moçambique, ao Brasil, em setembro de 1981, as relações políticas com Maputo foram, de fato, descongeladas. (As relações diplomáticas foram estabelecidas a partir de 1975, mas nenhum dos dois países havia aberto embaixadas em Brasília, alegando ostensivamente, como motivo, razões financeiras.)

Mais que qualquer outro fator isolado, as oportunidades comerciais são as determinantes escolhidas por Brasília para estabelecer laços com diversos países. Aqueles com mercados para artigos de exportação (principalmente manufaturados), projetos que envolvam a participação do Brasil e reservas minerais para co-explorar (particularmente

de petróleo) encabeçam a lista. As maiores atividades têm ocorrido com a Nigéria, Angola, Gabão, Costa do Marfim e, mais recentemente, com Moçambique; e, secundariamente, com Senegal, Gana, Zaire e Zâmbia. E embora o Brasil mantenha relações formais com quase todos os países africanos, as relações comerciais têm sido esporádicas com a grande maioria — Tanzânia e Guiné, por exemplo —, devido ao simbólico conteúdo político envolvido. Para o futuro, os países estáveis, com condições para efetuar compras, receberão as principais atenções, enquanto os mais pobres, ou aqueles com menor complementaridade comercial, terão as relações limitadas a "relações políticas". Guiné-Bissau e São Tomé, países de língua portuguesa, encaixam-se bem dentro das exceções feitas ao "Quarto Mundo", pois são os únicos países africanos com os quais as relações do Brasil são altamente dadivosas.

Em matéria de estratégia, os diplomatas do Ministério das Relações Exteriores que tratam dos assuntos africanos visam, em primeiro lugar, estabelecer laços mais firmes com os, em geral, mais moderados governos da África Ocidental (as relações mais antigas) e só recentemente se voltaram para a consolidação e o aprofundamento das relações com os Estados socialistas lusófonos, pretendendo, num futuro próximo, através de Angola e Moçambique, estender sua atenção a outros países da África Austral e da costa oriental.

Se o Brasil achou difícil manter na África sua opção de separar o econômico do político, uma nova dimensão de sua presença no continente tem potencialidade para levantar claras conotações políticas. De acordo com a *International Defense Review*, o Brasil é, atualmente, o sexto maior exportador de armas. Embora esse volume de comércio seja difícil de determinar, mais ou menos US\$1 bilhão de uma grande variedade de equipamentos militares foi

exportado entre 1980 e 1981, com as vendas estando em rápida expansão.<sup>12</sup> A maior parte do comércio brasileiro de armas é feita com o Oriente Médio e a América Latina, mas a África começa agora a ser visada, na esperança de substituir a França, Inglaterra, Bélgica, Itália e União Soviética. Nigéria, Zâmbia e Zimbábue são clientes em potencial que já mostraram algum interesse, mas ainda não foi fechado nenhum acordo de compras. O Togo comprou seis aviões a jato de treinamento e mais de uma dúzia de barcos patrulheiros para controle do litoral.

Os contratos de vendas de armas são geralmente efetuados de governo para governo, com o adido militar brasileiro servindo como contato inicial. Por esse motivo, o Brasil está pensando na abertura desse posto nas principais embaixadas africanas. Acordos de cooperação militar que impliquem a ida de conselheiros técnicos e treinamento, não podem ser excluídos, no entanto laços militares mais significativos não parecem ser iminentes. A política brasileira de venda de armas é atraente para a África, devido à tecnologia apropriada, eficiência, competitividade de preços e ausência de pré-condições políticas. O Conselho de Segurança Nacional regula todas as vendas, pouco vindo a público sobre seus padrões políticos, embora se acredite que façam parte de uma certa lista de veto os movimentos de libertação nacional, Cuba e África do Sul. (Tanto a URSS quanto a China mostraram firme interesse.) No entanto, três casos de veto político foram divulgados: à Somália, que queria pagar em dinheiro 20 caças a jato Xavante para usar contra a Etiópia, em 1978; a Ian Smith, da Rodésia, que desejava comprar Xavantes para lutar contra os guerrilheiros negros; e à África do Sul, que quis um Bandeirante para transporte militar.<sup>13</sup> A posição brasileira conhecida é de divulgar o envio de armas para países em guerra, um princípio que,

no entanto, foi flagrantemente violado no caso do Iraque, em guerra contra o Irã. As armas brasileiras também foram vistas, em expressivo número, nas mãos dos líbios durante as rápidas escaramuças de 1977, nas fronteiras líbio-egípcias, e, depois, em 1980, na invasão líbia do Chade. Esta última ação causou bastante preocupação em Lagos, capital do principal parceiro africano do Brasil, mas nenhuma repercussão nas relações com a Nigéria foi detectada. O episódio, no entanto, poderia ser indicativo de possíveis embaraços para o Brasil, devido ao uso para o qual as armas poderiam servir. A curto prazo, não obstante, a venda de carros blindados tem sempre aumentado, devido às descrições de seu desempenho nos campos de batalha.

#### Uma questão de raça e cultura

Porque o Brasil enfatizou suas similaridades culturais e sistema de relações culturais em seus contatos com a África, desde 1961, e porque cultura e raça são importantes pontos de referência na visão de mundo africana, o cuidado com essas afirmações de afinidade é crucial para o sucesso das relações Brasil-África, à medida que elas se intensificam. A falta de familiaridade da África com o Brasil, no início dos anos 70 e anteriormente, fez com que muitos logo aceitassem as afirmações oficiais brasileiras relativas ao prestígio gozado pelo elemento africano na cultura do país e à inexistência de um problema racial. A disparidade entre o que foram levados a crer e o que viram e experimentaram em suas estadas no Brasil causou a crítica, por parte de numerosos diplomatas e empresários africanos, à inspirada visão branca de raça e cultura de Gilberto Freyre.<sup>14</sup> A princípio discretamente e depois mais abertamente, começaram a reclamar contra a falta de negros em altos cargos e suas escassez nas

relações com a África. Logo, diversos intelectuais brasileiro-africanos tocaram nessa sensível questão, chegando a um ponto de mútuas dificuldades, em que até os brasileiros mais liberais se sentem numa situação de desconforto.<sup>15</sup> Os africanos encontram não só forte discriminação racial no Brasil, mas também acham que os brancos pouco prestigiam as raízes africanas do país. A africanidade brasileira é vista por esses visitantes estrangeiros como congelada, como uma curiosidade antropológica exibida no acervo de um museu, como o da Bahia, bastante separada do Brasil moderno e mais apreciada pelos africanos que pelos próprios brasileiros.

O Brasil ainda não é um assunto corriqueiro nos jornais e revistas africanos, mas as reportagens que aparecem, geralmente por ocasião da visita ao Brasil de uma figura importante, estão começando a fazer referências a essa contra-imagem. Apesar dos elogios sem reservas à afro-latimidade feitos anteriormente por Léopold Senghor e das tentativas de Brasília de controlar o intercâmbio para manter as boas relações, as alegações de afinidade cultural podem tornar-se um obstáculo, na medida em que o real *status* dos afro-brasileiros venha a ser melhor conhecido na África. Até mesmo os líderes africanos, favoravelmente dispostos às vantagens econômicas das relações, podem achar difícil justificar moralmente a exclusão *de fato* dos negros nas relações Brasil—África, quando o Brasil afirma ser o segundo país em população negra, atrás somente da Nigéria.

As autoridades brasileiras, naturalmente, preferem ver o progresso das relações Brasil—África por seus próprios méritos, sem nenhuma das partes usando o relacionamento para promover, no outro, mudanças políticas internas. Eles são particularmente críticos acerca da validade de paralelos esboçados entre o sistema racial brasileiro e a evolução da questão racial nos Es-

tados Unidos, que é uma abordagem levantada tanto por africanos quanto por americanos. No entanto, alguns intelectuais negros brasileiros gostariam muito de ver uma explícita conexão entre a política africana e o sistema racial brasileiro, para beneficiar a condição dos negros no Brasil.

Poderia o Brasil tornar-se o alvo de uma campanha de "humanização" africana, em favor do pequeno mas clamoroso movimento de direitos civis negros, na medida em que as relações se aprofundem e os negros brasileiros atinjam conscientização política? A Nigéria pode provar ser o ator-chave, do lado africano, dada a sua provável posição como um dos dez principais países estrangeiros mais importantes para o Brasil nesta década. A postura de cuidado do Presidente Shagari, da Nigéria, em relação aos negros em todas as partes do mundo, como um princípio, e seu uso do termo "diáspora" para descrever a dispersão forçada dos negros, pelo tráfico escravo, pressagia uma instância política mais dogmática, ao menos em retórica. No momento, os governos africanos estão mais atentos à problemática racial na África do Sul e permanecem pragmaticamente desejando facilitar os laços com o Brasil por razões econômicas. Eles ainda vêem as relações raciais no Brasil como uma questão interna, embora diversos diplomatas tenham sido envolvidos em incidentes raciais. No entanto, não está além das conjecturas que governos africanos importantes para o Brasil possam tranquilamente fazer protestos junto ao governo brasileiro quanto ao tratamento dos afro-brasileiros, para obter o reconhecimento do problema e concretos progressos em direção a soluções, antes que as relações se tornem, realmente, profundas. Essa suposição poderia tornar-se mais provável se o movimento negro de direitos civis se expandisse, mas ele é reprimido. Por outro lado, no atual clima político brasileiro, a questão racial está apenas embrionária,



sendo encoberta por questões mais sérias, de justiça social e liberdades políticas para a população como um todo. Essa contradição na abordagem do Brasil com a África ressalta uma outra questão de retórica *versus performance*, implícita nas consequências políticas do recém-descoberto terceiro-mundismo oficial do país.

### O Brasil e as potências estabelecidas

A posição oficial do Brasil é não pretender ocupar o lugar de nenhuma das antigas potências na África, nem copiar suas práticas, o que representaria, simplesmente, implantar uma variante do neocolonialismo. A fim de se apresentar competitivamente como uma nova opção e ultrapassar as vantagens gozadas pelas potências normalmente ativas na África, o Brasil tem enfatizado afinidades que partem de semelhanças culturais, climatológicas e geográficas. O vocabulário para a conscientização dessa imagem inclui "cooperação", "convergência de interesses", "equilíbrio de vantagens", "relações horizontais" e "relações Sul-Sul", como uma tentativa de desenvolver uma nova terminologia e estilo para o que é, de fato, uma operação pioneira entre os países menos desenvolvidos. Embora o Brasil, em princípio, deseje emprestar modesta ajuda a calamidades e a refugiados, no máximo quase que totalmente através das Nações Unidas, ele não deseja ter o papel de nação doadora ou com grande capacidade de ajuda. Palavras tais como "assistência" e "ajuda" são, por isso, cuidadosamente evitadas, havendo preferência por uma fraseologia de vantagens mútuas pela qual dizem que os africanos requisitam os produtos, serviços e experiência brasileiros, beneficiando-se ambas as partes. Os africanos, realmente, percebem uma positiva diferença em relação às potências ocidentais, no estilo mais descontraído e cor-

dial dos brasileiros, adaptação à cultura africana e nível mais baixo de condescendência e paternalismo, mas os objetivos comerciais e o lucro permanecem similares. Ao contrário das maiores potências ocidentais e da Europa Oriental, o Brasil não exporta ideologia ou planejamento social, e tampouco a cooperação com o Brasil apresenta preocupações de soberania ou implicações políticas com o Ocidente, o Oriente ou com a África. Diferentemente da Índia, Paquistão e Coreia do Sul, o Brasil não envolve grande número de trabalhadores brasileiros em seus projetos, alguns largados como potencialmente indesejáveis subprodutos de obras de construção.

Além de apregoar seu nível médio de desenvolvimento, com o qual os africanos podem relacionar-se com facilidade, o Brasil está desejoso de correr riscos maiores que os Estados Unidos ou as potências europeias, para negociar e aumentar mais favoravelmente os benefícios. Até o momento, a aventura africana está sendo subsidiada como um investimento em desenvolvimento, o que é para o Brasil um futuro mercado considerável, mas encarado pelas potências estabelecidas como de importância marginal. O Brasil tem procurado oferecer preços mais baixos ou mercadorias menos sofisticadas, mas mais duráveis ("tropicalizadas"), combinadas com assistência técnica e treinamento para as compras mais sofisticadas, para estabelecer competitividade contra as fontes fornecedoras existentes ou preferências de consumidores. Os negociantes brasileiros enfatizam sua boa vontade em transferir tecnologia intermediária ou apropriada, sem mistificação, para a África e treinar mão-de-obra especializada local, mas alguns africanos observam que, na prática, tal transferência não é tão rápida ou tão completa quanto gostariam e que, para o Brasil, é uma prioridade inferior ao comércio. Além disso, a relutância do Brasil em fazer investimentos,

devido à falta de experiência nesse setor, deficiência de capital ou preocupação quanto à falta de estabilidade, é por eles criticada como desconhecimento de uma importante área de contribuição. As relações comerciais com a África, em passado recente, sofreram com a superpreocupação, por parte do Brasil, com o que pode ser vendido e, em menor escala, com o que pode ser comprado. Dentro de seus limites, o Brasil tem sido generoso, garantindo, como fornecedor, linhas de crédito; todavia, é incapaz de competir com as grandes potências. Mesmo assim, alguns empréstimos poderão ter que ser renegociados ou serão, de fato, cancelados.

Só recentemente os africanos começaram a considerar algumas das limitações da cooperação brasileira, pois haviam se inclinado inicialmente a considerá-la em pé de igualdade com a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou com a dos membros do Clube de Paris. O Brasil era visto como um país bastante adiantado, apresentando-se como uma útil e previamente desconhecida alternativa para países como a Nigéria e a Guiné, que desejavam diversificar suas relações externas. Contudo, as prioridades e demandas internas do Brasil, seu status como grande devedor, enorme importador de petróleo, nação importadora de tecnologia e sua insistência em alcançar o máximo de lucro restringirão a extensão de suas atividades, limitando o número e a escolha de países com os quais poderia se tornar profundamente envolvido.

A tecnologia e os produtos brasileiros são apropriados à África e são competitivos. Não obstante, houve certa surpresa no Ministério das Relações Exteriores com o sucesso de suas iniciativas, à medida que os contratos se multiplicavam e os pequenos projetos iniciais se tornavam mais impor-

tantes. Uma vez que o trânsito político fora finalmente alcançado através de cuidadoso e paciente esforço, as práticas econômicas tornaram-se muito mais pressionantes devido às dificuldades internas, tanto africanas quanto brasileiras. A capacidade de empréstimo do Brasil diminuiu exatamente quando a África necessitou de prazos mais facilitados. *Joint ventures* com outros países seriam uma solução para esse problema, juntamente com a parceria com as maiores empresas locais. O Banco do Brasil, por exemplo, além de manter suas próprias agências em diversas capitais, está-se associando ao Banco Internacional da África Ocidental — instituição financeira francesa de grande peso na região. A fim de tornar economicamente possível o que é politicamente desejável, o Brasil está tentando articular negociações triangulares — com iniciativa africana, experiência brasileira e a terceira parte contribuindo com forte financiamento. Cooperação com Portugal, nos países lusófonos, tem sido discutida; entre outros parceiros em potencial, estão os países europeus que não têm suas próprias redes africanas, como os da Escandinávia; a Alemanha Ocidental e a Bélgica, já discutiram a possibilidade com representantes brasileiros.

No momento, esquemas multilaterais, tais como o do Banco Mundial, o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas ou o Fundo de Desenvolvimento Europeu, ainda são apontados como operando na direção Norte-Sul, contando com os sistemas existentes. Ironicamente, até os financiamentos da Opep, canalizados para a África através da Europa Ocidental, tendem a reforçar a posição hegemônica das potências estabelecidas. Para contrabalançar essas desvantagens, o Brasil está tentando estabelecer o princípio de assistência tecnológica, que, no caso das relações Sul-Sul, significa que a preferência à execução seja dada a outros países menos de-

envolvidos, com fundos multilaterais, para a elaboração de projetos. Organizações intergovernamentais patrocinam diversas conferências sobre cooperação técnica entre países em desenvolvimento, mas não atuam de forma prática, como se estivessem conscientes e sensíveis às capacidades e instituições dos mais adiantados dos países menos desenvolvidos, para ir de encontro às necessidades dos mais pobres.

Cooperação com os fundos de desenvolvimento da Opep seria vantajosa para o Brasil, que já percebeu que tem que afastar a responsabilidade de sua aventura na África ser, em grande escala, uma abertura para canalizar as atividades das multinacionais, sob o falso rótulo de relações Sul-Sul. O Brasil precisa, assim, ser muito cuidadoso para não ser tomado como um delegado dos interesses econômicos ou políticos de uma grande potência — uma espécie de “Cuba comercial” na África. Ele deseja um papel mais importante, com, no mínimo, a aparência de autonomia em qualquer operação multilateral. Mesmo assim, se as potências estabelecidas têm relutado em conceder espaço a um recém-chegado, os árabes têm-se mostrado muito cautelosos em seus financiamentos e, até o final de 1980, muito tímidos na ajuda ao Brasil, com petrodólares. No entanto, em nome da cooperação Sul-Sul, a parceria com a Opep, no Terceiro Mundo, poderá ser no futuro mais promissora. Uma indicação disso foi a apresentação, em meados de 1981, de um projeto de extração de carvão de coque em Moçambique, com dinheiro árabe e tecnologia e transporte brasileiros. Tal operação facilita as trocas comerciais, dando a Moçambique algo para ser trocado por produtos brasileiros, sem a necessidade de financiamento. Os brasileiros gostariam de aumentar esse tipo de cooperação, estendendo-o, entre outros, à exploração de petróleo e à construção de ferrovias.

## A política brasileira em relação à África Austral

A região mais problemática da África para a diplomacia brasileira tem sido a África Austral, onde o anterior apoio ao colonialismo português, a má vontade de seguir totalmente a linha africana em relação à África do Sul e os governos marxistas em Luanda e Maputo deram margem a incidentes desagradáveis, disputas políticas internas, esforços de apaziguamento e retardamento nas realizações. É na política em relação a esta região que as tensões nos laços do Brasil com o Terceiro Mundo e com o Primeiro Mundo têm sido mais pronunciadas.

No caso de Angola e Moçambique, o Brasil gostaria de ver a emergência, num futuro próximo, de uma comunidade de nações de língua portuguesa, sendo ele o principal parceiro. No entanto, devido a implicações anteriores a 1974 em torno da “Comunidade Afro-Luso-Brasileira” e da idéia de seu apoio ao colonialismo português, o avanço dessa aspiração mostra-se prematuro. A escolha do momento oportuno é crucial, pois a aceitação política do Brasil na África lusófona é muito recente e foi alcançada com muito esforço, para já poder resistir à criação de um tal esquema de cooperação, porque os africanos envolvidos poderiam julgar o apoio do Brasil a tal concepção como uma indicação de ambições a uma esfera de influência. Brasília encara com otimismo os modestos passos já dados, desde 1979, pelos cinco Estados lusófonos na troca de idéias e numa ação internacional coordenada, sem a participação de Portugal e em contraposição às implicações nacionalistas dos sistemas francês e inglês. O Brasil prefere ver o gradual desenvolvimento de uma “comunidade de iguais”, de iniciativa africana, sendo o Brasil convidado a unir-se somente



quando a confiança africana em suas intenções for maior.

Nesse ínterim, o Brasil tornou-se um dos principais parceiros de Angola e Moçambique, com significativo comércio, ajuda e investimento, auxiliado pela pouca atenção dada por Portugal às suas antigas colônias e pelo recente interesse desses países em se afastar da pesada dependência dos soviéticos e cubanos. Os africanistas brasileiros estão convictos de que o Brasil ocupa um bom lugar para tirar proveito da crescente compreensão africana segundo a qual a ajuda soviética só foi atraente durante o período de luta e imediatamente após a independência, mas se mostra ineficiente e pouca na construção de uma economia sólida. Embora o Brasil se sinta desconfortável com a presença cubana em Angola (não mantém relações com Havana desde 1964), o Ministério das Relações Exteriores está apostando na estabilidade do governo do MPLA, reluta em agastá-lo e apóia o questionável ponto de vista do MPLA, quando ele afirma ser a presença dos soldados cubanos necessária, apenas, devido à ameaça sul-africana. Até o momento, nada evidencia que a presença soviética ou cubana, *per se*, tenha sido um fator importante a impedir a reaproximação do Brasil com Angola e Moçambique; ao contrário, o Brasil pode até ter-se beneficiado com as limitações da competitividade ocidental. A instabilidade provocada pela luta interna em Angola e os ataques da África do Sul têm retardado a concretização de um maior progresso nas relações, já, no entanto, decididas por Angola e Brasil. Por outro lado, a continuidade no ritmo das relações, apesar da morte de Agostinho Neto, indica algum apego às instituições estabelecidas por parte de Luanda. A ausência de representação angolana e moçambicana no Brasil também demonstra a existência de obstáculos, embora diplomatas dos três países trabalhem em estreito contato nas Nações Unidas.

O Brasil foi veemente e retórico ao condenar os recentes ataques sul-africanos (e até mesmo rumores de preparação de ataques) a Angola e Moçambique; reconheceu a Organização dos Povos da África do Sul (SWAPO) como representativa do povo da Namíbia, apóia o esforço da proposta do Grupo de Contato ocidental, opta por um desfecho do tipo zimbabueano, mas resiste à abertura de escritório da SWAPO no Brasil. Constantemente criticando o *apartheid*, o Brasil foi tão longe na ONU (meados de 1981), que chegou a propor sanções coercitivas obrigatórias contra a África do Sul, como corte na venda de armas e cooperação, petróleo, linhas de transporte e laços culturais, bem como uma retração geral de comércio, crédito e investimentos.

No entanto, para além da retórica, o Brasil só muito vagarosamente enfraqueceu os seus próprios laços e ainda recusa a cortar relações com a África do Sul, continuando a manter um significativo nível de comércio com aquele país. A Varig ainda mantém a linha aérea Rio-Johannesburg. As relações oficiais com diplomatas sul-africanos, em Brasília, são corretas, apesar de distantes; visando à intensificação harmônica da política terceiro-mundista, representantes daquela embaixada não são convidados ao Ministério das Relações Exteriores nas solenidades em que esteja presente um representante do Terceiro Mundo, bem como têm considerável dificuldade em serem recebidos nos ministérios. Em sua apresentação diplomática em Pretória, o Brasil mantém somente um encarregado de negócios, com o cargo de segundo secretário, sem função de promover atividades comerciais no país. A radicalização negro-africana em relação à África do Sul tornou menos aceitável a alegação do Brasil de ser necessária uma linha de representação para manter o acesso a informações a elementos da oposição e à comunicação oficial duran-

te as negociações sobre a Namíbia. A África exige o total isolamento da África do Sul, o que foi persistentemente articulado durante a viagem de Saraiva Guerreiro aos Estados da Linha de Frente e reforçado pelos laços com Angola e Moçambique, que estão pressionando Brasília, que continua a hesitar, fazendo pequenas e ocasionais concessões, consideradas como reservas de algum valor político para um momento oportuno. O Ministério das Relações Exteriores ainda considera impróprio e desvantajoso ceder às exigências de rompimento feitas pelos Estados africanos, uma vez que diversos deles mantêm relações econômicas com a África do Sul.

A virada política norte-americana em relação à África do Sul, com a orientação Leste-Oeste do governo Reagan, causou inicialmente apreensão em Brasília, que teve o cuidado de se colocar publicamente a alguma distância de Washington quanto a esses assuntos. Embora Brasília compartilhe algumas preocupações quanto à influência soviética e cubana na região, encara os fatos de acordo com os pontos de vista africanos e segundo um critério muito mais político que militar. O apoio americano à União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) e a abertura de uma "nova fase" nas relações de Washington com Pretória, embora ainda não provoquem uma aberta oposição, fizeram com que o Brasil abandonasse a sua anterior indiferença para com as iniciativas americanas na África. O apoio concreto de Washington a elementos da oposição em Angola certamente causaria um significativo constrangimento em suas relações com o Brasil, com a probabilidade, visivelmente pública, de colocá-lo ao lado de um governo marxista.

Rumores infundados sobre o suposto interesse americano na Organização do Tratado do Atlântico Sul, tendo a África do Sul como membro, também colidiram

com a incômoda posição do Brasil para com aquele país, devido à sua idéia regionalista do Atlântico Sul, encarado como uma ponte com a África e tendo Angola como um dos principais pilares da aventura africana do Brasil. O Ministério das Relações Exteriores nega a existência de uma ameaça militar soviética na região e, unicamente como um contrapeso semântico, alguns representantes brasileiros começam a se referir ao Atlântico Sul como uma "avenida", "bacia" ou "fronteira" de interesse nacional vital e uma "zona de paz", demonstrando o desejo de prolongar sua condição de oceano mais desmilitarizado do mundo. Esta afirmação permite ao Brasil tomar uma posição ofensiva contra as persistentes acusações africanas de sua intenção de participar da OTAS e arriscar a reivindicação de um papel político nos assuntos do Atlântico Sul, mesmo antes de possuir uma esquadra capaz de operações em alto mar. Devido a esse interesse em impedir que o Atlântico Sul se torne peça de uma jogada geopolítica, interesse partilhado pela África Negra, surgiram, em 1981, comunicados conjuntos com a Nigéria, Senegal e Congo, nos quais ficou claro que o conceito poderá ser melhor desenvolvido como uma doutrina estratégica própria do continente para promover impacto local sobre as decisões políticas do Ocidente acerca do assunto.<sup>16</sup>

#### Será profunda e duradoura a relação Brasil-África?

A duração das relações Brasil-África como uma união conseqüente depende de um número de fatores políticos que somente agora começam a ser testados. Entre estes encontram-se as forças políticas internas do Brasil, dependendo — as futuras ações na política externa — da abertura ou do fechamento político, o que ainda não está bem definido. O modelo político bra-



sileiro e sua posição econômica internacional estão sendo meticulosamente debatidos, pela primeira vez desde 1964, na medida em que aumentam seus problemas econômicos internos. Ou nas palavras do preeminente economista Celso Furtado: "Como podemos visualizar o papel que deveria pertencer ao Brasil, na regulamentação do Terceiro Mundo, sem primeiro questionarmos se este país vai estabelecer um rumo ou vai continuar vagando sem saber para que porto está seguindo?"<sup>17</sup>

No setor governamental, as linhas da política africana estão sendo, aparentemente, bem aceitas, embora alguns setores conservadores da Marinha tenham se opostos à política em relação a África Austral, de 1975 a 1977, mantendo ainda algumas reservas quanto à política do Atlântico Sul. O Ministério das Relações Exteriores teve autonomia para iniciar e inovar no estabelecimento de sua conduta política, econômica e financeira para a África, enfatizando uma visão a longo prazo, mas sem nenhuma idéia clara do rumo a ser tomado pela política adotada, além do seu papel, como veículo dos planos do Brasil, para as relações Sul-Sul. Outros ministérios que interferem nas relações exteriores (como os Ministérios da Fazenda e do Planejamento) estão mais inclinados a serem cautelosos quanto a incertezas e custos. Por exemplo, as relações culturais e a assistência tecnológica são, particularmente, vulneráveis a cortes orçamentários. Uma séria expansão nas relações traria novos atores políticos e, conseqüentemente, complicações na política. Com o tempo, em vista do nível de subsídios envolvidos, a aventura terá necessidade de uma respeitável abertura para ultrapassar o ceticismo da burocracia externa ao Ministério das Relações Exteriores. As planejadas visitas do Presidente Figueiredo à África, originalmente para 1981, e a do Presidente Shagari, da Nigéria, ao Brasil, no mesmo ano, poderiam

ter sido momentos oportunos para ganhar tal abertura política, mas a necessidade de recuperação de um ataque de coração pelo Presidente Figueiredo adiou as duas viagens.

Mesmo recente e limitado, o Brasil tem um pequeno quadro de burocratas com experiência em assuntos africanos, encorajados por novos incentivos do ministério, que apregoa os serviços na África como avanços para a carreira. Eles são complementados por um número oposto, nas atividades do setor privado, tais como comércio, bancos e serviços, sendo a Nigéria e a Costa do Marfim os países onde se concentram as maiores iniciativas empresariais. O Ministério das Relações Exteriores ainda tem que "vender" a África à cautelosa comunidade empresarial, uma vez que seus planos e ajustes políticos correm bem adiante do setor privado. O mundo acadêmico permanece fraco no conhecimento da África, mais ou menos um reflexo da posição periférica que ocupa no que se refere às relações exteriores brasileiras em geral. Editoriais sobre questões africanas têm sido mais freqüentes, nos últimos anos, na grande imprensa. Embora certas posições da política externa em relação à África tenham provocado controvérsias, o consenso sobre a atual linha de ação parece gozar do apoio de um grande público. A maior parte da comunidade dos diplomatas e um pequeno mas atento público parecem ver a África como um local natural para a projeção da presença brasileira, mesmo havendo discordância quanto a sistemas de prazos, tipos de atividades e com que países negociar. Instabilidade política, fraqueza de organização e conhecimento sobre o Brasil por parte da África têm sido mais problemáticos, embora o nível de aceitação seja alto.

Os últimos anos presenciaram o estabelecimento de estruturas institucionais para a cooperação, com numerosos tratados e

comissões conjuntas, mas o problema de consolidação ou continuidade na sustentação de iniciativas continua a retardar um verdadeiro progresso, numa frente mais ampla. Os próximos anos serão difíceis para as relações Brasil—África, devido a crises econômicas em ambas as partes, declínio nas possibilidades de pagamento por parte da África e procura, por parte do Brasil, de produtos a serem comprados em troca de seus manufaturados. Há também um balanço negativo na troca de visitas oficiais, sendo que ultimamente um número muito maior de líderes africanos estão visitando o Brasil do que o contrário. Os funcionários oficiais estão mais inclinados e aptos que anteriormente para avaliar criticamente a exeqüibilidade dos projetos africanos, enquanto os contatos africanos com o Brasil têm impossibilitado ambas as partes de iniciar uma troca direta de informações para ultrapassar mútuos estereótipos, cons-

truídos pela anterior aceitação da imagem norte-americana e européia das duas áreas.

Somente os resultados, depois de diversos anos, do mais recente e intenso intercâmbio entre Brasil e África irão demonstrar se o Brasil é capaz de oferecer um novo tipo de cooperação alternativo para a África ou se será essencialmente uma reprodução, em menor escala, das características das relações pós-coloniais do Ocidente com a África. A despeito da retórica Sul—Sul, resta saber se os países em desenvolvimento estão menos motivados por interesses próprios do que os desenvolvidos. Nesse ínterim, o contato merece melhor observação, porque, se a tentativa Brasil—África carecer de vantagens mútuas, a viabilidade do conceito intercontinental Sul—Sul poderá transformar-se numa séria questão.

Tradução de Maria Helena de Oliveira Barbosa.

## NOTAS

1. Wayne A. Selcher (ed.), *Brazil in the international system: The rise of a middle power*. (Boulder, CO: Westview Press, 1981). Uma perspectiva brasileira, por autorizado porta-voz e planejador diplomático, é encontrada em Ronaldo Sardenberg, "A política externa do Brasil nas duas últimas décadas", *Revista do Serviço Público*, 109 (1981), p. 25-40.
2. Raimo Vayrynen, "Economic and military position of the regional power centers", *Journal of Peace Research*, 16 (1979), p. 349-69.
3. Robert Wesson. *The United States and Brazil: Limits of Influence*. (Nova Forma: Praeger, 1981).
4. Riordan Roett, "Brazilian foreign policy: Options in the 1980s", in Thomas C. Bruneau and Philippe Faucher (eds.), *Authoritarian capitalism: Brazil's contemporary economic and political development*. (Boulder, CO: Westview Press, 1981), p. 179.
5. Ver, para exemplo, a crítica do *Brandt Report* por dois bem situados diplomatas brasileiros, in Roberto Abdenur e Ronaldo Sardenberg, "Notas sobre las relaciones Norte—Sur y El Informe Brandt", *Estudios Internacionales*, 54 (abril—junho de 1981), p. 166-200.
6. João Luís Ribeiro Fragoso, "As reformulações na política externa brasileira nos anos 70", *Estudos Afro-Asiáticos*, 5 (Rio de Janeiro: CEEA, 1981), p. 47.
7. "Na batalha da balança", *Veja* (23 de dezembro de 1981), p. 71.
8. Uma história das relações do Brasil com a África pode ser encontrada nas seguintes fontes: José Honório Rodrigues, *Brazil and Africa* (Berkeley: University of California Press, 1966); Wayne A. Selcher, *The Afro-Asian dimensions of brazilian foreign policy, 1956—1972* (Gainesville: University of Florida Press, 1974), "Brazilian relations with portuguese Africa in the context of the elusive 'Luso-

- Brazilian Community", *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 18, n.º 1 (fevereiro de 1976), p. 25-58, e *Brazil's multilateral relations: Between First and Third Worlds* (Boulder, CO: Westview Press, 1978).
9. *Latin America Weekly Report* (30 de maio de 1980), p. 12.
  10. *Latin America Weekly Report* (16 de junho de 1980), p. 8.
  11. Esse estilo é descrito em Wayne A. Selcher, "Brazil in the world: Multipolarity as seen by a peripheral ADC middle power", in Elizabeth Ferris and Jennie Lincoln (eds.), *Latin American foreign policies: Global and regional dimensions* (Boulder, CO: Westview Press, 1981), p. 98-101.
  12. *Veja* (28 de outubro de 1981), p. 42; Warren Hoge, "Brazil's arms find willing buyers in the Third World", *New York Times* (9 de agosto de 1981), p. E-3; "Armas: O Brasil invade o mercado mundial", *Senhor* (fevereiro de 1981), p. 40.
  13. "O Brasil voando alto", *Veja* (20 de agosto de 1980), p. 122.
  14. Sobre esse ponto, ver Anani Dzidzienyo e Michael Turner, "African-Brazilian relations: A reconsideration", in Wayne A. Selcher (ed.), *Brazilian in the international system: The rise of a middle power* (Boulder, CO: Westview Press, 1981), p. 207-14.
  15. A visão africana sobre o sistema racial brasileiro ainda é escassa em publicações, mas um relato típico, em primeira mão, é dado pelo jornalista Clem Baiya do *New Nigerian*, in "Nigerian View of Brazil", *West Africa* (1.º de setembro de 1980), p. 1655-7.
  16. Uma visão semelhante, do lado africano, sugerindo uma declaração conjunta e exercícios navais entre o Brasil, a Nigéria e Angola, é dada em A. Bolaji Akinyemi, "The need for an African South Atlantic Ocean Organization", *Nigerian Forum*, I (1981), p. 125-30.
  17. Celso Furtado, "El orden económico internacional y el Brasil", *El Trimestre Económico*, 48 (1981), p. 533.

## SUMMARY

### Policy Dilemmas in Brazil—Africa Relations: An Illustration of Some Political Impediments in South—South Relations

Without rejecting ties with the North, and with a minimum of stridency, Brazil appears to be systematically making greater use of the Third World components of its mixed identity to advance its development and major power plans as a capitalist Third World leader rather than as an imminent aspirant to a formal position in the ranks of the industrial West. The concept of South—South relations is used by Brazil to project a cooperative image to other LDCs (less developed countries). Africa is the region outside of South America which has been selected for special attention.

The progress of Brazil—Africa relations has been remarkable over the last decade, with broadening areas of cooperation and complementarity. It may well be the most intense cross-continental relationship among LDCs. Most surveys of the topic are hopeful that this cooperation will continue to grow. As relations have passed from the declarative stage to the stage of realization of projects, however, both sides need a clearer appreciation of what the other can or cannot contribute. Some disappointments and points of attrition have already arisen as the relationship becomes more transnational.

Brazil's chief goals in Africa are economic, but political considerations abound. Among Brazil's disadvantages in dealing with Africa are

its inability to deliver the level of economic cooperation Africa would like, its conservative regime, its cautious reluctance to get involved in African political issues, competition with established powers, and problems of finance for projects. Brazil's racial system has come under increasingly critical African scrutiny as more Africans visit that country. Beyond rhetoric, Brazil has only very gradually weakened ties with South Africa and carries on a significant level of trade with the Republic.

On the other hand, Brazil has largely overcome earlier criticism caused by its support for Portuguese colonialism and has developed closer relations with Angola and Mozambique. Some of its foreign policy spokesmen are expressing support for the concept of a "peaceful South Atlantic," in contradistinction to rumors about Brazilian interest in a supposed South Atlantic Treaty Organization.

African receptivity for Brazil is good, but the problem of consolidation or follow through in sustaining initiatives continues to hinder real progress on a broad front. On balance, the connection merits close observation, because if this attempt falls short to mutual advantage, the viability of the intercontinental South—South concept can be thrown into serious question.

## RÉSUMÉ

### Dilemmes Politiques dans les Relations Brésil—Afrique: Commentaires sur Quelques Obstacles Politiques dans les Relations Sud—Sud

Sans rejeter les rapports avec le Nord et avec la plus grande discrétion, le Brésil utilise systématiquement, et autant que possible, les éléments tiers-mondistes de sa double identité pour favoriser son développement et réaliser ses principaux projets, plutôt en tant que leader du Tiers-Monde que comme un imminent prétendant à des positions formelles au sein de l'Occident industrialisé. Le Brésil se sert du concept des relations Sud—Sud pour projeter une image de coopération avec d'autres pays moins développés et, l'Afrique est, la région hors de l'Amérique Latine à laquelle est accordée une attention spéciale.

Durant les derniers dix ans, les relations Brésil—Afrique ont connu un progrès extraordinaire avec un développement des domaines d'aide et de coopération tel qu'il peut-être considéré comme le plus intense rapport transcontinental entre les pays moins développés. La plupart des études sur le sujet affirme que cette coopération continuera d'augmenter. Cependant comme les relations sont passées du stade des déclarations conjointes à celui de la réalisation de projets, les deux parties nécessitent d'une meilleure appréciation des possibilités, ou non, de contribution de l'autre. Avec les rapports devenant de plus en plus transnationaux, quelques chocs et déceptions ont commencé à surgir.

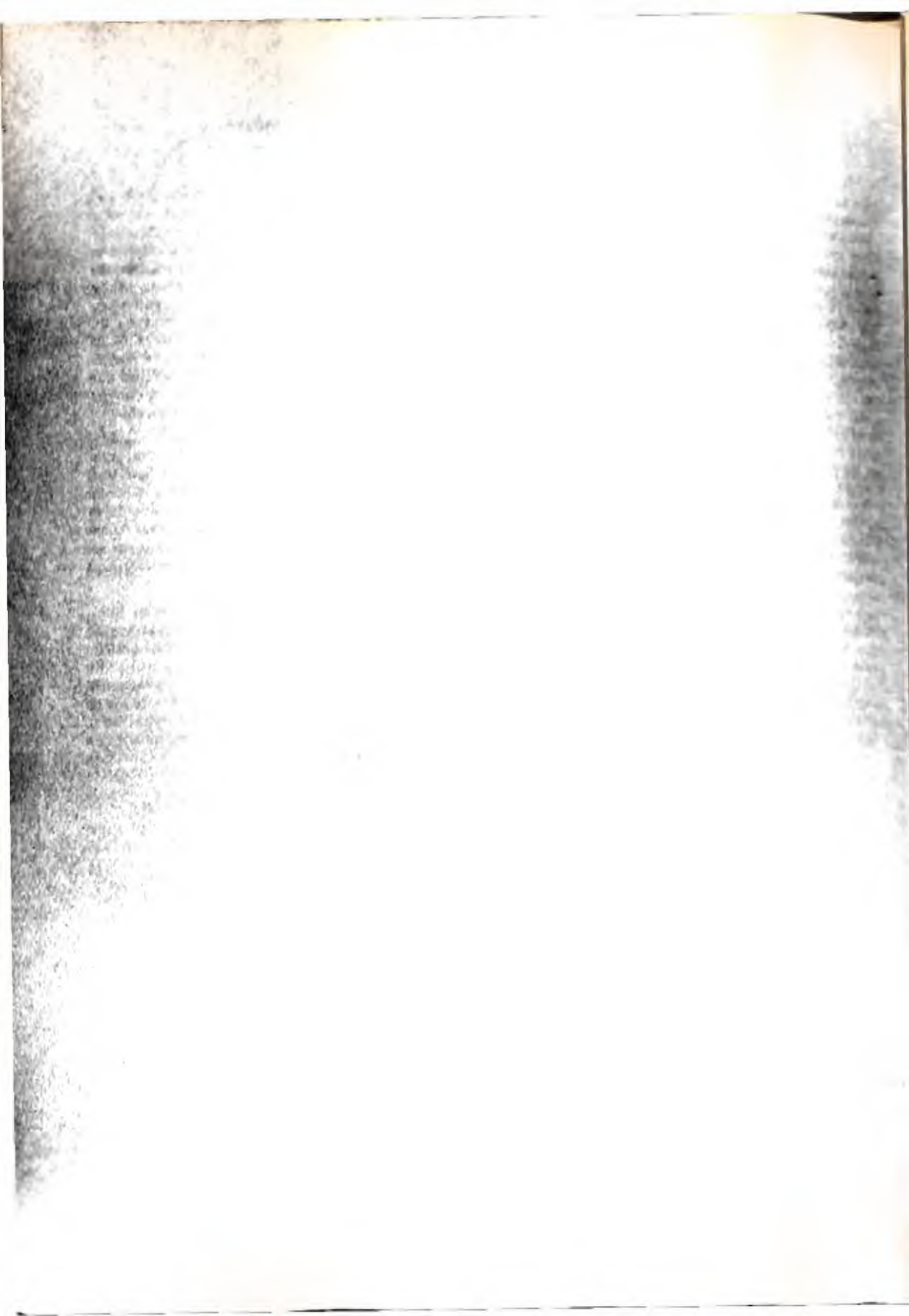
Les principaux objectifs du Brésil en Afrique sont économiques. Cependant, les considérations politiques sont aussi présentes. Parmi les désavantages du Brésil dans ses relations avec l'Afrique,

nous trouverons son manque d'habileté à proportionner le niveau de coopération que souhaite l'Afrique, son régime conservateur, sa prudente aversion à s'engager dans les questions politiques africaines, la compétition avec les puissances établies et des problèmes de financement de projets. Le système racial brésilien souffre un examen critique croissant dans la mesure où un grand nombre d'africains visitent le pays. Si ce n'est dans la rhétorique, le Brésil n'a, en réalité, diminué ses rapports avec l'Afrique du Sud que graduellement et continue d'entretenir un niveau significatif de commerce avec les sud-africains.

D'autre part le Brésil a dépassé en grande partie, d'anciennes critiques à son appui au colonialisme portugais et entretient des relations plus étroites avec l'Angola et le Mozambique. Quelques-uns de ses porte-voix sont en train de se montrer favorables à l'idée d'un "pacifique Atlantique Sud", ce qui contredit les rumeurs sur un intérêt brésilien pour la supposée Organisation du Traité de l'Atlantique Sud.

Le réceptivité africaine en relation au Brésil est bonne, mais le problème de la consolidation ou continuité d'appui aux initiatives continue d'empêcher un réel sud plus large front. En résumé, la relation mérite une plus grande attention parceque si cette tentative ne présente pas de véritables avantages pour tous, la viabilité de la théorie intercontinental Sud—Sud pourra être mise sérieusement en doute.





# AS DIFICULDADES REGIONAIS NA GUINÉ-BISSAU\*

Milton Santos\*\*

## 1. A divisão regional do país: Introdução e visão de conjunto

Diante das desigualdades geográficas hoje presentes na Guiné-Bissau, algumas considerações gerais se impõem. Em primeiro lugar, devemos realizar a adaptação de todas as atividades materiais produtivas às condições naturais. O fato de que as técnicas não sejam as mesmas, como fruto de herança cultural ou de possibilidades recentemente adquiridas, não muda o fundo do problema. Em segundo lugar, não há uma relação estrita entre etnia e *terroir*. As migrações já são um fenômeno antigo, ainda que recentemente aceleradas. Isso permite um intercâmbio de práticas culturais e introduz, em todas as áreas, novos nexos entre a natureza e o homem. Mas, pelo fato da precariedade dos recursos técnicos, as condições naturais, mesmo quando modificadas pelos grupos presentes, são determinantes dos resultados finais do processo produtivo.

Sobre um pano de fundo assim grosseiramente delineado, onde o dado natural avulta como fator fundamental, assentam-se outros nexos; mas são, de modo geral, superposições elementares. A presença do Estado é, ainda, incipiente na maior parte do espaço nacional e, ainda que seja promotora de esforços de modernização, em muitos casos fortalece as estruturas tradicionais. As dificuldades de circulação, que atingem os produtos, os homens e as informações, a monetarização limitada da economia e a fragilidade e seletividade espacial dos serviços fornecem apenas um esboço de modificação do quadro tradicional. A criação de verdadeiras cidades no interior limita-se a alguns pontos e beneficia, de maneira quase exclusiva, a cidade de Bissau.

Pode-se, desse modo, dizer que, de uma divisão regional baseada nas condições naturais e nas virtualidades das populações localizadas, o país não passou por uma fase de diferenciação do espaço de tipo capitalista, antes de chegar ao fenômeno de macrocefalia, representado pelo papel absorvente da capital. Essa é uma das peculiari-

---

\* Texto elaborado para ser incluído na segunda edição, revista e ampliada, do livro *Introdução à Geografia Econômica da Guiné-Bissau*, por solicitação do Governo da Guiné-Bissau [Ministério da Coordenação Econômica e Plano e Ministério da Educação]. Fevereiro de 1981.

\*\* Geógrafo. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

dades da Guiné-Bissau entre os países do Terceiro Mundo. Ela coloca um problema de peso, na medida em que o processo de modernização rural ora em desenvolvimento supõe uma aplicação, às vezes copiosa, de capitais tanto para a criação de infra-estruturas, quanto no próprio processo produtivo. Isso levará a uma diferenciação das diversas áreas do país, relacionada, desde então, com a importância dos capitais investidos e dos capitais necessários para produzir. Mas tal evolução, se não for acompanhada de outras medidas, em pouco beneficiará as aglomerações presentes no interior. O fato de que a superfície seja reduzida e as distâncias venham a ser encurtadas aumentará ainda mais os privilégios de Bissau, permitindo, talvez, que a contradição entre centro e periferia avulte e se imponha sobre as demais desigualdades territoriais. Essa questão é importante e grave e merece discussão detalhada. Em outros países, situações semelhantes se têm apresentado como um obstáculo a um crescimento harmonioso e, mesmo, a uma distribuição dos recursos sociais entre a população.

## 2. Os tipos de disparidade regional

As disparidades regionais são de vários tipos, mas podemos assim resumir as diversas situações:

- disparidades entre regiões, caracterizadas por diferenças de desenvolvimento, cuja tendência histórica é se agravarem;
- desigualdades entre o meio urbano e o meio rural dentro de cada região;
- disparidades entre cidades, com tendência à acumulação cumulativa de recursos modernos em algumas delas ou mais geralmente em uma, pelo que, quanto a este último caso, se fala de macrocefalia ou primazia urbana.

As disparidades regionais podem ser causadas por diferenças no desenvolvimento agrícola, que provocam, elas próprias, uma acumulação desigual de equipamentos e recursos sociais. Foi o caso de países africanos voltados — desde que foram coloniza-

dos no fim do século passado ou em início deste — para a realização de culturas industriais, localizadas em certas regiões. Foi desse modo que a região cafeeira ao norte da Tanzânia, sobretudo a área dos montes Kilimandjaro e Meru, conheceu um crescimento considerável em todos os setores, gerando um desequilíbrio que dura até hoje e, mesmo, desafia os esforços de reorganização espacial empreendidos pelo Estado. As disparidades regionais também podem ter causa nas possibilidades de exploração mineral, como é o caso da Zâmbia. Por mais que os serviços de planejamento programem uma redistribuição mais equitativa do volume dos equipamentos, as zonas mineiras, juntamente com a capital, continuam a absorver a maior parte dos investimentos nacionais, acumulados, assim, onde a renda *per capita* da população já é a mais elevada. Todavia, as desigualdades territoriais mais típicas são aquelas provocadas e alimentadas por diferenças no desenvolvimento industrial. Uma vez que uma área conhece uma expansão industrial na qual as diversas fabricações são interdependentes, esse movimento tende a se manter e avolumar. O fenômeno é tanto mais imperativo porque a indústria necessita ampliar o seu mercado, isto é, precisa conquistar mais espaço e, desse modo, incita à expansão ou à criação, quando ainda não existem, de verdadeiras redes de transportes. No caso da agricultura comercial ou da mineração, basta criar ferrovias e rodovias que conduzam aos portos o produto exportável. Exceto no caso de ser exclusivamente voltado para a exportação, o desenvolvimento industrial supõe uma integração do território pelos transportes, por mínima que seja. Essa integração territorial contribui para uma expansão ainda maior da área mais industrializada, em detrimento das outras regiões. O exemplo clássico, aliás, é europeu, o Mezzogiorno italiano. O caso brasileiro, porém, é típico, com mais da metade da produção industrial, como também do emprego e da renda, centralizada na área de São Paulo. Não é, todavia, um caso único. Veja-se o que se passa na Nigéria, na

Venezuela, na Tailândia e em tantos outros países do Terceiro Mundo. O desenvolvimento do consumo e o interesse das potências industriais em transferir certas produções para os países subdesenvolvidos fazem com que, em toda parte, a industrialização termine se voltando, ao menos parcialmente, para o consumo interno. Criam-se, desse modo, zonas privilegiadas para a instalação de indústrias modernas, coincidindo, geralmente, com as capitais nacionais e as zonas mais ricas. Através desse mecanismo, gera-se um processo cumulativo de desigualdade econômica e social com base territorial.

Nesse contexto, o crescimento urbano tende a ser diferencial, estruturalmente desigual. Na fase pré-industrial, a expansão das cidades se dá, fundamentalmente, com base essencial nas relações locais, e isso tanto mais quando o espaço ainda não está integrado. Foi o que se passou no Brasil, antes da fase industrial, onde o crescimento de cidades como Belém, Recife, Salvador, Porto Alegre, São Paulo tinha como motor principal as suas relações com a hinterlândia, cujos produtos exportavam. O mesmo se deu na Colômbia, "país de cidades", com a expansão de Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla, até que Bogotá assumiu a primazia. Mais recentemente, a situação muda completamente. Torna-se impossível um crescimento urbano autônomo, relativamente isolado. Formam-se, para todos os efeitos, verdadeiros sistemas de cidades, que, nos países subdesenvolvidos modernizados segundo o modelo capitalista, também se constituem num dos mecanismos do desequilíbrio econômico territorial. A evolução urbana é divergente, diferenciada, mas submetida a uma lógica comum.

É a essa lógica, comum ao crescimento urbano como um todo, que se deve a ampliação ou a gestação das macrocefalias. Estas podem ter origem comercial, estando baseadas na procedência ou na instalação de equipamentos, freqüentemente em paralelo com a função de capital nacional. Mas é na fase de industrialização que o fenômeno, graças às razões já invocadas, ganha em amplitude e tende a se tornar irreversível.

Com a internacionalização da economia, a situação se agravou. Esforços como os que, em período anterior, se fizeram na Turquia para reduzir a primazia de Estambul, não tiveram qualquer êxito. Agora, as dificuldades se tornaram ainda maiores. A justa preocupação de muitos países para reduzir os mal-feitos das macrocefalias devorantes não mostrou resultados palpáveis. O caso de Cuba é assinalável, pelo fato de que as opções dos especialistas do governo levaram a uma redistribuição territorial dos recursos e da população, reduzindo o peso relativo de Havana. Agora os Estados não capitalistas, ainda que não se autoproclamem socialistas, buscam vias de ação parecidas. Os resultados, todavia, são limitados, graças à herança do passado, que pesa sobre todos os setores da vida nacional.

Nos países do Terceiro Mundo, cujas opções de desenvolvimento são, em maioria, capitalistas, é a agravação das macrocefalias verdadeiro câncer a devorar os esforços coletivos, canalizando recursos e riquezas para uma parcela reduzida da população, isto é, para alguns segmentos da população, melhor dizendo, para alguns segmentos sociais entre os presentes nas maiores cidades e sobretudo na metrópole econômica.

### 3. Disparidades regionais e macrocefalia

Em muitos países, o fenômeno de macrocefalia, ou seja, a importância desmesurada de uma cidade — geralmente a capital nacional — em termos demográficos, econômicos, culturais e sociais, em relação às outras cidades e ao resto do país, tem a mesma natureza que o fenômeno das disparidades regionais, isto é, ambos os fatos encontram fundamento no desenvolvimento capitalista da produção, em suas diversas instâncias. Daí poder-se falar não apenas em primazia urbana como também em colonização interna, que é uma expressão discutível, às vezes condenada, e que significa haver uma região capaz de produzir mais e melhor produtos modernos, da qual os demais subespaços dependem para o seu abastecimento em bens de consumo e em bens



de equipamento. A complexidade destes depende do nível de desenvolvimento do país. Uma boa parte dos subespaços nacionais, senão todos, incluem-se em um processo produtivo cuja realização implica em uso mais ou menos abundante de capitais, sejam capitais fixos, representados entre outros por fábricas e edifícios funcionais, por vias de transportes e comunicações, por silos e depósitos, por infra-estruturas sociais etc., sejam capitais de movimento, indispensáveis à aquisição de insumos e implementos agrícolas, de matéria-prima e de bens auxiliares para a indústria (água, energia elétrica, combustível etc.), ao pagamento de salários, tecnologia, impostos, juros, assim como à circulação dos produtos, terminados e intermediários, e ao próprio consumo, que tende a ser, sobretudo, monetário.

A situação acima descrita está presente em numerosos países subdesenvolvidos, embora cobrindo extensões geográficas diversas e se apresentando segundo diversos graus de intensidade.

Em países de menor desenvolvimento pode dar-se o caso de que as diversidades entre regiões não tenham como principal fundamento o uso de capital na produção, mas as formas de adaptação das diversas populações às condições naturais. É verdade que nas condições do mundo atual, não se pode imaginar produção sem uso de capital, mas este pode estar presente em alguns lugares de forma apenas marginal, utilizado, sobretudo em certos períodos do ano, na circulação de excedentes e na compra de insumos ou ainda no consumo de produtos não locais. Tal situação não favorece localmente a criação de estruturas modernas e leva à sua concentração no ponto do território onde a acumulação de recursos é mais fácil. Neste caso, os resultados geográficos da modernização capitalista se superpõem. Então, a posição entre as regiões do país se resume no fenômeno de oposição entre um *centro* e uma *periferia*. Os diversos subespaços que formam o território nacional, embora diferentes uns dos outros, se opõem verdadeiramente entre si.

Trata-se de diversidade regional e não propriamente de disparidade estrutural, tal como encontramos no Brasil, no México, na Costa do Marfim, na Nigéria e mesmo entre países de menor desenvolvimento como a Tanzânia, onde as disparidades regionais tendem a manter-se e a crescer em consequência do processo de acumulação capitalista, que é, também, de natureza geográfica.

#### 4. Uso do território e desigualdades regionais

Cada nação utiliza o seu território de uma certa maneira, levando a uma determinada repartição da população e das infra-estruturas econômicas e sociais, a um determinado uso e distribuição dos recursos. O uso do território pela nação está ligado às formas de organização da sociedade e da economia.

O uso de um território está sempre mudando, porque a economia e a sociedade evoluem, não são estáticas. O crescimento ou a redução da população são acompanhadas não apenas de mudanças na estrutura de idades, na repartição profissional, na distribuição da renda individual e familiar, mas também de uma nova geografia de população, que inclui as migrações e seu direcionamento, o movimento da urbanização, as novas localizações das pessoas. Ao mesmo tempo, alguns recursos naturais são explorados mais ou menos intensamente, outros deixam de ser utilizados, e novos recursos são incorporados à vida social. Enquanto isso, a evolução quantitativa e qualitativa da atividade geral se distribui cada vez mais de forma diferente. Para cada país esse uso do território é um dado específico.

Pode-se falar também de organização do espaço. Cada uso específico do território implica uma determinada organização do espaço nacional, para atender, em um dado momento, aos objetivos da organização da economia e da sociedade. Mas esta (a organização social e econômica) depende ainda, em grande parte, da forma como se distribuem, sobre a superfície do país, os recur-

tos materiais e humanos de que dispõe nesse dado momento.

O uso do território nacional não é, pois, exclusivamente o resultado do dinamismo social. É, também, um dos seus fatores. A uma determinada distribuição de infra-estrutura, de atividades e da população, corresponde um determinado resultado na exploração e no uso dos recursos de um país. O estudo regional não é, desse modo, um simples inventário de coisas e pessoas e de suas localizações, mas deve buscar, de um lado, a explicação das relações entre frações da sociedade total de um país e parcelas do território; de outro lado, deve ser uma contribuição ao entendimento da dinâmica global e de sua problemática.

Para cada país, o uso do território é um dado específico que corresponde a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e aos objetivos com que se desenvolvem.

## 5. Um país agrícola

Durante muito tempo, bem antes de entrar em moda a noção de subdesenvolvimento, usou-se uma classificação de países que incluía um certo número deles entre os chamados *países agrícolas*, como a Dinamarca, a Austrália, o Brasil, o Peru e, na África, praticamente todos.

Com a introdução do vocábulo *subdesenvolvimento* na linguagem das relações internacionais, admitiu-se, de modo geral, que os países chamados desenvolvidos eram industrializados e os países chamados subdesenvolvidos eram agrícolas, ou não industrializados e, quando muito, em vias de industrialização. Estabelecia-se, desse modo, uma segunda classificação dentro da primeira. Hoje, com a expansão das empresas multinacionais e as exigências locais de consumo, praticamente todas as nações do globo dispõem de indústrias, ainda que o nível de seu desenvolvimento varie. Pode-se, mesmo, falar de países subdesenvolvidos industrializados, como o Brasil, a Argentina, o México, a Índia, o Egito, o Paquistão, a África do Sul, a Turquia, o Irã e muitos

outros que estão se equipando industrialmente de forma rápida e nos quais a participação do setor industrial na formação do produto bruto, do emprego e das exportações é importante. Na África Negra, temos o exemplo da Nigéria, assim como também da Costa do Marfim e do Quênia, entre outros.

É verdade que, para atender, sobretudo, às necessidades do mundo desenvolvido, muitos países do Terceiro Mundo acolhem fabricações diversas, e entre elas as chamadas indústrias de exportação. Este último caso é, sobretudo, o de Formosa, da Coreia do Sul, de Hong-Kong, conhecidos como grandes produtores industriais para venda ao estrangeiro. Mas países como o México, o Brasil e a Índia, ainda que contando com ponderável mercado interno, consagram cada vez mais uma parte importante da sua produção fabril à exportação, obedecendo à lógica infernal segundo a qual importadores de capital, tecnologia e matéria-prima, para manter sua indústria, devem cada vez mais vender ao estrangeiro, para poder pagar a dívida (ou parte dela) assim contraída.

Todavia, muitos países do Terceiro Mundo não alcançaram um nível elevado, e às vezes nem mesmo um nível médio de industrialização, comparativamente aos países do Norte. Alguns deles estão em um estágio incipiente, e entre estes vários ainda se encontram praticamente desprovidos de fabricações essenciais, devendo importar um grande número de bens manufaturados indispensáveis às necessidades elementares de consumo da população. Com a exceção daqueles que vivem de atividades rentáveis como a exploração do petróleo, como Trinidad ou, ainda, Aruba e Curaçao, nas Antilhas (para não falar dos emirados árabes), ou retiram receitas substanciais do turismo, como certas outras ilhas do Caribe, pode-se dizer dos demais desse grupo que são verdadeiros *países agrícolas*. É o caso da Guiné-Bissau.

Mesmo que apenas 8,3% do território guineano tenham sido cultivados em 1977/1978 (segundo os estudos da empresa francesa SCET Internacional), 90% da popula-

ção estão ligados à agricultura e à pecuária, correspondendo a 88% dos ativos, isto é, 400 mil pessoas em idade de trabalhar. 90% da produção agrícola se fazem fora dos circuitos monetários. A distinção entre cultura de subsistência e cultura comercial nem sempre é dada pelo produto plantado (por exemplo, mancarra [amendoim]\* e arroz), mas por sua destinação. Boa parte das colheitas não chega a entrar nos circuitos de venda, em vista da deficiência do aparelho comercial e de transportes, o que caracteriza ainda mais o aspecto tipicamente agrícola da economia: o setor secundário é extremamente limitado, e o setor terciário, embora evoluindo mais rapidamente que o fabril, é ainda pouco representativo, além de estar praticamente concentrado na capital.

No ano de 1977, a atividade agrícola contribuiu com 2.612 milhões de pesos para a formação de uma renda nacional avaliada em 4.244,6 milhões, incluídos o setor monetário e o setor de subsistência, sendo este expressivamente mais importante (cerca de 60% do total). O rendimento médio anual de 6.500 pesos ou 185 dólares por ativo agrícola (1977) é teórico, em vista da larga proporção da atividade de subsistência no setor.

Mesmo assim, a agricultura e a pecuária representaram, em 1978, cerca de 74% das exportações do país. O fato de que a urbanização ostente índices baixos e tenha crescido praticamente em favor de Bissau, completa o quadro e permite afirmar que a Guiné-Bissau é um país agrícola.

Sem dúvida, entre os países agrícolas, existem diversidades. O caso da Guiné-Bissau retira sua especificidade do fato de que — ao mesmo tempo em que a grande maioria da população se empenha em atividades rurais e vive no campo, e a agricultura fornece uma percentagem bastante reduzida da renda monetária — são os produtos da agricultura e da pecuária que constituem

cerca de três quartos do total das exportações.

## 6. As regiões: uma visão geral

Para uma descrição regional da Guiné, várias dificuldades se apresentam. Em primeiro lugar, a herança da colonização em matéria de estudos locais foi praticamente nula, e as análises que só agora se fazem são, naturalmente, pouco numerosas. Pelo fato de se dirigirem à prática da planificação, são levadas a privilegiar certos aspectos da realidade, diferentes para cada área. Outra dificuldade é a própria divisão regional. Poder-se-ia adotar uma classificação levando em conta os dados naturais, mas isso levaria a supor que todas as populações utilizam de maneira igual os recursos que elas têm à sua disposição. Por isso, também, uma divisão regional que leve em conta as áreas tradicionais de cada etnia falsificaria os termos da questão. Uma e outra solução seriam demasiado simplistas e distantes da realidade.

As divisões administrativas têm a vantagem de corresponder à instalação, no território, pela mão do poder público, de elementos de modernização, que constituem também meios de produção e têm um efeito polarizador sobre a economia e as populações. Até certo ponto, consideravam-se oito regiões e mais uma, região 0, formada por Bissau e setores próximos. Mas ainda há problemas. Mais recentemente, estabeleceu-se um Setor Autônomo de Bissau e uma Região de Biombo, também, às vezes, chamada de Região de Bissau. Isso, naturalmente, conduz a incertezas na análise estatística e mesmo a erros, quando as fontes não podem ser devidamente identificadas ou não admitem comparações.

Finalmente, e para atender aos objetivos atuais da planificação, foram criadas quatro zonas, além do Setor Autônomo de Bissau. Contudo, os limites das zonas não respei-

\* As informações em colchetes, neste artigo, constituem notas incluídas posteriormente pela Editoria de Estudos Afro-Asiáticos, para maior compreensão do texto pelo leitor.

tam, estritamente, o das regiões administrativas. Como a maior parte da documentação se baseia na divisão administrativa, essa não superposição, tornada necessária para fins de planejamento, constitui uma fonte suplementar de dificuldades, sobretudo quando se deve trabalhar com uma documentação pouco abundante. De um modo geral, a noção de *região* deve ser sobretudo considerada como a de *base territorial* da mudança, isto é, como um conjunto de dados que tem de ser levado em conta no processo de transformação, enquanto a noção de *zona* liga-se mais ao *quadro* da mudança, isto é, ao *perímetro* escolhido para desenvolver um certo tipo de ação.

A verdade, porém, é que tais zonas correspondem a realidades, tanto do ponto de vista da natureza, como do ponto de vista da economia. Podemos, desse modo, reparar o país em quatro zonas: a zona de Bijagós-Bolama, a zona de Quinara-Tombali, a zona de Cacheu-Oio, a zona de Bafatá-Gabu. As duas primeiras são marcadas pela importância da água na vida econômica. A zona de Bijagós-Bolama é formada essencialmente por um arquipélago, com cerca de 50 ilhas, as ilhas Bijagós, das quais 18 são habitadas e 12 têm importância agrícola. A principal atividade, porém, é extrativa, a pesca. Sua população de 25.173 habitantes se distribui sobre 1.115 km<sup>2</sup> dos 1.550,69 km<sup>2</sup> que formam a região. Os mangueirais ocupam 50 mil hectares. As precipitações são, aí, elevadas, ultrapassando 2.250 milímetros anuais e o clima é semi-úmido.

A zona de Quinara-Tombali dispõe de 6.109 km<sup>2</sup>, onde vivem 89.886 habitantes: cerca de 12% da população e um sexto do território. Essa área é considerada "o celeiro da Guiné", graças à sua importante produção de arroz. São 39 mil hectares de arrozais inundados, representando 86% das superfícies cultivadas em Tombali e 73% em Quinara. O volume da produção depende das possibilidades abertas às populações locais para controlar o uso da água e das terras: dois terços dos arrozais inundados estão sujeitos a problemas de salinização.

Aí também se produzem o chabéu, o óleo e o vinho de palma, como, aliás, na região de Bijagós-Bolama.

A zona de Gabu-Bafatá, sobretudo continental, é de domínio da produção da mancarra. As chuvas são consideráveis (pluviosidade média anual: 1.500 milímetros) mas variam de sul a norte: 1.770 milímetros em Kitole, 1.175 em Pirada. A variabilidade anual é, porém, moderada. 275 mil habitantes vivem nas 1.835 tabancas [povoações] existentes. A cultura é, sobretudo, de tipo fluvial e cobre aproximadamente 110 mil hectares. Mas há, segundo estimativas recentes, 609.600 hectares aptos à cultura. Destes, a maior parte, 439.200 hectares, é própria às culturas pluviais. A produção principal é a mancarra (45 mil hectares), mas há grandes extensões plantadas com milhete, sorgo e milho, além de mandioca e outros produtos, cobrindo um total de 90 mil hectares, enquanto os outros 20 mil são ocupados com o arroz de bolanhas [várzeas], próximo à margem dos rios e nos baixios. Há, também, na área, palmeirais naturais.

A zona de Cacheu-Oio é marcada, como a de Bafatá-Gabu, por diferenças de pluviosidade cujos índices decrescem de oeste a leste. Próximo a Bissau, as chuvas anuais médias somam dois mil milímetros anuais, enquanto em Cacheu, a 100 quilômetros apenas, essa média é de 1.400 milímetros. Beneficiando-se da presença de rios importantes como o Geba (curso inferior), o Cacheu e o Mansoa, assim como das baixas altitudes, a produção de arroz de bolanha se estende por 51.100 hectares, cerca de um terço do total. As culturas pluviais são, desse modo, mais extensas, ocupando quase 102 mil, num total de 153 mil hectares cultivados. Destes, 61.200 servem à produção de milho preto, fundo, arroz pampam, enquanto à mancarra cabem 25.200 hectares. Os restantes 15.200 se distribuem entre outras atividades. O chabéu é extremamente importante na economia local, sendo colhido em cerca de 80 mil hectares; há, ainda, coleta de castanhas do caju (200 toneladas em 1978). A população é relati-



vamente concentrada, apoiando-se, parcialmente, nos eixos de circulação, mas as técnicas agrícolas são rudimentares.

Uma das riquezas da zona são as suas florestas. Calcula-se em 600 mil hectares a extensão da floresta seca, localizada essencialmente em Xitole, Farim, Gamamudo e Contaboel. Admite-se que podem ser extraídos anualmente 120 mil toneladas de madeira bruta, das quais 29% seriam comercializadas.

A proximidade da capital tem repercussões sobre os setores da região de Oio, que lhe são mais próximos. A rede de transportes é mais densa que no resto do país e a circulação, mesmo intra-regional, é relativamente mais ativa. O desflorestamento é acentuado, e a produção de carvão vegetal é significativa. As culturas são diversificadas e se orientam ao consumo urbano. A produção alimentar é, todavia, deficitária.

Esse quadro sintético da vida regional ficará incompleto se não aludirmos às intensas migrações de trabalho realizadas nas zonas fronteiriças ao Senegal, tanto ao norte como na região de Oio. Muitos homens passam a fronteira, cada ano, para trabalhar na colheita da mancarra. Mas a coleta, sobretudo do vinho de palma, é outra atividade importante e complementar às produções locais da região de Oio. Em virtude disso, o intercâmbio com o Senegal é grande e beneficia as alomerções e cidades mais próximas do país vizinho.

## 7. As disparidades regionais na Guiné

Até bem recentemente, as disparidades regionais — fundadas nos modos de produção concretos, isto é, nas formas locais de utilização do território — eram desiguais nas quais o fator natural exercia um papel relevante. Sem dúvida, a adaptabilidade das técnicas elaboradas pelos grupos humanos, dotados cada qual de características próprias, tinha um importante papel na fixação das populações e suas possibilidades de desenvolvimento.

Numa sociedade e num território onde as diferenças locais são baseadas em fatores naturais, onde a maior parte da população

vive de atividades que dependem estritamente das condições naturais e suas manifestações, onde a monetarização da economia é extremamente reduzida, e onde só em pontos selecionados do espaço, mais especificamente na capital, se acumulam atividades modernas, há uma diferença de natureza entre o fenômeno de disparidade regional e a oposição centro—periferia.

No caso da Guiné-Bissau, a oposição estrutural não se dá propriamente entre regiões, mas entre a capital e o resto do país. Basta lembrar que, país agrícola, como buscamos mostrar, o grosso da sua população ativa se ocupa em trabalhos nesse setor, quase a totalidade da população vive no campo, mas geralmente sem participar, senão de forma marginal, de circuitos comerciais monetários, enquanto, ao contrário, a produção agrícola fornece o essencial das exportações. Por isso é que se pode falar em uma macrocefalia (a primazia urbana) de natureza estrutural, que, por tal razão, tende a se reproduzir e aumentar em ritmo acelerado.

Típico das situações de subdesenvolvimento, o fenômeno de macrocefalia é muito marcado na Guiné-Bissau. A capital é, em relação ao resto do país, um sorvedouro de população e de recursos cujo aumento tende a ser cumulativo.

Segundo se lê no Programa Bienal (vol. 2), atualmente Bissau consome mais de 50% dos recursos nacionais. Esse fato se verifica, aliás, em todos os setores da vida nacional. Muitas das atividades locais são exclusivas da capital, que delas se beneficia para aumentar sua força sobre o território e fazer, desse modo, crescer ainda mais a macrocefalia. O fato, também, de que os transportes inter-regionais sejam quase inexistentes ajuda a manter Bissau como um centro de relações obrigatório, tanto no domínio econômico como no domínio político e cultural.

## 8. A repartição da população

A forma como a população se distribui não é dada apenas pelas densidades demo-

gráficas correspondentes a cada área. As tendências aglomerativas são igualmente importantes, para interpretar a forma como a população está instalada sobre o território. A tabela a seguir, preparada a partir dos resultados preliminares do recenseamento de 1980, mostra que em apenas uma região, Biombo, a maior parte da população se encontra em tabancas com população superior a 200 habitantes. Somente nessa região e em Cacheu e Oio, esse percentual ultrapassa os 30%. Por outro lado, em Bolama e Bafatá, uma parte substancial dos residentes se encontra em tabancas com menos de 50 habitantes.

Formas de dispersão e formas de concentração são próprias da distribuição demográfica sobre o território de qualquer país. No caso da Guiné, as tradições culturais dos diversos grupos étnicos presentes são um dos fatores de explicação, talvez o mais importante, embora não se possa negligenciar o tipo de produção realizada na área respectiva. O fato, porém, da fraqueza da economia monetária, da importância marginal do nexo capitalista na organização social interna às comunidades, dá, ainda, ao aspecto cultural, portanto hereditário, um papel fundamental na explicação dos fenômenos de centripetismo ou, ao contrário, da rarefação demográfica registrada nas diversas áreas do país.

Ainda aqui, a situação de Bissau mostra a especificidade de um ponto do território onde o caldeamento das diversas etnias, possibilitado pelas migrações originadas

	Soma dos percentuais das tabancas até		
	200 hab.	100 hab.	49 hab.
Bafatá	85,9	66,4	36,7
Biombo	46,3	24,2	8,1
Bolama	85,6	58,2	32,0
Quinara	78,7	48,4	26,9
Cacheu	66,6	40,7	21,9
Gabu	79,9	53,2	26,1
Oio	68,7	46,2	24,9
Tombali	74,4	49,8	24,9
Guiné-Bissau	75,6	51,6	27,3

Fonte: *Dados Provisórios do Recenseamento Geral de 1980.*

dos diversos pontos do país, é paralelo a um processo de modernização.

A população de Bissau conhece, a partir de 1950, uma expansão considerável, em termos absolutos e relativos: — 1928, 7,36% do total do país; — 1940, 8,86%; — 1950, 9,07%; — 1975, 16,4%.

A população da capital se multiplica por quatro, entre 1949 e 1979, enquanto a do país o faz apenas por 1,4. Enquanto a capital cresce a um índice anual estimado em 5%, a do país é de apenas 1,4%. Cada ano, Bissau recebe 15 mil novos habitantes.

## 9. Os investimentos

O fato de que Bissau tenha sido o único ponto do território a acolher investimentos modernos — junto, também, ao fato de ser uma capital política — assegurou-lhe uma

**Quadro comparativo do crescimento da população da Guiné-Bissau e de Bissau**

	População				Crescimento 1949-79 (%)
	1949		1979		
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	
Cidade de Bissau	25.000	5	100.000	14,3	300
Resto do país	475.000	95	600.000	85,7	26,3
Total	500.000	100	700.000	100	40

Fonte: *Análise do Programa de Investimentos para 1979* (Bissau: abril de 1979), Quadro V, p. 31.

População residente em 1950 e 1979. Repartição e crescimento natural anual médio por regiões

N.º de ordem	Regiões	População residente						Crescimento <sup>1</sup> (1950-1979)		
		1950	1979	Densidade		Repartição em %		Total	Média anual	Taxa média anual
				1950	1979	1950	1979			
01	Setor Autónomo de Bissau	18.325	109.486	349,05	2.085,40	3,5	14,09	91.161	3.143	6,4
	<b>Regiões</b>									
02	Bafatá	70.376	117.202	11,93	19,88	13,6	15,08	46.826	1.615	1,8
03	Biombo	31.696	57.724	43,46	73,14	6,1	7,43	26.028	898	2,1
04	Bolama	19.829	25.713	12,79	16,58	3,8	3,31	5.884	203	0,9
05	Quínara	20.739	35.360	7,34	12,52	4,0	4,55	14.621	504	1,9
06	Cachau	118.951	134.108	25,72	29,00	23,0	17,25	15.157	523	0,4
07	Gabu	58.188	105.500	6,55	11,90	11,3	13,57	47.312	1.631	2,1
08	Oio	146.952	137.595	28,35	26,48	28,4	17,78	-9.357	-323	-0,2
09	Tombali	32.234	54.526	9,82	16,60	6,2	7,02	22.292	769	1,8
	<b>Total</b>	<b>517.290</b>	<b>777.214</b>	<b>14,32</b>		<b>100,0</b>		<b>259.924</b>	<b>8.963</b>	<b>1,4</b>

<sup>1</sup> Os limites geográficos das nove divisões administrativas são diferentes em 1950 e 1979. Para proceder à comparação correta entre estas duas datas, seria preciso adaptar uma divisão administrativa, por exemplo a de 1950, traçar esta mesma divisão em 1979 e comparar a população residente em 1979 nas antigas áreas de 1950.

Na ausência dos elementos necessários para proceder a este cálculo, as taxas publicadas são puramente indicativas.

Fonte: *Dados Provisórios do Recenseamento Geral de 1980.*

situação de primazia no país, garantindo a atração de todo tipo de fluxos.

Por isso mesmo, novos investimentos tiveram que ser feitos, gerando um círculo vicioso que permite à maior cidade do país tornar-se ainda mais importante, do ponto de vista de sua população e da economia. Daí porque é para aí que converge a maior parte dos recursos da nação.

### Programa de investimentos para 1979 por regiões

Regiões	Investimento	
	1.000 PG*	Em %
S. A. Bissau	1.822.736,5	55,5
Bissau	71.533,3	2,2
Cachau	196.910,0	6,0
Oio	234.069,2	8,7
Barafé	308.960,3	9,4
Gabu	297.855,1	9,1
Buba	62.681,8	1,9
Tombali	122.542,3	3,7
Boloma	115.966,7	3,5
Total	3.283.255,2	100,0

\* PG — peso guineense.

Fonte: *Orçamento de Investimentos para o ano económico de 1979* (Bissau: CECEP/C.E.F., março 1979), Quadro 4, p. 27.

No programa de investimentos de 1979 eram consagrados a Bissau 60% das verbas destinadas à expansão da produção de electricidade. Quanto aos transportes, o privilégio era idêntico. Dos recursos reservados a essa rubrica, 43,2% estavam destinados ao porto de Bissau, e 19,6% ao seu aeroporto. Ora, do total dos recursos destinados aos transportes, 45,4% se destinavam aos setores marítimo e fluvial, e 21% ao setor aéreo. A comparação entre estes percentuais permite verificar o pouco que sobrava em recursos para o resto do país.

Bissau é o único porto de águas profundas em actividade, responsável, portanto, pela quase totalidade do comércio exterior,

mas também por 34% do comércio de cabotagem. Capaz de receber navios de até 5.000 DWT, as obras que se planejam executar para melhorar suas instalações justificam pelo fato de que na costa africana trafegam navios com capacidade superior a 15.000 DWT. Daí o projeto de expansão portuária, patrocinado pela CEE a partir de 1980 e que prevê, entre outros melhoramentos, a extensão do cais para 170 metros.

Através do porto de Bissau são exportados a mancarra, o cocconote (dendê), as mandeias, o peixe etc., sendo importados cimento, arroz, farinhas, lubrificantes, equipamentos, veículos etc.

Na cidade de Bissau recolhem-se 51,07% dos impostos diretos, 34,04% da receita total da administração. Também aí se concentram 83,69% das rendas do património e das empresas do Estado.

### 10. O emprego

Bissau concentra 59,54% dos salários dos trabalhadores nacionais. A capital abriga 83% dos funcionários públicos do país.

Em Bissau estão, também, 81,59% do emprego terciário remunerado e 79,97% do emprego secundário do país. Mesmo quanto ao emprego primário, sua importância é grande: 35,67% do total nacional.

Os estabelecimentos que dispõem de empregados assalariados são sensivelmente mais importantes em Bissau do que no resto do país. O número médio de assalariados por estabelecimento é muitíssimo maior no setor dos serviços, enquanto no setor secundário as cifras de Bolama são mais importantes graças à imprensa do Estado. Este exemplo, aliás, mostra como as médias são, às vezes, enganosas. Em Bissau, 61 fábricas ou laboratórios têm 1.466 empregados assalariados, enquanto em Bolama dois estabelecimentos têm um total de 95, donde uma média bem mais importante.

No país como um todo, há uma pessoa ocupada no terciário para uma média de 37,22 habitantes. Contudo, os índices são extremamente diferentes de uma área para



outra. Enquanto em Bissau um em cada 6,42 habitantes (em média) estava se ocupando no setor terciário, em Gabu esse ín-

dice subia para 244,21. Tais dados são indicativos da fraqueza quase geral das relações terciárias no país.

**Distribuição geográfica dos trabalhadores assalariados**

Regiões	Setores	Primário	Secundário	Terciário	Total
Bafatá		629	155	850	1.634
Bissau		848	1.466	17.060	19.374
(Bissau — cidade)		(595)	(1.466)	(17.035)	(19.096)
Bolama		—	95	251	346
Buba		—	24	343	367
Cacheu		3	—	867	870
Gabu		72	—	432	504
Oio		116	1	636	753
Tombali		—	92	439	531
Guiné-Bissau		1.668	1.833	20.878	24.379
% de Bissau — cidade		35,67%	79,97%	81,59%	78,32%

**Número médio de assalariados por estabelecimentos nos diversos setores econômicos**

	Bissau	Cacheu	Oio	Bafatá	Gabu	Tombali	Buba	Bolama
Primário	22,31	1	8,28	25,16	72			
Secundário	24,03		1	15,5		92	1,09	47,5
Terciário	59,66	10,44	8,48	5,18	6,54	5,70	9,27	13,94
Total	49,17	10,11	8,36	8,21	7,52	3,14	6,22	17,3

**Relação entre o número total de habitantes e o emprego terciário**

Bafatá	137,88
Bissau	6,42
Bolama	102,44
Quinara	103
Cacheu	154,68
Gabu	24421
Oio	216,34
Tombali	124,20
Guiné-Bissau	37,22

### 11. A primazia comercial

Detentor de um quase monopólio dos empregos assalariados, reunindo a maior parte das atividades e da renda nacional e sendo responsável pelo grosso dos investimentos, Bissau é também o maior mercado do país.

Em Bissau, se venderam, em 1975, 61,1% do arroz comercializado no país (64,5%, em 1976) (SCET, I, p. 37). Os Armazéns do Povo venderam 76% dos seus produtos em Bissau, no ano de 1976. Num área próxima à capital, o setor de Biombo, vivem 7% da população do país, e as

vendas foram de apenas 1%. Já em Bissau, esses percentuais são, respectivamente, de 14 e 76%.

Bissau dispunha de 35,23% do total dos estabelecimentos comerciais do país em 1977, mas o volume das vendas na capital alcançava 69,54%. Eram, pois, estabelecimentos de maior importância. Com efeito, em Bissau estavam 89,5% das casas de importação e exportação, além, também, de 82,4% das mercearias, 77,3% das casas de pasto [restaurante de categoria inferior], 76,19% das cervejarias, 55% das tabernas e 52% dos bares. Os percentuais eram maiores para os comércios mistos (31,1%) e os comércios simples (12,57%), cuja difusão espacial era maior, pois esses comércios se acomodam a um poder aquisitivo mais baixo das populações a que servem. Sua distribuição, entretanto, está em acordo com o potencial demográfico e econômico das diversas regiões.

A primazia comercial de Bissau também se verifica pelo fato de que aí se fazem 65,05% da venda dos bens duradouros e 42,71% da de serviços e bens não duradouros.

O comércio feito pelas empresas do Estado concentravam 60,38% de suas vendas em Bissau, percentagem inferior à das empresas privadas (84,70%).

A percentagem dos estabelecimentos comerciais privados é mais importante nas re-

giões onde a densidade econômica é maior, ou onde há dificuldades para a instalação dos Armazéns do Estado, como em Bolama: — acima de 80%: Região Autônoma de Bissau, Biombo, Bafatá; — entre 60 e 70%: Gabu, Cacheu, Oio, Bolama; — menos de 50%: Tombali e Quinara.

Apenas em Bissau se encontram estabelecimentos comerciais com mais de 20 empregados. Para um total nacional de 48 estabelecimentos com mais de cinco empregados, estavam na capital nada menos do que 41.

O número destes estabelecimentos era, pois, bem reduzido em relação ao total, representando menos de 10% (eram 516 em todo o território nacional).

Considerando, porém, exclusivamente os estabelecimentos comerciais privados com até cinco empregados e comparando os que dispunham de assalariados e aqueles que não os tinham, os resultados permitem, mais uma vez, constatar a importância de Bissau, onde, por essa e outras razões, as rendas monetárias são maiores e funcionam como um estimulante das atividades econômicas. Entre as casas de comércio aqui mencionadas (com até cinco empregados), os percentuais relativos das que dispunham de assalariados é bem significativo da escassa monetarização da economia, em certas regiões.

**Número de comerciantes, por região administrativa e segundo o tipo de comércio**

	Bissau/cidade	Bissau/região	Bafatá	Gabu	Oio	Cacheu	Bolama	Tombali	Buba	Total
Mercearias	61	0	4	0	1	3	1	0	1	74
Comércio misto	57	6	34	30	28	17	2	6	3	183
Importação/exportação	51	0	4	0	1	0	1	0	0	57
Casas de pasto	41	0	0	0	1	7	3	1	0	53
Tabernas	21	0	5	1	2	6	2	0	1	38
Comércio simples	20	11	22	7	23	24	12	26	14	159
Bares	13	0	3	2	2	3	0	2	0	25
Cervejarias	16	0	0	1	2	1	0	1	0	21
Outros	70	0	2	1	0	2	0	0	0	75
	353	17	74	42	60	63	21	36	19	685

## 12. As tendências à integração do território

Nas condições do mundo atual, nenhum país escapa às tendências integrativas do território. Em outras palavras, há, cada vez mais, propensão a que as diversas regiões e os diversos pontos do espaço mantenham relações de diversas ordens: econômicas, sociais ou meramente institucionais. Para cada país, a situação é diferente, mas o que há de comum para todos eles é o fato de que as situações autárquicas tendem a desaparecer ou a perder a força, mesmo nos países onde a economia é ainda pouco capitalista ou monetarizada, ou onde a rede de transportes e comunicações é, ainda, incipiente e desarticulada.

A expressão *integração* deve, igualmente, ser tomada com a devida cautela. De um modo geral, a integração nacional se faz, na

verdade, paralelamente a uma certa "desintegração", isto é, a uma tendência ao aumento das relações externas e à ampliação do comando externo da economia. Pode-se dizer que o preço da integração, sobretudo para os países que se modernizam mais tardiamente, é, exatamente, uma abertura maior a interesses exógenos, no que se refere ao uso do território.

A integração de um território nacional supõe que a vida de relações se intensifique e, igualmente, que ela se dê segundo escalas territoriais cada vez mais ampla, envolvendo, dessa maneira, porções sempre maiores de espaço. Isso significa que aumenta o número e a intensidade dos fluxos de todo o tipo, privilegiando certos pontos do território, tornados, assim, verdadeiros nós de relações, capazes de receber e emitir fluxos de produtos, mercadorias, capitais, idéias,

### Estabelecimentos comerciais por regiões administrativas\*

	(Em %)		
	Número	Total das vendas	Vendas das empresas do Estado
Sector Autônomo de Bissau	35,23	69,54	60,4
Biombo	2,7	0,69	0,96
Bafatá	11,15	6,47	7,45
Gabu	8,16	4,49	6,0
Oio	12,24	5,61	7,58
Cachau	10,74	6,62	7,91
Bolama	4,21	2,23	3,34
Tombali	10,06	3,71	5,54
Quinara	5,44	0,60	0,81

\* Quadro organizado com os dados da *Anuária Estatística de 1977*.

	N.º total de estabelecimentos com até cinco assalariados	% dos que têm assalariados
Cidade de Bissau	167	51,49
Biombo	17	23,52
Bafatá	62	43,54
Gabu	40	60
Oio	55	41,81
Cachau	53	45,28
Bolama	20	25
Tombali	35	20
Quinara	19	21
Guiné-Bissau	468	43,58



serviços, mensagens e ordens. O desenvolvimento da vida de relações, isto é, o processo integrativo, supõe os fixos, isto é, as condições fixas de produção de bens materiais e imateriais, para que os fluxos possam desse modo se desenvolver, através de movimento em diversas direções.

Entre os fixos capazes de gerar fluxos estão, em primeiro lugar, os próprios meios de produção, que incluem plantações, fábricas, portos, depósitos, escolas, hospitais, comércios, serviços, inclusive bancários, mas também as populações, segundo seu número, sua renda, sua propensão a um consumo efetivo. Mas se as demais categorias geram, sempre, fluxos, as plantações somente os criam quando se inserem sobretudo numa economia de trocas monetárias, ainda que esta se manifeste apenas pelo lado do consumo. Este, por si só, é capaz de gerar necessidades de circulação extra-regional e, não raro, induz à geração de excedentes comercializáveis, que são, eles próprios, geradores de correntes de tráfego e comércio.

O caso das populações é, nesse particular, específico. As migrações dos homens, levando ao caldeamento das populações, representam, mesmo nas economias ainda incipientes, uma possibilidade para a migração, também, de novos produtos ou de novas técnicas, isto é, de novas condições de produção, que alteram os equilíbrios territoriais precedentes e geram novos equilíbrios.

Num país subdesenvolvido, os processos integrativos são sempre acompanhados de polarizações crescentes. Há geralmente uma polarização principal e polarizações secundárias, que são interdependentes e se alimentam reciprocamente. Em certos casos, porém, a modernização e o aumento de movimentação sobre o espaço que a acompanha, beneficiam sobretudo um só ponto, em detrimento dos demais. Esta, aliás, é uma tendência normal, sobretudo em países tardiamente entrados na via da modernização da economia. A rentabilidade exigida aos investimentos leva a que sejam preferidas concentrações geográficas, que são

uma resposta, no espaço nacional, às necessidades de concentração dos capitais investidos para tornar viáveis as novas iniciativas. O caso da Guiné-Bissau é, neste particular, ainda mais gritante que outros, pelo fato de que, antes de sua independência, o país praticamente não era equipado seja em estradas, seja em indústrias, seja em serviços essenciais, e, por outro lado, a monetarização da economia apenas interessava a uma proporção extremamente reduzida da população e do território.

Em 1954, havia 10 km de estradas alcatroadas, e, em 1974, sua extensão era de 60 km. Em 1979, para 520 km de estradas asfaltadas, há 2.545 km de estradas de terra, dificilmente transitáveis na estação chuvosa, e mais 1.500 km de pistas cujo estado de conservação é ruim. O país contava, ainda em 1979, com 1.430 caminhões e veículos pesados, e com 2.693 automóveis e camionetes, além de 1.856 ciclomotores e motocicletas, segundo os dados obtidos no *Etude Générale des Transports*. Mas, 2.824 veículos foram matriculados entre 1972 e 1978, a maioria esmagadora tendo sido inscrita na capital.

Essa rede de transportes converge para a capital.

O porto de Bissau mobilizou 82.800 toneladas em 1979, enquanto outros cinco (Farim, Bambadinca, Binta, Bigene e Xime) somavam cerca de 20 mil. Portos fluviais, parte do seu movimento vem aumentar o de Bissau, onde as mercadorias sofrem transbordo. A capital dispõe de 1.856 telefones, enquanto as outras 28 aglomerações dispoñdo desse serviço somam 452 aparelhos. A infra-estrutura postal estava presente com agentes em 25 localidades, em 1979. Em 1980, seriam de cerca de 60 as aglomerações servidas. Havia apenas 66 centros de armazenagem. O programa de segurança alimentar somente dispunha de oito depósitos em seis localidades.

Nas condições atuais, a vida de relações de tipo moderno se resume, pois, à capital e a poucas outras localidades. Além de Bissau, apenas umas poucas outras aglomerações constituem nódulos de atração e dis-

persão de fluxos comerciais, conforme o quadro a seguir o demonstra. Fora de Bafatá, Gabu, Quinara e Tombali, as trocas comerciais inter-regionais se limitam a um mínimo e são muito mais ligadas às necessidades locais, sejam as da população, sejam as da produção, sendo que estas em menor número, em vista do teor tradicional da atividade agrícola. Fora daí só há, praticamente, circuitos locais ou relações diretas com Bissau. Essa debilidade da vida de relações pode ser apontada como uma das causas das dificuldades de aprovisionamento alimentar, levando à importação de produtos agrícolas e, mesmo, à sua carência, ainda que em certas áreas haja superprodução. A inexistência de um mercado garantido age como desestimulante do aumento voluntário ou sistemático da produção e afeta a economia do país como um todo.

O pequeno número de hospitais e de escolas e a sua localização seletiva conduzem a resultados idênticos. Isto quer dizer que os fluxos de natureza social, que poderiam se sobrepor aos de origem econômica e reduzir os efeitos da polarização principal, são praticamente inexistentes ou ainda são frágeis. A própria administração, concentrada em Bissau, não dispendo ainda dos

meios de se instalar de forma mais extensa e intensiva sobre o território, leva a que o essencial das relações tenha um comando sobretudo econômico, de tal maneira que as tendências à concentração e à centralização não podem ser contrariadas.

A esses fatores somem-se a organização dos transportes, isto é, o traçado das estradas, que beneficia Bissau, assim como a rede telefônica. A distribuição dos aeroportos e as diferenças de seu equipamento fazem da capital uma escala privilegiada, senão obrigatória. A experiência recente das empresas públicas de comércio, que supõe, evidentemente, a utilização de recursos públicos, constitui uma nova possibilidade de polarização. Sua expansão, entretanto, depende da disponibilidade de recursos, uma vez que a operação impõe investimentos, que são parcialmente a fundo perdido, sem preocupação de lucro.

Na Guiné-Bissau, como vimos, as carências da organização do território são responsáveis pela existência de um mercado desarticulado, em todos os sentidos. Esse fato constitui um grave obstáculo ao desenvolvimento.

Seja como for, o que agora se vem dando na Guiné-Bissau é, em substância, dife-

Estimativa do deslocamento inter-regional de produtos na Guiné-Bissau

Destino	Bissau	Biombo	Cacheu	Oio	Cumere	Bafatá	Gabu	Bolama	Buba	Tombali	Total (origem)
Bissau		7	20	13	—	11	12	5	2	5	75
Biombo											4
Cacheu											28
Oio											20
Cumere											—
Bafatá											10
Gabu											7
Bolama							6	1			6
Buba							4	6			10
Tombali											19
Total (destino)		7				21	19				
Fluxo total											179

Fonte: *Etude Générale des Transports*, vol. 1.



rente do que ocorria antes da independência. A organização do espaço começa a ter, também, como fatores novos, elementos de modernização que se superpõem aos dados tradicionais e que, mesmo se aparecem como complementares, a eles freqüentemente se opõem, ao menos para desenhar, em fim de contas, uma nova geografia. Ainda que às vezes de forma inaparente, o uso do território começa a deixar de ser o mesmo, graças, exatamente, a esses novos fluxos que o percorrem.

A tendência, aliás, é para que esses fluxos aumentem. Isso, sem dúvida, coloca um problema. Nas condições internacionais atuais dentro das quais o esforço de desenvolvimento do país se realiza, parece inevitável que as tendências à concentração geográfica se mantenham. Ainda que um novo porto se construa, tais tendências não mudarão, seja porque esse novo porto será altamente especializado, seja pelo fato de que se situará a pequena distância de Bissau; o mais provável é que as duas aglomerações tendam a se tornar uma só, o que levaria a uma agravação ainda maior das tendências centrípetas atuais. Tudo faz pensar que não será pelo lado da economia *strictu sensu* que se poderá pensar em descentralização e na correspondente e desejável redistribuição de recursos sobre o território e entre a população. A perspectiva se mostra grave, na medida em que tais tendências, se verificadas, levaram a desnivelamentos mai-

ores, não somente entre as regiões, como também entre as rendas individuais.

A redistribuição que é buscada no projeto nacional supõe, de um lado, que as atividades da chamada economia popular se possam desenvolver rapidamente e que isso seja feito em nível territorial mais amplo possível; e, por outro lado, que um programa de descentralização de equipamentos sociais possa ser rapidamente desenvolvido. Numa economia incipiente como a da Guiné-Bissau, a simples presença, em pontos escolhidos, de funções e de funcionários ligados a tarefas administrativas e sociais, terá um papel motor inegável para a economia. Sua capacidade de indução será tanto maior se as atividades já projetadas para difundir uma economia popular puderem ser criadas paralelamente.

Fora daí, as atuais cidades e aglomerações de maior porte permanecerão sem o aparato comercial e de serviços necessário à manutenção e à criação de relações com a região próxima. A revolução dos transportes e das comunicações ora em via de se realizar é, já, um fator a mais de concentração em Bissau de todo tipo de atividade. Se não forem encontrados meios de refortalecer outros núcleos, Bissau poderá ter um crescimento tão rápido e internamente articulado que reduzirá, ainda mais, e em pouco tempo, as chances de desenvolvimento de outras aglomerações. Se isso se realizar, as conseqüências sociais e econômicas não

#### Produção comercializada: estrutura regional

	Total do país (T)	Bissau	Oio	Cacheu	Bafatá	Gabu	Buba	Tombali	Bolama-Bijagós
Mancarra	17.566,2	7,04	21,52	15,46	23,01	28,20	3,02	0,77	
Coconote	10.700,4	1,7	8,96	23,47	19,3	22,3	6,13	5,57	0,97
Castanha de caju	283,9	53,54	2,69	13,87	0,26	0,01	0,64	0,14	6,55
Óleo de Palma (lts)	352.821	1,61	1,45	0,77	22,38	1,06	26,39	20,31	28,83
Mel	152,7		11,43	0,19	12,49	2,99	48,39	24,51	26,57
Cera	15,6	23,77	17,59	0,26	19,38	38,99	—	—	—
Arroz Casee	1.991	—	0,09	—	0,29	0,06	9,47	0,01	—
Arroz Pileu	85,6	—	0,14	—	1,02	16,26	15,83	66,74	—

Fonte: COBA, Anexo A6, Quadro 2.

serão boas para a maior parte da população, ainda que o produto nacional e o chamado produto regional aumente em certas zonas. O fato de que a maioria da população não disporá de mobilidade levará a que sua acessibilidade aos frutos da modernização não acompanhe o processo modernizador. Ao invés do que se deseja, esse processo poderá reforçar ou criar desigualdades estruturais, separando ainda mais os indivíduos em níveis de renda e de fruição dos benefícios sociais do desenvolvimento.

Esse movimento, aliás, se dará ao mesmo tempo em que o espaço se tornará bem mais fluido, em que haverá tendência à constituição de um mercado nacional, isto é, com a obtenção da tão desejada integração espacial. Esta, porém, não pode ser um fim em si mesma. Para que surta efeitos econômicos e sociais positivos, deve ser acompanhada, em cada país, de uma série de medidas econômicas, sociais e institucionais específicas, que sejam cuidadosamente adaptadas às realidades econômicas emergentes e que, também, não esqueçam as contingências territoriais, que são a soma das heranças do passado, das realizações atuais e do projeto de futuro que o país está empreendendo.

### 13. A vontade de descentralizar

Segundo os dados revelados no Programa Bial (vol. 3, p. 9), o coeficiente de

concentração de investimentos seria em 1980/1981 de 3,5 para Bissau, de 1,3 para Bolama e 0,3 para Biombo e 0,4 para Cacheu (considerado o índice 1 para o país).

Em 1979, o investimento *per capita* nacional era de cinco mil pesos, mas ao setor autônomo de Bissau cabiam quase quatro vezes mais, enquanto ao resto do país cabia pouco mais da metade. A renda *per capita*, embora maior na capital, não correspondia, porém, à mesma proporção.

	Investimento "per capita" (1979) (em pesos)	Renda "per capita" (1979) (em pesos)
Centro	19.300	17.000
Periferia	2.700	6.000
País	5.000	10.000

O fato, porém, de que na periferia o rendimento monetário tinha sido de apenas um mil pesos em média, põe de novo em relevo a importância de Bissau no referente à economia moderna do país.

Devemos, todavia, atribuir o devido relevo aos esforços recentes para aliviar o peso de Bissau sobre o resto do país, mediante uma planificação econômica preocupada com os aspectos espaciais do desenvolvimento. Se, em 1979, o Setor Autônomo de Bissau absorvia 55,5% do investimento nacional, tal percentagem baixa para 49,5%

Quadro de orçamento de investimento para 1980/1981 por regiões

	Investimento 1.000 PG	%	População (%)	Coef. Regional (a)
SAB	2.731.393,9	49,5	14,1	3,5
Biombo	121.538,0	2,2	7,4	0,3
Cacheu	371.938,9	6,7	17,2	0,4
Oio	529.050,3	9,6	17,8	0,5
Bafatá	684.622,9	12,4	15,1	0,8
Gabu	391.196,3	7,1	13,5	0,5
Quinara	158.998,6	2,9	4,6	0,6
Tombali	293.294,0	5,3	7,0	0,8
Bolama	239.091,0	4,3	3,3	1,3

(a) Coeficiente regional — Percentagem de investimento dividido pela percentagem da população.  
Fonte: Programa Bial de Investimentos, vol. 3, p. 9.

em 1980, e as estimativas para 1981 reservam à capital uma cota de 44,3% (Programa Bienal, vol. 3, p. 10).

Desse plano fazem parte a redistribuição de investimentos privados, orientados pelo Estado, a expansão da rede de transportes, a difusão de serviços públicos, incluindo a administração, a saúde e a educação.

Vale a pena reproduzir, aqui, os propósitos contidos no Programa Bienal de Investimentos (vol. 3, p. 10): "Existe já uma lista de projectos de desenvolvimento, região por região, para o período de duração do Programa Bienal de Desenvolvimento. Alguns desses projectos são de carácter nacional e aplicam, como consequência, apenas uma parcela do seu investimento total numa região determinada. Outros têm incidência em mais de uma região, devido a certas características comuns das Zonas de Desenvolvimento Rural onde actuam.

"Evidentemente, os projectos de desenvolvimento existentes nas regiões, quer sejam tutelados a partir de Bissau, quer sejam executados pelos próprios Comitês de Estado, deixam, uns mais, outros menos, certos impactos no processo de desenvolvimento regional. A análise dessas influências, bem como a identificação dos espaços não abrangidos pelos projectos já existentes, constituem um dos pontos básicos para o planeamento da economia no interior do País. Do mesmo modo, a análise das dificuldades surgidas na execução dos projectos e os seus possíveis pontos de estrangulamento também são condições prévias para o estabelecimento de novos programas de investimento.

"O Departamento de Desenvolvimento Regional deverá apresentar anualmente ao Governo uma análise comparada e global do conjunto de projectos de cada região, visando interligar e coordenar as diversas áreas de actuação por eles abrangidas."

Tudo leva a crer que o actual fenómeno de macrocefalia se agravará ainda mais e que, então, aparecerão disparidades regionais estruturais, com todas as consequências que isso implica.

Os projetos de descentralização somente poderão ter êxito se levarem em conta que as proporções alcançadas em cada uma das regiões têm implicações certas sobre as proporções da economia nacional como um todo e no seu próprio direcionamento. A economia e o uso do território devem ser vistos como um todo concreto e indissolúvel.

#### 14. Tamanho do território e organização do espaço

Um dado extremamente importante para o planeamento e não apenas para a compreensão da organização actual do espaço guineano é o tamanho reduzido do território nacional. Este fato não tem, isoladamente, uma significação própria, devendo ser entendido em combinação com outros elementos. Sua significação, aliás, será diferente, na medida em que mude o conjunto de fatores que, hoje, conformam o uso do território pela sociedade.

Na situação actual, devemos considerar, entre outros, os dados seguintes:

1 — O litoral é extremamente recortado, e, graças aos rios numerosos e às vias, uma parcela considerável do território pode ser alcançada por via d'água, mediante meios de transporte rudimentares. Com a maré alta, a navegação a partir da costa é possível para dentro das terras até cerca de 150 quilômetros. Quando se sabe que no país nenhuma localidade dista mais de 300 quilômetros de qualquer outra, esse dado é importante, sobretudo para as áreas que se encontram dentro ou nas proximidades das bacias fluviais. Exceto Gabu, todas as cidades com mais de cinco mil habitantes se beneficiam dessa situação.

O arquipélago de Bijagós é de acesso relativamente fácil, embora os meios modernos de transporte não sejam abundantes e tenham reduzida frequência.

2 — Uma boa parcela da população e da atividade se encontra nas proximidades da capital, em torno da qual se encontram, também, áreas com densidade demográfica relativamente elevada e um grande número de aglomerações de porte relativamente ex-

pressivo. As outras áreas de densidade populacional se encontram a leste, a sudeste e ao norte de Bafatá e ao norte de Gabu.

De um modo geral, as rendas monetárias são reduzidas, e as despesas monetárias têm pequena significação. O uso do dinheiro dá lugar, não raro, a circuitos restritos, que muito se assemelham à simples troca. A demanda tampouco é regular, o que, somado à sua estreiteza, não estimula as produções locais, desestimulando em contrapartida o consumo, ainda que haja excedente monetário disponível, uma vez que a oferta é irregular e às vezes inexistente, mesmo para produtos considerados essenciais. Essa situação, aliás, atinge até mesmo as maiores aglomerações, inclusive a capital do país.

3 — A rede rodoviária é praticamente centralizada por Bissau, e as relações regulares entre as principais aglomerações não se fazem diretamente, mas por intermédio da capital. As rodovias são, em maior parte, de terra batida, enquanto a conservação das vias asfaltadas é precária na maior parte dos trechos. Exceto em algumas zonas mais densamente povoadas, a extensão de estradas vicinais não é relevante.

4 — O espaço nacional não é, pois, fluido. As pessoas, em sua maioria, não dispõem de mobilidade local. Isso atribui certo reforço a alguns centros locais, mas não lhes permite um desenvolvimento mais acentuado, em virtude da debilidade do consumo e da fraqueza das áreas monetárias. As zonas agrícolas são relativamente isoladas, e o efeito de densidade faz-se sentir apenas localmente. O território é, dessa maneira, desarticulado, o que constitui um obstáculo às trocas de todo o tipo, a uma divisão do trabalho — social e territorial — mais intensa e extensa, a uma evolução mais rápida da economia.

A articulação em função de Bissau é, ela própria, frágil, embora nas condições atuais contribua para fazer dessa cidade o pólo incontestável da vida econômica e social e dos fluxos de toda natureza (econômica, sociais, demográficas etc.) gerados dentro e fora do país. Que acontecerá, quando essas articulações forem mais numerosas, mais fáceis, mais freqüentes e baratas? Tudo leva a crer que o atual fenômeno da macrocefalia se agravará ainda mais, com todas as conseqüências que isso implica.

## SUMMARY

### The Regional Inequalities in Guinea-Bissau

In the light of the geographic inequalities currently present in Guinea-Bissau, certain general observations arise. We must first of all grasp the adaptation of all activities of material production to the natural conditions prevailing there. The fact that techniques are not the same, due to the cultural heritage involved or the recently-acquired possibilities, does not alter the background of the problem. And then, there is no close relationship between the *ethnos* and the rural small holding ("terroir"). Migrations are a long-standing phenomenon, though they have recently speeded up. This has made possible an interchange of farming practices and introduces in all areas of the country new bonds between nature and man. But since technical resources are haphazard, it is the natural conditions, even when modified by the groups currently in activity, that determine the ultimate results of the productive process.

Against a backdrop thus roughly sketched out, with the natural datum looming large as the fundamental factor, other linkages are present. Usually, however, they are elementary overlapping relationships. The presence of the State is a yet incipient in most of the national territory, and though fostering efforts at modernization, it in many cases buttresses the traditional structures. Difficulties of travel, affecting both goods and people, difficulties in communications, the limited degree of monetization of the economy, and the meagre nature and selectivity in spatial terms of the utilities, make for no more than a scanty effort at modernization of the traditional panorama. The establishment of actual towns in the hinterland is limited to just a few points, and it is the city of Bissau that is benefitted almost exclusively.

It may thus be said that, starting from a regional division based on the prevailing natural



conditions and the virtual characteristics of the local populations, the country never did pass through a process of spatial differentiation of the capitalistic type, before passing into the phenomenon of macro-cephalia, in the form of the all-absorbing rôle of capital. That is one of the idiosyncrasies of Guinea-Bissau, amongst the countries of the Third World. And it entails a substantial problem to the extent that the process of rural modernization now under way presupposes application — sometimes to a considerable extent — of capital for forming infra-structures and for the processes of production themselves.

This is bound to lead to differentiation

between the various areas of the country, forthwith connected with the amount of capital invested and the amount needed for production. But unless that evolution is accompanied by other measures, it will do little to benefit the groups of population in the hinterland. Shrinking of the various areas and reduction in distances will enhance even more the privileges of Bissau, and thus lead to the contradiction between center and periphery becoming further intensified and imposing itself over and above the other territorial inequalities. In other countries similar situations have served as an obstacle to harmonious growth and even to distribution of the social resources amongst the population.

## RÉSUMÉ

### Les Inégalités Régionales en Guinée-Bissau

Face aux inégalités géographiques qui se présentent aujourd'hui en Guinée-Bissau, quelques considérations générales s'imposent. En premier lieu, nous devons réaliser l'adaptation de toutes les activités matérielles productives aux conditions naturelles. Le fait que les techniques ne soient pas les mêmes, à cause de l'héritage culturel ou des possibilités récemment acquises ne change pas le fonds du problème. En second lieu, il n'y a pas une relation stricte entre ethnie et terroir. Les migrations, bien que récemment accélérées, sont un phénomène déjà ancien. Cela permet un échange de pratiques culturelles et introduit dans tous les domaines de nouveaux liens entre la nature et l'homme. Mais du fait de la précarité des ressources techniques, les conditions naturelles, même lorsque modifiées par les groupes présents, sont déterminantes des résultats finaux du processus productif.

Sur un rideau de fonds ainsi grossièrement esquissé, où la donnée nature s'affirme en tant que facteur fondamental, se basent d'autres liens; mais se sont d'une façon générale, des superpositions élémentaires. La présence de l'Etat en est encore à ses débuts dans la majeure partie de l'espace national et, bien qu'elle soit promotrice d'efforts de modernisation, en de nombreux cas elle fortifie les structures traditionnelles. Les difficultés de circulation qui touchent les produits, les hommes et les informations, la monétarisation limitée de l'économie et la fragilité et sélectivité dans l'espace des services fournissent à peine une ébauche de modification du cadre traditionnel. La création de véritables villes à

l'intérieur se limite à quelques points et bénéficie de façon presque exclusive la ville de Bissau.

On peut donc dire que, d'une division régionale basée sur les conditions naturelles et les virtualités des populations localisées, le pays n'est pas passé par une phase de différenciation de l'espace de type capitaliste, avant d'en arriver au phénomène de macrocéphalie, représenté par le rôle absorbant de la capitale. Ceci est une des particularités de la Guinée-Bissau parmi les pays du Tiers-Monde. Elle pose un problème de poids dans la mesure où, le processus de modernisation rurale en cours suppose une application, parfois considérable, de capitaux tant pour la création d'infrastructures comme dans le processus productif même. Ceci mènera à une différenciation des diverses régions du pays, liée dès lors à l'importance des capitaux investis et des capitaux nécessaires à la production. Mais une telle évolution, si elle n'est pas accompagnée d'autres mesures, bénéficiera très peu les agglomérations qui se trouvent à l'intérieur. Le fait que la superficie soit réduite et les distances en soient ainsi diminuées, augmente encore plus les privilèges de Bissau, permettant, peut-être, que la contradiction entre centre et périphérie augmente et s'impose sur les autres inégalités territoriales. Cette question est importante et grave et mérite une discussion détaillée. En d'autres pays, de pareilles situations se sont présentées en tant qu'obstacle à un développement harmonieux et même, à une distribution des ressources sociales entre la population.

**PENETRAÇÃO  
BRASILEIRA NA  
ÁFRICA AUSTRAL:  
PERSPECTIVAS  
POLÍTICAS  
E ENTRAVES  
ECONÔMICOS**

*Jacques d'Adesky\**

---

\* Professor de Economia Africana do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA e das Faculdades de Economia e Administração/Ipanema, do Conjunto Universitário Candido Mendes, Rio de Janeiro.

## Introdução

O continente africano ocupa um lugar de destaque na política externa do Brasil. Por razões geopolíticas e econômicas, as áreas prioritárias de interesse do Brasil, na África, são a África Ocidental e a Austral.

A primeira região, rica em petróleo, oferece um mercado de consumo potencialmente muito elevado (mais ou menos 41% da população total da África). Embora de difícil penetração, devido à predominância das antigas potências coloniais, o Brasil obteve notáveis resultados, principalmente no tocante às relações comerciais, entre as quais se destacam as com a Nigéria — no momento o primeiro parceiro comercial do Brasil na África.

A segunda região é a que nos interessará. Trata-se, sem dúvida, da área mais rica em minerais dentre as prospectadas na África, além de oferecer a vantagem de ter havido acentuado declínio da influência das antigas metrópoles coloniais. Da mesma forma que na África Ocidental, a opção brasileira foi confirmada pelos resultados comerciais alcançados em especial com Angola e Moçambique, países que podem ser considerados dois pólos para a penetração brasileira na região.

A recente evolução das relações econômicas com Angola e Moçambique demonstra que isto só aconteceu após intensos esforços diplomáticos brasileiros. Esta evolução coloca a questão da possível cooperação entre o Brasil e os países da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral (SADCC) e do inevitável problema sobre a ruptura ou manutenção das relações com a África do Sul. Em relação a este último ponto, convém precisar a natureza das relações econômicas Brasil—África do Sul, para melhor apreciar a importância do problema.

Entretanto, diante das perspectivas que a África Austral oferece, logo se compreende que o Brasil não poderá deixar de entrar em concorrência com os sul-africanos, que têm na região importante peso político, econômico e militar. Não pode também ser

esquecido que, a médio prazo, esta competição entre o Brasil e a África do Sul se estenderá ao Cone Sul da América, onde esta tenta penetrar por caminhos diversos, inclusive sob a cobertura da eventual criação de um pacto de defesa do Atlântico Sul.

Para o Brasil, o problema central que se coloca na análise das relações econômicas com a África Austral é se a concorrência que poderá surgir com a África do Sul, na procura de mercados externos, será na região austral da África ou na parte sul da América.

### **O impacto comercial dos esforços diplomáticos do Brasil na África Austral**

Levando-se em conta os laços econômicos que unem o Brasil à África do Sul e o ressentimento, nas relações pós-independência, de Angola e Moçambique — motivado pelo apoio moral dado pelo Brasil ao regime colonial português —, a aproximação econômica do Brasil à África Austral (excluída a África do Sul) só poderia se efetivar sendo precedida por intensos contatos diplomáticos e governamentais que aplanassem o terreno, retirando todas as asperezas e reservas. A este jogo diplomático o Brasil não poupou esforços, que tomaram um caráter espetacular com a nomeação de Italo Zappa para embaixador em Maputo, considerado no meio diplomático brasileiro a eminência parda da política africana brasileira nos anos 70. Posteriormente, já nos anos 80, também espetacular foi a viagem oficial de Saraiva Guerreiro, ministro das Relações Exteriores, à Tanzânia, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue e Angola.

Nesse período, o Brasil envia numerosas missões comerciais à região, recebendo, por sua vez, um grande número de visitas oficiais, sendo as mais importantes as do presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda (1979), e os respectivos ministros das Relações Exteriores de Moçambique e Angola, Joaquim Chissano (1981) e Paulo Teixeira Jorge (1982). Além desses contatos, o Brasil empreende a tarefa de expandir sua presença diplomática, aumentando para cinco o

número de suas embaixadas na região, o que o coloca no primeiro escalão entre os países da América Latina em termos de número de embaixadas.

Os resultados da diplomacia brasileira podem ser avaliados pela evolução das trocas comerciais, que mostram um crescimento regular e indicam também que o Brasil tem ultrapassado as divergências de base. O valor das exportações do Brasil para o conjunto dos países da região austral (excluída a África do Sul) foi multiplicado por mais de 15, entre 1974 e 1980, passando de US\$ 12,2 milhões para US\$ 191,7 milhões. Quanto às importações do Brasil provenientes dessa região, elas baixaram de US\$ 71,5 milhões, em 1974, para US\$ 11 milhões, em 1978, ascendendo em seguida para US\$ 114,9 milhões em 1980. Levando-se em conta o peso da África do Sul, observa-se que a curva da participação de Angola e Moçambique nas exportações brasileiras para a África Austral tem ascendido consideravelmente: em 1974 representavam apenas 20% das exportações brasileiras para a África Austral; em 1978 passaram a absorver 36,6%; e em 1980, ou seja, no espaço de apenas seis anos, esses dois países absorveram 61,7%. Tal modificação no peso relativo se fez em detrimento da África do Sul, que de 78,8%, em 1974, desce para 49,3%, em 1978, e atinge 33,3%, em 1980.

O balanço desses primeiros resultados é, portanto, positivo, mostrando que a aproximação do Brasil a Angola e Moçambique concretiza-se na prática, que o alcance dela é considerável, e que as perspectivas em numerosos setores — englobando trocas comerciais, prestação de serviços e até mesmo colaboração política — são sem precedentes.

Vantajosa para o Brasil, que assim se encontra ligado ao nível de importante parceiro de Angola e Moçambique, ela permite não somente responder às perspectivas referentes ao desenvolvimento angolano e moçambicano, mas principalmente coloca em execução uma estratégia regional, que visa, sobretudo, a atender à preocupação brasileira em assegurar seu abastecimento de petróleo e minerais não-ferrosos.<sup>1</sup>



## O fracasso sul-africano na criação de uma constelação de Estados cooperativos no plano econômico

No interior da África Austral, a África do Sul tem um peso político e econômico especial. Apesar de as condições não serem mais tão favoráveis, ela consegue de forma satisfatória manter os países da região sob sua dependência econômica. Assim, o Malauí ainda é economicamente muito ligado à África do Sul (18,8% de suas importações, em 1975). A emigração temporária dos trabalhadores moçambicanos para as minas sul-africanas continuam mais ou menos num mesmo nível (38 mil trabalhadores, em 1977), mas tem aumentado a do Malauí, passando de 15 mil trabalhadores, em 1975, para 29.100 em 1977.<sup>2</sup> Botsuana, Lesoto e Suazilândia têm com a África do Sul uma zona de comércio preferencial, ligada à influência monetária do *rand*. E o Zimbábue, apesar de sua recente independência, continua a ser tributário de seu poderoso vizinho sul-africano, que controla o encaminhamento de 4/5 de seu comércio exterior.

Longe de ser estática, a política econômica da África do Sul na região austral africana é dinâmica, como também o é no Cone Sul da América, se considerarmos como referência o estudo de Amílcar Alencastre.<sup>3</sup> Na África Austral propriamente dita, esta política visa a criar uma constelação de Estados cooperativos no plano econômico e não muito hostil no plano político.<sup>4</sup> Este projeto deveria responder também à preocupação sul-africana em procurar, devido à fraqueza do poder de aquisição da maioria negra e mestiça, mercados externos no continente africano ou fora da África, como meio de evitar qualquer modificação no sistema do *apartheid*.

Em sua formulação inicial, essa constelação deveria compreender, em nível interno, os atuais e futuros bantustões e, externamente, o Lesoto, Suazilândia, Botsuana, Namíbia, Zimbábue e Malauí. Além destes países, pensa-se ainda, numa formulação mais recente, incluir a Zâmbia, o Zaire e, se

as condições políticas permitirem, Moçambique, Angola e Tanzânia. Neste último caso, o reagrupamento teria o nome de constelação ampla ou estendida.<sup>5</sup> Entretanto, concretamente, os resultados alcançados pela estratégia da constelação foram, até o momento, muito limitados, pois nenhum país visado se uniu a esse agrupamento regional.

Os resultados pouco promissores podem ser atribuídos, segundo Yussuf Adam, a dois fatores principais. O primeiro é a derrota infligida ao bispo Murozewa pela Zanu e pela Zapu, por ocasião das eleições no período da independência do Zimbábue. Este país, que deveria tornar-se um importante elemento na estratégia da constelação, ao contrário passou a ser mais um membro da aliança dos Estados da Linha de Frente. O segundo fator é a ação dos Estados da Linha de Frente, que propuseram a criação de um agrupamento alternativo, unindo no interior da SADCC, além de Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, os Estados-chaves da constelação, que são Malauí, Botsuana, Lesoto e Suazilândia.<sup>6</sup>

Hoje, contudo, o acordo de não agressão e de boa vizinhança assinado em Nkomati, em 11-3-84, entre a África do Sul e Moçambique e o acordo de distensão recíproca assinado em Lusaka, em 16-2-84, entre Angola e a África do Sul podem ser o ensaio geral de um esquema que poderá se renovar com todos os outros países da África Austral, até o estabelecimento dessa constelação de Estados a que aspira Pieter Botha, ministro das Relações Exteriores sul-africano.

### Objetivos econômicos e propósitos políticos da SADCC

Os objetivos econômicos da SADCC, formulados durante a primeira conferência, em Lusaka, levaram em consideração os seguintes pontos: integração das vias de transporte e de comunicação; planificação das políticas agrícolas, para atingir a auto-suficiência alimentar; cooperação no setor

industrial e energético; criação de um fundo regional de desenvolvimento; criação de centros de pesquisa agrícola; criação de centros para a formação de quadros.

A 2ª Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral manteve os mesmos objetivos, com ênfase no melhoramento dos transportes e das comunicações. Não menos que 95 projetos, com um custo total de US\$ 1,9 bilhão, visando somente a estes dois itens, foram apresentados.<sup>7</sup> De fato, a situação geopolítica da SADCC passa pelo reforço econômico intra-SADCC e mostra também a importância de Angola e Moçambique, uma vez que a integração das vias de transportes e comunicação não pode ser feita sem estes dois países. Angola e Moçambique são dois importantes pólos, por aí se localizarem Lobito, Luanda, Beira, Nacala e Maputo, portos naturais de canalização e saída de uma parte do comércio exterior da região. Daí que é significativo que a comissão de transportes e comunicações da África Austral esteja baseada em Maputo.

Embora os objetivos prioritários da SADCC sejam principalmente econômicos, eles também representam a expressão de um propósito político, que pretende, através da cooperação intra-regional, atenuar a influência econômica de Pretória sobre a região e, assim, lutar contra o *apartheid*. A estreita colaboração entre os países da África Austral contribuirá, de acordo com Chisano, ministro das Relações Exteriores de Moçambique, para cortar de forma definitiva os laços com a África do Sul, forçando-a, com esta mudança, a realizar modificações internas mais rapidamente.<sup>8</sup>

Essa missão primordial da SADCC, visando a diminuir a nefasta influência da África do Sul, foi reiterada durante a 3ª Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral (SADCC-3), que teve lugar em Blantyre, Malauí, em 19 e 20 de novembro de 1981, quando os participantes, antes da abertura dos trabalhos, condenaram, num comunicado oficial, os atos de sabotagem e de desestabilização terroristas empreendidos por Pretória contra

seus vizinhos independentes. Esta vigorosa censura, segundo o correspondente do jornal *Le Monde*, é ainda mais significativa por ter sido enviada do Malauí, único país africano que mantém relações diplomáticas com o governo de Botha.<sup>9</sup>

### SADCC, um terreno de cooperação privilegiado para o Brasil

O que caracteriza o agrupamento da SADCC é sua realidade geopolítica. Para os Estados da SADCC, o principal obstáculo ao desenvolvimento é a dependência em relação à África do Sul. Segundo Samora Machel, presidente de Moçambique, "as economias dos países independentes da África Austral foram concebidas e organizadas em função da África do Sul". Os transportes, as comunicações, os empregos e a indústria são dirigidos para a África do Sul.<sup>10</sup>

Como vimos, a expressão de uma posição comum dos Estados da SADCC ante o interlocutor sul-africano conduz esses Estados à estratégia de um desenvolvimento intra-SADCC. E se a distância a percorrer no caminho da integração é imensa, esta tentativa não se incompatibiliza com a possibilidade da ajuda internacional. Muito ao contrário, um mínimo de integração entre os Estados da SADCC é um preâmbulo a uma melhor definição dessa necessária ajuda na área internacional.

Os países da SADCC, reunindo uma população estimada em 56,2 milhões de habitantes e com um PIB de cerca de US\$ 17,973 bilhões, em 1979, julgaram necessário, desde a Conferência de Lusaca, estabelecer laços de cooperação com o exterior. Um ponto da declaração de base, da citada conferência, enuncia com clareza: "procurar atrair a compreensão internacional e o apoio prático para a estratégia da SADCC".<sup>11</sup> Os Estados da SADCC encaram esta cooperação internacional como uma ajuda baseada não somente na idéia de uma libertação econômica e da necessidade do desenvolvimento dos recursos humanos, mas também no interesse comum de refor-

çar as economias dos países da SADCC. A falta de divisas, de tecnologia e de capitais, apesar das potencialidades econômicas (recursos naturais incalculáveis, a maioria ainda inexplorados) que esses países apresentam, levaram a SADCC a reiterar, em Maputo e em Blantyre, sua posição a favor da ajuda internacional.

De fato, a SADCC, para viabilizar sua estratégia em relação à África do Sul, tomou a iniciativa de organizar consultas com países estrangeiros e com organismos internacionais, com vistas a obter contribuições para a realização de seus projetos. Por isso, durante a SADCC-2, mais de 25 países doadores (CEE, EUA, Iugoslávia etc.) e 18 organismos internacionais (incluindo observadores) se fizeram representar. Da América Latina, estiveram presentes a Venezuela e o Brasil. No decorrer da Conferência, o montante das promessas iniciais de contratos para financiamentos se elevaram a US\$ 650 milhões para os cinco próximos anos, mostrando, assim, o interesse que a comunidade internacional dispensa a este agrupamento regional ainda em formação.<sup>12</sup>

Para o Brasil, a SADCC se apresenta como um terreno privilegiado para ações de cooperação, já participando, inclusive, de vários empreendimentos, principalmente em Angola, Moçambique e na Tanzânia.<sup>13</sup> Dentro do quadro das prioridades da SADCC, o Brasil poderá ter um brilhante desempenho, se colocado em relevo alguns exemplos de empreendimentos na África que lhe dão crédito, como a construção de ferrovias na Argélia, da rodovia Nouakchott-Kiffa e a modernização da rede telefônica de Lagos, na Nigéria.

Esta possível cooperação regional do Brasil com a SADCC poderá também se estender à Namíbia, que é um país-chave dentro desse contexto regional — devido a suas riquezas minerais e ao porto de Walvis Bay, próprio para embarcações de grande calado e sempre reivindicado pela África do Sul — e que foi convidada, durante a conferência de Lusaca, em 1980, a participar do grupo quando alcançar a independência. Quanto à cooperação bilateral com o Bra-

sil, recorde-se a declaração de Peter Mueshinghe, encarregado dos negócios exteriores da Organização do Povo da África do Sudoeste (SWAPO), ao *Jornal do Brasil*, na qual afirmava que o Brasil poderá ter um papel importante quando da independência da Namíbia, em particular no setor de construção de ferrovias e rodovias, na implantação de indústrias leves e na formação de quadros de todas as profissões.<sup>14</sup>

Daf que, em termos de perspectiva internacional e de potencial no setor de cooperação, compreende-se o bem fundamentado reconhecimento da SWAPO por parte do Brasil e o interesse pela presença brasileira na África Austral, presença esta, não obstante, considerada por alguns bastante ambígua, devido à manutenção das relações diplomáticas e econômicas com a África do Sul.<sup>15</sup>

#### **Evolução e natureza das trocas comerciais Brasil—África do Sul**

Considerando-se o conjunto das trocas Brasil—África, é relativa a importância destas com a África do Sul, se se levar em conta que o continente africano reúne não menos que 50 diferentes países. Em 1974, as importações provenientes da África do Sul representavam 4,2% e as exportações brasileiras para esse país, 10,4%. Para 1980, essas porcentagens são, respectivamente, 18,1 e 7,8 em relação ao total de trocas com a África. Durante esse período, as importações brasileiras da África do Sul passaram de US\$ 28,8 milhões para US\$ 200,2 milhões, ao passo que as exportações do Brasil para aquele país aumentaram de US\$ 45,4 milhões para US\$ 103,1 milhões.

Como mostra a Tabela 1, a África do Sul é o país da África Austral com o qual a balança comercial do Brasil se encontra deficitária desde 1977, ao passo que, com exceção da Zâmbia, entre 1979 e 1980 a balança comercial com os outros países da África Austral foi continuamente excedentária, devido ao constante desenvolvimento das exportações brasileiras.

**Tabela 1**  
**Evolução das exportações e importações do Brasil com a África Austral**

Países	US\$ mil					
	1974		1977		1980	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
Angola	5.882	1.242	26.183	—	118.679	110.355
Malauí	30	—	11	—	11	—
Moçambique	5.660	2.568	10.215	48	72.288	9
África do Sul	45.367	28.836	27.538	109.570	103.061	200.185
Tanzânia	494	2.715	7.868	—	14.644	—
Zâmbia	135	64.963	33	—	123	4.478
Zimbábue	—	—	—	—	578	141
<b>Total</b>	<b>57.568</b>	<b>100.324</b>	<b>71.848</b>	<b>109.618</b>	<b>309.384</b>	<b>315.168</b>

Fonte: Cacex, Banco do Brasil; Secretaria da Receita Federal, Ministério da Fazenda.

A Tabela 2 indica a importância relativa da África do Sul no contexto das trocas do Brasil com a África Austral.

O peso da África do Sul é nitidamente predominante nas importações, principalmente entre 1976 e 1979, período no qual as importações provenientes de outros países da região caem significativamente. Quanto às exportações, a evolução da importância relativa da África do Sul é diferente. Elas passam de 78,8%, em 1974, para 81,1%, em 1975, atingindo 33,3% em 1980.

Os anuários estatísticos brasileiros de comércio exterior colocam em evidência os tipos dos produtos trocados. A África do Sul importa do Brasil, principalmente, bens manufaturados e semimanufaturados, além de produtos alimentícios. Em 1980, por

exemplo, registrava-se a venda de tratores agrícolas (US\$ 16,9 milhões), madeira tipo embuia (US\$ 8,7 milhões), pasta de chocolate (US\$ 5,5 milhões), compressores para geladeiras (US\$ 3,4 milhões) e suco de laranja (US\$ 1,6 milhão).

Da África do Sul, o Brasil importa além do ácido fosfórico, que representa um montante de US\$ 131,4 milhões, ocupando o lugar principal das importações, produtos semi-acabados como barras de cobre (US\$ 14,8 milhões), folha de flandres (US\$ 11,5 milhões), catodos de níquel (US\$ 8,5 milhões), cromo (US\$ 878 mil), ferro-cromo (US\$ 107 mil) e também minerais, tais como chumbo (US\$ 3,2 milhões), fibra de amianto (US\$ 1,9 milhão), manganês (US\$ 1,1 milhão) e níquel (US\$ 136 mil).

**Tabela 2**  
**Evolução das trocas Brasil—África Austral**

	Em %						
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
<b>Exportação</b>							
Para a África do Sul	78,8	81,1	54,3	38,3	49,3	32,1	33,3
Para outros países da África Austral	21,2	18,9	45,7	61,7	50,7	67,9	66,6
<b>Importação</b>							
Da África do Sul	28,7	42,5	97,1	99,9	99,9	98,0	63,5
De outros países da África Austral	71,3	57,5	2,9	0,1	0,1	2,0	36,5

Fonte: Cacex, Banco do Brasil; Secretaria da Receita Federal, Ministério da Fazenda.



A importância de que se revestem as trocas do Brasil com a África do Sul é, assim, colocada em relevo pelo próprio tipo dos produtos importados pelo Brasil. Com efeito, sabe-se que, apesar de suas enormes riquezas minerais, o Brasil tem que importar um certo número de minerais que seu subsolo não tem, ou possui em quantidades insuficientes.<sup>16</sup>

Para apreciar a importância da vulnerabilidade brasileira em relação a certos minerais, observa-se em 1980, por exemplo, que o Brasil teve que importar do mercado internacional barras de cobre (US\$ 369 milhões), prata bruta (US\$ 63,4 milhões), cobalto (num total de US\$ 12,1 milhões), diamantes industriais e outros (US\$ 6,1 milhões), platina bruta (US\$ 1,7 milhão), manganês (US\$ 1,3 milhão), antimônio (US\$ 289 mil), níquel bruto (US\$ 14,7 milhões) e cromo (US\$ 787 mil).

Estes minerais não são todos provenientes da África do Sul, mas é preciso notar que a África do Sul detém um quase monopólio na produção de alguns deles. Assim, ocupa o segundo lugar na produção mundial de antimônio, após a China; fornece 33% da produção mundial de cromo, 43% da de vanádium, dois terços da produção africana de manganês, quase a metade da produção africana de níquel e de platina (47,5% da produção mundial), sem mencionar o ouro e os diamantes, dos quais detém as mais importantes jazidas mundiais.<sup>17</sup>

Estão assim, na África do Sul, três minerais que podem ser classificados como estratégicos para o Brasil: o cromo, a platina e os diamantes industriais. A dependência brasileira em relação a esses minerais sul-africanos, se não é absoluta, constitui, no entanto, uma fonte de preocupações no caso de uma quebra de fornecimento. Esses produtos são, com efeito, particularmente necessários, na medida em que o progresso tecnológico requer ligas cada vez mais sofisticadas nos diferentes setores da indústria civil e mesmo militar. Apesar de o cromo, que serve para enriquecer o aço, ser utilizado apenas em pequenas quantidades, é indispensável na produção industrial.

A concentração das fontes de fornecimento ou o quase monopólio da África do Sul sobre certos minerais mostram as dificuldades de substituição no caso de uma ruptura temporária do fornecimento. Mesmo se o Brasil vier a se abastecer no mercado internacional de minerais, é claro que a questão da dependência em relação à África do Sul não estará resolvida. Na verdade, sabe-se que uma parte das vendas realizadas nesse mercado, mesmo que não sejam feitas diretamente pela África do Sul, o são por intermédio de terceiros, de países revendedores dos minerais sul-africanos.

### A África Austral e o Cone Sul da América Latina: as divergências de interesses econômicos entre o Brasil e a África do Sul

Essa dependência econômica brasileira quanto a certos minerais ditos estratégicos é de pouca profundidade, se comparada com a que sofre os países da SADCC em numerosos setores da economia. Tanto em relação à SADCC quanto *vis-à-vis* ao Brasil, a África do Sul se encontra em posição privilegiada, observando-se também que o Brasil recebe inversões financeiras da África do Sul. É verdade que, frente aos grandes países industrializados que investem no Brasil, os investimentos sul-africanos são marginais.<sup>18</sup> Em 1981, mesmo acrescentando-se os investimentos sul-africanos realizados pela intermediação de outros países, no conjunto eles, segundo a revista *África Report*, perfizeram apenas US\$ 98 milhões.<sup>19</sup> De qualquer maneira, estes investimentos, ademais feitos principalmente no setor mineral, demonstram o interesse da África do Sul em ter um ponto de apoio no Brasil, de acordo com sua estratégia de penetração em diferentes países do Cone Sul da América.

De fato, a estratégia sul-africana para a América Latina responde, da mesma forma que para os países da África Austral, à necessidade da África do Sul de criar mercados regionais externos, devido à limitação do mercado interno, causada pelo *apartheid*, e também porque o comércio distan-

te, especialmente com a Europa e os Estados Unidos, torna-se de difícil acesso para os manufaturados sul-africanos.

É no quadro dessa estratégia regional que o Brasil aparece como um concorrente regional para a África do Sul. Um e outro consideram os dois mercados regionais da África Austral e do Cone Sul da América como mercados lucrativos para seus produtos. Fica desse modo bem evidente que, em ambos os casos, as áreas de interesses econômicos se superpõem, colocando a descoberto o antagonismo fundamental que separa, nessas duas áreas, o Brasil e a África do Sul.

Se a evolução das relações entre o Brasil e a África Austral, particularmente com os países da Linha de Frente, já demonstra que o Brasil se tornou uma alternativa ante a África do Sul, o inverso é igualmente verdadeiro para os países do Cone Sul da América, onde a África do Sul obteve grandes êxitos, observando-se um crescimento regular nas trocas comerciais. De 1977 a 1979 por exemplo, as exportações sul-africanas para a América do Sul já atingiam quase 2% do total de suas exportações.<sup>20</sup>

Em 1980, junto à Argentina e Brasil, os principais parceiros comerciais da África do Sul na região eram Chile, Peru, Uruguai, Venezuela e Equador.<sup>21</sup> O aumento dessas trocas é de importância não só econômica mas também política. Para a África do Sul, o objetivo desses laços comerciais visa à concretização do projeto do tratado de defesa do Atlântico Sul (OTAS), já rejeitado em inúmeras ocasiões pelo Itamaraty.

Sabe-se que a argumentação básica que norteia a criação desse tratado são as possíveis pretensões da União Soviética no Atlântico Sul, tentando romper a rota do petróleo que passa pelo Cabo a caminho do mundo ocidental. Se os acontecimentos das Ilhas Malvinas mostraram que a paz no Atlântico Sul pode ser perturbada até mesmo por uma potência ocidental, em contrapartida não demonstram a necessidade de uma aliança militar com a África do Sul.<sup>22</sup>

Quanto à inclusão da África do Sul no quadro da possível criação da OTAS, a

idéia baseia-se no fato de estar este país localizado na confluência de dois oceanos, pelos quais passam, obrigatoriamente, mais ou menos 70% dos hidrocarburetos e 30% das matérias-primas indispensáveis ao funcionamento da economia da Europa Ocidental. Trata-se, assim, de um argumento econômico perpassado por um elemento estratégico, revelando os objetivos da OTAS, que serviriam antes de tudo aos interesses dos países industrializados.

Para Z. Laïdi, a criação da OTAS é vazia de substância e equivocada do ponto de vista estratégico, pois se a União Soviética desejasse cortar a rota do petróleo, ela o faria na região do Golfo Pérsico. Além disso, a URSS, embora tenha melhorado consideravelmente suas posições estratégicas na África a partir de 1975, não tem facilidades para a instalação de bases navais nem em Moçambique, nem em Angola, cujas constituições proíbem a presença de bases estrangeiras nos respectivos territórios.<sup>23</sup>

Contudo, para a África do Sul, a criação da OTAS é importante, pois reforçaria, no caso de sua participação, seu peso no campo ocidental, dando-lhe um novo prazo para a resolução da questão da manufatura ou não do *apartheid*. Esse tratado, de caráter aparentemente militar, é uma arma econômica de extrema importância para a África do Sul, no quadro de sua estratégia de conquista de mercados regionais, e encobriria o "pecado" do *apartheid*, proporcionando-lhe grandes facilidades comerciais e financeiras no Cone Sul da América Latina; com isso, concorreria direta e abertamente com o Brasil. Inversamente, ele arruinaria toda a política africana brasileira, na África Negra, deixando, conseqüentemente, à África do Sul plena liberdade de ação na África Austral.

Vê-se que o Brasil sairia perdendo nos dois lados do Atlântico, se aceitasse a idéia de um pacto militar no Atlântico Sul que incorporasse os sul-africanos. Tanto em relação aos países da SADCC quanto aos países do Cone Sul da América, as pretensões da política econômica sul-africana consti-

tuem um obstáculo à afirmação dos interesses econômicos do Brasil nessas duas regiões. É aí que se espera toda a habilidade da diplomacia brasileira, que soube unir,

em tempo hábil, à sua política contra o regime do *apartheid* uma grande parte dos setores econômicos e da opinião pública brasileira.<sup>24</sup>

## NOTAS

1. Ver o discurso de Ramiro Saraiva Guerreiro, ministro das Relações Exteriores do Brasil, pronunciado em 15 de janeiro de 1982, no Clube Nacional, em São Paulo, *Revista Afrochamber* (São Paulo: Câmara de Comércio Afro-Brasileira; janeiro/fevereiro de 1982), p. 4-7.
2. Yussuf Adam, Roberto Davies e Siphon Dlamini, "A luta pelo futuro da África Austral: As estratégias de Consas e SADCC", *Estudos Moçambicanos*, nº 3 (Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1981), p. 75.
3. Amílcar Alencastre, *América Latina, África e Atlântico Sul*. (Rio de Janeiro: Edit. Paralelo, 1980), p. 64-70, e Jean Sévry, *Réalités économiques et Justifications idéologiques en Afrique du Sud: L'apartheid et l'institutionnalisation de la ségrégation raciale. L'Afrique du Sud aujourd'hui* (Paris: Edit. Présence Africaine, 1978), p. 307-308.
4. Gérard Chaliand, *L'Enjeu africain: Stratégies des puissances* (Paris: Senil, Collection l'Histoire Immédiate, 1980), p. 103-104.
5. Yussuf Adam., *op. cit.*, p. 69-71.
6. Yussuf Adam., *op. cit.*, p. 71-72.
7. *Le Courrier Afrique-Caraïbes-Pacifique*, nº 65 (Communauté Européenne, janeiro-fevereiro de 1981), p. IX-XIV.
8. *Jornal do Brasil*, de 31-8-1980.
9. *Le Monde*, de 24-11-1981.
10. "Southern African development coordination: From dependence and poverty toward economic liberation", in *Sadex*, nº 3, v. 3 (Washington, D.C.: novembro-dezembro de 1981), p. 3.
11. *Sadex*, *op. cit.*
12. *Le Courrier Afrique-Caraïbes-Pacifique*, *op. cit.*, p. XI-XIV.
13. Observamos, por exemplo, em Moçambique, a presença da firma de engenharia Geotécnica, que trabalha no setor agroindustrial (plantações de bananas e laranjeiras) e na construção de uma ponte no Rio Zambeze; em Angola, a Braspetro, na exploração petrolífera; e na Tanzânia, a presença da Ecisa, empresa responsável pela construção de uma rodovia de 260 km, ligando Morogoro a Dodoma.
14. Entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, de 11-9-1981.
15. Ver, por exemplo, a comunicação feita por Neiva Moreira, por ocasião do 1º Seminário Internacional Brasil-África (4-7 de agosto de 1981), em sua 4ª seção, "As questões políticas nas relações da América Latina com a África", publicada em *Estudos Afro-Asiáticos* nº 6-7. Ver também a comunicação de J. Monserrat Filho, na 7ª seção do mesmo Seminário in *Estudos Afro-Asiáticos*, *op. cit.*
16. A dependência da importação de minerais é uma das preocupações do III PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - 1980-85, que reconhece, na página 36, ser o Brasil ainda altamente dependente das importações de produtos minerais (Brasília: Presidência da República, Secretaria de Planejamento, 1980).
17. *South Africa: Time running out. The report of the Study Commission on U.S. Policy Toward Southern Africa*. (Califórnia: Universidade da Califórnia, Press Foreign Policy Study Foundation Inc., 1981), p. 310-318.
18. As inversões financeiras provenientes da África do Sul chegaram, em US\$ 1.000, a 6.517 em 1978, 19.354 em 1979, e a 19.991 em 1980 (*Boletim Mensal*, novembro de 1981, Banco do Brasil).
19. Edward Kannyo, "South America-Africa, The Latin Balancing Act", in *África Report*, v. 27, nº 4 (Nova Iorque: julho/agosto de 1982), p. 53-54.
20. Thomas G. Forrest, "Geopolitics, trade and technology in the South Atlantic: Brazil, Nigeria and Africa" (mimeo.), janeiro 1982, p. 20-21.
21. Edward Kannyo, *op. cit.*, p. 55.
22. Sobre as possíveis consequências dos acontecimentos das Malvinas, ler Hélio Jaguaribe: "Reflexões sobre o Atlântico Sul - América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano" (Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Políticos e Sociais, mimeo., 1982).
23. Z. Laïdi: "Comment les américains perçoivent leurs intérêts en Afrique", *Politique Africaine*, 1(2), maio 1982, p. 49.

24. Ver a declaração feita por Laerte Setúbal, ex-presidente da Associação Brasileira dos Exportadores, condenando a invasão de Angola pelas forças sul-africanas e afirmando que "ninguém pode servir a dois senhores, ao mesmo tempo", referindo-se à impossibilidade de sustentar uma política ambígua em relação à África Negra, diante da invasão de Angola (São Paulo: *Folha de São Paulo*, 11-9-1981). Ver também a posição de Adalberto Camargo, deputado federal e presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, favorável à ruptura das relações diplomáticas com a África do Sul, *Afrochamber*, nº 8 (São Paulo: Câmara de Comércio Afro-Brasileira, abril-junho de 1981), p. 30.

## SUMMARY

### Penetration by Brazil into Southern Africa: Political Prospects & Economic Barriers

The results of Brazilian diplomacy nowadays (1980) are being translated, in the Southern part of Africa, into expansion of commercial interchange with Angola and Mozambique, something that would have been unthinkable in 1974. Within the context of trade relationships with Southern Africa, those two countries are (1980) in the forefront of the list of Brazil's trading partners. Located on opposite sides of the southern region of the continent, they are also of great significance in achieving feasibility of economic independence on the part of the states members of the Conference for Coordinating the Development of Southern Africa (SADCC), in relation to South Africa, because of the ports of Luanda, Lobito, Beira, Nacala and Maputo, deemed to be natural outlets for handling a part of the foreign trade of the countries comprising SADCC. And for their further enhancement the inclusion of Namibia — rich in minerals and backed up by its deep water port at Walvis Bay — would unquestionably be of fundamental importance.

In the said region, Brazil could play a key rôle (high way construction, communications, geological prospecting and so on), were it to take the initiative of responding to the opportunities of cooperation that are becoming available.

The fact that South Africa is a major supplier of so-called strategic minerals bears out the existence of relative dependency of Brazil in relation to that country. That dependency could, however, be circumvented, by either purchasing those products in the international market, which in turn depends on South Africa, or, especially, by seeking new sources of supply in Africa itself (in this respect one thinks in particular of Niger, Gabon, Zaire, Zimbabwe, not to mention Namibia).

The narrow domestic confines of the market in South Africa, as a result of *apartheid*, bears out from the regional point of view the importance of Southern Africa to the South African Republic and the need on the part of the South Africans — to overcome that obstacle — for greater penetration into the "Southern Cone" zone of South America. In that case, bringing to fruition the project for the South Atlantic Treaty Organization (SATO), would provide ideal coverage and almost untrammelled commercial penetration.

The possible establishment of the aforesaid military agreement, on the other hand, would result in opening *breaches* in Brazil's African policy, placing in doubt the economic bases underlying the links with Black Africa and particularly the SADCC countries.

In the southern part of Africa, just as in the Southern Cone of the American continent, the objectives of South Africa stand as a potential obstacle to Brazil's economic interests in the two regions.

In Southern Africa, especially, the policy of the Republic of South Africa is aimed at setting up a constellation of cooperating States in the economic field and putting an end to hostility in the political area. There is no question that the non-aggression agreement signed at Nkomati on 11/03/84, between the South African Republic and Mozambique, as well as the mutual distension pact signed at Lusaka on 12/2/84, between South Africa and Angola, might facilitate South African penetration into the region. In the light of these events, will Brazilian diplomacy prove capable of adjusting or responding to the challenge of South Africa?



## RÉSUMÉ

### Pénétration Brésilienne en Afrique Australe: Perspectives Politiques et Entraves Economiques

Les résultats de la diplomatie brésilienne en Afrique Australe se sont traduits en 1980 par un accroissement des échanges commerciaux avec l'Angola et le Mozambique, ce qui eut été impensable en 1974. Ainsi, l'Angola et le Mozambique figurent ensemble, en 1980, au premier rang des partenaires du Brésil dans le contexte des relations commerciales avec l'Afrique Australe.

Ces deux pays qui se trouvent aux deux extrêmes de la région australe sont d'importance pour rendre viable la stratégie d'indépendance économique de la Conférence pour la Coordination du Développement en Afrique Australe (SADCC) envers l'Afrique du Sud, de par le fait que s'y localisent les ports de Luanda, Lobito, Beira, Nacala et de Maputo, considérés comme les voies naturelles d'évacuation et d'acheminement d'une partie du commerce extérieur de la SADCC. Dans le cadre du renforcement de la SADCC, l'inclusion de la Namibie, riche en minerais et forte de son port en eau profonde à Walvis Bay, s'avère fondamentale.

Dans cette région, le Brésil peut y jouer un rôle de premier plan (construction de routes, communications, prospection géologique, etc. . .) dans la mesure où il prend l'initiative de répondre aux opportunités d'action de coopération qui s'offrent à lui.

La fait que l'Afrique du Sud est l'une des sources principales de minerais dits stratégiques, montre l'existence d'une relative dépendance du Brésil envers ce pays. Cette dépendance peut être contournée par un approvisionnement sur le marché international, — néanmoins dépendant de l'Afrique du Sud —, mais surtout par la recherche de nouvelles sources d'approvisionnement. On pense spécialement aux pays africains, comme le

Niger, le Gabon, le Zaïre, le Zimbabwe, sans oublier la Namibie riche en uranium et diamant.

L'étroitesse du marché sud-africain, dû à l'existence de l'apartheid révèle du point de vue régional, l'importance de l'Afrique Australe pour l'Afrique du Sud comme marché lucratif et la nécessité pour elle de pénétrer davantage le cône Sud de l'Amérique Latine. Pour cette dernière région, la concrétisation du projet du pacte de défense de l'Atlantique Sud (OTAS) devrait lui donner la couverture idéale à une pénétration commerciale quasiment libre.

Mais dans le même temps, la réalisation éventuelle de ce pacte militaire, incluant la présence de l'Afrique du Sud, reviendrait à ouvrir des brèches dans la politique africaine du Brésil, remettant en cause les bases économiques sur lesquelles reposent les liens avec l'Afrique Noire et, en particulier, avec les pays de la SADCC.

En Afrique Australe comme dans le cône Sud de l'Amérique, les visées sud-africaines constituent un obstacle potentiels aux intérêts économiques du Brésil dans ces deux régions. En Afrique Australe en particulier, la politique sud-africaine vise à créer une constellation d'États coopératifs sur le plan économique et point trop hostile sur le plan politique. Nul doute que l'accord de non agression et de bon voisinage signé à Nkomati, le 11 mars 1984, entre l'Afrique du Sud et le Mozambique, comme l'accord de désengagement réciproque, signé à Lusaka entre l'Afrique du Sud et l'Angola peuvent faciliter une meilleure pénétration sud-africaine dans la région. Face à ces données, la diplomatie brésilienne saura-t-elle s'ajuster ou répondre au défi sud-africain?



# A PINTURA CHINESA E A ARTE DO "BON-SAI": POSSÍVEIS CONVERGÊNCIAS

Ricardo Joppert\*

No início do século XII, o império chinês da dinastia Song do Norte (960–1127), sob o Governo de Huizong (1082–1135)<sup>1</sup>, passava por graves problemas de política externa. Parte do território chinês estava ocupado por povos "bárbaros" (não-chineses), que exigiam da corte Song, sediada em Kaifeng, pesados tributos a fim de se manterem afastados das fronteiras do que restava da China. Militarmente fraca, a China dos Song havia, no entanto, atingido plena maturidade de Civilização. Huizong era um esteta consumado, um dos grandes gênios criadores da China. Pintor de pássaros, flores e personagens, reuniu os grandes artistas de seu tempo na Academia Imperial de Xuanhe, onde a *Natureza era analisada nos mínimos pormenores de cor e forma, traduzidos em termos de "clareza de cristal e perfeição de sonho"*<sup>2</sup>, segundo James Cahill. Huizong era calígrafo excepcional e especializou-se num tipo sofisticado de traço de pincel, que conhecemos hoje pelo nome de "metal precioso" (*shoujinshu*).

A Filosofia, sob os Song, chegara a um apogeu: as leis do Cosmo, perfeitamente compreendidas, permitiam a recriação do mundo pela arte, em escala reduzida. Ocorreu uma microlapidação do Universo, conscientemente visto como um "prisma multifacetado"<sup>3</sup>, em que cada pequena superfície irradia o total da luz intrínseca do cristal, dela participa inteiramente, prescindindo do grande espaço. Microcosmo refletia, *era*, de modo integral, Macrocosmo.

Huizong inspirou a fabricação de um tipo de porcelana (dito *celadon* no Ocidente) chamado, na China, de "Ruyao", no qual pequeníssimos objetos, pela forma, textura, harmonia e coerência, retratavam todo o processo cósmico de criação. O que interessava primordialmente era a Energia da Centelha e não a grandiosidade do fogo do incêndio. *Numa pena de pássaro repetia-se o inteiro mecanismo das leis espontâneas que regem a vida*. Nas diminutas dimensões de uma paisagem construída numa bacia com poucas e escolhidas pedras, estava presente a majestade de montes altíssimos. As técnicas de governar o crescimento de uma

\* Professor de Língua e Civilização Chinesas do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA.

árvore de grande porte permitiam que ela não ultrapassasse uns poucos centímetros, e se tivesse assim, em pequena dimensão, a visão integral da árvore em estado natural: uma árvore perfeita e ideal que realizava totalmente seu potencial de beleza, talvez perdido se deixado aos azares de um desenvolvimento desregrado. Esse é o segredo, o mistério de uma árvore submetida a um processo de nanismo — em japonês, *Bon-sai* (do chinês, *Penzai*): “árvore (cultivada) numa bacia”. Por técnicas precisas, regulava-se o crescimento, por exemplo, de um pinheiro, a partir de sementes definhadas ou de mudas, cortando-se as raízes principais, dosando-se o sustento da planta, a fim de que a circulação da seiva se tornasse lenta e prolongasse, por nós feitos nos galhos, o seu percurso. Podia-se, assim, “investigar o que de transcendente é possível atingir através do infinitesimal” (*yanjiu jingwei suodezhi miao*), segundo o pensamento do próprio Huizong no *Tratado Imperial do Chá*, obra destinada aos grandes espíritos da época.

Eclético, Huizong protegeu o Budismo, que era a filosofia oficial da China dos Song, e mandou cunhar, em 1107, moedas de fino acabamento, adornadas de sua caligrafia preciosa, a fim de contribuir ao sustento dos templos. Dessas moedas restam-nos apenas algumas. Numa célebre pintura, hoje no Museu de Beijing (Pequim)<sup>4</sup>, atribuída a Huizong, vêem-se letrados, num jardim imperial, que ouvem as melodias de uma cítara tocada por um deles. O ambiente é de sonho perfeito. Uma árvore inclina-se serenamente sobre o executante. Mais ao longe, desenvolvendo um movimento de galhos oposto ao da árvore, uma touceira de bambu. Ao lado do músico, uma simples mesa de laca negra, sobre a qual se coloca um arranjo floral numa esguia jarra de porcelana branca (do tipo *Dingyao*). Dois dos letrados, como em êxtase, sentam-se sobre pedras artisticamente arranjadas e forradas de acolchoamento de palha. Um terceiro arranjo de pedras tem sobre ele uma trípode antiga de bronze, onde está plantada uma árvore anã. Chão e céu unem-se num

tom de amarelo-dourado, que reflete a cor do mundo, interpretado de acordo com o espírito do pintor (o seu *mood*). É a Natureza recriada pela mente, mas sem ser violentada. A obra é uma síntese da época de Huizong: mundo onde o contato humano se realizava em cenário esteticamente excepcional.

O que a tal mundo sobrava em Civilização (*Wen*), faltava em espírito guerreiro (*Wu*). E, para a China, o equilíbrio da vida faz-se pela justa proporção dos elementos. O país, que se lembre, estava rodeado de bárbaros belicosos. Em 1126, hordas de guerreiros das estepes invadem Kaifeng, a capital Song, aprisionam três mil pessoas de alta estirpe, inclusive o próprio Imperador Huizong e seu filho Qinzong, e levam-nos para Pequim, que já estava sob domínio tártaro. Huizong morre miseravelmente em Pequim, no templo de Fayuan, oito anos depois.

Vitoriosos, os tártaros empreendem a conquista da China setentrional, mas um general capaz, Yue Fei (também grande callógrafo), consegue detê-los às margens do Rio Yangzi (*Changjiang*). Em 1138, um outro filho de Huizong, proclamado imperador, estabelece nova capital em Hangzhou, na região ao sul do Yangzi (*Jiangnan*) e dá estabilidade política ao período conhecido como dos Song do Sul (1126—1279). Perdido para a dinastia estava, definitivamente, o Norte do país, mas na aprazível cidade de Hangzhou, às margens do Lago do Oeste, a civilização dos Song foi bastante forte para reerguer-se depois dos 11 anos de tumulto que se seguiram ao desastre de Kaifeng. Antiga capital do reino de Yue, Hangzhou já possuía palácios e vivendas, que tiveram apenas que ser recuperadas ou aumentadas pelos Song.

Pouco a pouco a vida administrativa da China foi-se normalizando. Na China era a cultura que através de concursos abria as portas à carreira pública. Assim, os funcionários do governo, todos letrados de gosto apurado, passavam as manhãs na cidade e, de tarde e de noite, retiravam-se para a região do lago, onde, em suas vilas, foram



construídos jardins de profundo sentido estético.

A Natureza é intensamente vivida pelos chineses, *mas nem sempre no contexto selvagem*: é nos jardins e nos jardins em miniatura que a Natureza se recria; é na pintura da paisagem que o artista se funde ao Universo, porque o interpreta; é em torno de uma pintura que se encontram os amigos, e seu passeio é mental. Esse era o mundo do letrado chinês e, muito especialmente, o do letrado Song. Hangzhou e sua vizinha, Suzhou, guardam ainda hoje jardins incomparáveis, onde se pode comungar com os grandes espíritos da China. O tempo cessa de agir e, se existe o passado, é nele que se criam presente e futuro.

A Academia Imperial de Pintura passou outra vez a funcionar em Hangzhou; *céladons* de um novo tipo, o *Guan*, retomaram a inspiração que gerara a arte da porcelana em escala reduzida do *Ruyao* de Huizong. Nos fornos imperiais de Xiuneisi e Jiaotan e em outros, como o de Yuhang e os da região de Longguan, a porcelana do tipo *Guan* voltou a miniaturizar a majestade do processo cósmico: formas, texturas, cores e linhas eram imagem direta do que o homem, intuitivamente, no mais profundo de seu coração, reconhece como fio condutor na trama e urdidura do tecido do ser...

No que diz respeito à pintura da paisagem, no período Song do Norte, na época imediatamente anterior à de Huizong, a figura de Guoxi (1020—1090) dominara o cenário da Academia Imperial. Guoxi considerava a Natureza como um organismo vivo, no qual as montanhas eram o corpo; os rios, as veias e artérias (*Xuemo*); a vegetação, os pêlos e os cabelos; o vapor e as nuvens, a expressão do esplendor interior (*Shencai*). A missão do artista era a de reconhecer a paisagem como um ente vivo, identificar-se com ela como a um duplo, absorver a essência desse encontro e expor seu próprio íntimo através da emoção do contato que identifica. Individualidades por si sós estáticas e mortas, que se dissolviam numa unidade dinâmica da qual resultava o impulso da criação... A vocação da

China sempre foi *negar o individual para defender a unidade através do contato e, nesse momento, paradoxalmente, afirmar a personalidade como centelha do universal*.

Guoxi pintou formas em turbulência, árvores retorcidas e montanhas em contorção, mas sua composição, como a dos outros mestres da paisagem dos Song do Norte, era centralizada, segura do eixo em torno do qual girava o mundo exterior e, por consequência, o mundo interior do artista, de que a pintura era imagem. No cultivo das árvores anãs (*bon-sai*), o tipo do tronco contorcido, mas que se desenvolve no sentido vertical, chama-se "Modelo do Tronco Ascendente" (*Zhiganshi*), e, se aceitarmos a inter-relação entre a pintura e a arte dos *bon-sai*, nele a influência dos Song do Norte parece evidente. É a expressão de um povo que reconhecia os labirintos da existência mas que ainda não havia sofrido um abalo de estrutura que o desviasse do eixo central dos fenômenos. Um ritmo retorcido, é bem verdade, mas o tronco permanece perpendicular ao plano horizontal; as raízes estão poderosamente fincadas, numa majestade grave de interior de templo ainda não violado.

Em Hangzhou, durante os Song do Sul, a situação psicológica dos chineses era outra. Já no final do período Song do Norte, quando os bárbaros batiam às portas do Império, um grande pintor, Li Tang (1050—1130), inventara a técnica chamada de "Grande Machado", na qual os traços são largos e desenhados com o pincel em posição oblíqua: o resultado é uma intensidade emocional mais facilmente discernível. A superfície da pintura, por sua vez, foi dividida em sentido diagonal, com os elementos mais intensos da composição desviados para o plano inferior do quadro. Com isso, a parte central tornava-se apenas espaço vazio, diferindo das obras de Guoxi, onde a paisagem tinha toda sua força de composição situada em torno do eixo norte-sul da pintura. Psicologicamente, poderíamos ver nesse novo fato uma quebra na solidez do espírito chinês: a perda da China era já pressentida no tempo de Li Tang, e os chi-

neses não mais mostravam toda a segurança que uma postura reta e vertical indica. Cambaleava-se, e a forma pictórica, fruto da alma, curvava-se diante dos acontecimentos. O centro era ocupado pelo vazio. Que seria o futuro?...

No Sul, depois da queda do Norte, a tendência fixou-se: Hangzhou com seu clima ameno, seu ambiente aprazível, já não incitava, geograficamente, a austeridade do Norte da China, onde a paisagem era muito menos luxuriante e o inverno bastante frio. Dominante na Academia Imperial de Pintura dos Song do Sul foi a Escola de Ma Yuan (1150-1225) e Xia Gui (1190-1230). Toda a composição é desviada para o ângulo. Os temas são geralmente ligados a letrados solitários, que se colocam à margem de uma extensão de água e contemplam um espaço vazio, que ocupa 3/4 da composição. Árvores e rochedos colocam-se em diagonal na parte inferior da pintura, e o traço, sempre realizado com o pincel de lado, perfaz um caminho em ziguezague, com camadas densas de tinta negra que lembram golpes de machado desferidos rapidamente no tronco de uma árvore. Poesia infinita de intelectuais que contemplam o mundo à distância, passivos diante de uma extensão de espaço-tempo onde nada de concreto se desenha, a não ser brumas esparsas, pássaros que voam sem direção certa, vagos contornos longínquos de montanhas. Técnica pungente de machados que fendem organismos vivos. Emoção que levaria facilmente às lágrimas, se a elas não se substituisse, para os chineses, uma resignação profunda diante da inevitabilidade do fato consumado.

Trata-se de uma pintura em que o lado humano mostra uma sensibilidade altamente atingida pelo drama: o templo fora profanado, os altares haviam sido violados, e os deuses, pouco poderosos...

No que se refere aos *bon-sai*, a forma sinuosa das árvores colocadas em diagonal, seguindo a direção oblíqua ou, às vezes, imitando uma semicascata, evocam os estilos chamados de "Tronco em Diagonal" (*Xieganshi*), "Tronco Recostado" (*Woganshi*), "Tronco Pendente de Despenhadeiro"

(*Xuanyashi*) e "Tronco Arqueado" (*Ouganshi*). O impacto emocional é direto. São visões microcósmicas do dédalo das entranhas; raízes da Terra que são raízes no íntimo do Ser.

A região do Rio Yangzi (*Changjiang*), onde se encontra Hangzhou, frequentemente mantinha intercâmbios com o Japão. Nos séculos V ou VI houve mesmo a introdução dos caracteres chineses para servirem de escrita à língua japonesa, e esses caracteres seguiam a pronúncia da antiga região de Wu, onde se encontra Shanghai, que não é longe de Hangzhou. Até hoje essa pronúncia é conhecida no Japão como *Go-On* ("Sons de Wu"). Foi dessa região que também partiram os monjes da seita budista Chan, que veio a ser o Zen no Japão e influenciou muitíssimo a cerimônia do chá e a concepção de vários jardins de Kyoto, notadamente os do Templo Daitokuji. Na época dos Song do Sul, viajantes e mercadores levaram ao Japão inúmeras obras da Escola de Ma Yuan e Xia Gui. Lá, foram essas pinturas imitadas e chegaram a influenciar na formação de uma escola paisagística própria japonesa, de que, mais tarde, Sesshū e Shubun foram grandes representantes.

Ora, Japão e China pertencem a um mesmo contexto civilizatório. Seus povos parecem ter, em dose altíssima, afinidades e diferenças que mantêm uma espécie de equilíbrio: a China cria e atém-se ao ato criatório em si mesmo; o Japão recebe a criação e mantém-na através de um gênio elaborador que lhe é característico. A China expela centelhas, e o Japão conserva-as como fogo sagrado. Mas a segurança do Criador — que é intrinsecamente forte, porque o sustém uma inspiração direta oriunda da Iluminação do Espírito —, o Receptor não pode tê-la, porque brilha por reflexo, embora transforme este último em luz extraordinariamente bela. Assim, se a China encara vida e morte com a mesma indiferença, porque sempre conheceu e *vivenciou* o processo energético absoluto que ambas englobam, o Japão não pode ter, diante da dissolução da vida, a mesma atitude altaneira.

ra da civilização vizinha. Zhuangzi, filósofo chinês da antiguidade, encarava a existência como um mínimo instante de música cósmica, como "o abrir e o fechar do bico de um pássaro que canta".<sup>5</sup>

Coincidindo com as desordens políticas da China, o Japão entrou, no século XII, num período de lutas fratricidas, onde se defrontaram clãs rivais. O sistema feudal do Japão exigia de um vassalo participar do destino do senhor que escolhera. A derrota de um *Shogun* (chefe militar) arrastava atrás de si morticínios inesperados de seus vassalos. O conceito de honra tornava necessário, para todo japonês, o suicídio (*seppuku*), por mínimas razões. Ao peso da inevitabilidade da morte, o japonês acrescentou, pois, o seu frequente perigo, a sua proximidade diária. E, no entanto, raros povos no mundo são tão sensíveis à Beleza e tão responsáveis por sua criação. O que, na China, normalmente se fazia como um hino resultante de um modo de pensar que exaltava as transformações dentro de um processo energético onde nada se perdia e tudo apenas adquiria novas roupagens, no Japão o culto da Beleza revestiu-se dos tons de uma elegia.

Em seu *Livro de Chá*<sup>6</sup>, Okakura Kakuzo, autor do início do século XX que tão bem interpreta a alma de seu povo, diz: "A destruição espreita-nos de todos os lados. Destruição em cima e embaixo, do lado de trás e da frente... nós temos o culto da Morte..."

A filosofia e a arte importadas da China pelo Japão foram adaptadas ao temperamento do povo japonês: elas tornaram-se uma consolação para a dor, um meio de embelezar o minuto presente e de eliminar a vulgaridade da vida cotidiana, mas não puderam afastar do espírito japonês o sentido trágico da perda e da morte.

De um modo geral a atitude do letrado chinês pode sintetizar-se no pensamento de Zhang Zai (século XI): "Enquanto vivo, conformo-me aos acontecimentos; quando morrer, estarei em paz".<sup>7</sup> Entretanto, o período Song do Sul foi peculiar na China: uma civilização consorte de seu momento de apogeu havia sido duramente massacrada, e

seu território ancestral (o Norte) fora-lhe amputado. A ameaça continuava, e a barbárie estava bem perto de Hangzhou. A arte dos Song do Sul refletiu, pois, um estado de choque do espírito chinês. O romantismo e o lirismo da Escola de Ma Yuan e Xia Gui traduziam, na verdade, um certo desespero que era estranho à, por assim dizer, virilidade da estética tradicional. Posteriormente, os chineses rejeitaram o emocionalismo de Ma Yuan e Xia Gui, mas, no Japão, o prestígio da Escola continuou enorme. Poucas vezes houve uma tal afinidade entre chineses e japoneses. O sentido dramático mesmo, que alheou os chineses posteriores desse movimento, resultou em sua adoção pelos meios artísticos japoneses: a tragédia sentida como tal pela estética dos Song do Sul correspondeu inteiramente a visão japonesa da fragilidade da beleza da vida.

Uma pintura, tanto para chineses como para japoneses, é, já vimos, organicamente viva; respira, nela fluem as águas como sangue, o artista cria-a à maneira de reflexo do contato de seu mundo interior com a realidade objetiva da Natureza. É um microcosmo em duas dimensões. Um *bon-sai* é o equivalente, em três dimensões e com vida física, da pintura. A Escola de Ma Yuan e de Xia Gui teve pouco tempo de prestígio na China, mas, até hoje, a área metropolitana dos Song do Sul permanece o coração do cultivo das árvores anãs na China. O quarteirão de Longhua, em Shanghai, abriga belíssimo jardim botânico especializado em *bon-sai*. No jardim Zhuozheng, em Suzhou, há grande área com espécimens raros, alguns muito antigos. No Japão, essa arte continua magnífica. Kyoto é certamente o centro, mas Tóquio não lhe fica atrás. E quando se analisa o desenvolvimento e o requinte do *bon-sai*, tanto no Japão quanto na China são as formas, os ângulos e a concepção estética dos Song do Sul que nos vêm, na maioria das vezes, ao espírito. Essas notas sobre as possíveis influências da pintura chinesa sobre a arte dos *bon-sai* não esgotam o assunto. Houve certamente muitas outras fontes inspiradoras, e os pró-

Príos japoneses, com sua inata capacidade de criar a Beleza, muito contribuíram para a sofisticação da arte. As formas extraordinárias dão ao espírito do oriental a oportunidade de evasão para o domínio do sonho. No dizer de Mme. Nicolas-Vandier<sup>8</sup>, elas despertam o "poder virtual e total da realização espontânea". As imagens do Universo em escala reduzida acordariam, talvez, lembranças inconscientes da vida intra-uterina, e o retiro da mente num jardim em miniatura equivaleria a uma "volta às raízes" (*quigen*), onde se recriaria a natureza primitiva do feto vivendo em circuito fechado, com uma respiração embrionária

(*taixi*), que pode muito bem ser sentida ou apresentada no pequeno ente vivo, que é adulto sem, entretanto, ter crescido. Essa transposição da vida em circuito fechado para o mundo exterior equivaleria a uma vivência real, fora do tempo, do processo de gestação: nesse caso, a interpretação, como tenta a psicanálise, do simbolismo mental para a compreensão de tal processo não seria mais necessária.

Se assim nos é permitido raciocinar, à inter-relação entre o *bon-sai* e seu possuidor ou criador seguir-se-ia a plena libertação da mente, a total disponibilidade para o ato criatório de vida.

## NOTAS

1. Huizong, cujo nome pessoal era Zhao Ji, reinou de 1101 a 1125.
2. Cf. *La peinture chinoise* (Genebra: Skira, 1960).
3. Cf. François, Cheng, *L'Écriture poétique chinoise* (Paris: Seuil, 1977).
4. Ilustrada no catálogo "*The Palace Museum*" (Beijing: Pequim, 1978).
5. Cf. Zhuangzi, cap. 12, e Léon Wieger, *Les pères du système taoïste*; "He hui ming" (Paris: Cathasia, 1950).
6. Cf. Okakura Kakuzo, *Le livre du Thé* (Paris: Dervy-Livres, 1969).
7. Cf. Zhang Zai, Inscrição (na parede) do Oeste (*Ximing*), in Gujin Wenxuan. Taipei, Guoyu Ribaoshe, 1956 (vol. 13): "Cun, wu shun shi; Mo, wu ning ye". "Ning", que traduzi por "paz", indica um estado de tranquilidade que sobrevém ao fim de um ciclo. Em chinês não há palavras genéricas: cada idéia particularizada tem seu rigoroso correspondente próprio.
8. Cf. Nicole-Vandier Nicolas, *Art et sagesse en Chine-Mi Fou (1051-1107)* (Paris: PUF, 1963), p. 245.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Guoxi (Chunfu): "Linguan gaozhi" (A grande mensagem das florestas e das fontes), in *Hualun Congkan*, ed. de Zhonghua Yinshuju, 1973. (Obs.: a obra de Guoxi foi escrita em 1080.)
- Kenji Murata e Keiji Murata: *Bon-sai*. Osaka: Hoikusha, 1981, 8ª ed.
- Joppert, Ricardo: *O samadhi do verde-azul*. Rio: Avenir, 1982.
- Radcliffe, Woodward: *Bon sai*. Nova Jérsei: T. F. H., 1961.
- Shanghai Longhua Penjing (Jardins em miniatura de Longhua, Shanghai)*, obra publicada pelo Jardim Botânico de Shanghai, 1980.
- Stein, Rolf: "Jardins em miniature d'Extrême-Orient", *Ha-nol - Bulletin de l'Ecole Française de l'Extrême-Orient* (tomo XLII, I), 1943.

## SUMMARY

### Chinese Painting and the Art of "Bon-Sai": Possible Convergencies

In this article the author endeavors to establish a possible influence on the part of Chinese painting in the Song period (960-1279 A.D.) on the art of "bon-sai" ("Penzai", in Chinese) (trees subjected to a dwarfing process) in China and Japan.

According to Chinese thought, art is the result of contact between the inner world of the artist and the objective reality of nature. The mind observes what is external to it, and re-creates the landscape through art. Within the organicistic philosophical context - which is that of Chinese



culture — the artist repeats the entire mechanism of spontaneous laws that rule life. The outer world acts as impulse (Yang), on the emotions and mind of the artist, who reacts as the receptacle (Yin), of that impulse. Subsequently, the rôles are inverted: within the silence of his studio, the artist mentally structures the creation of the work of art. With the landscape thus mentally formed, he acts (Yang) to recreate Nature, which then assumes the receptive (Yin) rôle. Hence in Chinese art does not copy, but interprets; it is in all cases, to apply a Western term, "expressionistic". From that point of view, Reality dispenses with spreading space (art is a "thing of the mind"), and in an organicistic system functioning by reflex a small scale of reference is the best image of the Universe, since it affords an integral concept of things.

Painting is a micro-cosm in two dimensions. And a dwarf tree ("bon-sai") is its equivalent, also endowed with biological life, in three dimensions. In an analysis of the paintings of Guoxi (1020—1090 A.D.), the author suggests that the "Model of the Upright Trunk" in "bon-sai" art might well reflect the School of Landscape Painting of the Northern Song period (960—1127 A.D.) in which the composition, though composed of forms in a state of turbulence, was nevertheless centered around the North—South axis of the work, indicating that the Chinese, psychologically speaking, had not yet been subject to a strong enough impact of structure to wrench them away from the central axis of the life phenomena. That impact came in 1126 A.D., when Northern China fell into the hands of the "barbarians" (non-Chinese) and the Song court took refuge South of the Yangtzi river (Chang-jiang). The resultant massacre of the ancestral Chinese civilization would seem to have temporarily caused a state of shock to the spirit of the people, reflected in a shift in the directives of aesthetics. At Hangzhou, the new capital, with the School of Ma Yuan and Xia Gui (XII and XIII Centuries), landscape painting underwent a deviation of the entire composition into angular terms. The theme is linked, for instance, with lettering on the border of an expanse of water, contemplating an empty space that fills three quarters of the entire composition. Trees and boulders are located diagonally in the lower portion of the painting and the strokes are applied with the brush turned sideways, using a technique known as the "Great Hatchet"; dense

layers of black paint evoke axe blows rained directly into the trunk of a tree. The impact on the feelings is direct. That pungent technique of hatchet strokes cutting into living organisms would seem to reflect a psychological state of trauma. And when transposed to the art of "bon-sai", the aesthetics of the Southern Song (1127—1279 A.D.) suggest the styles of "Trunk on the Diagonal", "Reclining Trunk", "Trunk Pendant from a Precipice", and "Arched Trunk". Links between the Southern Chinese area and Japan have always been strong. And the painting styles of the Ma Yuan and Xia Gui school were conveyed to Japan, where they had far-reaching influence on art.

Psychologically speaking, the Japanese are a people that view death in extremely tragic tones. Whereas in China the emotional content of the Southern Song period was an exception within a civilizing context essentially vigorous in relation to the dramas of life, being creative in tone, in Japan — which undoubtedly enhances the Chinese heritage though in the receptive sense — that emotional approach tied in with the basic temperament of the people and the influence of Ma Yuan and Xia Gui was far more lasting than in China itself. Hence it would appear that in Japan the School of Ma Yuan and Xia Gui affected not only painting but also the art of bon-sai (not overlooking, however, the fact that the heritage of Guoxi was not relinquished). In China that influence was basically restricted to the art of "bon-sai", where even today in the Shanghai, Hangzhou and Suzhou regions, cultivation of dwarf trees is still a flourishing activity.

The author concludes that the remarkable forms of the bon-sai afford the Eastern mind an opportunity of flight into the domain of dreams. Calling to mind the words of Mme. Nicholas-Vandier (cf. note 8), it might be asserted that they arouse "the virtual and complete power of spontaneous perception" (le pouvoir virtuel et total de réalisation spontanée). Images of the Universe, on a small scale, would seem to arouse unconscious memories of intra-uterine life and the withdrawal (retraite) of the mind into a miniature garden would seem to resemble a "Return to the Roots" (guglen), recreating the primitive nature of the fetus alive within a closed circuit, with embryonic breathing (taixi), that suggests a form curved in over itself, that of the tiny living being (the "bon-sai") that is adult, though without having grown up.

## RÉSUMÉ

### La Peinture Chinoise et l'Art du "Bon-Sai": Possibles Convergences

Dans cet article, l'auteur essaie d'établir une possible influence de la peinture chinoise de la

période Song (960—1279) sur l'art des "bon-sai" (penzai, en chinois — arbres soumis à un pro-

cessus dont l'objectif est de les rendre nains) en Chine et au Japon.

Pour les chinois l'art est le résultat d'un contact entre le monde intérieur de l'artiste et la réalité objective de la Nature. L'esprit absorbe ce qui lui est extérieur et recrée le paysage à travers l'art. En un contexte organiciste comme le chinois, le microcosme est un réflexe du macrocosme et, au moment de l'inspiration, l'artiste répète le mécanisme entier des lois spontanées qui régissent la vie. Le monde extérieur agit en tant qu'incitation (Yang) sur l'émotion et l'esprit de l'artiste, qui réagit comme réceptacle (Yin) de cette incitation. Ensuite, les rôles se renversent: dans le silence de son atelier, l'artiste structure mentalement la création de l'oeuvre d'art. Avec le paysage ainsi mentalement formé, il agit (Yang) dans le sens de recréer la Nature, qui assume alors un rôle réceptif (Yin). Ainsi, l'art en Chine ne copie pas mais interprète; il est toujours, pour utiliser un terme occidental, "expressionniste". Sous cet angle, la Réalité fait abstraction du grand espace (l'art est "chose mentale"); dans un système organiciste qui fonctionne par réflexe, l'échelle réduite est la meilleure image de l'Univers, parcequ'elle proportionne une vision intégrale.

La peinture est un microcosme en deux dimensions. Un arbre nain ("bon-sai") est son équivalent, et avec vie biologique, en trois dimensions. Analysant les peintures de Guoxi (1020-1090), l'auteur suggère que le "Modèle du Tronc Ascendant", dans l'art des "bon-sai", pourrait refléter l'Ecole de Peinture du Paysage de la période Song du Nord (960-1127), où la composition, quoiqu'elle se constitue de formes en turbulence, arbres tordus et montagnes en contorsion, était, toutefois, centralisée autour de l'axe nord-sud du tableau, indiquant que les chinois, psychologiquement, avaient souffert un bouleversement de structure assez fort pour les dévier de l'axe central des phénomènes de la vie. Tel bouleversement advient en 1126, lorsque le nord de la Chine tombe entre les mains des barbares (non chinois) et la cour des Song se réfugie au sud du fleuve Yangzi (Changjiang). Ce massacre de la civilisation ancestrale des chinois aurait occasionné, temporairement, un état de choc dans l'esprit du peuple, qui se serait reflété par un changement de direction de l'Esthétique. A Hangzhou, la nouvelle capitale, avec l'Ecole de Ma Yuan et Xia Gui (siècles XII-XIII), la peinture du paysage a toute sa composition déviée vers l'angle. Les thèmes se rapportent, par exemple, à

des personnes instruites qui se trouvent au bord d'une étendue d'eau et contemplent un espace vide qui occupe 3/4 de la composition. Arbres et rochers se trouvent en diagonale sur la partie inférieure de la peinture et le tracé est réalisé avec le pinceau penché, en une technique connue comme la "Grande Hache"; des couches épaisses de peinture noire évoquent des coups de hache lancés rapidement sur le tronc d'un arbre. L'impact émotionnel est direct. Cette technique poignante de haches qui blessent de organismes vivants refléterait un état psychologique de traumatisme. Transposée à l'art des "bon-sai", l'Esthétique des Song du Sud (1127-1279) suggère les styles du "Tronc en Diagonale", "Tronc Incliné", "Tronc Suspensif d'un Précipice" et "Tronc Arqué". Les rapports de la région de la Chine du sud avec le Japon ont toujours été intenses. Les peintures de l'Ecole de Ma Yuan et Xia Gui ont été ammenées au Japon, où elles influencèrent énormément l'art du pays.

Psychologiquement les japonais sont un peuple qui envisage la mort d'une façon tragique. Si en Chine l'émotionnalisme de l'Esthétique des Song du Sud fut une exception dans un contexte de civilisation essentiellement fort en face des drames de la vie, parcequ'il est Créateur, au Japon, qui certainement perfectionne l'héritage chinois, mais en tant que récepteur, un tel émotionnalisme a coïncidé avec le tempérament de base du peuple et l'influence de Ma Yuan et de Xia Gui y a duré beaucoup plus qu'en Chine. Ainsi au Japon, l'école de Ma Yuan et de Xia Gui aurait, donc, non seulement influencé la peinture comme l'art des "bon-sai" (sans oublier toutefois que l'héritage de Guoxi ne fut pas abandonné). En Chine une telle influence s'est limitée basiquement à l'art des "bon-sai", où, jusqu'à ce jour, dans la région de Shanghai, Hangzhou, et Suzhou, la culture d'arbres nains continue florissante.

L'auteur conclue disant que les formes extraordinaires des "bon-sai" donnent à l'esprit oriental, l'opportunité d'évasion vers le domaine du rêve. Rappelant Mme. Nicolas Vandier (cf. note 8), on pourrait dire qu'il réveille "le pouvoir virtuel et total de réalisation spontanée". Les images de l'Univers en échelle réduite, éveillent des souvenirs inconscients de la vie intra-utérine et la retraite de l'esprit dans un jardin miniature équivaldrait à un "Retour aux Sources" (guigen) où se recréerait la nature primitive du fœtus vivant en un circuit fermé, avec une respiration embryonnaire (taixi) qui suggère la forme courbée sur soi-même du petit être vivant, qui est adulte sans, toutefois, avoir grandi.

## DOCUMENTO

# PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INDUSTRIAL ENTRE PAÍSES E ORGANIZAÇÕES LATINO-AMERICANAS E AFRICANAS (RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES)\*

*Organização das Nações  
Unidas para o  
Desenvolvimento Industrial  
(Onudi)*

\* Este documento é uma tradução não-oficial apresentada no 1.º Simpósio Internacional América Latina-África, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), do Conjunto Universitário Candido Mendes, no Rio de Janeiro, de 1.º a 5 de agosto de 1983.

## I. Introdução

### A. Histórico

1. Em agosto de 1981, um seminário internacional sobre cooperação entre o Brasil e os países africanos foi organizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), do Conjunto Universitário Candido Mendes, no Rio de Janeiro. Esse seminário focalizou dois temas: (i) cooperação entre América Latina e África no contexto das relações Sul-Sul, incluindo novos mecanismos de cooperação técnica entre países em desenvolvimento (TCDC) para assistência mútua na área internacional; e (ii) análise e perspectivas das relações afro-brasileiras. Em vista do sucesso desse seminário, considerou-se que seria desejável a organização de um simpósio internacional sobre a cooperação afro-latino-americana.

2. Em resposta à recomendação acima mencionada, o 1.º Simpósio Internacional América Latina-África foi organizado no Rio de Janeiro, Brasil, de 1.º a 5 de agosto de 1983, pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes, sob o patrocínio do governo brasileiro.\*

\* O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) realizou, concomitantemente, no Rio de Janeiro, de 1.º a 5 de agosto de 1983, o 3.º Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (ALADAA). O congresso da ALADAA teve a participação de cerca de 200 pesquisadores latino-americanos e africanos, que em 35 mesas-redondas discutiram a situação dos estudos afro-asiáticos na América Latina, as experiências políticas e sociais africanas e asiáticas, a presença da Ásia e da África na América Latina e as relações internacionais no Terceiro Mundo.

A ALADAA foi criada no México, onde tem a sua sede, em 1976, e conta com cerca de 400 associados oriundos de vários países latino-americanos. No seu 2.º Congresso, realizado na Colômbia, em 1981, foi eleito presidente da entidade o Prof. Candido Mendes, permanecendo como presidente de honra a Embaixadora Graciela de La Lama, do México. Na Assembleia Geral do 3.º Congresso, foi solicitado ao Prof. Candido Mendes que permanecesse na presidência da ALADAA até o próximo congresso, que será realizado na Venezuela, em 1985. (Nota dos editores.)

O objetivo do simpósio foi promover a cooperação entre países latino-americanos e africanos em vários setores econômicos e sociais.

3. Devido à contribuição em potencial da América Latina na implementação do Plano de Ação de Lagos, em geral, e do Programa da Década de Desenvolvimento Industrial para a África, em particular, considerou-se desejável incluir o desenvolvimento industrial entre os temas discutidos no simpósio. Em face disso, a Onudi foi convidada pelas autoridades do Conjunto Universitário Candido Mendes para participar e contribuir na organização dos temas do simpósio relacionados ao desenvolvimento industrial.

4. A contribuição da Onudi, enquadrada na estrutura de seu Programa da Década de Desenvolvimento Industrial para a África e na Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (ECDC), teve como objetivo facilitar o intercâmbio de experiências em diversos setores industriais e promover a cooperação industrial entre os países e organizações latino-americanos e africanos.

#### B. Participantes

5. Participaram das discussões do Simpósio sobre Promoção da Cooperação Industrial entre Países e Organizações Afro-latino-americanos, altos funcionários de países e organizações africanos e latino-americanos, representantes do governo brasileiro, instituições e empresas industriais e a Unesco. (...). Tratando-se de um simpósio de caráter técnico, cada participante apresentou-se de acordo com seu campo de especialização.

#### C. Organização do programa

6. O simpósio foi inaugurado em 1.º de agosto de 1983. Entre os oradores da cerimônia inaugural incluíram-se os representantes dos governos brasileiro e mexicano, do Estado do Rio de Janeiro, do diretor

geral da Unesco, o Doutor Candido Mendes — presidente do Conjunto Universitário Candido Mendes e presidente da Associação Latinoamericana de Estudos Afroasiáticos — e o chefe da delegação da Onudi. (...).

7. Duas sessões de trabalho do simpósio foram dedicadas aos debates sobre promoção de cooperação industrial entre países e organizações latino-americanos e africanos. No decorrer da primeira sessão, presidida pelo Doutor José Adeodato de Souza Neto, vice-presidente da Finep, representantes da secretaria da Onudi apresentaram os documentos de trabalho, que consistiam de uma nota sobre a Década de Desenvolvimento Industrial para a África (documento Onudi/PC. 70), programas da Onudi para a promoção da cooperação industrial entre países em desenvolvimento (documento Onudi/PC. 71), de um lado, e entre organizações não-governamentais, de outro; e a proposição de um esquema de cooperação entre países e organizações latino-americanas e africanas (documento Onudi/PC. 72). Distribuiu-se aos participantes uma série de documentos de apoio, inclusive o Programa da Década de Desenvolvimento Industrial para a África (documento ID/287), assim como os documentos de trabalho e informações gerais sobre a atividade da Onudi relacionada a ECDC, editados para a Reunião do Grupo de Consultores de Alto Nível sobre ECDC, preparatória à Quarta Conferência Geral da Onudi (documentos ID/WG.399/1 e ID/WG.399/3). Após a apresentação acima mencionada, seguiram-se discussões gerais, cuja substância está resumida no capítulo II deste relatório. Ao final dos debates, um grupo de trabalho, composto de delegados selecionados do Brasil e da África, foi designado para esboçar as recomendações do simpósio.

8. Durante a segunda sessão de trabalho, presidida pelo senhor E. B. Akpan, representante da OUA, o relatório do simpósio e as recomendações do grupo de trabalho foram revisados, corrigidos e adotados. As recomendações adotadas pelo simpósio estão contidas no Capítulo III deste rela-



tório. Foi pedido à secretaria da Onudi que se encarregasse da elaboração final do relatório e das recomendações do simpósio e que os distribuísse a todos os países e organizações africanos e latino-americanos, assim como às organizações internacionais pertinentes.

9. Durante aquela sessão discursos de encerramento foram proferidos pelo presidente do simpósio, pelo chefe da delegação da Onudi e pelo representante de Zimbábue, em nome dos delegados africanos. Foi expressa gratidão às autoridades brasileiras, às autoridades do Conjunto Universitário Candido Mendes, Finep, Onudi, e a todos os participantes e pessoal técnico do simpósio. Manifestou-se a esperança de que cada país e organização latino-americanos e africano, assim como a Onudi e outras organizações internacionais pertinentes tomassem medidas necessárias para a implementação do programa de cooperação proposto e adotado pelo simpósio. Durante a sessão de encerramento do simpósio breves discursos de apreciação foram proferidos pelos representantes da Onudi e da OUA, que apresentaram cópia do relatório final do simpósio à sua excelência, Doutor Leonel Brizola, Governador do Estado do Rio de Janeiro, que encerrou oficialmente o simpósio.

10. Como parte do programa do simpósio sobre assuntos industriais foram organizadas visitas a uma série de empresas industriais, no Rio de Janeiro e São Paulo, a departamentos do governo e instituições de desenvolvimento, no Rio de Janeiro e Brasília. Estas visitas constituíram um aspecto importante do programa, uma vez que apresentaram uma oportunidade única para os delegados africanos estabelecerem novos contatos e trocarem idéias com seus parceiros no Brasil. Elas também contribuíram para que tais delegados tomassem conhecimento de maneira prática e direta dos esforços multidirecionados desenvolvidos pelo Brasil no setor de desenvolvimento industrial.

## D. *Agradecimentos*

11. Os participantes do programa sobre promoção de cooperação industrial entre países e organizações latino-americanos e africanos agradecem às autoridades do governo federal e do governo do Estado do Rio de Janeiro pela cooperação prestada aos delegados da Onudi e da África. Agradecem ainda ao Conjunto Universitário Candido Mendes e aos organizadores do 1.º Simpósio Internacional América Latina-África, por haverem incluído assuntos industriais no programa do simpósio e pelo apoio logístico fornecido. Desejam em particular expressar sua profunda gratidão à Onudi, pela assistência técnica e financeira fornecida para a organização do programa sobre assuntos de desenvolvimento industrial. Os participantes desejam também ressaltar a imensa admiração pelos esforços especiais despendidos pelas autoridades da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para assegurar o sucesso do programa, incluindo as visitas organizadas para os delegados da Onudi e para os delegados africanos a órgãos governamentais, instituições e empresas industriais. Finalmente, os participantes agradecem as várias cortesias sociais que lhes foram dispensadas.

## II. Sumário dos debates

### A. *Década de desenvolvimento industrial para a África*

12. Ao iniciar os debates sobre a década de desenvolvimento industrial para a África, um representante da secretaria da Onudi lembrou que os chefes de Estado e governo da Organização da Unidade Africana, ao reconhecerem o papel vital que a industrialização desempenhará no desenvolvimento econômico dos países africanos, consideraram a industrialização como a segunda entre as prioridades na estratégia africana para a Terceira Década das Nações

Unidas para o Desenvolvimento, sendo a auto-suficiência em produção alimentícia a primeira. Essa elevada prioridade atribuída ao desenvolvimento industrial está plenamente refletida no Plano de Ação de Lagos. Além disso, na Ata Final de Lagos, a indústria foi selecionada como um dos setores prioritários para a integração continental durante os anos 80.

13. Os objetivos a longo prazo para o setor industrial, estabelecidos para a região no Plano de Ação de Lagos, pedem que o crescimento da contribuição dessa região para a produção industrial mundial atinja pelo menos 2% até o ano 2000, sendo 1,4% a quota correspondente até o final da década. Os países africanos são instados a fazer tudo que lhes for possível para alcançar até 1990 a auto-suficiência nos setores de alimentação, materiais de construção, vestuário e energia; ao mesmo tempo, durante a primeira metade da década, deve-se iniciar o desenvolvimento das indústrias básicas essenciais à conquista da auto-suficiência.

14. Conscientes da situação acima referida e da necessidade de traduzir essas metas em ações eficazes, os chefes de Estado e governo, ao adotarem o Plano de Ação de Lagos em abril de 1980, reiteraram o seu apoio à resolução adotada por ocasião da 3.<sup>a</sup> Conferência Geral da Onudi. Essa resolução recomendou que a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamasse os anos 80 como a Década de Desenvolvimento Industrial para a África, com o propósito de prestar maior atenção e mobilizar maior envolvimento político, apoio técnico e financeiro, em nível nacional, regional e internacional, para a industrialização da África. A partir da recomendação do Conselho de Desenvolvimento Industrial da Onudi, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou, em sua XXXV Sessão, a resolução 35/66B, que proclamou os anos 80 como a Década de Desenvolvimento Industrial para a África. A fim de iniciar a implementação da Década, os ministros da indústria dos países africanos, durante a sua 6.<sup>a</sup> conferência em novembro de 1981, adotaram

um programa para a Década (documento ID/287).

15. A chave do sucesso da Década dependerá, em última análise, do desenvolvimento verificado em nível nacional, desde que a maior responsabilidade pela implementação do programa da Década recaia sobre os próprios países, individual e coletivamente. Entretanto, como a implementação do programa da Década acarreta uma injeção maciça de recursos técnicos e financeiros além das possibilidades atuais dos Estados africanos, uma assistência substancial será também necessária por parte da comunidade internacional. Os esforços dos países africanos, por conseguinte, deverão ser complementados por cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, cooperação Norte-Sul e cooperação industrial bilateral e multilateral apropriadas.

16. No decorrer dos debates, o representante da OUA e vários delegados dos países e organizações africanos forneceram informações adicionais sobre aspirações, orientações e objetivos da África quanto ao desenvolvimento industrial, salientando algumas das dificuldades enfrentadas pelos países africanos em seus esforços de desenvolvimento industrial e identificando várias áreas, inclusive o desenvolvimento das capacidades tecnológicas e da indústria de telecomunicações, onde uma maior cooperação industrial com os países e instituições latino-americanos poderia ser desenvolvida.

17. Os participantes da América Latina, incluindo, em particular, Doutor Fernando Lopes, secretário geral de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, Doutor José Adeodato de Souza Neto, vice-presidente da Finep, e Doutora Theresa C. D. Martins, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, apresentaram algumas das experiências do Brasil, nos últimos 20 anos, em planejamento econômico, financiamento industrial, desenvolvimento de indústrias básicas, substituição de importações, desenvolvimento da mão-de-obra industrial, diversas estratégias e políticas industriais. Enfatizou-se o papel da pesquisa tecnológica e da engenharia de consultoria em de-

envolvimento industrial, assim como o desenvolvimento da infra-estrutura institucional apropriada.

18. A experiência do Brasil relacionada à adoção de diversas estratégias e políticas, principalmente nas áreas de substituição de importações e da correlação entre instituições de pesquisa e a indústria, despertou grande interesse entre os delegados africanos. Foi despertado ainda o interesse em conhecer a experiência do Brasil em desenvolvimento e financiamento de programas e projetos industriais básicos. Em relação ao desenvolvimento de capacidades tecnológicas, os países latino-americanos foram convidados a cooperar com os países africanos, a fim de fortalecerem uma série de instituições regionais africanas, inclusive o centro regional africano African Regional Centre for Engineering Design and Manufacturing.

*B. Cooperação entre países e organizações latino-americanos e africanos para a implementação do Programa da Década de Desenvolvimento Industrial para a África*

19. Um representante da secretaria da Onudi, ao apresentar o documento de trabalho sobre esse assunto (documento Unido/PC.72), observou que a auto-suficiência em termos de industrialização na África requer a cooperação de toda a comunidade internacional, especialmente de outros países em desenvolvimento, para o interesse mútuo de todas as partes. Devido à importância estratégica para a industrialização africana, acordos de cooperação entre países e instituições latino-americanos e africanos neste setor poderiam abranger áreas tais como a preparação e financiamento de projetos de investimento industrial, desenvolvimento de recursos humanos, capacidades tecnológicas, energia, indústrias básicas estratégicas e mecanismos institucionais de desenvolvimento industrial.

20. Nesse sentido, a Onudi vem desenvolvendo através dos anos um programa dinâmico de cooperação entre os países em desenvolvimento, o qual visa assisti-los na implementação dos aspectos pertinentes das Declarações e Planos de Ação de Lima e Nova Delhi, assim como os aspectos industriais dos Programas de Ação de Buenos Aires e de Caracas para a promoção de ECDE e TCDC. O programa pretende, em primeiro lugar, promover a solidariedade industrial entre os países em desenvolvimento e aumentar a consciência da necessidade e possibilidade de ECDC/TCDC no setor industrial.

21. Um importante programa da Onudi, digno de menção especial, refere-se à organização de reuniões ministeriais de solidariedade, cujo principal objetivo é obter o apoio entre os países em desenvolvimento nos seus esforços de industrialização, através do desenvolvimento e implementação de projetos industriais específicos. Além disso, essas reuniões também ajudam a estimular o espírito de auto-suficiência coletiva entre os países em desenvolvimento e implementar mecanismos práticos para facilitar a cooperação industrial entre eles.

22. Foi reconhecido que, a fim de tornar eficaz a cooperação industrial entre os países em desenvolvimento, é necessária a elaboração de políticas e programas integrados nos planos e políticas gerais de desenvolvimento nacional: o estabelecimento de mecanismos apropriados e o desenvolvimento de programas e projetos visando assegurar a implementação prática e eficaz do programa. Por conseguinte, o programa da Onudi confere prioridade, *inter alia*, à promoção de programas conjuntos para o desenvolvimento de setores industriais específicos.

23. Outro programa da Onudi, estreitamente relacionado ao ECDC/TCDC, visa à promoção de cooperação industrial entre organizações não-governamentais. Esse programa envolve a promoção de cooperação industrial direta, no nível de organização e de projeto, entre parceiros em potencial, em áreas tais como contratos de co-empres-

sas (*joint ventures*), acordos de subcontrato, transferência de tecnologia, programas de pesquisa e desenvolvimento, adaptação e desenvolvimento de produtos, acordos de *marketing*, programas de treinamento e gerência. Visa também facilitar a mobilização e canalização de recursos financeiros, humanos e tecnológicos de organizações não governamentais, empresas comerciais, e instituições industriais dos países em desenvolvimento mais avançado e dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento menos avançado.

24. Os países e organizações da América Latina adquiriram, através dos anos, grande experiência no campo de desenvolvimento industrial. Alguns deles atingiram um elevado nível de desenvolvimento industrial, com capacidades especializadas em atividades industriais sofisticadas. Muitos estabeleceram também acordos de cooperação bilateral com diversos países africanos. Com a proclamação da Década de Desenvolvimento Industrial para a África, torna-se agora ainda mais oportuno considerar maneiras e meios de intensificar acordos existentes ou estabelecer novos acordos de cooperação entre países e organizações latino-americanos e africanos, dentro da estrutura de ECDC e TCDC para a implementação do programa da Década, do Plano de Ação de Lagos e da Ata Final de Lagos.

25. A implementação eficaz dos acordos de cooperação acima mencionados, pode somente ser alcançada através da formulação de programas completos e projetos bem definidos. Por conseguinte, os participantes decidiram identificar, nas recomendações contidas no Capítulo III, uma série de pontos a ser levada em consideração, ao se desenvolver a cooperação industrial entre organizações e países latino-americanos e africanos nas áreas prioritárias identificadas para o programa da Década. Esses pontos incluem, em particular, políticas e estratégias industriais, mobilização de recursos financeiros, tecnologia, auto-suficiência em produção alimentícia, treinamento industrial, energia, transporte e telecomunicações.

### III. Recomendações

26. Os participantes do simpósio, ao tomarem conhecimento dos documentos de base preparados pela secretaria da Onudi para o simpósio, e baseando-se em suas experiências individuais relacionadas ao desenvolvimento industrial, assim como nos debates do simpósio, recomendaram o programa esquematizado a seguir, para a promoção da cooperação industrial entre os países e organizações latino-americanos e africanos. Ao formularem o programa, os participantes mencionaram as Declarações e Planos de Ação de Lima e de Nova Delhi, as Declarações de Buenos Aires e de Caracas sobre cooperação técnica e econômica entre países em desenvolvimento, todos eles conferindo alta prioridade, *inter alia*, à promoção de cooperação industrial entre os países em desenvolvimento.

27. Os participantes observaram que as várias resoluções adotadas no contexto da Década de Desenvolvimento Industrial para a África enfatizam a necessidade de intensificar a cooperação industrial entre países em desenvolvimento, o que foi reconhecido como um importante instrumento para a implementação eficaz do programa da Década e para a promoção da auto-suficiência coletiva. Observaram ainda que a implementação eficaz do Plano de Ação e da Ata Final de Lagos dependerão, em grande escala, do desenvolvimento industrial contínuo de cada país africano como fornecedor de bens e serviços. Reconheceu-se o importante papel que poderá ser desempenhado pela cooperação entre a América Latina e a África na implementação da Década de Desenvolvimento Industrial para a África.

28. Baseados no que foi dito acima, os participantes recomendaram que os acordos existentes de cooperação industrial entre países e organizações latino-americanos e africanos deveriam ser intensificados, e outros novos estabelecidos, tendo em vista assegurar uma cooperação mais eficaz entre os países e organizações latino-americanos, em relação aos esforços de desenvolvimento industrial dos países africanos. Foi enfa-



tizado que tal cooperação deveria visar ao desenvolvimento de capacidades em nível nacional, para a auto-suficiência coletiva no processo de industrialização e para a integração industrial definitiva de ambos os continentes.

29. A fim de alcançar o objetivo acima mencionado, considerou-se essencial que os países e as organizações latino-americanos e africanos formassem e implementassem programas e projetos concretos, não só em nível bilateral, como também multilateral. O seguinte programa de ação, em determinadas áreas prioritárias, foi, por conseguinte, recomendado para a consideração dos países e organizações latino-americanos e africanos, pela Onudi e outras organizações internacionais pertinentes, na formulação e implementação de programas para a promoção da cooperação industrial entre países e organizações latino-americanos e africanos.

#### *A. Estratégias e políticas industriais*

30. Os programas de ação na área de estratégias e políticas industriais devem incluir os seguintes pontos:

- a) cooperação entre países e organizações latino-americanos e africanos, por meio de consultores, na revisão de estratégias e políticas de desenvolvimento industrial da África, em nível nacional e sub-regional;
- b) intercâmbio de visitas entre programadores de políticas e consultores de países e instituições latino-americanos e seus contrapartes africanos, os quais se beneficiarão da experiência da América Latina no desenvolvimento e implementação de suas estratégias e políticas industriais;
- c) cooperação entre os países latino-americanos e africanos na elaboração de estudos setoriais e subsetoriais na preparação de planos-mestre para a indústria em geral e para setores industriais específicos, em níveis nacional e sub-regional africanos.
- d) intercâmbio de informações e experiências entre países e organizações latino-americanos e africanos sobre estratégias e políticas industriais e sobre a avaliação e con-

trole da implementação de programas e planos industriais que incluam a descentralização do desenvolvimento industrial.

#### *B. Mobilização de recursos financeiros*

31. Os pontos a serem considerados na formulação de programas de ação relacionados à mobilização de recursos financeiros devem incluir:

- a) o intercâmbio de informação sobre experiências entre países e organizações latino-americanos e africanos na mobilização e otimização de recursos financeiros, tanto domésticos quanto externos, para o desenvolvimento industrial;
- b) a cooperação entre países latino-americanos e africanos na identificação e preparação de projetos de investimento;
- c) maiores contribuições dos países latino-americanos e africanos para o Fundo de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, com contribuições especiais para o programa de projetos industriais na África;
- d) a participação ativa dos países e organizações da América Latina, especialmente instituições financeiras, no programa da Onudi, de reuniões ministeriais de solidariedade nos países africanos;
- e) a participação ativa de sócios financeiros e industriais em potencial, do setor público e privado dos países latino-americanos, nas reuniões para a promoção de investimentos na África, a serem realizadas respectivamente, em Lusaka, em outubro de 1983, em Dakar, em novembro de 1984 (ECOWAS), e em 1985 (UDEAC), assim como em outras reuniões futuras, tendo desta forma a oportunidade de se estabelecerem contratos de sociedade industrial a longo prazo, com proponentes de projetos, com instituições de financiamento para o desenvolvimento, e com autoridades públicas dos países africanos participantes;
- f) o apoio crescente dos países latino-americanos que sejam membros dos conselhos diretores do Banco Mundial, do PNUD, das Nações Unidas, e de outras instituições multilaterais de financiamento aos programas e projetos de desenvolvimento

industrial africanos, especialmente aqueles relacionados com o programa da Década de Desenvolvimento Industrial para a África; g) o uso de alocações especiais do PNUD, em cifras indicativas de planeamento nacional ou regional para ECDC, nos países latino-americanos e africanos, a fim de financiar programas de cooperação industrial entre países e instituições latino-americanas e africanos; e h) o estabelecimento de acordos especiais para superar as dificuldades financeiras encontradas na promoção de programas e projetos de cooperação industrial entre países e organizações latino-americanas e africanos.

### C. *Desenvolvimento e aquisição de tecnologia*

32. Programas de ação relacionados ao desenvolvimento e transferência de tecnologia devem consistir, *inter alia*, de:

- a) intercâmbio de informação entre países e instituições latino-americanas e africanos sobre tecnologia, capacidades e consultoria disponíveis nos países da América Latina e da África;
- b) formulação de acordos de cooperação entre os países e instituições latino-americanas e africanos, através da criação e do fortalecimento de uma rede de instituições em ciência e tecnologia, incluindo instituições de pesquisa e desenvolvimento e, também, através da intensificação do intercâmbio de consultores;
- c) maior acesso, por parte dos países africanos, à informação tecnológica sobre os principais avanços em contratos e licenças de pesquisa e desenvolvimento nos países da América Latina, através, *inter alia*, do Sistema de Intercâmbio de Informação Técnica da Onudi;
- d) cooperação entre países e organizações latino-americanas e africanos no desenvolvimento de capacidades tecnológicas, incluindo instituições para o desenvolvimento, aquisição, adaptação e regulamentação de tecnologia.

### D. *Auto-suficiência em produção alimentícia*

33. O programa de ação, no campo da auto-suficiência em produção alimentícia, deve incluir o seguinte:

- a) intercâmbio de informação entre os países e organizações latino-americanas e africanos em atividades relacionadas com a auto-suficiência em produção alimentícia, incluindo estocagem e preservação de alimentos;
- b) formação de grupos de trabalho com representantes de organizações intragovernamentais e não-governamentais para examinar problemas técnico-econômicos específicos e recomendar ação conjunta;
- c) elaboração de esquemas de cooperação em áreas e assuntos específicos, relacionados à auto-suficiência em produção alimentícia;
- d) desenvolvimento de programas conjuntos de treinamento, em cooperação com a Onudi e/ou instituições nacionais;
- e) promoção de programas de pesquisa e desenvolvimento em apoio a áreas prioritárias da indústria alimentícia; e
- f) cooperação entre organizações e países latino-americanos e africanos no desenvolvimento de medidas e programas para combater as secas nos países africanos.

### E. *Desenvolvimento de mão-de-obra tecnológica e industrial*

34. Na área de desenvolvimento de mão-de-obra tecnológica e industrial devem ser incluídos no programa de ação os seguintes pontos:

- a) identificação e divulgação, na América Latina e na África, de institutos e centros nacionais e regionais de treinamento adequados e prontos a aceitarem estagiários provenientes de outros países africanos e latino-americanos;
- b) compilação e intercâmbio de informação e experiência entre países da América Latina e da África sobre o desenvolvimento de mão-de-obra industrial;

- c) estabelecimento de elos operacionais entre instituições de treinamento industrial na América Latina e na África, ajudando, assim, a promover a cooperação na utilização de meios educacionais em universidades, escolas politécnicas e institutos especializados em treinamento;
- d) estabelecimento de empresas de ensino/aprendizado nos países africanos;
- e) produção multinacional de material de ensino/aprendizado e equipamentos, incluindo aparelhos de rádio e televisão, vídeo-cassetes e vídeo-discos;
- f) treinamento de treinadores e instrutores; e
- g) utilização e aplicação dos resultados de pesquisas recentes em processos de ensino/aprendizado, além do programa de pesquisa e desenvolvimento para a adaptação ou a produção de materiais e equipamento.

#### F. Energia

35. Na formulação de qualquer programa de ação na área energética, os seguintes pontos devem ser tomados em consideração:

- a) desenvolvimento e implementação de políticas de energia industrial;
- b) cooperação entre os países latino-americanos e africanos no desenvolvimento e implementação de programas de energia, especialmente em relação à energia hidrelétrica, à biomassa e à energia solar;
- c) acordos especiais de cooperação para a execução de programas conjuntos de desenvolvimento de pesquisas e demonstração no avanço das tecnologias de energia, equipamento e aparelhagem, inclusive desenhos e protótipos, licenciamento e treinamento;
- d) intercâmbio de informação e experiência no desenvolvimento e utilização de energia através de redes regionais — instituições nacionais apropriadas —, a fim de se compartilhar mais facilmente a informação e experiência sobre questões de política energética, levantamento de recursos disponíveis e novas tecnologias;

- e) desenvolvimento e implementação de programas para a conservação de energia e sua eficácia na indústria; e
- f) desenvolvimento de capacidades energéticas.

#### G. Transporte e telecomunicações

36. Os programas de ação relacionados ao transporte e telecomunicações devem incluir cooperação entre países e organizações latino-americanos e africanos em transporte:

- a) reabilitação e modernização de equipamento ferroviário, incluindo vagões,
  - b) reparo e manutenção de equipamento ferroviário,
  - c) fabricação de equipamento ferroviário (incluindo vagões, componentes e peças de reposição),
  - d) coordenação e integração de várias modalidades de transporte, e
  - e) treinamento de mão-de-obra para a indústria ferroviária;
- e telecomunicações:
- a) intercâmbio de informação e experiências entre países e instituições latino-americanos e africanos sobre a indústria de telecomunicações,
  - b) desenvolvimento de programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento, particularmente relacionados com a adaptação de tecnologias de telecomunicações disponíveis e a aplicação de novos avanços tecnológicos,
  - c) desenvolvimento e implementação de programas conjuntos de treinamento,
  - d) reabilitação, expansão e aperfeiçoamento das indústrias de telecomunicações na África,
  - e) promoção de indústrias multinacionais de telecomunicações na África, e
  - f) promoção do comércio entre a América Latina e a África neste setor. (A este respeito, atenção especial deve ser dada à padronização, que é essencial para assegurar a harmonia e compatibilidade de componentes do equipamento de telecomunicações, peças de reposição e aparelhagem.)

#### IV Medidas para a implementação

37. A fim de assegurar a implementação eficaz do programa, seria desejável que os países e organizações da América Latina e da África, assim como a Onudi e outras organizações internacionais pertinentes, reforçassem os mecanismos existentes ou desenvolvessem novos mecanismos, e adaptassem medidas adequadas a este fim. Por conseguinte, recomendam-se os pontos abaixo:

a) acordos existentes entre países e organizações da América Latina e da África devem ser intensificados e novos acordos estabelecidos de modo a assegurar a implementação eficaz deste programa;

b) dentro do contexto de assistência multilateral, a Onudi e outras organizações pertinentes, internacionais e das Nações Unidas, devem fornecer o apoio necessário aos países e às organizações da América Latina e da África na implementação do programa, incorporado como parte integrante de seus programas para a promoção de ECDC e TCDC;

c) a Onudi deve ser responsável pelo controle da implementação do programa e deve preparar e submeter, ao menos anualmente, relatórios do progresso alcançado às agências nacionais responsáveis por ECDC/TCDC e pela Década de Desenvolvimento Industrial para a África, assim como às organizações regionais e sub-regionais pertinentes (para tanto, e para assistir a Onudi na preparação de seus relatórios do progresso alcançado, seria desejável que os países

e organizações da África e da América Latina mantivessem a Onudi regularmente informada quanto ao progresso atingido e aos resultados obtidos na implementação do programa);

d) e, em vista da extrema importância em mobilizar recursos financeiros para a implementação do programa, os países africanos e latino-americanos, especialmente estes últimos, são instados a canalizar recursos financeiros para esta finalidade e a participar ativamente das reuniões ministeriais de solidariedade, organizadas nos países africanos, e deverão considerar, também, o aumento de sua contribuição para o Fundo de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDF) por meio de contribuições especiais, que podem ser utilizadas para a implementação dos programas e projetos específicos da Década de Desenvolvimento Industrial para a África;

e) devem-se tomar providências para que a Onudi, o governo brasileiro, a Finep, e outras organizações governamentais, assim como organizações nacionais, regionais e internacionais, se consultem regularmente, tendo em vista a elaboração de medidas apropriadas para financiar e assegurar a implementação do programa;

f) os países e organizações latino-americanos e africanos devem considerar o estabelecimento de mecanismos apropriados para a promoção e intensificação de sua cooperação e integração industrial através, *inter alia*, da criação de contratos industriais mutuamente benéficos.



NZINGA

*Roy Glasgow*

São Paulo: Editora Perspectiva, 1981,  
204p.

Século XVII: início da colonização do Brasil, da produção açucareira, da enorme necessidade de mão-de-obra para atender à produção em grande escala, abastecedora dos mercados europeus. E o braço escravo era a mão-de-obra necessária, encontrada em larga escala na África. Assim, começa uma operação triangular que irá caracterizar todo um período histórico. Assim, também, terá início as íntimas relações culturais entre Brasil e África. E, assim também, Nzinga, heróina africana que lutou contra a escravidão de seu povo, atravessará as grandes águas atlânticas e será lembrada no novo continente pelos escravos angolanos "que trouxeram consigo a odisséia guerreira da rainha negra de Matamba".

Numa história tão pouco pródiga de mulheres heróinas, participantes ou dedicadas a uma causa, a projeção de um nome feminino — terceiro-mundista e, especialmente, oriunda do continente africano — deve ser destacada.

Esse é o primeiro dos vários méritos de *Nzinga*, nome da memorável rainha africana que dá título ao livro do africanista norte-americano Roy Glasgow, que residiu durante alguns anos no Brasil, tendo lecionado na Universidade Federal Fluminense.

A Rainha Nzinga pode ser considerada "o arauto da resistência e do nacionalismo angolanos", cuja voz estendeu-se até as recentes lutas pela independência angolana e conseqüente fim da presença do colonizador português. Nascida em 1582, Nzinga dedicou os 81 anos de sua vida à manutenção de seu reino, Ndongo, e não mediu esforços para ultrapassar o tribalismo desagregador da unidade tão necessária para vencer um inimigo mais forte, obcecado pela necessidade de domínio.

A figura dessa mulher negra africana apresenta-se extremamente bem calçada bibliograficamente, colocando o leitor diante de uma heroína pouco conhecida porém de enorme peso para a história da África Central pré-colonial, mais especificamente de Angola.

*Marla Helena de Oliveira Barbosa*

## SAMBA NA REALIDADE: A UTOPIA DA ASCENSÃO SOCIAL DO SAMBISTA

*Nei Lopes*

Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1981, 84 p.

Lentamente, afirma-se como realidade o fato de que o denominado "Mundo do Samba" constitui excelente indicador das relações raciais no Brasil. E se muito falta, ainda, para que a ciência social lhe consagre a importância merecida como revelador dos sutis mecanismos de discriminação iludidos pela "democracia racial" brasileira, presenciemos, por outro lado, a forte reação dos sambistas, num sistemático processo de denúncia de inúmeros fatos consubstanciadores das práticas discriminatórias de nossa sociedade, frutos de um processo de integração que se pretende unilateral.

"Hoje o samba está no alto sem ter os pés no chão", já nos dizia, em seu samba "Quesitos" — de sua autoria e Wilson Moreira, parceiro inseparável —, este dileto filho de Logunedé. Neste *Samba na Realidade*, a denúncia se completa e se aprofunda num histórico da trajetória do samba, desde o tempo das famosas "Tias" e seus intermináveis "pagodes", até a atualidade, quando a comercialização "selvagem" e desenfreada do samba, objetivamente, exclui o sambista de seus benefícios econômicos, não deixando de acenar-lhe com vantagens e de alimentar a ilusão de que, agora, ele é "profissional", o que pode ser parcialmente verdade para um insignificante número de casos isolados, necessários como estímulo à manutenção do sistema

de exploração, já que, neles, os demais projetam suas aspirações.

E quanto a afirmações típicas dos dias de hoje, como as do carnavalesco Clóvis Bornay de que "o que acontece é que o samba está recebendo mais cultura (...). Afinal, a contribuição do branco é necessária porque a cultura branca é superior", Nei Lopes responde que "a presença do elemento estranho, mais a oficialização dos concursos, mais a atuação de certo tipo de imprensa e das multinacionais do disco, aliados ao sonho de uma profissionalização que nunca ocorreu verdadeira e globalmente, veio destruir o espírito de comunidade que caracterizou as escolas até uma certa época. O samba hoje proporciona renda ao Estado, enseja tráfico de influências e dá prestígio aos dirigentes. Mas, em contrapartida, as escolas deixaram de ser fator de aglutinação comunitária para serem *deturpadas sociedades comerciais*, onde o lucro é o objetivo. Esse lucro, entretanto, beneficia a outros que não o verdadeiro sambista, o qual quase sempre alijado do centro das decisões, assiste perplexo às coisas se transformarem e, em geral, quando quer ganhar algum dinheiro com o samba (a não ser que entre para certas cúpulas de dirigentes ou escolha a profissão de 'dono' de ala), tem é que continuar dentro ou fora da quadra vendendo churrasquinho, vendendo para o patrão chapeuzinhos e lembranças, pobre e anônimo como sempre". (Grifos nossos.)

*Samba na Realidade*, portanto, é um depoimento lúcido e contundente; uma reflexão consciente e oportuna sobre as relações do negro com o mercado de trabalho, as Escolas de Samba, o mercado fonográfico, os meios de comunicação e a sociedade brasileira, enfim; reflexão feita por quem se habituou a *pensar sua prática* com rigor crítico.

Nei Lopes, num de seus mais bonitos sambas — e que a nós, particularmente, muito nos emociona e comove — conclui: "É isso aí! Eh! Irajá! Meu samba é a única

coisa que eu posso te dar". Com este seu livro, prova-nos que o tem, e muito mais! Irajá está orgulhoso por ter produzido tão boa cabeça. Irajá, o samba brasileiro e todos aqueles que esperam, de nossa sociedade, justiça, equilíbrio e verdade nas relações entre as raças e entre os homens.

Ari Araujo

## FALA CRIOULO

Haroldo Costa

Rio de Janeiro: Editora Record, 1982, 261p.

Finalmente, um livro cujo maior mérito está em reunir o grau de abstracionismo com que se procura capturar a imagem do negro brasileiro.

De fato, uma das grandes dificuldades que se tem apresentado tanto aos estudiosos do comportamento, quanto àqueles que se dedicam à Antropologia, à Sociedade e à História, é poder percorrer em escala variada as sinuosidades da existência de um ser negro, neste país.

Muito já se disse a respeito das reconhecidas dificuldades de um intelectual branco situar-se em uma perspectiva ideal, para que possa, além dos recursos da teoria, instrumentalizar-se, também, das práticas existenciais do homem negro, para melhor ajustar suas análises e conclusões a respeito dos condicionamentos e respostas a que o homem é levado a tomar no plano das relações sociais.

Tal raciocínio aplica-se também ao leitor. A recepção de um texto comunga a participação de elementos que extrapolam o universo da racionalidade e *Fala Crioulo* é um exemplo típico do que estamos a afirmar. Neste livro, a informação e a emoção correm juntas.

O conjunto de depoimentos tomados por Haroldo Costa, em seu livro, apresenta, pela sua ampla diversidade, a tentativa de visibilização concreta do homem negro brasileiro. A construção dessa imagem se realiza a partir de fragmentos operados em

discursos aparentemente distanciados entre si: do engraxate ao diplomata; da prostituta ao engenheiro; do arcebispo ao sumo sacerdote dos Eguns etc. E é exatamente do interior dos discursos desses negros — que expressam uma continuidade cultural — que começa a desenhar-se de maneira melhor delineada o perfil de uma consciência racial.

Desses depoimentos escapa uma culpabilidade crioula, envolvendo entrevistados, autor e leitores, sobretudo se esses últimos forem negros. As lideranças dos movimentos negros, rearticulados a partir dos anos 70, com suas responsabilidades definidas em relação à comunidade afro-brasileira, tem excelente material de reflexão para uma questão apaixonante e complexa que domina inteiramente a sua práxis política: haverá uma consciência sobre a questão racial que perpassa o universo dos negros, independentemente de sua origem, classe social, idade ou sexo? Uma leitura atenta dos depoimentos revelará variados graus de identificação simbólica.

Se observarmos, por exemplo, o depoimento de Vera Lúcia Couto, 36 anos, ex-miss Renascença Clube, ex-miss Brasil, parecerá que o momento importante de sua conscientização enquanto negra ocorreu em plena passarela do Maracanãzinho, quando uma voz que lhe acompanhava, por entre as mesas, gritava: "Sai daí crioula, teu lugar é na cozinha!" Já para o menino-engraxate a consciência de ser negro se dá através de uma identificação reconhecida como positiva: "Mas eu juro que eu queria ser igual ao Cabo Paulo (...), que é bem preto assim igual a mim, vive numa boa. Só anda com carrão do ano, mora em apartamento, tem mulher dele, filhos e tudo mais." Por outro lado o depoimento de Maria do Socorro, 19 anos, empregada doméstica, é bem revelador: "A negra, pelo fato dela ser negra, as pessoas já acham que ela não pode ser outra coisa a não ser doméstica a vida inteira." E assim como tantos outros depoimentos, que, somados, realizam a síntese de uma consciência racializada nas gradações que se estabelecem

do mítico ao ideológico; do taxinômico ao estético.

Por tudo isso, depreendemos a importância de *Fala Crioulo* na recuperação da linguagem do negro brasileiro e na utilidade que lhe pode ser emprestada como ins-

trumento, não só de reflexão, senão como texto-guia para importantes transformações que se anunciam no interior dos movimentos negros brasileiros.

*Paulo Roberto dos Santos*



estudos  
**AFRO-ASIÁTICOS**

**NÚMERO ANTERIOR**

**Encontro Nacional Afro-Brasileiro**

Participação Política do Negro

Mulher Negra: Tripla Discriminação

Religião e Consciência Negra

Discriminação Racial e Mercado de Trabalho

Educação e Descolonização Cultural

Dança e Música Afro-Brasileiras em Questão

Literatura Afro-Brasileira Pós-70

